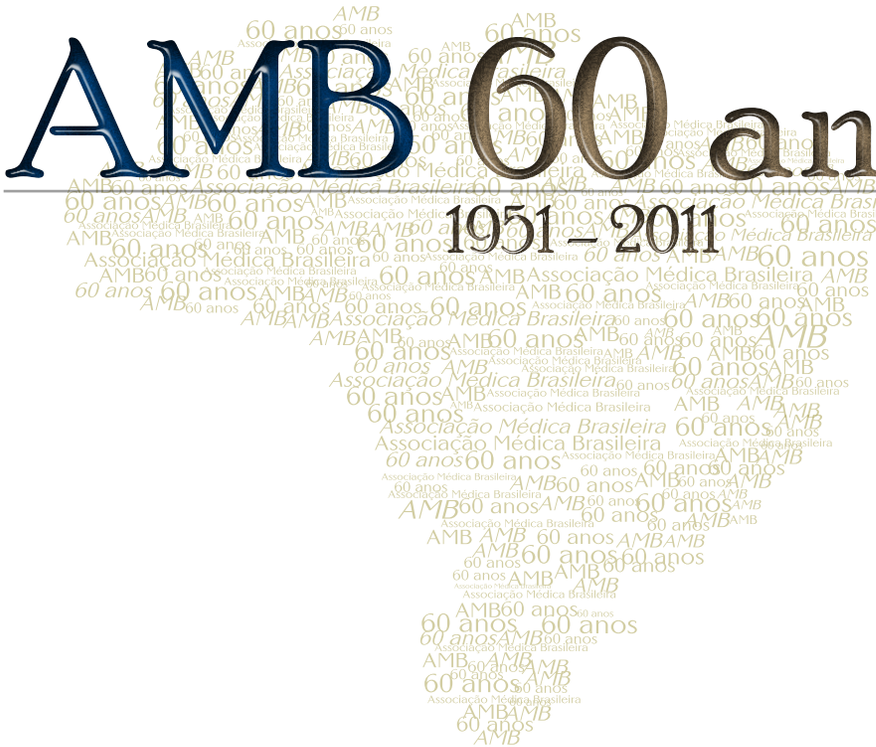
AMB 60 anos

1951 – 2011

Organizador
Hélio Barroso dos Reis

AMB 60 anos

1951 – 2011



Organizador

Hélio Barroso dos Reis

Foto: César Teixeira

Introdução

A Associação Médica Brasileira (AMB) é uma entidade de classe, sem fins lucrativos, fundada em 26 de janeiro de 1951. Sua missão é defender a qualidade da atenção médica no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento da Medicina e a valorização do médico. Ocupa duas vagas no Conselho Diretor da Associação Médica Mundial, sendo também membro e uma das fundadoras da Comunidade Médica de Língua Portuguesa, além de integrar a Confederação Médica Latino-Americana e do Caribe (Confemel).

A entidade possui 27 Associações Médicas Estaduais e 396 Associações Regionais. Compõem o seu Conselho Científico 50 Sociedades Médicas que representam as especialidades reconhecidas no Brasil.

A ideia da criação da AMB partiu da necessidade de congregar a classe médica em torno de um organismo que tivesse força para estudar, coordenar e apresentar, visando as reivindicações dos médicos, tanto do ponto de vista econômico como no que tange ao desenvolvimento científico-cultural e ao exercício da profissão.

Associação Médica Brasileira
Rua São Carlos do Pinhal, 324 – Bela Vista
São Paulo, SP, Brasil – CEP 01333-903
Telefone: 55 (11) 3178-6800
E-mail: amb@amb.org.br
Site: www.amb.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

AMB 60 anos : 1951-2011 / organizador Hélio
Barroso dos Reis. -- São Paulo : Associação
Médica Brasileira, 2011.

Vários colaboradores.
ISBN 978-85-89073-11-0

1. Associação Médica Brasileira - História
I. Reis, Hélio Barroso dos.

11-09336 CDD-610.60981

Índices para catálogo sistemático:
1. Associação Médica Brasileira : História
610.60981

Tiragem: 3.000 exemplares

© Direitos reservados à Associação Médica Brasileira

Associação Médica Brasileira
Rua São Carlos do Pinhal, 324
Bela Vista – São Paulo – SP.
Fone: 11 3266.6800 • Fax 11 3266.6631
e-mail: diretoria@amb.org.br
www.amb.org.br

World Medical Association
13, ch du Levant – CIB – Batiment A
Ferney-Voltaire – França
Fone: +33 450 40 75 75 • Fax +33 450 40 59 57
e-mail: wma@wma.net
www.wma.net/

Diretoria Triênio 2008-2011

José Luiz Gomes do Amaral	Presidente
José Carlos Raimundo Brito	1º Vice-Presidente
Newton Monteiro de Barros	2º Vice-Presidente
José Luiz Dantas Mestrinho	Vice-Presidente Centro
Moacyr Basso Junior	Vice-Presidente Centro-Oeste
Carlos David Araújo Bichara	Vice-Presidente Norte
Gutemberg Fernandes de Araújo	Vice-Presidente Norte-Nordeste
Wilberto Silva Trigueiro	Vice-Presidente Nordeste
Cléber Costa de Oliveira	Vice-Presidente Leste-Nordeste
Jésus Almeida Fernandes	Vice-Presidente Leste-Centro
Celso Ferreira Ramos Filho	Vice-Presidente Leste-Sul
Jurandir Marcondes Ribas Filho	Vice-Presidente Centro-Sul
Murillo Ronald Capella	Vice-Presidente Sul
Aldemir Humberto Soares	Secretário-Geral
Luc Louis Maurice Weckx	1º Secretário
Florisval Meinão	1º Tesoureiro
Amilcar Martins Giron	2º Tesoureiro
Robson Freitas de Moura	Diretor de Assistência e Previdência
José Luiz Dantas Mestrinho	Diretor de Assuntos Parlamentares
Hélio Barroso dos Reis	Diretor Cultural
Roberto Queiroz Gurgel	Diretor de Defesa Profissional
Miguel Roberto Jorge	Diretor de Relações Internacionais
Edmund Chada Baracat	Diretor Científico
Marcos Bosi Ferraz	Diretor de Economia Médica
Florentino de Araújo Cardoso Filho	Diretor de Saúde Pública
Elias Fernando Miziara	Diretor de Comunicações
José Luiz Weffort	Diretor Acadêmico
Jane Maria Cordeiro Lemos	Diretora de Atendimento ao Associado
Wirlande Santos da Luz	Diretor de Proteção ao Paciente
Geraldo Ferreira Filho	Diretor de Marketing

Colaboradores

Aldemir Humberto Soares
Especialista em Radiologia e Diagnóstico por Imagem. Formado pela Universidade do Vale do Sapucaí, em Pouso Alegre, Minas Gerais. Presidente do Colégio Brasileiro de Radiologia de 1999 a 2005. Na gestão 2008-2011 ocupa o cargo de Secretário-Geral da AMB.

Amilcar Martins Giron
Urologista, formado pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e professor livre-docente de Urologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de 2º Tesoureiro da AMB.

Antônio Roberto Batista
Médico do Trabalho, formado pela Escola Paulista de Medicina e Sanitarista pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Mestre em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, é coordenador executivo da AMB.

Bruno Caramelli
Cardiologista, formado pela Universidade de São Paulo, residência em Clínica Médica na Universidade de São Paulo, doutorado em Cardiologia pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Editor da Revista da AMB (RAMB).

Carlos David Araújo Bichara
Patologista Clínico, formado pela Universidade Federal do Pará, especialista em Administração dos Serviços de Saúde pela Universidade de Ribeirão Preto, em São Paulo. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Vice-Presidente Norte da AMB.

César Teixeira
Jornalista, formado pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, atualmente é responsável pela área de comunicação interna da AMB, redator-chefe da RAMB e editor-executivo do JAMB.

Cid Célio Jayme Carvalhaes
Neurocirurgião e advogado, graduado em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais, atual presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo e da Federação Nacional dos Médicos.

Cléber Costa de Oliveira
Cirurgião Cardiovascular, formado pela Universidade Federal de Alagoas. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Vice-Presidente Leste-Nordeste da AMB.

Edmund Chada Baracat
Ginecologista Obstétrico, formado pela Universidade Federal de São Paulo. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Diretor Científico da AMB.

Elias Fernando Miziara
Patologista e citopatologista, formado pela Universidade de Brasília. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Diretor de Comunicações da AMB.

Fabio Biscegli Jatene
Cirurgião Torácico, formado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Fundação Universitária do ABC e doutorado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Flávia Negrão
Relações Públicas, formada pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, pós-graduada em Marketing e Publicidade, presta assessoria em comunicação cultural à AMB.

Florentino de Araújo Cardoso Filho
Cirurgião Geral e oncologista cirúrgico, formado pela Universidade Federal do Ceará. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Diretor de Saúde Pública da AMB.

Florisval Meinão
Otorrinolaringologista, formado pela Universidade Estadual Paulista Campus Botucatu. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de 1º Tesoureiro da AMB.

Giovanni Guido Cerri
Radiologista, formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, atual Secretário de Estado da Saúde do Governo do Estado de São Paulo.

Guido Arturo Palomba
Psiquiatra Forense, formado pela Faculdade de Ciências Médicas de Santos, membro da Academia de Medicina de São Paulo. Na gestão 2008-2011, é Diretor Cultural da Associação Paulista de Medicina.

Helena Fernandes
Jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Trabalha na Assessoria de Comunicação da AMB.

Hélio Barroso dos Reis
Ortopedista, formado pela EMESCAN – Escola de Medicina de Santa Casa de Misericórdia de Vitória, atual Presidente da Cooperativa dos Ortopedistas e Traumatologistas do Estado do Espírito Santo. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Diretor Cultural da AMB. Organizador desta obra.

Jésus Almeida Fernandes
Psiquiatra, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Vice-Presidente Leste-Centro da AMB.

Jorge Carlos Machado Curi
Cirurgião Geral e especialista em Medicina Intensiva, formado pela Universidade Estadual de Campinas, atual Presidente da Associação Paulista de Medicina (gestão 2008-2011).

José Carlos Raimundo Brito
Cardiologista, formado pela Escola de Medicina e Saúde Pública da Universidade Católica de Salvador. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de 1º Vice-Presidente da AMB.

José Luiz Dantas Mestrinho
Cirurgião Geral, formado pela Escola Bahiana de Medicina de Saúde da Universidade Católica de Salvador. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Vice-Presidente Centro da AMB.

José Luiz Gomes do Amaral
Anestesiologista, formado pela Escola Paulista de Medicina (UNIFESP), Presidente Eleito da Associação Médica Mundial (gestão 2012), atual Presidente da Comunidade Médica de Língua Portuguesa. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Presidente da AMB.

José Luiz Weffort
Neurologista, formado pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Uberaba-MG). Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Diretor Acadêmico da AMB.

Jurandir Marcondes Ribas Filho
Gastroenterologista, formado pela Faculdade Evangélica do Paraná. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Vice-Presidente Centro-Sul da AMB.

Lázaro Fernandes de Miranda
Cardiologista, formado pela Universidade de Brasília, pós-graduado em Medicina do Esporte-Cardiologia Desportiva, pela Escola Superior de Educação Física de Goiás.

Leonardo da Silva
Otorrinolaringologista, formado pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, coordenador do Programa de Educação Médica Continuada da AMB e Diretor de Comunicações Adjunto da APM (gestão 2008-2011).

Luc Louis Maurice Weckx
Otorrinolaringologista, formado pela Universidade Federal de São Paulo. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de 1º Secretário da AMB.

Lúcio Antonio Prado Dias
Clinico Geral, formado pela Faculdade de Medicina de Sergipe, membro da Academia Sergipana de Medicina e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Marcos Bosi Ferraz
Reumatologista, formado pela Universidade Federal de São Paulo. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Diretor de Economia Médica da AMB.

Miguel Roberto Jorge
Psiquiatra, formado pela Universidade Federal de São Paulo. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Diretor de Relações Internacionais da AMB.

Moacyr Basso Júnior
Cirurgião Geral, formado pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo Vice-Presidente Centro-Oeste da AMB.

Murillo Ronald Capella
Cirurgião Pediátrico, formado pela Universidade Federal do Paraná. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Vice-Presidente Sul da AMB.

Napoleão Puente de Salles
Administrador de Empresas, com habilitação em Comércio Exterior, formado pela Faculdade União Educacional de Brasília, Consultor Parlamentar da AMB.

Newton Monteiro de Barros
Clínico Geral, formado pela Universidade Federal do Rio Grande. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de 2º Vice-Presidente da AMB.

Pedro Salomão José Kassab (*in memoriam*)
Dermatologista, formado pela Universidade de São Paulo, Presidente da Associação Médica Brasileira por seis gestões, comandou a Associação Médica Mundial de 1976 a 1977.

Pedro Wey Barbosa de Oliveira
Otorrinolaringologista, formado pela Universidade Federal de São Paulo, atualmente é Assessor para Assuntos Internacionais da AMB.

Pietro Novellino
Cirurgião Geral, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, atual presidente da Academia Nacional de Medicina (gestão 2009-2011).

Roberto Luiz d'Avila
Cardiologista, Médico do Trabalho, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, atual Presidente do Conselho Federal de Medicina (gestão 2009-2014).

Roberto Queiroz Gurgel
Cirurgião Geral e oncologista, formado pela Universidade Federal de Sergipe. Na gestão 2008-2011, é o atual Diretor de Defesa Profissional da AMB.

Wanderley Marques Bernardo
Cirurgião Torácico, formado pela Faculdade de Medicina da Unilus, em Santos (SP). Professor da Faculdade de Medicina da USP e coordenador do Projeto Diretrizes da AMB/CFM.

Wilberto Silva Trigueiro
Cirurgião Pediátrico, formado pela Universidade Federal da Paraíba. Na gestão 2008-2011, ocupa o cargo de Vice-Presidente Nordeste da AMB.

Yvonne Capuano
Clínica Geral, formada pela Escola Paulista de Medicina (UNIFESP), atual Presidente da Academia Cristã de Letras. Na gestão 2008-2011, é Diretora de Ações Comunitárias da APM.

AGRADECIMENTOS

Ana Maria de Almeida Camargo
Docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Denise Ferreira Garcia
Médica do Trabalho e Secretária Geral da Associação Médica do Espírito Santo (AMES).

Isabel Cristina de Campos
Bibliotecária da Associação Paulista de Medicina.

José Tavares-Neto
Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB), Universidade Federal da Bahia (UFBA).

COMISSÃO EDITORIAL

Murillo Ronald Capella
Yvonne Capuano
Hélio Barroso dos Reis
José Luiz Gomes do Amaral
Guido Arturo Palomba
Giovanni Guido Cerri

Foto: César Teixeira

Comissão Editorial reunida na AMB, em 10 de dezembro de 2009

Sumário

Apresentação 22
José Luiz Gomes do Amaral
Prefácio 24
Hélio Barroso dos Reis
Agradecimento 27

ONTEM

Capítulo I

Associação Médica Brasileira e Suas Origens 34
Jorge Carlos Machado Curi
Pedro Salomão Kassab (*in memoriam*)
Yvonne Capuano

Os Presidentes e Suas Diretorias 50
Flávia Negrão
Hélio Barroso dos Reis

O Emblema da AMB 82
Guido Arturo Palomba

HOJE

Capítulo II

Campanhas 88
César Teixeira
Helena Fernandes

Capítulo III

Educação Médica Continuada – EMC 98
Giovanni Guido Cerri
José Luiz Gomes do Amaral
Leonardo da Silva

CNHM – Comissão Nacional de Honorários Médicos

CBHPM – Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos 105
Amilcar Martins Giron
Florisval Meinão

Comissão de Assuntos Políticos – CAP 110
José Luiz Dantas Mestrinho
Jurandir Marcondes Ribas Filho
Lázaro Fernandes de Miranda
Luc Louis Maurice Weckx
Napoleão Puente de Salles

Comissão Nacional de Acreditação – CNA 113
Aldemir Humberto Soares
Fabio Biscegli Jatene

Projeto Diretrizes – AMB/CFM 117
Wanderley Marques Bernardo

Escolas Médicas 121
Edmund Chada Baracat
José Luiz Weffort

Capítulo IV

Comunicações 132
Boletim da Associação Médica Brasileira – BAMB 132
Jornal da Associação Médica Brasileira – JAMB 132
Revista da Associação Médica Brasileira – RAMB 134
O Médico & Você 135
Portal AMB 136
AMB *News* 137
Bruno Caramelli
César Teixeira
Elias Fernando Miziara

Capítulo V

Atuação Internacional 140
1. Associação Médica Mundial – WMA 140
2. Declaração de Helsinque 142
3. Confederação Médica Latinoamericana e do Caribe – CONFEMEL 145
4. Comunidade Médica da Língua Portuguesa – CMLP 146
5. Foro Iberoamericano de Entidades Médicas – FIEM 149
6. Outras Atuações Internacionais da AMB 150
José Luiz Gomes do Amaral
Miguel Roberto Jorge
Murillo Ronald Capella
Pedro Wey Barbosa de Oliveira

Capítulo VI

Economia Médica 154
Lúcio Antonio Prado Dias
Marcos Bosi Ferraz

Defesa Profissional 157
1. Comissão de Remuneração e Mercado de Trabalho do Médico e Pró-SUS 157
2. Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico 159
3. Câmara de Regulação e Trabalho do SUS 160
Florentino de Araújo Cardoso Filho
Roberto Queiroz Gurgel

Câmaras Técnicas/Comissões 161
César Teixeira

Capítulo VII

As Federadas 166
Carlos David Araújo Bichara
Cléber Costa de Oliveira
Elias Fernando Miziara
Flávia Negrão
Hélio Barroso dos Reis
Jésus Almeida Fernandes
Jorge Carlos Machado Curi
Moacyr Basso Júnior
Murillo Ronald Capella
Newton Monteiro de Barros
Wilberto Silva Trigueiro

1. Associação Médica do Acre – AMAC 168
2. Sociedade de Medicina de Alagoas – SMA 168
3. Associação Médica do Amapá – AMA 169
4. Associação Médica do Amazonas – AMA 169
5. Associação Bahiana de Medicina – ABM 170
6. Associação Médica de Brasília – AMBr 170
7. Associação Médica Cearense – AMC 171

8. Associação Médica do Espírito Santo – AMES 171
9. Associação Médica de Goiás – AMG 172
10. Associação Médica do Maranhão – AMMA 172
11. Associação Médica de Mato Grosso – AMMT 173
12. Associação Médica do Mato Grosso do Sul – AMMS 173
13. Associação Médica de Minas Gerais – AMMG 174
14. Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará – SMCP 174
15. Associação Médica do Paraná – AMP 175
16. Associação Médica da Paraíba – AMPB 175
17. Associação Médica de Pernambuco – AMPE 176
18. Associação Piauiense de Medicina – ASPIMED 176
19. Sociedade Médica do Estado do Rio de Janeiro – SOMERJ 177
20. Associação Médica do Rio Grande do Norte – AMRN 177
21. Associação Médica do Rio Grande do Sul – AMRIGS 178
22. Associação Médica de Rondônia – AMR 178
23. Associação Médica de Roraima – AMR 179
24. Associação Catarinense de Medicina – ACM 179
25. Associação Paulista de Medicina – APM 180
26. Sociedade Médica de Sergipe – SOMESE 180
27. Associação Médica do Tocantins – AMT 181

Capítulo VIII

Conselho Científico 184

Aldemir Humberto Soares
Edmund Chada Baracat

As Sociedades de Especialidade da AMB 187

1. Colégio Médico de Acupuntura – CMA 187
2. Associação Brasileira de Medicina Preventiva e Administração em Saúde – ABRAMPAS 187

3. Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia – ASBAI 187
4. Sociedade Brasileira de Anestesiologia – SBA 188
5. Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular – SBACV 188
6. Sociedade Brasileira de Cancerologia – SBC 188
7. Sociedade Brasileira de Cardiologia – SBC 188
8. Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço – SBCCP 188
9. Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular – SBCCV 188
10. Associação Brasileira de Cirurgia da Mão – SBCM 189
11. Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestiva – CBCD 189
12. Colégio Brasileiro de Cirurgiões – CBC 189
13. Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica – CIPE 189
14. Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica – SBCP 189
15. Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica – SBCT 190
16. Sociedade Brasileira de Clínica Médica – SBCM 190
17. Sociedade Brasileira de Coloproctologia – SBCP 190
18. Sociedade Brasileira de Dermatologia – SBD 190
19. Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia – SBEM 190
20. Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva – SOBED 190
21. Federação Brasileira de Gastroenterologia – FBG 191
22. Sociedade Brasileira de Genética Médica – SBGM 191
23. Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG 190
24. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO 191
25. Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia – ABHH 191
26. Associação Médica Homeopática Brasileira – AMHB 192
27. Sociedade Brasileira de Infectologia – SBI 192
28. Sociedade Brasileira de Mastologia – SBM 192
29. Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade – SBMFC 192
30. Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte – SBME 192
31. Associação Nacional de Medicina do Trabalho – ANAMT 192

32. Associação Brasileira de Medicina de Tráfego – ABRAMET 193
33. Associação Brasileira de Medicina Física e Reabilitação – SBMFR 193
34. Associação de Medicina Intensiva Brasileira – AMIB 193
35. Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas – ABML 193
36. Sociedade Brasileira de Nefrologia – SBN 193
37. Sociedade Brasileira de Neurocirurgia – SBN 194
38. Academia Brasileira de Neurologia – ABNC 194
39. Associação Brasileira de Nutrologia – ABRAN 194
40. Conselho Brasileiro de Oftalmologia – CBO 194
41. Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT 194
42. Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial – ABORLCCF 194
43. Sociedade Brasileira de Patologia – SBP 195
44. Sociedade Brasileira de Patologia Clínica / Medicina Laboratorial – SBPC/ML 195
45. Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP 195
46. Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia – SBPT 195
47. Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP 195
48. Colégio Brasileiro de Radiologia – CBR 196
49. Sociedade Brasileira de Reumatologia – SBR 196
50. Sociedade Brasileira de Urologia – SBU 196

As Sociedades de Áreas de Atuação da AMB 196
1. Sociedade Brasileira de Citopatologia – SBC 196
2. Sociedade Brasileira de Hansenologia – SBH 196
3. Sociedade Brasileira de Hepatologia – SBH 197
4. Sociedade Brasileira de Neurofisiologia Clínica – SBNC 197
5. Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral – SBNPE 197

Capítulo IX

As Ações Culturais da AMB 200
Flávia Negrão
Hélio Barroso dos Reis

AMANHÃ

Capítulo X

Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos – PCCV 212
José Carlos Raimundo Brito

Capítulo XI

Ordem dos Médicos do Brasil – Entidade Única: Sonho ou Possibilidade? 218
José Luiz Gomes do Amaral – AMB
Roberto Luiz d'Avila – CFM
Cid Célio Jayme Carvalhaes – FENAM

Linha do Tempo 226

Posfácio 256
Pietro Novellino

Estatuto da AMB 258
Siglas e Abreviações 272
Referências Bibliográficas 275
Galeria dos Presidentes da AMB 281
Índice Remissivo 283

Apresentação

Foto: Osmar Bustos

José Luiz Gomes do Amaral
Presidente da Associação Médica Brasileira (gestões 2005-2008 e 2008-2011)

Quando a Associação Médica Brasileira foi criada, em 26 de janeiro de 1951, os médicos e, sobretudo, os pacientes não procuravam na Internet quando tinham dúvidas sobre doenças. Também não escreviam e-mails ou mensagens em comunicadores instantâneos. As leituras eram feitas nas bibliotecas das faculdades, que nessa época totalizavam 18 no País todo e apenas duas eram privadas. Esse número, em 2011, foi multiplicado por 10. Existiam 18 mil médicos em atuação no País. Atualmente, esse é a quantidade de profissionais formados anualmente. Estão no mercado de trabalho 347 mil médicos.

A criação da AMB aconteceu no início do período de transição entre o Brasil agrário e o país que se industrializou e modernizou depois de grandes planos de desenvolvimento estatal. Nessa época, a população brasileira era de 51 milhões, sendo que 18 milhões habitavam as cidades e 33 milhões, a zona rural. A taxa de analfabetismo era de 52% e a expectativa de vida ao nascer, de 43,2 anos. Existiam 9,05 milhões de moradias, sendo que 1,44 tinham acesso ao saneamento básico. Passados 60 anos, o Brasil tem 189 milhões de habitantes, 160 milhões nas áreas urbanas, 29 milhões no campo, a taxa de analfabetismo é de 9,6% e a expectativa de vida é 73,1 anos. Há cerca de 58,6 milhões de domicílios no Brasil e 34,6 milhões possuem fossa séptica ou rede geral.

Na primeira década de fundação da AMB, a população rural era maior do que a urbana, porém o fenômeno de transição caminhava de maneira veloz. As doenças infectocontagiosas representavam 40% das mortes registradas no País e, atualmente, são responsáveis por menos de 10% da mortalidade. O índice de letalidade das doenças cardiovasculares era de 12%, hoje, é de 50%, além de serem as doenças relacionadas ao coração as mais prevalentes.

A preocupação com a defesa da dignidade profissional do médico e a assistência de qualidade à saúde da população permeiam os trabalhos da AMB desde a fundação. Em 1953, a Associação criou o primeiro Código de Ética Médica brasileiro. O Código já mencionava a Declaração de Genebra (1948), tida como uma visão moderna dos preceitos morais do Juramento de Hipócrates. Desde 1958, são concedidos títulos de especialistas em conjunto com as Sociedades de Especialidade, após rigorosas avaliações. O Programa de Educação Médica Continuada (EMC) atualiza o conhecimento científico. Desenvolvido em parceria com o Conselho Federal de Medicina, é gratuito, à distância e aberto à participação de todos os médicos brasileiros. Por meio da Comissão Nacional de Acreditação, a AMB administra os créditos necessários para atualização dos títulos. Desde 2000, a instituição investe na evolução do trabalho com as Sociedades de Especialidade por meio do Projeto Diretrizes. Em abril de 1967, a AMB lançou a primeira tabela de honorários. Formulada por médicos, continha 2040 procedimentos. A partir dessa data, por intermédio da Comissão de Honorários Médicos, a Associação revisou periodicamente a tabela. Em 2003, foi publicada a primeira edição da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM). Entre as inovações estão: a forma de hierarquizar os procedimentos, tendo a consulta como base e a divisão por regiões anatômicas. A CBHPM, atualmente, contém 4150 procedimentos. Os pilares da história da AMB, que serão objetivos das páginas desse livro, ilustram diversas maneiras que a instituição emprega na busca incessante de sua missão: defesa dos valores éticos, qualificação da prática e valorização do médico.

Prefácio

Foto: Shiro Irie

Hélio Barroso dos Reis
Diretor Cultural da Associação Médica Brasileira (gestão 2008-2011)

A narrativa dos acontecimentos e ações que envolvem a Associação Médica Brasileira (AMB), adornada por episódios de lutas e vitórias, transformaram esta obra em um capítulo histórico da Medicina.

Ela foi dividida em três partes: "Ontem", "Hoje" e "Amanhã", para que o leitor possa viajar nessas seis décadas de existência da entidade. No "Ontem", resgatamos a história da fundação da AMB, com todos os seus presidentes e suas diretorias, de 1951 a 2011.

No "Hoje", mostramos os avanços contínuos nas comunicações dirigidas aos médicos, como a Revista da AMB (RAMB), o Jornal da AMB (JAMB), o AMB *News*, o *site* oficial, entre outros meios de comunicação que colocam o médico a par dos principais acontecimentos científicos e relativos à defesa profissional de sua área. E para estimular a produção literária entre os médicos de várias regiões do Brasil, lançamos o JAMB CULTURA. A sociedade não poderia ser esquecida, e para ela foi criada uma revista exclusiva: "O Médico e Você".

Mostramos, também, os avanços relacionados à defesa e à dignidade profissional, e como a Comissão de Assuntos Políticos (CAP) tem tido desempenho irreparável no Congresso Nacional. Na educação médica continuada foram várias ações, como os cursos *on-line*, congressos e fóruns. Destacamos, ainda, o Programa Diretrizes, por meio da Medicina Baseada em Evidências, e a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), que se apresenta moderna e mais

justa, pois alcançou a maturidade ao ser revisada periodicamente e com uma nomenclatura favorável a inserções de novos procedimentos cientificamente comprovados.

Brilhante estudo foi entregue aos médicos, à sociedade e ao governo sobre as escolas médicas, norteando caminhos para o controle da abertura indiscriminada de faculdades de Medicina no Brasil. No âmbito internacional, a AMB está presente em comissões e diretorias da Associação Médica Mundial, bem como em outras entidades. Ela também participou ativamente da revisão da declaração de Helsinque. Nas ações de cunho social, destacam-se as campanhas: "Fumo em Aviões", "Abuso nos Planos de Saúde", "Pró-genéricos", "Quero Mais Brasil", "De Olho no Imposto", "Eu Quero Mais Saúde", entre outras.

O "Amanhã" está na pauta. Sonhar, arquitetar e desenhar a Ordem dos Médicos do Brasil faz sentido. Por isso, fomos buscar opiniões dos dirigentes da Federação Nacional dos Médicos, do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira.

Os médicos brasileiros estão de parabéns e devem continuar a ter orgulho de exercer nossa profissão, que continua sobejamente uma arte. Além de distinguir as principais ações e finalidades da AMB, este volume tem abordagens no âmbito cultural, político, educativo e histórico. O que a AMB fez e faz pelos médicos, pela sociedade, pela Medicina e pelo País? Esse questionamento, creio, vem à superfície e, com respostas a todos.

Preludiar e organizar esta obra foi prazeroso e uma honra imaculável.

AMB
Associação Médica Brasileira
1951
2011
60 anos

Agradecimento

Aos pacientes, razão da existência da Medicina,
com carinho, respeito e dedicação.

"Os livros não mudam o mundo, quem muda
o mundo são as pessoas.
Os livros só mudam as pessoas".

Mário Quintana (1906-1994)

Foto: Museu da Irmandade da Santa Casa de SP

Ontem

Capítulo I

Associação Médica Brasileira e Suas Origens
Jorge Carlos Machado Curi
Pedro Salomão Kassab *(in memoriam)*
Yvonne Capuano

Os Presidentes e Suas Diretorias
Flávia Negrão
Hélio Barroso dos Reis

O Emblema da AMB
Guido Arturo Palomba

Associação Médica Brasileira e Suas Origens

Diferentemente do que ocorreu na capital do Império, onde foi criada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1829, depois transformada em Academia Imperial de Medicina e, com a República, em Academia Nacional de Medicina, São Paulo só conheceria instituição similar bem mais tarde. Ao longo de todo o século XIX, a população paulista sofreu a falta de equipamentos destinados a atendimento médico. Não havia também uma política efetiva de controle e erradicação das epidemias que assolavam, de tempos em tempos, seu território. A criação de curso superior de Medicina era velha aspiração dos profissionais da área, mas as tentativas feitas nesse sentido, durante o regime monárquico, não surtiram o resultado esperado.

Em 1888, foi fundada a Sociedade Médico-Cirúrgica de São Paulo, tida como a primeira entidade do gênero entre nós. Seu presidente era Antônio Pinheiro de Ulhoa Cintra, barão de Jaguara, empenhado no combate à febre amarela. A iniciativa, no entanto, durou pouco.

O advento da República encontrou São Paulo com as mesmas carências, no campo da saúde pública. Não chegava a dez o número de instituições médicas. Entre elas estava a Santa Casa de Misericórdia,

Foto: Aquarela de João Wasth Rodrigues

Aquarela de José Wasth Rodrigues (1891-1957), retratando a antiga instalação da Policlínica de São Paulo e Sociedade de Medicina e Cirurgia. Reproduzido do livro Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: A Casa de Arnaldo, editora Revinter, 2004, pg. 12

o mais antigo hospital filantrópico da cidade. Em 1891, como parte do plano de dotar o Estado de serviços de saúde compatíveis com o novo regime, foi criada a Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia de São Paulo. Mas a instabilidade política do período não permitiu que a medida tomada pelo Presidente Américo Brasiliense de Almeida Melo frutificasse.

Em 1895, um grupo de médicos decidiu fundar a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Participaram das reuniões preparatórias Teodoro Reichert, Luís Pereira Barreto, Inácio Marcondes de Resende, Pedro de Resende, Amarante Cruz, Cândido Espinheira, Erasmo do Amaral, Luís de Paula, Marcos de Oliveira Arruda e Evaristo da Veiga. Aclamado presidente, Luís Pereira Barreto convidou Matias de Vilhena Valadão e Sérgio Florentino de Paiva Meira para integrarem a diretoria da nova entidade, cujo objetivo maior era zelar pelos interesses e aprimoramento da classe médica. O estatuto limitava o número de sócios a 50.

A sociedade instalou-se no edifício da Faculdade de Direito de São Paulo. Um ano depois era criada uma Policlínica, na esquina das Ruas São Bento e Direita, que passou a prestar assistência à população carente da cidade. Ao ingressar como sócios, os médicos tinham que se submeter a

Foto: Museu da Cidade de São Paulo

Fotografia tomada aproximadamente da esquina da Rua 15 de Novembro com Rua Direita e Largo da Sé, em 1894. Ao fundo, à direita, Igreja de São Pedro; à esquerda e ao centro, o início da Rua 15 de Novembro. Fotógrafo: Guilherme Gaensly, 1894

Foto: postais de São Paulo, década de 1920

Rua Comercial, estreita e congestionada na década de 20

uma avaliação curricular, a fim de comprovar seus conhecimentos científicos.

São Paulo conhecia então um aumento vertiginoso de seu contingente populacional, graças ao desenvolvimento da economia cafeeira e à expansão de atividades comerciais e industriais, para as quais concorriam as levas de imigrantes italianos, portugueses, espanhóis, sírios e libaneses. Em 1890, eram cerca de 65 mil habitantes; dez anos depois, este número alcançava 239 mil; no final da década de 1920, a população estimada era de 1 milhão de pessoas. Era preciso ampliar, com urgência, o número de hospitais e médicos para atender à crescente demanda de serviços de saúde.

Com o passar do tempo, apareceram para acolhê-los a Sociedade de Beneficência Portuguesa, a Sociedade Italiana de Beneficência e a Sociedade Beneficente Sírio-Libanesa, o Hospital de Isolamento (no local atual Hospital Emílio Ribas), entre outros. A luta dos médicos por condições seguras de trabalho também foi fator importante para o surgimento de novas entidades.

Entre o final do século XIX e o início do XX, apesar da criação de cursos superiores, institutos de pesquisa e sociedades médicas, as epidemias (parcialmente atribuídas aos grandes contingentes de imigrantes que São Paulo passou a abrigar) trouxeram graves problemas à população. Como as ações da chamada polícia sanitária eram precárias e esporádicas, os socorros chegavam apenas nos momentos de crise e nas localidades de maior concentração de trabalhadores e nos portos. O quadro epidemiológico era então formado pela presença de várias moléstias, como varíola, tuberculose, lepra, febre amarela, doenças infecciosas e parasitárias. Pioneiros como Osvaldo Cruz, Carlos Chagas, Emílio Ribas e Adolfo Lutz, entre outros, tiveram importante papel na sua erradicação.

Em 5 de outubro de 1912, surgiu a Cruz Vermelha Brasileira. Sua dirigente, Maria Renotte, médica e pedagoga, projetou um local para atendimento de convalescentes, uma escola de enfermagem e um hospital infantil. Após a grave crise hospitalar de 1918, o edifício foi construído no bairro de Indianópolis.

Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente do Estado de São Paulo, aprovou em dezembro de 1912 a lei que transformava a Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia, criada em 1891 e ainda não regulamentada, em Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Tendo como

diretor Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho, a escola começou a funcionar no ano seguinte.

A Medicina que se praticava então era uma profissão liberal. Os pacientes escolhiam o médico de sua preferência e os menos abastados eram atendidos nos hospitais de caridade. Pouco a pouco, no entanto, sob o influxo dos movimentos sociais, os médicos passaram a ser trabalhadores remunerados, atuando mediante contratos de atendimento. As novas relações entre os médicos assalariados e as empresas levaram a uma situação crítica: ordenados insuficientes obrigavam os profissionais a aumentar o número de serviços prestados, em detrimento de sua qualidade. Era necessário criar uma entidade que defendesse os interesses dos médicos.

Na década de 20, vários estudos e novas medidas, graças, sobretudo, à interferência estatal, deram início ao chamado ciclo trabalhista na área da saúde. Assim é que foi criado, em 1929, o Sindicato dos Médicos, que não logrou obter o número de filiações que se esperava. A entidade só foi reconhecida em 1941.

Em 29 de novembro de 1930, por iniciativa de Alberto Nupieri e com a colaboração de renomados médicos, como Oscar Monteiro de Barros e Domingos Rubião Alves Meira, foi fundada a *Associação Paulista de Medicina*. Cento e quarenta médicos reuniram-se no anfiteatro da Faculdade de Medicina de São Paulo, à Rua Brigadeiro Tobias, convocados por Rubião Meira,

Fotos: postais de São Paulo, década de 1920

Postais da década de 1920, retratando o Hospital do Isolamento e o Hospital da Beneficência Portuguesa

Foto: postais de São Paulo, década de 1920

Postal da década de 20, retratando a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo

e instituíram a nova entidade. Dois anos depois, a associação congregava 650 médicos, número bastante representativo da categoria. Reconhecida como de utilidade pública pelo decreto federal nº 15.580, de maio de 1944, passou a receber notáveis profissionais da classe médica de todo o Estado de São Paulo.

Desde a presidência de Oscar Monteiro de Barros, no biênio 1943-1944, a Associação começou a projetar sua sede própria. As gestões profícuas de Jairo Ramos (1945-1952 e 1955-1956) possibilitaram a construção do edifício da Avenida Brigadeiro Luís Antônio número 278, inaugurado em 1951. O terreno foi cedido pelo governador Fernando Costa e o prédio, construído mediante doações e empréstimo bancário.

À semelhança do que ocorria na Itália de Benito Mussolini, Getúlio Vargas apoiou a formação de sindicatos, sob a égide do Ministério do Trabalho. Anos mais tarde, em 1944, durante o IV Congresso Médico Sindicalista, a entidade posicionou-se a favor da existência de um Conselho de Medicina, formalmente criado pelo decreto-lei nº 7.955, de 13 de setembro de 1945. O novo órgão tinha por missão zelar para que se mantivessem os princípios éticos do exercício da Medicina.

A medida sofreu forte resistência por parte de determinados grupos, principalmente dos médicos de São Paulo, pois o Conselho era subordinado ao Ministério do Trabalho e a eficácia de sua atuação nos Estados e na esfera federal era bastante questionada.

Esforçando-se para libertar a categoria das pressões do sindicalismo, os médicos idealizaram a criação de um órgão associativo que, além de congregar profissionais de todo o país, não mais ficasse sob a tutela governamental. Nessa época, a maioria exercia a profissão nos consultórios, em hospitais particulares ou em órgãos governamentais ligados à saúde pública.

Em 1949, quando Ademar Pereira de Barros governou São Paulo, os médicos que integravam o quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde promoveram campanha para reivindicar melhores condições de trabalho e remuneração. A repercussão do movimento colocou em pauta a necessidade de uma instituição médica nacional que, além de defender os interesses dos profissionais, lutasse pelo progresso da ciência médica e pela preservação de seus valores éticos. Foi quando dois expoentes da área, os professores Alípio Corrêa Netto e Jairo de Almeida Ramos, idealizaram a Associação Médica Brasileira. Era imperioso reunir os profissionais dispersos e aproximar as entidades regionais já existentes, como a Associação Paulista de Medicina.

Em 23 de janeiro de 1951, por ocasião do Congresso do Brasil Central, realizado em Uberaba para discutir o tema *Socialização da Medicina* e denunciar a situação da classe médica face à progressiva socialização da profissão, Bolívar de Sousa Lima, diretor da Associação Médica de Minas Gerais, lançou a criação da nova entidade. Os defensores da ideia sabiam que o início não seria fácil, pois interesses médicos e políticos raras vezes são consensuais. Disse então Sousa Lima:

> *"Dada a importância desse Congresso, altamente representativo de uma grande parte da classe médica do País, proponho, como corolário desta exposição, que parta daqui com caráter oficial o plano de organização da Associação Médica Brasileira, que compreende essencialmente: fixação de local e data para um Congresso especialmente reunido para esse fim; solicitação a todas as entidades estaduais do País e aos médicos em geral para que preparem teses e estatutos para a futura AMB, a serem debatidos e aprovados no referido Congresso."*

Com a presença da grande maioria das sociedades médicas estaduais, no dia 26 de janeiro daquele ano, durante o III Congresso da Associação Paulista de Medicina, foi finalmente criada a Associação Médica Brasileira. Ficou decidido que a sede da entidade seria em São Paulo e elegeu-se uma diretoria provisória, sob o comando de Alípio Corrêa Netto, que declarou:

> *"Fui incumbido de presidir uma comissão provisória para organizar os estatutos da Associação Brasileira de Medicina. O anteprojeto desses estatutos já foi elaborado e enviado para todas as associações estaduais do País e já recebemos propostas de modificações de diversas*

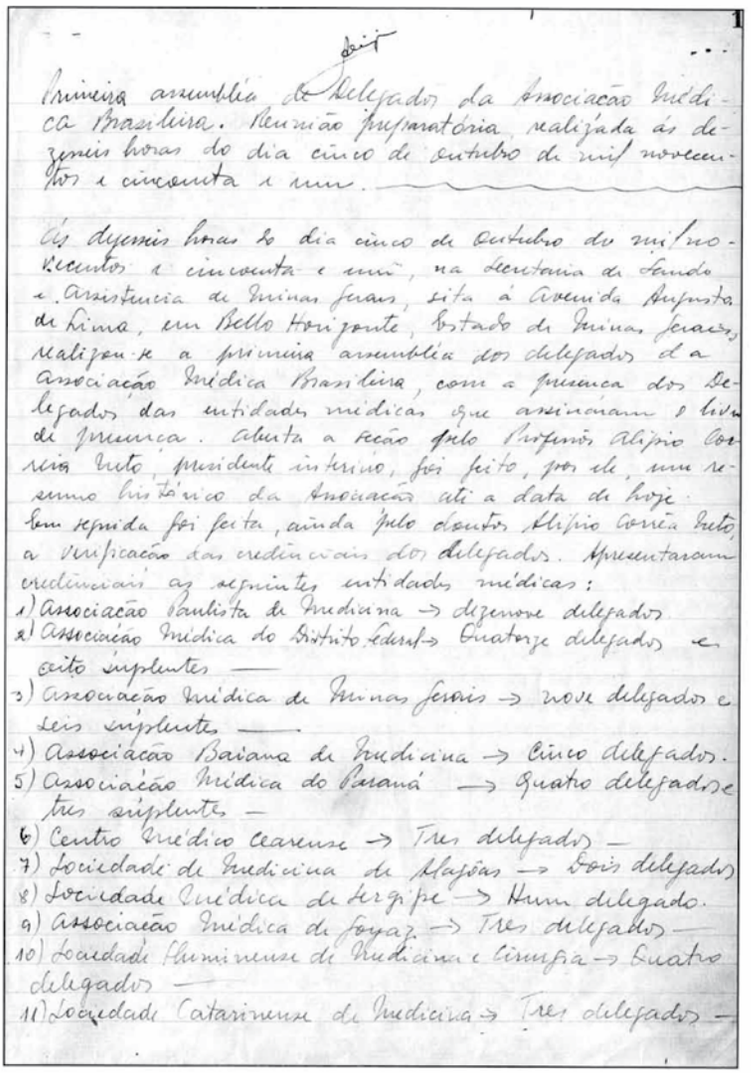
delas, já tendo sido marcada reunião para sua aprovação e registro, o que será feito em outubro, em Belo Horizonte. Só depois dessa reunião é que a AMB poderá interferir em problemas da classe médica... Somente a partir dessa reunião é que a classe médica terá oportunidade de fazer ouvir sua voz. Só depois de fundada e legalizada essa organização é que poderemos falar em nome da classe médica. Só então poderá ser declarado se é conveniente, útil ou não a Ordem dos Médicos".

Trabalharam com Alípio Corrêa Netto, auxiliando-o na elaboração dos estatutos, Nelson Planet, Febus Gikovati, Dorival Fonseca Ribeiro e Luís E. Puech Leão. O anteprojeto deveria ser submetido, em seguida, à apreciação das sociedades estaduais.

Tendo como escopo a luta pela defesa dos profissionais, sua união, o aperfeiçoamento da cultura científica e a solução de problemas de natureza social, o projeto estabelecia o número de delegados da entidade, tomando por base a quantidade de médicos de cada Estado. A primeira reunião dos delegados eleitos ocorreu entre 5 e 7 de outubro, na cidade de Belo Horizonte, com representantes da Sociedade de Medicina de Alagoas (3), da Associação Baiana de Medicina (5), do Centro Médico Cearense (3), da Associação Médica do Distrito Federal (14), da Sociedade Espírito-Santense de Medicina e Cirurgia (1), da Associação Médica de Goiás (3), da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Maranhão (1), da Associação Médica de Minas Gerais (9), da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Niterói (3), da Associação Médica do Paraná (4), da Sociedade de Medicina de Pernambuco (2), da Associação Piauiense de Medicina (1), da Associação Médica de Porto Alegre (1), da Associação Catarinense de Medicina (3), da Associação Paulista de Medicina (19) e da Sociedade de Medicina de Sergipe (1). Depois de exaustiva discussão, aprovaram o estatuto definitivo, elaborado à semelhança da Associação Médica Americana.

O órgão soberano da entidade, a Assembleia dos Delegados, contaria, no mínimo, com dois representantes de cada Estado; outros membros completariam tal representação, em número proporcional à quantidade de sócios quites das sociedades federadas. O Conselho Deliberativo, com poder orientador e consultivo, seria integrado pelos presidentes das instituições regionais. Quanto à Diretoria, cabiam-lhe funções administrativas e executivas, apoiadas por seis comissões permanentes: Científica, Ensino

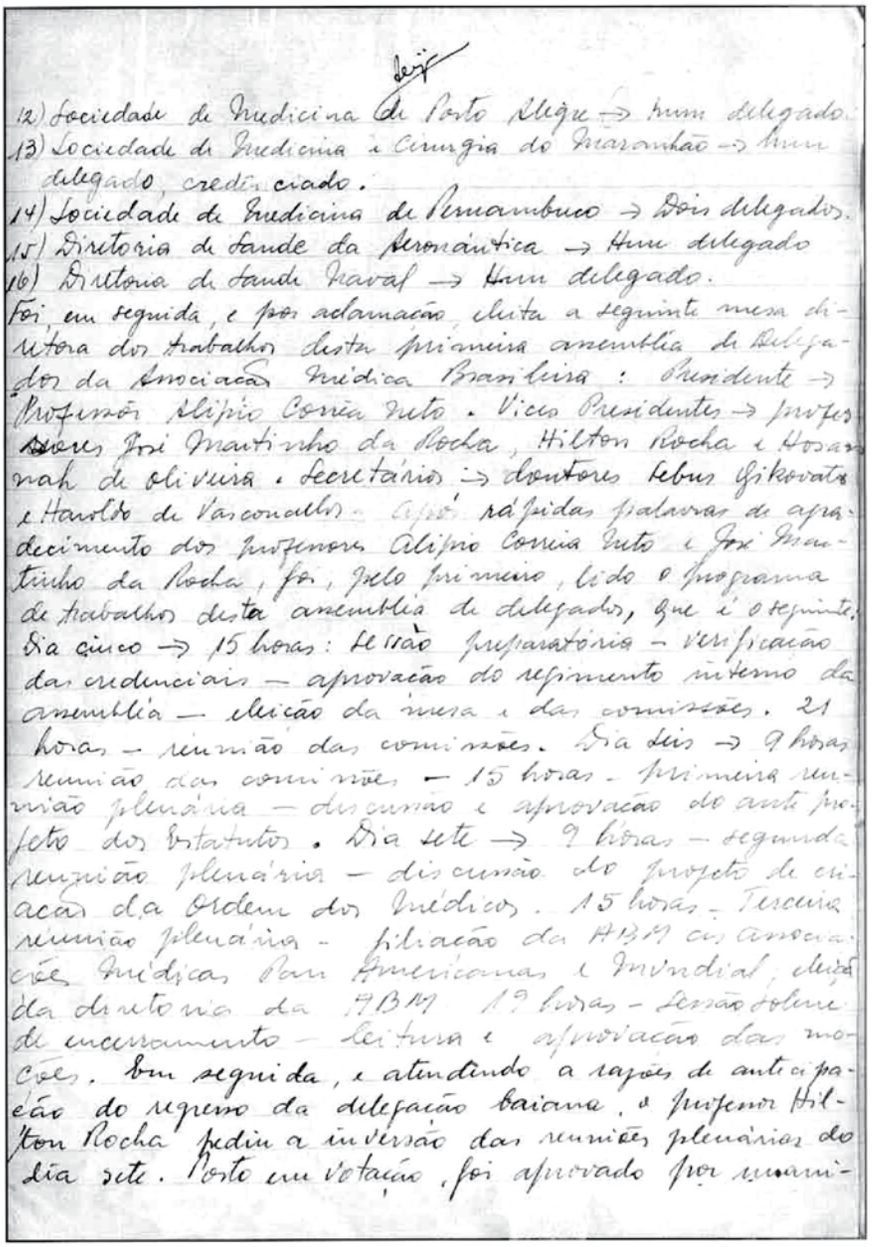
Ata da Primeira Assembleia de Delegados da Associação Médica Brasileira, reunião realizada no dia 5 de outubro de 1951



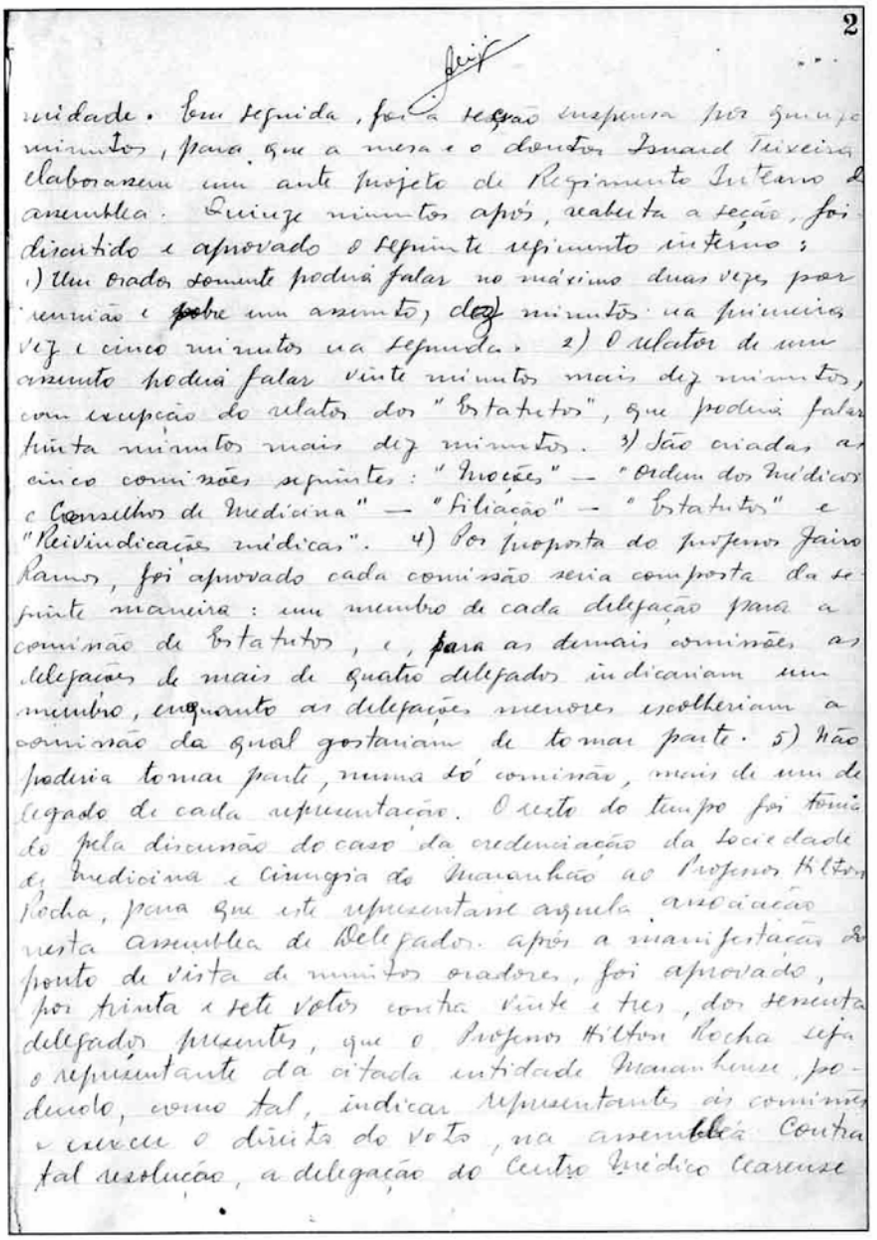
1

Primeira assembléa de Delegados da Associação Médica Brasileira. Reunião preparatória, realizada às dezenove horas do dia cinco de outubro de mil novecentos e cincoenta e um. ——————

Ás dezenove horas do dia cinco de outubro de mil novecentos e cincoenta e um, na Secretaria da Fundação e Assistencia de Minas Gerais, sita à Avenida Augusto de Lima, em Bello Horizonte, Estado de Minas Gerais, realizou-se a primeira assembléa dos delegados da Associação Médica Brasileira, com a presença dos Delegados das entidades médicas que assinaram o livro de presença. Aberta a sessão pelo Professor Alípio Corrêa Neto, presidente interino, foi feito, por ele, um resumo histórico da Associação até a data de hoje. Em seguida foi feita, ainda pelo doutor Alípio Corrêa Neto, a verificação das credenciais dos delegados. Apresentaram credenciais as seguintes entidades médicas:
1) Associação Paulista de Medicina → dezenove delegados
2) Associação Médica do Distrito Federal → Quatorze delegados e oito suplentes ——
3) Associação Médica de Minas Gerais → nove delegados e seis suplentes ——
4) Associação Baiana de Medicina → Cinco delegados.
5) Associação Médica do Paraná —→ Quatro delegados e tres suplentes —
6) Centro Médico Cearense → Tres delegados —
7) Sociedade de Medicina de Alagôas —→ Dois delegados
8) Sociedade Médica de Sergipe —→ Hum delegado.
9) Associação Médica de Goyaz → Tres delegados —
10) Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia → Quatro delegados —
11) Sociedade Catarinense de Medicina → Tres delegados —

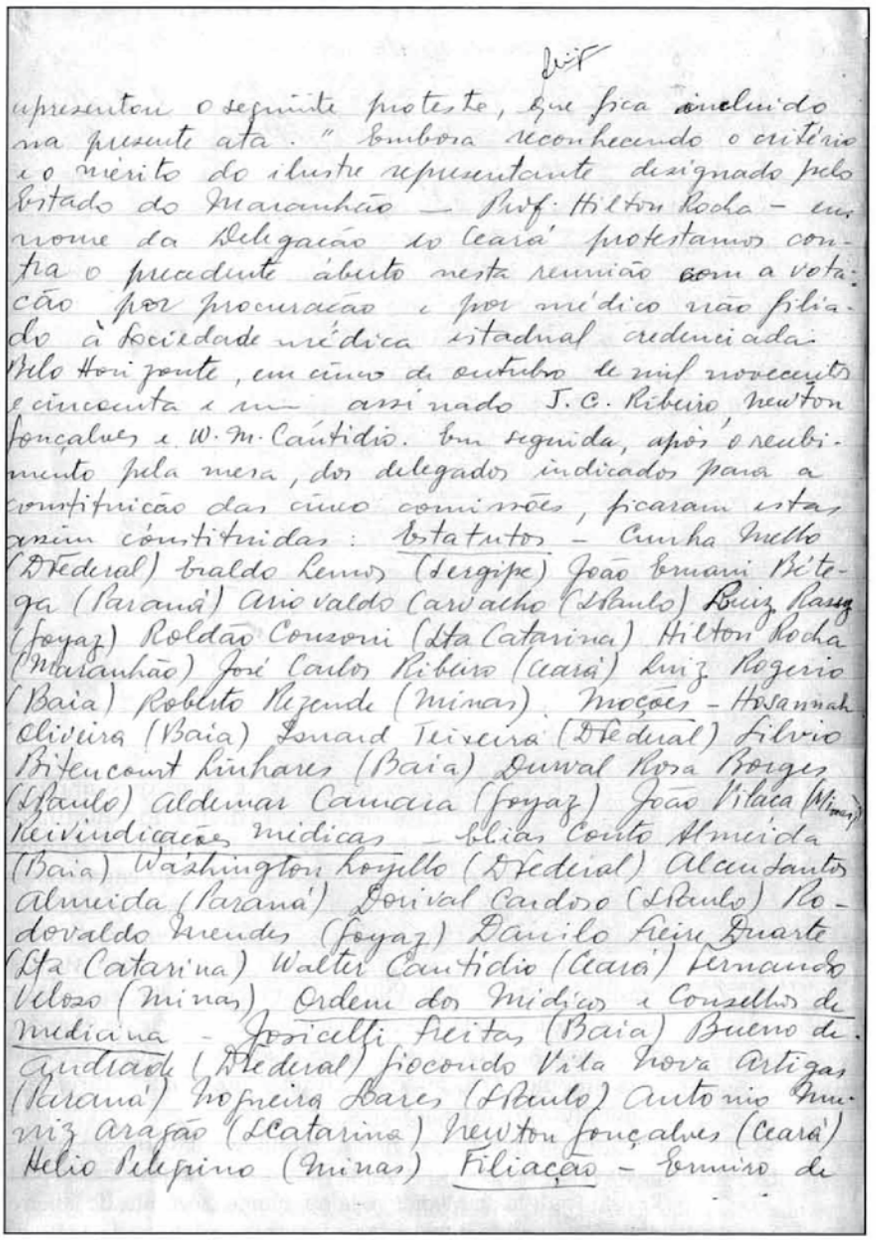


12) Sociedade de Medicina de Porto Alegre → hum delegado.
13) Sociedade de Medicina e Cirurgia do Maranhão → hum delegado, credenciado.
14) Sociedade de Medicina de Pernambuco → Dois delegados.
15) Diretoria de Saude da Aeronáutica → Hum delegado
16) Diretoria de Saude Naval → Hum delegado.
Foi, em seguida, e por aclamação, eleita a seguinte mesa diretora dos trabalhos desta primeira assembléa de delegados da Associação Médica Brasileira: Presidente → Professor Alipio Correia Neto. Vice Presidentes → professores José Martinho da Rocha, Hilton Rocha e Rosannah de Oliveira. Secretários → doutores Hebus Gikovate e Haroldo de Vasconcellos. Após rápidas palavras de agradecimento dos professores Alipio Correia Neto e José Martinho da Rocha, foi, pelo primeiro, lido o programa de trabalhos desta assembléa de delegados, que é o seguinte: Dia cinco → 15 horas: Sessão preparatória – verificação das credenciais – aprovação do regimento interno da assembléa – eleição da mesa e das comissões. 21 horas – reunião das comissões. Dia seis → 9 horas reunião das comissões – 15 horas – primeira reunião plenária – discussão e aprovação do anti projeto dos Estatutos. Dia sete → 9 horas – segunda reunião plenária – discussão do projeto de criação da Ordem dos Médicos. 15 horas – Terceira reunião plenária – filiação da AMB as Associações Médicas Pan Americana e Mundial, eleição da diretoria da AMB 19 horas – Sessão solene de encerramento – leitura e aprovação das moções. Em seguida, e atendendo a razões de antecipação do regresso da delegação baiana, o professor Hilton Rocha pediu a inversão das reuniões plenárias do dia sete. Posto em votação, foi aprovado por unani-

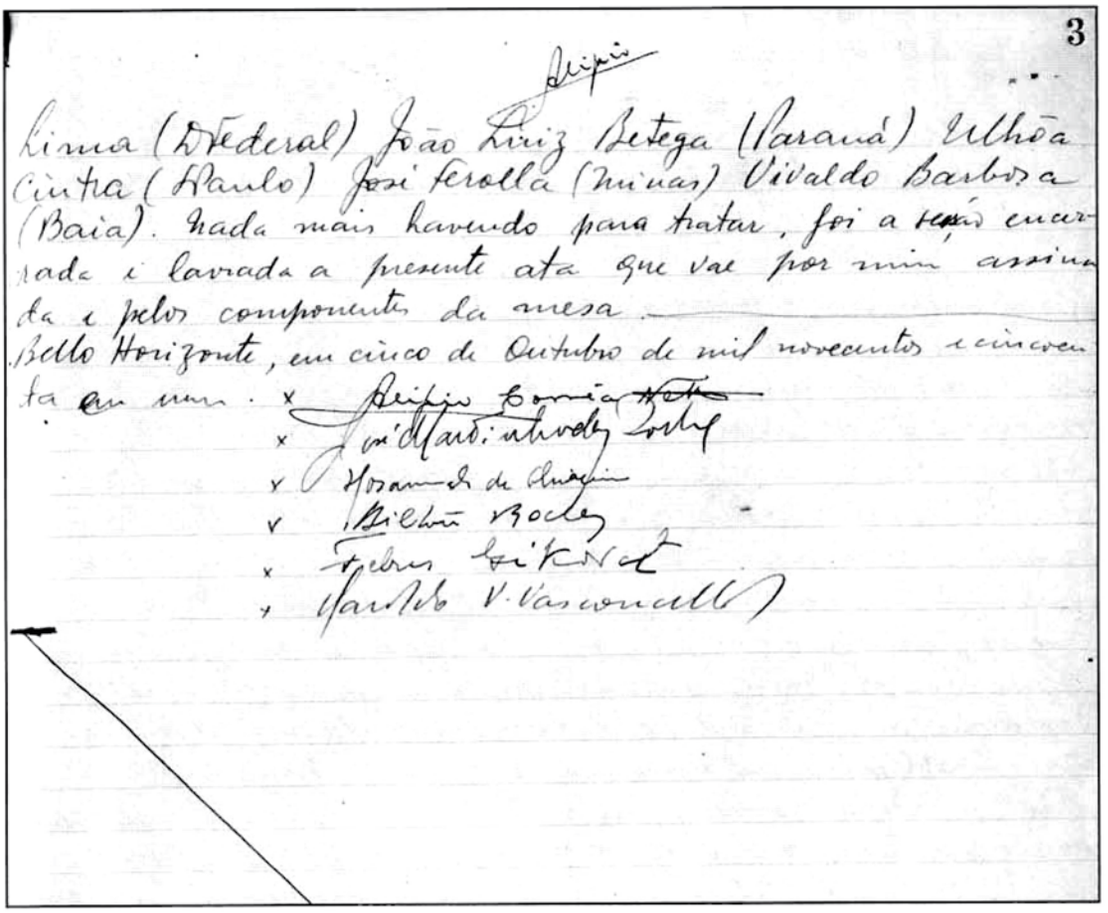


2

nidade. Em seguida, foi a sessão suspensa por quinze minutos, para que a mesa e o doutor Ismael Teixeira elaborassem um ante projeto de Regimento Interno da assembléa. Quinze minutos após, reaberta a seção, foi discutido e aprovado o seguinte regimento interno: 1) Um orador somente poderia falar no máximo duas vezes por reunião e sobre um assunto, dez minutos na primeira vez e cinco minutos na segunda. 2) O relator de um assunto poderia falar vinte minutos mais dez minutos, com exceção do relator dos "Estatutos", que poderia falar trinta minutos mais dez minutos. 3) São criadas as cinco comissões seguintes: "Moções" — "Ordem dos Médicos e Conselhos de Medicina" — "Filiação" — "Estatutos" e "Reivindicações médicas". 4) Por proposta do professor Jairo Ramos, foi aprovado cada comissão seria composta da seguinte maneira: um membro de cada delegação para a comissão de Estatutos, e, para as demais comissões as delegações de mais de quatro delegados indicariam um membro, enquanto as delegações menores escolheriam a comissão da qual gostariam de tomar parte. 5) Não poderia tomar parte, numa só comissão, mais de um delegado de cada representação. O resto do tempo foi tomado pela discussão do caso da credenciação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Maranhão ao Professor Hilton Rocha, para que este representasse aquela associação nesta assembléa de Delegados. após a manifestação de ponto de vista de muitos oradores, foi aprovado, por trinta e sete votos contra vinte e três, dos setenta delegados presentes, que o Professor Hilton Rocha seja o representante da citada entidade Maranhense, podendo, como tal, indicar representantes às comissões e exercer o direito do voto, na assembléa. Contra tal resolução, a delegação do Centro Médico Cearense



apresentou o seguinte protesto, que fica incluido na presente ata. " Embora reconhecendo o critério e o mérito do ilustre representante designado pelo Estado do Maranhão — Prof. Hilton Rocha — em nome da Delegação do Ceará protestamos contra o precedente aberto nesta reunião com a votação por procuração e por médico não filiado à Sociedade médica estadual credenciada. Belo Horizonte, em cinco de outubro de mil novecentos e cincoenta e um assinado J. C. Ribeiro, Newton Gonçalves e W. M. Cantídio. Em seguida, após o recebimento pela mesa, dos delegados indicados para a constituição das cinco comissões, ficaram estas assim constituidas: Estatutos — Cunha Mello (D.Federal) Eraldo Lemos (Sergipe) João Ernani Bétega (Paraná) Ariovaldo Carvalho (S.Paulo) Luiz Rassy (Goyaz) Roldão Consoni (Sta Catarina) Hilton Rocha (Maranhão) José Carlos Ribeiro (Ceará) Luiz Rogerio (Baia) Roberto Rezende (Minas). Moções — Hosannah Oliveira (Baia) Isnard Teixeira (D.Federal) Silvio Bitencourt Linhares (Baia) Durval Rosa Borges (S.Paulo) Aldemar Camara (Goyaz) João Vilaça (Minas) Reivindicações médicas — Elias Couto Almeida (Baia) Washington Loyello (D.Federal) Alcendantos Almeida (Paraná) Dorival Cardoso (S.Paulo) Rodovaldo Mendes (Goyaz) Danilo Freire Duarte (Sta Catarina) Walter Cantídio (Ceará) Fernando Veloso (Minas) Ordem dos Médicos e Conselhos de Medicina — Josicelli Freitas (Baia) Bueno de Andrade (D.Federal) Giocondo Vila Nova Artigas (Paraná) Nogueira Soares (S.Paulo) Antonio Muniz Aragão (S.Catarina) Newton Gonçalves (Ceará) Helio Pelegrino (Minas) Filiação — Ermiro de



3

Lima (DFederal) João Luiz Betega (Paraná) Ulhôa Cintra (Paulo) José Ferolla (Minas) Vivaldo Barbosa (Baia). Nada mais havendo para tratar, foi a sessão encerrada e lavrada a presente ata que vae por mim assinada e pelos componentes da mesa.

Bello Horizonte, em cinco de Outubro de mil novecentos e cincoenta e um.

Médico, Saúde Pública, Finanças, Assistência e Previdência Social e Defesa Profissional. A Associação dispunha de estatuto único, mas, como órgão federativo, preservava o patrimônio e a individualidade de cada entidade estadual.

A diretoria eleita para o biênio 1951-1953 tinha como titulares:

Presidente: Alípio Corrêa Netto (SP)

1º Vice-Presidente: José Martinho da Rocha (DF)

2º Vice-Presidente: Hilton Ribeiro da Rocha (MG)

3º Vice-Presidente: Hosannah de Oliveira (BA)

Secretário-Geral: Dorival Macedo Cardoso (SP)

Subsecretário: Haroldo Vieira Vasconcelos (DF)

Tesoureiro: Osvaldo Lange (SP)

Subtesoureiro: Eraldo Lemos (SE)

Como órgãos assessores da Diretoria, figuravam:

- Assistência e Previdência Social: Haroldo Vieira Vasconcelos (DF), Antônio Muniz de Aragão (SC), Durval de Rosa Borges (SP) e Lucas M. Machado (MG);
- Saúde Pública: José Martinho da Rocha (DF) e Túlio Rapone (RS);
- Defesa Profissional: Dorival Macedo Cardoso (SP), Luís Rogério de Sousa (BA), Milton Munhoz (PR) e Afonso Taylor da Cunha Melo (DF);
- Científica: Hilton Rocha (MG), Rubens Maciel (RS), Ermiro de Lima (DF) e Augusto Mascarenhas (BA);
- Finanças: Oswaldo Lange (SP), Bruno Maia (PE), Antônio B. Lefèvre (SP) e Haroldo Juaçaba (CE);
- Ensino Médico: Hosannah de Oliveira (BA), Antônio de Ulhoa Cintra (SP), Oscar Versiani (MG) e Jurandir Picanço (CE).

Além de enviar ao Congresso Nacional o pedido de anulação do decreto-lei número 7.955, a Associação tomou outras resoluções: encaminhou às congregações das faculdades médicas federais um ofício sobre a carreira do magistério na área, postulando a criação dos cargos de instrutor, professor adjunto e assistente; dispôs-se a fazer um levantamento das condições em que viviam os médicos, para que fossem atendidas suas necessidades básicas; e posicionou-se contrária à exploração da venda dos livros científicos necessários à complementação e à atualização dos médicos.

Em sua sede recém-inaugurada, a Associação Paulista de Medicina sentiu-se honrada por acolher a primeira instalação da Associação Médica Brasileira. O centro da cidade de São Paulo, onde fica o prédio de 14 andares que até hoje abriga a federada paulista, efervescia então com as manifes-

tações culturais e políticas que caracterizaram o período pós-Estado Novo.

Em 1952, a Associação redigiu o *Memorial dos médicos*, em que constavam as principais reivindicações da categoria. As diferentes causas em que se empenhava tornavam-na cada vez mais prestigiada. Entre os itens do documento assinado pelo presidente Alípio Corrêa Netto, constava: "o que pedem os médicos funcionários públicos civis, autárquicos e os paraestatatais é que sejam colocados em igualdade de condições com seus colegas da Prefeitura do Distrito Federal, do Estado de São Paulo e da Prefeitura de São Paulo. Não se trata, portanto, de nenhum privilégio; cogita-se apenas de uma equiparação".

Sem renda própria, a entidade passou a funcionar na sede da Associação Paulista de Medicina, presidida por Jairo Ramos, que lhe dava também apoio financeiro. À guisa de adiantamento, recebia até vinte mil cruzeiros mensais, valor a ser reembolsado à medida que as associações depositassem suas contribuições.

A revista da Associação Paulista de Medicina começou a publicar, em janeiro de 1952, o *Boletim da Associação Médica Brasileira,* que ficou conhecido por suas iniciais: *BAMB*. O periódico trazia informações sistemáticas sobre a instituição, além de notícias de interesse dos associados. A partir de março de 1954, a publicação ganhou autonomia,

Foto: acervo da APM

Prédio da Associação Paulista de Medicina, em 1951, vista da frente mostrando apenas 9 pavimentos – primeira sede da AMB

sob o título de *Revista da Associação Médica Brasileira*, com tiragem de 14 mil exemplares e periodicidade trimestral.

Em 30 de janeiro de 1953, no Rio de Janeiro, quando da realização da quarta reunião do Conselho Deliberativo, foi finalmente aprovado o Código de Ética da Associação. Inúmeros foram os debates, no período, quanto ao enquadramento dos médicos no serviço público federal. De acordo com

o plano de carreira do funcionalismo, a letra "O" era o nível mais alto, e os profissionais da medicina procuravam garantir com ela seu prestígio e reconhecimento social. Várias paralisações foram então realizadas, visando à aprovação do projeto de lei nº 1.082, de 1950, em tramitação no Congresso Nacional. Apesar de vetá-lo, o presidente Café Filho garantiu o aumento salarial pleiteado pelos médicos.

Desde a aprovação do decreto-lei nº 7.955, em 1945, que criara os Conselhos de Medicina, Jairo Ramos lutava para que as entidades fossem autônomas. Apoiado por Alípio Corrêa Netto, convocou eleições para a primeira diretoria do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, em 1955. Às forças da Associação Paulista de Medicina e da Associação Médica Brasileira juntava-se agora a do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, tendo à frente o presidente eleito, Flamínio Fávero.

Assinada por Juscelino Kubitschek dois anos depois, a lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, determinava que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina passavam a constituir em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Em outubro de 1956, na cidade de Ribeirão Preto, ocorreu o Primeiro Congresso da Associação Médica Brasileira, com a presença de renomados conferencistas nacionais e estrangeiros. Outras conquistas importantes podem ser a ela tributadas, nesses primeiros anos. A mais significativa, no entanto, foi a obrigatoriedade de inclusão, nos Conselhos Regionais e no Conselho Federal de Medicina, de representante da Associação Médica Brasileira, conforme estabelecido na referida lei nº 3.268, de 1957.

A entidade crescia, pela atuação sempre enérgica de seus dirigentes. Em 1973, contando com aproximadamente 25 mil associados, conseguiu adquirir a atual sede, à Rua São Carlos do Pinhal número 324, por Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), valor obtido por empréstimo da Caixa Econômica Federal.

O aumento do número de associados e a intervenção contínua da Associação nas causas que lhe são afetas – melhoria do ensino e do atendimento médico, distribuição mais equilibrada de profissionais em território brasileiro, problemas relacionados com a assistência médica previdenciária, aproximação com os gestores públicos e tantas outras – modificaram a dinâmica de seu veículo de comunicação. Em junho de 1962, o boletim passou a ter nova periodicidade, tornando-se semanal, com o nome de *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB),* em tiragem de 20 mil exemplares.

Hoje, a Associação Médica Brasileira representa 350 mil médicos, distribuídos em 27 unidades federativas filiadas em todo o território brasileiro e 50 sociedades de especialidade. Uma de suas atribuições mais importantes é a qualificação dos médicos, mediante títulos emitidos com base em rigorosa avaliação de conhecimento e desempenho profissional nas diferentes áreas. Empenha-se também na implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, na formulação de Diretrizes e em campanhas diversas, como a que recentemente abraçou contra os abusos cometidos por determinadas empresas operadoras de planos e seguros de saúde.

Ao evocar as circunstâncias de origem e a formação da Associação, na oportunidade das comemorações de seu 60º aniversário, é fundamental reconhecer, nessa longa trajetória, o cumprimento da missão que a justificou: defender a qualidade da saúde no Brasil e a dignidade dos profissionais da Medicina.

Foto: arquivo AMB

Sede da AMB, adquirida em 1973, à Rua São Carlos do Pinhal, número 324 – Bela Vista – São Paulo/SP

Os Presidentes e Suas Diretorias

Os 60 anos de atuação da Associação Médica Brasileira são o testemunho das lutas dos médicos, que dedicaram grandes esforços à busca da melhoria da qualidade de atendimento oferecido aos cidadãos brasileiros, ao mesmo tempo que procuraram resgatar a dignidade de sua atuação profissional.

As batalhas foram muitas, o trabalho árduo, vitórias foram alcançadas, mas ainda há muito a conquistar. A regulamentação do Ato Médico, a destinação pelo Governo Federal de recursos adequados para a Saúde, a adoção do PCCV e da CBHPM para a remuneração profissional e a criação da Carreira de Estado para os médicos do SUS são algumas das reivindicações atualmente em pauta.

O caminho é longo, difícil e tortuoso, mas grupos de médicos dedicam-se sucessivamente a trabalhar, para melhorar sempre a Medicina Brasileira. Neste capítulo, recordamos os colegas que contribuíram para o engrandecimento da profissão atuando na AMB. Apresentamos as Diretorias, traçamos uma breve biografia dos Presidentes e elencamos os fatos mais expressivos de cada gestão. Optamos por colocar ao lado do nome de cada Presidente a sigla do estado em que exerceu sua atividade profissional de médico e não a sigla de seu estado de nascimento.

Foi um grande prazer acompanhar o quanto progredimos nesta caminhada. Afinal, o trabalho de cada homem é o resultado do esforço coletivo dos que o precederam e dos que o circundam.

Fotos: "Os Presidentes e suas Diretorias": Acervo AMB

Alípio Corrêa Netto (SP)

Nasceu em 1898, na cidade de Cataguazes, Minas Gerais, formado pela antiga Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Trabalhou ativamente formando médicos como Euryclides de Jesus Zerbini, Eduardo Etzel, Arrigo Antonio Raia, Irany Novah Moraes, Rubens Monteiro de Arruda, Jorge Zaidam, Joaquim Vieira Filho, entre outros. Conseguiu liderança entre destacados cirurgiões de sua época. Participou na Segunda Grande Guerra como Chefe do Serviço Médico da Força Expedicionária Brasileira na Itália. Exerceu cargos políticos, sendo secretário do Estado, deputado, reitor da Universidade de São Paulo e primeiro presidente da Associação Médica Brasileira. Dirigiu a Entidade inicialmente como presidente provisório, depois como presidente efetivo.

No dia 30 de janeiro de 1953, durante a IV Reunião do Conselho Deliberativo, ocorrida no Rio de Janeiro, foi aprovado o Código de Ética da AMB. Neste mesmo ano, a entidade anunciava o início da publicação da Revista da AMB. Seu primeiro número foi editado em março de 1954, com uma tiragem de 14 mil exemplares e periodicidade trimestral. Com pulso firme, mas conciliador, o professor Alípio estruturou a AMB, que ganhou prestígio, reuniu a classe e a fortaleceu.

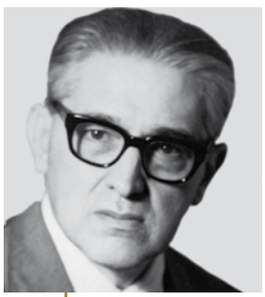
Diretoria 1951-1953

- 1º Vice-Presidente:
  José Martinho da Rocha (DF)
- 2º Vice-Presidente:
  Hilton Ribeiro da Rocha (MG)
- 3º Vice-Presidente:
  Hosannah de Oliveira (BA)
- Secretário-Geral:
  Dorival Macedo Cardoso (SP)
- Subsecretário:
  Haroldo Vieira de Vasconcellos (DF)
- Tesoureiro:
  Oswaldo Lange (SP)
- Subtesoureiro:
  Eraldo Lemos (SE)

Diretoria 1953-1955

- 1º Vice-Presidente:
  Hilton Ribeiro da Rocha (MG)
- 2º Vice-Presidente:
  Iseu de Almeida e Silva (RJ)
- 3º Vice-Presidente:
  Hosannah de Oliveira (BA)
- Secretário-Geral:
  Dorival Macedo Cardoso (SP)
- Subsecretário:
  Murillo Bastos Belchior (RJ)
- Tesoureiro:
  Mário de Souza Soares (SP)
- Subtesoureiro:
  Roaldo A. Koehler (PR)

Hilton Ribeiro da Rocha (MG)



Nasceu em 1911, na cidade de Cambuqueira, no interior de Minas Gerais. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais, foi professor assistente de clínica oftalmológica, chegando à livre docência. Organizou o primeiro curso de pós-graduação no Brasil, organizado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais. Presidiu o Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

É considerado uma das figuras lendárias e pioneiras na oftalmologia brasileira. Grande humanista, notável literato, emérito professor, estudioso da língua portuguesa, escritor, tornou-se membro da Academia Mineira de Letras, ocupando a cadeira número 21. Na AMB, foi empossado durante a Assembleia de Delegados realizada em Recife, Pernambuco. Em sua gestão, foi realizado o primeiro congresso da AMB, na cidade de Ribeirão Preto, entre os dias 23 e 27 de outubro de 1956. Nesse congresso, o ensino da Medicina foi esmiuçado, dele saindo um estudo sobre ensino médico que enviado ao então Ministro da Educação, Clóvis Salgado e adotado quase integralmente pela legislação que viria a reger o assunto.

Foi também sob a presidência de Hilton da Rocha que se organizaram os Conselhos de Medicina. E, em 30 de setembro de 1957, a lei 3.268 determinou a inclusão obrigatória de um representante da associação médica local, filiada à AMB, além de outro representante, para integrar o Conselho Federal de Medicina.

Diretoria 1955-1957

- 1º Vice-Presidente:
  Iseu de Almeida e Silva (RJ)
- 2º Vice-Presidente:
  Bruno Maia (PE)
- 3º Vice-Presidente:
  Bruno Marsiaj (RS)
- Secretário-Geral:
  Dorival Macedo Cardoso (SP)
- Subsecretário:
  Murillo Bastos Belchior (RJ)
- Tesoureiro:
  Hilton Neves Tavares (SP)
- Subtesoureiro:
  Joaquim Madeira Neves (SC)

Iseu de Almeida e Silva (RJ)

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, presidiu o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro e o Conselho Federal de Medicina.

Eleito por chapa única, sua gestão foi marcada pela luta em prol dos interesses da classe e constantes apelos ao governo pelo aumento do valor da então chamada Unidade de Serviço.

Em 1958, a Assembleia de Delegados instituiu o "Regimento dos Departamentos Científicos da AMB", em que a entidade firmava convênios com sociedades especializadas para integrar seus departamentos científicos. Nessa década, médicos apresentavam orgulho pela sua condição de associados de entidades de classe, como a AMB, já que nessa época, os médicos eram profissionais liberais, viviam do ganho de trabalho, em consultórios ou em hospitais, por vezes, em emprego público e também o atendimento gratuito em hospitais beneficentes.

Em fevereiro de 1959, reuniram-se trinta e cinco médicos para assentar as bases da fundação da Associação Médica de Brasília, que seria filiada à AMB.

Em sua gestão, aconteceu o II Congresso da AMB, realizado entre 29 de setembro e 4 de outubro de 1959, em Belo Horizonte. Seu tema principal foi "Organização da Assistência Médica no Brasil". O congresso contou com a presença de técnicos estrangeiros, provenientes de países em que o assunto era mais estudado, como Estados Unidos, Inglaterra, França, Israel, Suécia, Itália e África do Sul. Em sua programação social o evento contou com uma apresentação da Orquestra Sinfônica Brasileira, regida pelo maestro Eleazar de Carvalho.

Diretoria 1957-1959

- 1º Vice-Presidente:
  José Bolivar Drummond (MG)
- 2º Vice-Presidente:
  Antônio Moniz de Aragão (SC)
- 3º Vice-Presidente:
  Bruno Maia (PE)
- Secretário-Geral:
  Dorival Macedo Cardoso (SP)
- 1º Secretário:
  Luiz Gonzaga Murat (SP)
- 2º Secretário:
  Jairo Pombo do Amaral (RJ)
- 1º Tesoureiro:
  Fausto Figueira de Mello (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Fausto Seabra (SP)
- 3º Tesoureiro:
  João Manoel Carvalho Filho (ES)

Antônio Moniz de Aragão (SC)

Nasceu em 1903, na cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Ortopedista e Traumatologista, formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1927. Presidiu a Associação Catarinense de Medicina, de 1955 a 1959; a Associação Médica Mundial, de 1961 a 1963; foi Conselheiro do Conselho Federal de Medicina, em 1964, e Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, de 1973 a 1977. Patrono da cadeira nº 1 da Academia Catarinense de Medicina, é o primeiro médico inscrito no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina.

Manteve estreito relacionamento com as autoridades governamentais. Em sua gestão, a principal preocupação da entidade foi a assistência médico-hospitalar.

O II Congresso da AMB também marcou a posse da nova diretoria da AMB. O então Presidente da República, Juscelino Kubitscheck de Oliveira (1902-1976), delegou poderes ao ministro da saúde, Mário Pinotti, para representá-lo e ler seu discurso durante o congresso: *"meu governo não faltará com o decidido apoio às iniciativas que nascerem de vossas reuniões. Assegurando-vos este apoio, dizendo-vos que planejarei ao vosso lado, sei que estou trabalhando pelos mais genuínos interesses da nacionalidade"*.

O primeiro Boletim da AMB em formato tabloide (número 24), de dezembro de 1959, trouxe, em sua primeira página uma "saudação mensagem" do ministro Mário Pinotti, elogiando a atuação da AMB em prol da classe médica e apresentava um panorama da Medicina na época. O edital revelava que a parcial estatização mudava as condições de vida do médico, que existia carência de médicos no Brasil (no interior, 900 municípios não tinham médicos).

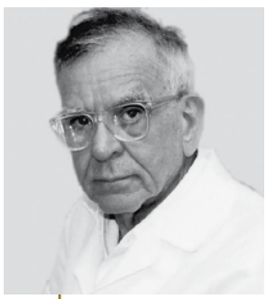
Um telegrama do Secretário-Geral, e logo a seguir o noticiário das agências telegráficas internacionais trouxeram ao conhecimento dos médicos brasileiros a auspiciosa notícia de que o presidente

da Associação Médica Brasileira havia sido elevado ao honroso cargo de Presidente Eleito da Associação Médica Mundial (WMA), ao mesmo tempo em que a assembleia da WMA, em Berlim, havia escolhido o Rio de Janeiro para a sede de sua reunião de 1961.

Diretoria 1959-1961

- 1º Vice-Presidente:
  Oromar Moreira (MG)
- 2º Vice-Presidente:
  Mário Degni (SP)
- 3º Vice-Presidente:
  Walter Ghezzi (SP)
- Secretário-Geral:
  Dorival Macedo Cardoso (SP)
- 1º Secretário:
  Waldemar Ferreira de Almeida (SP)
- 2º Secretário:
  Almir Barbosa Guimarães (RJ)
- 1º Tesoureiro:
  Fausto Figueira de Melo (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Plínio de Toledo Piza (SP)
- 3º Tesoureiro:
  Pedro Cerqueira Lima Netto (PR)

Sebastião de Almeida Prado Sampaio (SP)



Nasceu na cidade de Casa Branca, São Paulo, em 1919. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, foi aprovado em concurso de livre docência, completando sua formação no exterior. Assumiu a cátedra de Dermatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Foi membro do Comitê Internacional de Dermatologia, fundou a Seção de São Paulo da Sociedade Brasileira de Dermatologia e também exerceu o cargo de diretor clínico do Hospital das Clínicas.

A nova diretoria da AMB foi empossada em outubro de 1961, durante a Assembleia de Delegados realizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Nessa época, a principal luta da entidade era equacionar os problemas da assistência médica previdenciária; melhorar a qualidade do ensino médico e lutar por uma distribuição de médicos pelo País.

Em reunião do Conselho Deliberativo, realizada em Recife, decidiu instituir a comissão integrada por representantes da AMB com a incumbência de acompanhar a aplicação da tabela do Departamento Nacional de Previdência Social – DNPS, propor sugestões e aperfeiçoá-la. Outro assunto preocupante era a questão do horário de trabalho, quando o Conselho decidiu enviar ofício ao presidente da República Jânio Quadros, solicitando 33 horas semanais de trabalho.

Em junho de 1962, o Boletim da AMB passa a circular com 20 mil exemplares e a ser editado semanalmente. Mudanças editoriais o transformaram em um jornal, recebendo o nome de Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB).

Diretoria 1961-1963

- 1º Vice-Presidente:
  Álvaro Rubin de Pinho (BA)
- 2º Vice-Presidente:
  Ruy Noronha Miranda (PR)
- 3º Vice-Presidente:
  Jorge Sampaio de Marsillac Motta (RJ)
- 4º Vice-Presidente:
  Calil Porto (MG)
- 5º Vice-Presidente:
  Afonso Bianco (SP)
- Secretário-Geral:
  José Salustiano Filho (SP)
- 1º Secretário:
  Francisco Luiz Cardamone Ranieri (SP)
- 2º Secretário:
  Fran Teixeira Lima (DF)
- 1º Tesoureiro:
  Luiz Fernando Rodrigues Alves (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Salim Moysés Auada (SP)
- 3º Tesoureiro:
  Walter Bittar (GO)

José Luiz Tavares Flores Soares (RS)

Nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 1906. Formou-se pela Faculdade de Porto Alegre, teve rápida ascensão no ensino universitário, chegando a chefe de clínica da Primeira Cátedra de Clínica Médica da Faculdade em que se diplomou.

Foi presidente também da Associação Médica do Rio Grande do Sul; membro fundador e registro número um do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul e do Conselho Federal de Medicina. Recém-formado, foi secretário de redação dos Arquivos Rio-Grandenses de Medicina, deixou muitos discursos e artigos em jornais e revistas, médicas ou não, em defesa da ética, defendendo a união dos médicos em torno de suas entidades. Recebeu honrarias, entre elas a Ordem do Mérito Médico, outorgada pelo governo federal. É o patrono da Cadeira número 41 da Academia Sul-Rio-Grandense de Medicina.

Flores Soares foi empossado durante a realização do II Congresso da AMB, em Fortaleza, Ceará.

Foi, também, na gestão de José Luiz Tavares Flores Soares que a Associação Médica Brasileira deu início às reformas estatutárias, em setembro de 64, quando já contava com um quadro associativo de 20 mil médicos. A luta pelos interesses da classe foi intensificada e constantes apelos ao governo eram realizados para aumento do valor da Unidade de Serviço (US).

Diretoria 1963-1965

- 1º Vice-Presidente:
  Fernando Megre Velloso (MG)
- 2º Vice-Presidente:
  Jair Xavier Guimarães (SP)
- 3º Vice-Presidente:
  Pedro Cerqueira Lima Neto (PR)
- 4º Vice-Presidente:
  Frederico Cavalcanti P. da Carvalheira (PE)
- 5º Vice-Presidente:
  Guaraciaba Quaresma Gama (PA)
- Secretário-Geral:
  Pedro Salomão José Kassab (SP)
- 1º Secretário:
  Hugo Mazzilli (SP)
- 2º Secretário:
  Mário Maia (AC)
- 1º Tesoureiro:
  José Salustiano Filho (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Leonardo Messina (SP)
- 3º Tesoureiro:
  Armando Valério de Assis (SC)

Fernando Megre Velloso (MG)

Nasceu em 1918, no Estado de Minas Gerais. Dedicou-se a Associação Brasileira de Psiquiatria, foi um dos fundadores e a presidiu de 1971 a 1973. Foi Secretário da Saúde e Assistência do Estado de Minas Gerais, de 1971 a 1975. No dia 28 de agosto de 1977, em assembleia da Associação Mundial de Psiquiatria, foi aprovado Membro Honorário Individual como um marco dos seus serviços a esta instituição.

Assumiu a presidência da AMB durante a realização do IV Congresso da AMB, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Em abril de 1967, editou a primeira versão da Tabela de Honorários Médicos da AMB, que inicialmente não foi aceita pelo Departamento Nacional de Previdência Social.

Durante sua gestão, no dia 7 de junho de 1967, um incêndio tomou conta da redação e também do setor de expedição da AMB, destruindo boa parte dos documentos da memória da entidade.

Eleito novamente em 1967, procurou manter a mesma linha de atuação do mandato anterior: defender a classe médica contra o achatamento salarial. Para isso, intensificou o processo para que o DNPS passasse a adotar a Tabela de Honorários Médicos da AMB.

Diretoria 1965-1967

- 1º Vice-Presidente:
  Alberto Vianna Rosa (RS)
- 2º Vice-Presidente:
  Frederico Cavalcanti P. da Carvalheira (PE)
- 3º Vice-Presidente:
  Geraldo Ignácio de Loyola Sodré Martins (BA)
- 4º Vice-Presidente:
  Anuar Auad (GO)
- 5º Vice-Presidente:
  Orlando Rodrigues da Costa (PA)
- Secretário-Geral:
  Pedro Salomão José Kassab (SP)
- 1º Secretário:
  Ítalo Domingos Le Vocci (SP)

- 2º Secretário:
  Ubiratã Ouvinha Peres (DF)
- 3º Secretário:
  José Luiz Guimarães Santos (RJ)
- 1º Tesoureiro:
  José Salustiano Filho (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Gil Soares Bairão (SP)
- 3º Tesoureiro:
  Arnaldo Moura (PR)

Diretoria 1967-1969

- 1º Vice-Presidente:
  Manoel Antonio de Albuquerque (RS)
- 2º Vice-Presidente:
  Rosaldo Carneiro Cavalcanti (PE)
- 3º Vice-Presidente:
  Eduardo C. Kraichette (RJ)
- 4º Vice-Presidente:
  José Cesar de Castro Barreto (GO)
- 5º Vice-Presidente:
  Guaraciaba Quaresma Gama (PA)
- Secretário-Geral:
  Pedro Salomão José Kassab (SP)
- 1º Secretário:
  Joaquim Mendes Santi (SP)
- 2º Secretário:
  Ubiratã Ouvinha Peres (DF)
- 3º Secretário:
  José Luiz Guimarães Santos (RJ)
- 1º Tesoureiro:
  Leonardo Messina (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Luiz Celso Taques (SP)
- 3º Tesoureiro:
  Arnaldo Moura (PR)

Pedro Salomão José Kassab (SP)

Nasceu na cidade de São Paulo, em 1930. Médico e escritor, formou-se pela Universidade de São Paulo, especializou-se em dermatologia, foi Membro do Conselho Consultivo da Fundação Faculdade de Medicina da USP, presidente da AMB por seis gestões, comandou a Associação Médica Mundial.

Exerceu o cargo de diretor-geral do Liceu Pasteur, foi presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e da Câmara de Educação Superior; membro do Conselho de Ética do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar). Pertencia à Academia de Medicina de São Paulo, à Academia Paulista de Letras, ao Conselho da Fundação Antônio Prudente e vários outros órgãos respeitados.

Sua posse na AMB ocorreu em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, com a presença do Governador do Estado do Rio, Geremias Fontes.

Abordando os problemas que envolvem a assistência médica, Pedro Kassab destacou alguns pontos principais: fixação de correlações entre a assistência, os honorários dos médicos e a participação do paciente no custeio.

Uma das suas primeiras providências na AMB foi solicitar ao Ministério da Saúde a suspensão da criação de novas escolas médicas, e a pedido do próprio ministério, desenvolveu um longo trabalho abordando os principais aspectos para elaboração da Lei Básica da Saúde. Também iniciou o cadastramento nacional dos médicos no país. Promoveu alteração editorial no JAMB e passou a prestar serviços para seus associados por meio do Centro de Informações Bibliográficas. Foi produzido, também em sua gestão, um longo e detalhado documento com o título "Diretrizes para o Problema de Saúde".

Em maio de 1973, Pedro Kassab assinou o financiamento para a compra da sede própria da AMB, à Rua São Carlos do Pinhal.

Os 25 anos da Entidade, em 1976, foram comemorados no Palácio dos Bandeirantes, e no mesmo ano, o VIII Congresso da AMB foi realizado juntamente com o I Congresso da Associação Médica Mundial, em São Paulo.

Diretoria 1969-1971

- Vice-Presidente:
  José Gilberto de Sousa (MG)
- Vice-Presidente:
  Fernando Pombo Dornelles (RS)
- Vice-Presidente:
  Bruno Maia (PE)
- Vice-Presidente:
  José dos Santos
  Pereira Filho (BA)
- Vice-Presidente:
  Amyntor de Paula Cavalcante (PA)
- Vice-Presidente:
  Ubiratan Ouvinha Peres (DF)
- Vice-Presidente:
  José Luiz Guimarães Santos (RJ)
- Vice-Presidente:
  Arnaldo Moura (PR)
- Secretário-Geral:
  Joaquim Mendes Santi (SP)
- 1º Secretário:
  Luiz Celso Taques (SP)
- 1º Tesoureiro:
  Leonardo Messina (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Oscar César Leite (SP)

Diretoria 1971-1973

- Vice-Presidente:
  Francisco José Neves (MG)
- Vice-Presidente:
  Fernando Pombo Dornelles (RS)
- Vice-Presidente:
  Bruno Maia (PE)
- Vice-Presidente:
  José dos Santos Pereira Filho (BA)
- Vice-Presidente:
  Guaraciaba Quaresma Gama (PA)
- Vice-Presidente:
  João da Cruz Carvalho (DF)
- Vice-Presidente:
  Waldenir de Bragança (RJ)
- Vice-Presidente:
  Manoel Stenghel Cavalcanti (PR)
- Secretário-Geral:
  Luiz Celso Taques (SP)
- 1º Secretário:
  Mario Cinelli Júnior (SP)
- 1º Tesoureiro:
  Leonardo Messina (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Oscar César Leite (SP)

Diretoria 1973-1975

- Vice-Presidente:
  Francisco José Neves (MG)
- Vice-Presidente:
  João Antonio Becker (RS)
- Vice-Presidente:
  José dos Santos Pereira Filho (BA)
- Vice-Presidente:
  Darcy Lima (PE)
- Vice-Presidente:
  Guaraciaba Quaresma Gama (PA)
- Vice-Presidente:
  João da Cruz Carvalho (DF)
- Vice-Presidente:
  Waldenir de Bragança (RJ)

- Vice-Presidente:
  Manoel Stenghel Cavalcanti (PR)
- Vice-Presidente:
  Carlos Augusto Studart da Fonseca (CE)
- Secretário-Geral:
  Radion Schueler Barboza (SP)
- 1º Secretário:
  Mario Cinelli Júnior (SP)
- 1º Tesoureiro:
  Oscar César Leite (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Mauro Cândido de Souza Dias (SP)

Diretoria 1975-1977

- Vice-Presidente:
  José Gilberto de Souza (MG)
- Vice-Presidente:
  João Antonio Becker (RS)
- Vice-Presidente:
  José dos Santos Pereira Filho (BA)
- Vice-Presidente:
  Darcy Lima (PE)
- Vice-Presidente:
  Leopoldo Costa (PA)
- Vice-Presidente:
  João da Cruz Carvalho (DF)
- Vice-Presidente:
  Waldenir de Bragança (RJ)
- Vice-Presidente:
  Iseu Affonso da Costa (PR)
- Vice-Presidente:
  Carlos Augusto Studart da Fonseca (CE)
- Secretário-Geral:
  Radion Schueler Barboza (SP)
- 1º Secretário:
  Mario Cinelli Júnior (SP)
- 1º Tesoureiro:
  Oscar César Leite (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Mauro Cândido de Souza Dias (SP)

Diretoria 1977-1979

- Vice-Presidente:
  José de Laurentys Medeiros (MG)
- Vice-Presidente:
  João Antonio Becker (RS)
- Vice-Presidente:
  José dos Santos Pereira Filho (BA)
- Vice-Presidente:
  Darcy Lima (PE)
- Vice-Presidente:
  Leopoldo Costa (PA)
- Vice-Presidente:
  João da Cruz Carvalho (DF)
- Vice-Presidente:
  Waldenir de Bragança (RJ)
- Vice-Presidente:
  Francisco de Paula Soares Filho (PR)
- Vice-Presidente:
  Carlos Augusto Studart da Fonseca (CE)
- Secretário-Geral:
  Radion Schueler Barboza (SP)
- 1º Secretário:
  Luiz Celso Taques (SP)
- 1º Tesoureiro:
  Oscar César Leite (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Mauro Cândido de Souza Dias (SP)

Diretoria 1979-1981

- Vice-Presidente:
  José de Laurentys Medeiros (MG)
- Vice-Presidente:
  Murillo Ronald Capella (SC)
- Vice-Presidente:
  Valdir Cavalcanti Medrado (BA)
- Vice-Presidente:
  Frederico Cavalcanti P. da Carvalheira (PE)
- Vice-Presidente:
  Leopoldo Costa (PA)
- Vice-Presidente:
  João da Cruz Carvalho (DF)
- Vice-Presidente:
  Waldenir de Bragança (RJ)
- Vice-Presidente:
  Luiz Fernando Beltrão (PR)
- Vice-Presidente:
  Carlos Augusto Studart da Fonseca (CE)
- Secretário-Geral:
  Radion Schueler Barboza (SP)
- 1º Secretário:
  Luiz Celso Taques (SP)
- 1º Tesoureiro:
  Oscar César Leite (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Mauro Cândido de Souza Dias (SP)

Mário Barreto Corrêa Lima (RJ)

Nasceu em Sobral, Ceará, em 1935. Gastroenterologista formado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professor Emérito de Clínica Médica e Diretor da Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Membro Titular da Academia Nacional de Medicina e ex-Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, membro da Academia Nacional de Medicina.

Conseguiu aprovar por unanimidade a atualização dos estatutos da época. Também durante sua gestão foi criado o Conselho Científico da AMB, no qual estão representadas todas as Sociedades de Especialidade filiadas.

Foi em abril de 1983 que a AMB pagou a última prestação do financiamento pela compra de sua sede. No mês seguinte foi editada uma versão atualizada da THM – AMB e uma nova revista da entidade: A Revista da Medicina, Cultura e Ciência, que buscava levar para os leitores médicos outros aspectos da Medicina.

Promoveu a realização de Assembleias Gerais Estaduais, que demonstraram a necessidade de um movimento nacional mostrando as péssimas condições de trabalho do médico no serviço público e a baixa remuneração. Foi deflagrado o Dia Nacional do Protesto, em 30 de março de 1981.

A campanha salarial de 1981 representou um momento importante para a categoria médica naqueles últimos anos. Apesar das poucas conquistas econômicas, a categoria médica deu uma demonstração de sua disposição de luta. O médico ganhou consciência de sua condição de vida e trabalho, e também da medicina que pratica. Grande parte da população passou a compreender que não era o médico o responsável pela má assistência prestada à população.

Diretoria 1981-1983

- Vice-Presidente:
  Anísio Pires de Freitas (DF)

- Vice-Presidente:
  Djalma C. L. de Vasconcelos (PE)
- Vice-Presidente:
  Francisco de Paiva Freitas (CE)
- Vice-Presidente:
  José Antônio Santos Diniz (MG)
- Vice-Presidente:
  Lamartine Correa de Moraes Júnior (PR)
- Vice-Presidente:
  Luiz Umberto Ferraz Pinheiro (BA)
- Vice-Presidente:
  Luiz Carlos Espíndola (SC)
- Vice-Presidente:
  Makhoul Moussallem (RJ)
- Vice-Presidente:
  Raimundo Delio Guilhon (PA)
- Secretário-Geral:
  Herval Pina Ribeiro (SP)
- 1ª Secretária:
  Lor Cury (SP)
- 1º Tesoureiro:
  José Mário Taques Bittencourt (SP)
- 2º Tesoureiro:
  José de Freitas (SP)

Nelson Guimarães Proença (SP)

Nasceu em 1932, na cidade de São Paulo. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Fez carreira universitária, com doutorado pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas (Unicamp) e livre-docência pela Escola Paulista de Medicina (Unifesp). Foi professor titular da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, na disciplina de Dermatologia.

Publicou centenas de trabalhos científicos, em revistas especializadas do Brasil e do exterior. Teve trabalhos científicos premiados pela Associação Paulista de Medicina e pelo Colégio Ibero-Latino-Americano de Dermatologia. Foi secretário de Assistência e Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo.

Sua dedicação aos temas sociais se deu tanto na área médica como na vida pública. Como médico trabalhou por 14 anos com pacientes de hanseníase e de fogo selvagem na Secretaria de Estado da Saúde. Na Santa Casa de São Paulo, a clínica que chefiava se tornou referência no atendimento às pessoas desvalidas.

Como vereador destacou-se pelo trabalho de apoio às entidades que assistem aos portadores de deficiência mental, tendo organizado dois importantes "Encontros de Entidades" com esse objetivo. Foi relator do Projeto de Lei referente à área social da municipalidade, tendo assinado o Substitutivo que foi discutido e aprovado pelas entidades que atuam nessa área.

Foi responsável pela reformulação do Jornal da Associação Médica Brasileira – JAMB, que depois de 25 anos como tabloide passou a ser impresso em modelo padrão. Nas alterações, o jornal deixou de circular com o logotipo azul e sua tiragem passou a 60 mil edições.

O movimento "Diretas Já" tomava conta do País em 1984 e a AMB assinou manifesto, participou ainda da passeata na Praça da Sé, em São Paulo, em favor das eleições diretas. Foi também lançada a nova edição da Tabela de Honorários Médicos, que imediatamente começou a ser adotada em todo o Sul do País.

Nelson Proença também ampliou e reformou a atual sede da entidade, à Rua São Carlos do Pinhal, em São Paulo.

Diretoria 1983-1985

- Vice-Presidente:
  Amyntor de Paula Cavalcante (PA)
- Vice-Presidente:
  Antonio Celso Nunes Nassif (PR)
- Vice-Presidente:
  Bernardo Fernando Viana Pereira (BA)
- Vice-Presidente:
  Carlos Adolpho de Carvalho Pereira (MG)
- Vice-Presidente:
  Carlos José Pinto de Sá (RS)
- Vice-Presidente:
  Hindenburg Tavares de Lemos (PE)
- Vice-Presidente:
  Miguel Ângelo Roberto D'Elia (RJ)
- Vice-Presidente:
  Newton Nunes de Lima (PI)
- Vice-Presidente:
  Roberto Doglia Azambuja (DF)
- Vice-Presidente:
  Agrimeron Cavalcanti da Costa (SP)
- Secretário-Geral:
  Hernani Schvartz (SP)
- 1º Secretário:
  Mário Flávio Leme de Paes e Alcântara (SP)
- 1º Tesoureiro:
  Jorge da Rocha Gomes (SP)

Diretoria 1985-1987

- Vice-Presidente:
  Amyntor de Paula Cavalcante (PA)
- Vice-Presidente:
  Carlos Adolpho de Carvalho Pereira (MG)
- Vice-Presidente:
  Carlos José Pinto de Sá (RS)
- Vice-Presidente:
  Eduardo Augusto Bordallo (RJ)
- Vice-Presidente:
  Galvani Marinho Muribeca (PB)
- Vice-Presidente:
  Gustavo Augusto A. Ribeiro (DF)
- Vice-Presidente:
  João de Paula Monteiro Ferreira (CE)
- Vice-Presidente:
  Osvaldo Gianotti Filho (SP)
- Vice-Presidente:
  Paulo Roberto Silva Moraes (SP)
- Secretário-Geral:
  David Serson (SP)
- 1º Secretário:
  Mário Mourão Neto (SP)
- 1º Tesoureiro:
  Agrimeron Cavalcanti da Costa (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Hugo Felipozzi (SP)

Antonio Celso Nunes Nassif (PR)

Nasceu na cidade de Jaú, em São Paulo, em 1932. Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, foi sócio fundador e presidente da Sociedade Paranaense de Otorrinolaringologia.Também presidiu a Associação Médica do Paraná e na AMB assumiu os cargos de vice-presidente, presidente da Comissão Nacional de Honorários Médicos. É membro da Academia Paranaense de Medicina.

Em sua gestão foram publicadas as edições de 1988 e de 1990 da Tabela de Honorários Médicos. Idealizado por Nassif, em 1987, o Cheque Honorário, que recebeu muitas adesões. O Banco do Estado do Paraná foi a primeira entidade a aceitá-lo, pois além de simplificar todo o processo, eliminava a existência de guias e o pagamento era feito diretamente pelo paciente para o médico de sua preferência.

Outro item de sua gestão foi referente ao ensino médico. Preocupados com o excessivo número de escolas de Medicina abertas no País, foi na gestão Nassif que culminou com a publicação do documento "Propostas da AMB para Cursos de Graduação em Medicina", resultado de um Fórum Nacional realizado em Aracaju, em 1989.

Na área de residência médica, a AMB representou-se na Comissão Nacional de Residência Médica do Ministério da Economia. Nessa gestão, também foi editado o Cadastro Nacional de Especialista, publicação na qual constavam nomes de todos os portadores de títulos de especialistas no Brasil. Na área de Cultura, foi criado o I Concurso Nacional de Prosa e Poesia para os associados da AMB.

Em 1990, a AMB distribuiu, pela primeira vez em sua história, a "Medalha Nacional do Mérito Médico". Em janeiro de 1991, na comemoração dos 40 anos da AMB, foi inaugurada a galeria dos Presidentes da Entidade, visando resgatar a memória dos ilustres médicos que fizeram a história da associação.

Diretoria 1987-1989

- Vice-Presidente:
  José Quinan (GO)
- Vice-Presidente:
  Paulo Sérgio Roffé Azevedo (PA)
- Vice-Presidente:
  Lino Antônio C. de Holanda (CE)
- Vice-Presidente:
  Gildo Benício de Melo (PE)

- Vice-Presidente:
  José Hamilton Maciel Silva (SE)
- Vice-Presidente:
  Hélio Osório de Paula (MG)
- Vice-Presidente:
  Irapoan Pimenta (RJ)
- Vice-Presidente:
  Mário da Costa Cardoso Filho (SP)
- Vice-Presidente:
  Homero Simões Lopes Filho (RS)
- Secretário-Geral:
  Agrimeron Cavalcanti da Costa (SP)
- 1º Secretário:
  Wirton Miguel Gentil Palermo (SP)
- 1º Tesoureiro:
  Luiz Carlos Silveira Monteiro (SP)
- 2ª Tesoureira:
  Maria Ester Quartim Cunha Fonseca (SP)
- Diretor Cultural:
  Mário Jorge Noronha (RJ)
- Diretor de Relações Internacionais:
  Luiz Carlos Espíndola (SC)
- Diretor de Atendimento ao Paciente:
  Eduardo Velasco de Barros (MS)
- Diretor Defesa Profissional e Ética Médica:
  Cláudio Balduino Souto Frazen (RS)

Diretoria 1989-1991

- Vice-Presidente:
  Daniel do Prado Figueiredo Júnior (GO)
- Vice-Presidente:
  Paulo Sergio Roffé Azevedo (PA)
- Vice-Presidente:
  Lino Antônio Cavalcanti de Holanda (CE)
- Vice-Presidente:
  Gildo Benício de Melo (PE)
- Vice-Presidente:
  José Hamilton Maciel Silva (SE)
- Vice-Presidente:
  Mauro Chrysóstomo Ferreira (MG)
- Vice-Presidente:
  Irapoan Pimenta (RJ)
- Vice-Presidente:
  Mario da Costa Cardoso Filho (SP)
- Vice-Presidente:
  Euclides Reis Quaresma (SC)
- Secretário-Geral:
  Wirton Miguel Gentil Palermo (SP)
- 1º Secretário:
  Luiz Karpovas (SP)
- 1º Tesoureiro:
  José Alexandre de Souza Sittart (SP)
- 2ª Tesoureira:
  Marilene Rezende Melo (SP)
- Diretor Cultural:
  Júlio Sanderson de Queiroz (RJ)
- Diretor de Relações Internacionais:
  Luiz Eduardo Machado (BA)
- Diretor Científico:
  Luiz Carlos Espíndola (SC)
- Diretor de Atendimento ao Paciente:
  Luiz Carlos Silveira Monteiro (SP)
- Diretor Defesa Profissional e Ética Médica:
  Claudio Balduíno Souto Franzen (RS)

Mario da Costa Cardoso Filho (SP)

Nasceu na cidade de Santos, São Paulo, em 1950. Clínico Geral, formado pela Faculdade de Ciências Médicas de Santos, é o primeiro Secretário da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Medicina de Urgência e Emergência, Diretor Técnico da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos. Foi Presidente da Associação Médica de Santos, de 1983 a 1985, e vice-presidente da Associação Paulista de Medicina, de 1985 a 1987. Na AMB, presidiu a Comissão Nacional de Honorários Médicos, de 1989 a 1993, até assumir a presidência da entidade em dois mandatos.

Foi um dos presidentes eleitos com maior número de votos: conseguiu na média mais de 85% dos votos válidos em todo o País. Deu sequência ao trabalho do presidente Nassif, priorizando a valorização do CH (Coeficiente de Honorários), implantação da Tabela de Honorários Médicos e ensino médico.

Diretoria 1991-1993

- Vice-Presidente:
  Tito de Andrade Figueirôa (DF)
- Vice-Presidente:
  Antonio Ferreira Pinho Neto (PA)
- Vice-Presidente:
  José Roosevelt Norões Luna (CE)
- Vice-Presidente:
  Sebastião Alves de Azevedo (RN)
- Vice-Presidente:
  Rui Licínio de Castro Paixão (BA)
- Vice-Presidente:
  Mauro Chrysóstomo Ferreira (MG)
- Vice-Presidente:
  Marcos Botelho da Fonseca Lima (RJ)
- Vice-Presidente:
  Wirton Miguel Gentil Palermo (SP)
- Vice-Presidente:
  Claudio Balduíno Souto Franzen (RS)
- Secretário-Geral:
  Luiz Karpovas (SP)
- 1º Secretário:
  Juarez Moraes Avelar (SP)
- 1º Tesoureiro:
  José Alexandre de Souza Sittart (SP)
- 2ª Tesoureira:
  Marilene Rezende Melo (SP)
- Diretor Cultural:
  Irapoan Pimenta (RJ)

- Diretor de Relações Internacionais:
  Luiz Eduardo Machado (BA)
- Diretor Científico:
  Valdir Shigueiro Siroma (MS)
- Diretor Assistência e Previdência:
  Antonio Carlos Lopes (SP)
- Diretor de Defesa Profissional:
  Luiz Carlos Espíndola (SC)

Diretoria 1993-1995

- Vice-Presidente:
  Tito de Andrade Figuerôa (DF)
- Vice-Presidente:
  Ibsen Augusto de Castro A. Coutinho (GO)
- Vice-Presidente:
  Paulo Sergio Roffé Azevedo (PA)
- Vice-Presidente:
  José Roosevelt N. Luna (CE)
- Vice-Presidente:
  Sebastião Alves de Azevedo (RN)
- Vice-Presidente:
  Altamirando Lima de Santana (BA)
- Vice-Presidente:
  Lenício de Almeida Cordeiro (RJ)
- Vice-Presidente:
  Cid Veloso (MG)
- Vice-Presidente:
  José Fernando Macedo (PR)
- Vice-Presidente:
  Cláudio Balduino Souto Franzen (RS)
- Secretário-Geral:
  Wirton Miguel Gentil Palermo (SP)
- 1º Secretário:
  Antonio Carlos Lopes (SP)
- 1ª Tesoureira:
  Marilene Rezende Melo (SP)
- 2º Tesoureiro:
  José Alexandre de Souza Sittart (SP)
- Diretor Cultural:
  Irapoan Pimenta (RJ)
- Diretor de Relações Internacionais:
  Paulo Roberto de Almeida Insfran (MS)
- Diretor Defesa Profissional:
  Celso Corrêa de Barros (RJ)
- Diretor de Assistência e Previdência:
  Rui Licinio de Castro Paixão (BA)
- Diretor Científico:
  Luiz Carlos Espíndola (SC)

Antonio Celso Nunes Nassif (PR)

Diretoria 1995-1997

- Vice-Presidente Centro-Sul:
  Enilton Sérgio T. do Egito (SP)
- Vice-Presidente Sul:
  Iberê Pires Condeixa (SC)
- Vice-Presidente Leste-Sul:
  Merisa B. M. Garrido (RJ)
- Vice-Presidente Leste-Centro:
  Kleber Elias Tavares (MG)
- Vice-Presidente Centro:
  Vera Lucia F. Amorim (DF)
- Vice-Presidente Centro-Oeste:
  Ibsen A. Castro A. Coutinho (GO)
- Vice-Presidente Leste-Nordeste:
  Domingos Macedo Coutinho (BA)
- Vice-Presidente Nordeste:
  Paulo Roberto Davim (RN)
- Vice-Presidente Norte-Nordeste:
  Francisco Sálvio Cavalcante Pinto (CE)
- Vice-Presidente Norte:
  Jefferson O. Jezini (AM)
- Secretário-Geral:
  Luiz Karpovas (SP)
- 1º Secretário:
  Juarez Moraes Avelar (SP)
- 1º Tesoureiro:
  José Alexandre de Souza Sittart (SP)
- 2ª Tesoureira:
  Maria de Fátima M. Fernandes (SP)
- Diretor Cultural:
  Gilmar D. Cardoso (ES)
- Diretor Científico:
  José Fernando Macedo (PR)
- Diretor Assistência e Previdência:
  Valdir Shigueiro Siroma (MS)
- Diretor de Relações Internacionais:
  Isaias Levy (RS)
- Diretor Defesa Profissional:
  Cláudio Bauduino Souto Franzen (RS)
- Conselheiro Efetivo:
  José Hamilton M. Silva (SE)
- Conselheiro Efetivo:
  Galvani M. Muribeca (PB)
- Conselheiro Efetivo:
  Agatangelo Vasconcelos (AL)
- Conselheiro Efetivo:
  Aldemar Amorim Barra (PB)
- Conselheiro Efetivo:
  Humberto F. Matos (MG)
- Conselheira Suplente:
  Angela Augusta Lanner Vieira (RS)
- Conselheiro Suplente:
  João José de Matos (MT/SC)

- Conselheiro Suplente:
  Abrahão Salomão Filho (MG)
- Conselheiro Suplente:
  Paulo de Tarso M. Borges (PI)
- Conselheiro Suplente:
  Claudio Manoel M. Cerqueira (MG)

Diretoria 1997-1999

- Vice-Presidente Centro-Sul:
  Eleuses Vieira de Paiva (SP)
- Vice-Presidente Sul:
  Iberê Pires Condeixa (SC)
- Vice-Presidente Leste-Sul:
  Eduardo da Silva Vaz (RJ)
- Vice-Presidente Leste-Centro:
  Lincoln Marcelo Silveira Freire (MG)
- Vice-Presidente Centro:
  Neri João Bottin (DF)
- Vice-Presidente Centro-Oeste:
  Samir Dahas Bittar (GO)
- Vice-Presidente Leste-Nordeste:
  Domingos Macedo Coutinho (BA)
- Vice-Presidente Nordeste:
  Paulo Roberto Davim (RN)
- Vice-Presidente Norte-Nordeste:
  Francisco Sálvio C. Pinto (CE)
- Vice-Presidente Norte:
  Jefferson Oliveira Jezini (AM)
- Secretário-Geral:
  Aldemir Humberto Soares (SP)
- 1º Secretário:
  João Eduardo Charles (SP)
- 1º Tesoureiro:
  José Alexandre de S. Sittart (SP)
- 2º Tesoureiro:
  João Cezar Mendes Moreira (SP)
- Diretor Cultural:
  Lúcio Antônio Prado Dias (SE)
- Diretor Científico:
  José Fernando Macedo (PR)
- Diretor Assistência e Previdência:
  Valdir Shigueiro Siroma (MS)
- Diretor de Relações Internacionais:
  Isaias Levy (RS)
- Diretor Defesa Profissional:
  Cláudio Bauduino Souto Franzen (RS)
- Conselheiro Efetivo:
  Aldemar Amorim Barra (PB)
- Conselheiro Efetivo:
  Agatangelo Vasconcelos (AL)
- Conselheiro Efetivo:
  Galvani Marinho Muribeca (PB)
- Conselheiro Efetivo:
  Flamarion G. Dutra (RJ)
- Conselheiro Efetivo:
  Pedro Ernesto Pulchério (MT)
- Conselheiro Suplente:
  Severino Dantas Filho (ES)
- Conselheiro Suplente:
  Valdeci Ribeiro de Carvalho (PI)
- Conselheira Suplente:
  Any Vieira da Rocha (AC)
- Conselheira Suplente:
  Gislaine Furian (RJ)
- Conselheira Suplente:
  Norma Medicis Maranhão Miranda (PE)

Eleuses Vieira de Paiva (SP)

Nasceu em Santos, litoral paulista, em 1953. Formou-se pela Faculdade de Medicina de Itajubá. Médico do Instituto de Radiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, professor da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto e especialista em Medicina Nuclear pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo exerceu o cargo de vice-presidente da Comissão de Ética Profissional do Colégio Brasileiro de Radiologia. Foi diretor da Sociedade Brasileira de Biologia e Medicina Nuclear e membro titular do Colégio Brasileiro de Radiologia. Presidiu a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São José do Rio Preto e a Associação Paulista de Medicina.

Eleuses Paiva tornou-se uma das principais lideranças médicas nacionais por estar sempre à frente de campanhas pela valorização da profissão e melhoria da saúde no País. Por duas vezes foi eleito deputado federal, quando teve oportunidade, como relator, de trabalhar pela aprovação, em 16 de setembro de 2009, do projeto de lei que regulamenta a Medicina (ato médico). Suas gestões à frente da AMB foram marcadas pela forte união com o Conselho Federal de Medicina, resultando em importantes ações, como a elaboração e a implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, a Regulamentação do Ato Médico, o Projeto Diretrizes e o Certificado de Atualização Profissional, entre outras.

Diretoria 1999-2002

- Vice-Presidente da Região Sul:
  Remaclo Fischer Júnior (SC)
- Vice-Presidente da Região Centro-Sul:
  Ronaldo da Rocha Loures Bueno (PR)
- Vice-Presidente da Região Norte:
  José Luiz Amorim de Carvalho (PE)
- Vice-Presidente da Região Norte-Nordeste:
  Lineu Ferreira Jucá (CE)
- Vice-Presidente da Região Leste-Sul:
  Rui Haddad (RJ)
- Vice-Presidente da Região Leste-Centro:
  Lincoln Marcelo Silveira Freire (MG)

- Vice-Presidente da Região Centro: Neri João Bottin (DF)
- Vice-Presidente da Região Centro-Oeste: Samir Dahas Bittar (GO)
- Vice-Presidente da Região Leste-Nordeste: Jadelson Pinheiro de Andrade (BA)
- Vice-Presidente da Região Nordeste: Flávio Linck Pabst (PE)
- Secretário-Geral: Aldemir Humberto Soares (SP)
- 1º Secretário: Amilcar Martins Giron (SP)
- 1º Tesoureiro: Edmund Chada Baracat (SP)
- 2º Tesoureiro: José Alexandre de Souza Sittart (SP)
- Diretor Cultural: Severino Dantas Filho (ES)
- Diretor de Relações Internacionais: David Miguel Cardoso Filho (MS)
- Diretor Científico: Fabio Biscegli Jatene (SP)
- Diretor Assistência e Previdência: Martinho Alexandre R. A. da Silva (RS)
- Diretor de Defesa Profissional: Eduardo da Silva Vaz (RJ)
- Diretor de Economia Médica: Lúcio Antônio Prado Dias (SE)
- Diretor de Marketing: Paulo Roberto Davim (RN)
- Diretor de Saúde Pública: Mauro Chrysostomo Ferreira (MG)
- Diretor de Atendimento ao Associado: Ricardo de Oliveira Bessa (PR)
- Diretor do JAMB: Horácio José Ramalho (SP)
- Diretor Acadêmico: Jurandir Marcondes Ribas Filho (PR)
- Diretor de Proteção ao Paciente: Elias Fernando Miziara (DF)
- Conselho Fiscal Efetivo: Ricardo Saad (MT)
- Conselho Fiscal Efetivo: Valdeci Ribeiro de Carvalho (PI)
- Conselho Fiscal Efetivo: Sérgio da Hora Farias (AL)
- Conselho Fiscal Efetivo: Plínio José Cavalcante Monteiro (AM)
- Conselho Fiscal Efetivo: Luiz Carlos Espíndola (SC)
- Conselho Fiscal Suplente: João Modesto Filho (PB)

- Conselho Fiscal Suplente:
  Any Vieira da Rocha (AC)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Eudes Kang Tourinho (RO)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Máximo da Costa Soares (TO)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Maria do Carmos Silva Chagas (MA)

Diretoria 2002-2005

- 1º Vice-Presidente:
  Lincoln Marcelo Silveira Freire (MG)
- 2º Vice-Presidente:
  Ronaldo da Rocha Lourdes Bueno (PR)
- Vice-Presidente da Região Centro:
  Ranon Domingues da Costa (DF)
- Vice-Presidente da Região Centro-Oeste:
  Ricardo Saad (MT)
- Vice-Presidente da Região Norte:
  Carlos David Araújo Bichara (PA)
- Vice-Presidente da Região Norte-Nordeste:
  Florentino de Araujo Cardoso Filho (CE)
- Vice-Presidente da Região Nordeste:
  Flávio Linck Pabst (PE)
- Vice-Presidente da Região Leste-Nordeste:
  Lúcio Antonio Prado Dias (SE)
- Vice-Presidente da Região Leste-Centro:
  José Guerra Lage (MG)
- Vice-Presidente da Região Leste-Sul:
  J. Samuel Kierszenbaum (RJ)
- Vice-Presidente da Região Centro-Sul:
  José Luiz Gomes do Amaral (SP)
- Vice-Presidente da Região Sul:
  Remaclo Fischer Júnior (SC)
- Secretário-Geral:
  Edmund Chada Baracat (SP)
- 1º Secretário:
  Aldemir Humberto Soares (SP)
- 1º Tesoureiro:
  Amilcar Martins Giron (SP)
- 2º Tesoureiro:
  José Alexandre de Souza Sittart (SP)
- Diretor Assistência e Previdência:
  Martinho Alexandre R. A. da Silva (RS)
- Diretor Cultural:
  Severino Dantas Filho (ES)
- Diretor de Defesa Profissional:
  Eduardo da Silva Vaz (RJ)
- Diretor Relações Internacionais:
  David Miguel Cardoso Filho (MT)
- Diretor Científico:
  Fabio Biscegli Jatene (SP)

- Diretor de Economia Médica:
  Marcos Pereira de Ávila (GO)
- Diretor de Saúde Pública:
  Samir Dahas Bittar (GO)
- Diretor do JAMB:
  Horácio José Ramalho (SP)
- Diretor Acadêmico:
  Elias Fernando Miziara (DF)
- Diretor Atendimento ao Associado:
  Ricardo de Oliveira Bessa (SP)
- Diretor de Proteção ao Paciente:
  Jurandir Marcondes Ribas Filho (PR)
- Diretor de Marketing:
  Roque Salvador Andrade e Silva (BA)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  José Victor Maniglia (SP)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  Valdeci Ribeiro de Carvalho (PI)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  Cleber Costa de Oliveira (AL)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  Aristóteles Comte de Alencar Filho (AM)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  Carlos Gilberto Crippa (SC)
- Conselho Fiscal Suplente:
  João Modesto Filho (PB)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Luiz Alberto Góes Muniz (AC)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Eudes Kang Tourinho (RO)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Edilson Carlos de Souza (RN)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Maria do Carmo Silva Chagas (MA)

José Luiz Gomes do Amaral (SP)

Nasceu na cidade de São Paulo, em 1950. Graduou-se pela Escola Paulista de Medicina (UNIFESP), onde se especializou em Anestesiologia. Também concluiu especialização em Medicina Intensiva na Faculdade de Medicina da Universidade Louis Pasteur de Strasbourg, na França. Na Unifesp, iniciou a carreira docente e na instituição, realizou sua pós-graduação, mestrado e doutorado. É professor livre-docente da Faculdade de Medicina de Botucatu, Unesp e professor titular do departamento de Anestesiologia, Dor e Medicina Intensiva da Unifesp. Foi presidente da Associação Paulista de Medicina; do Comitê de Assuntos Médicos Sociais (SMAC) e membro da Comissão Nacional AMB/CFM para aprovação da Lei do Ato Médico.

Apresenta destacado trabalho em defesa da qualidade da assistência e da dignidade profissional do médico; dos projetos de lei para regulamentar o exercício da profissão e para implementar Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos; e ainda na consolidação do sistema de hierarquização de procedimentos médicos.

Na AMB, foi responsável por trazer ao Brasil relevantes discussões sobre pesquisas clínicas, como a revisão da Declaração de Helsinque (2008), o uso de placebo em pesquisa médica associada ao tratamento (2010), e o Seminário Internacional de Resiliência Médica (2010). Com a realização da Conferência Doutores do Ambiente (2009), ajudou a disseminar a Declaração de Delhi sobre saúde e mudança climática, na abertura da versão brasileira do Curso de Formação de Lideranças Médicas, adaptação de uma iniciativa da WMA.

Foi eleito por aclamação para presidir a Associação Médica Mundial (WMA), em 2012. A eleição foi realizada em Vancouver, Canadá. Ainda no âmbito internacional, preside a Comunidade Médica de Língua Portuguesa (CMLP), cargo assumido em março de 2010. Representando o Brasil na Confederação Médica Latino-Americana e do Caribe (Confemel) e no Fórum Iberoamericano de Entidades Médicas, tem trabalhado pela integração

das instituições de representação médica nesse contexto. Em sua gestão, ainda criou o JAMB Cultura, suplemento cultural com 50 mil exemplares, encartado no JAMB. Implementou diversas ações sociais, como o projeto SOS Haiti, além de criação da Comissão de Medicina Operativa. Deu início ao Programa de Educação Médica Continuada.

Diretoria 2005-2008

- 1º Vice-Presidente:
  José Carlos Raimundo Brito (BA)
- 2º Vice-Presidente:
  Hélio Barroso dos Reis (ES)
- Vice-Presidente da Região Centro:
  José Luiz Dantas Mestrinho (DF)
- Vice-Presidente da Região Centro-Oeste:
  Nabyh Salum (GO)
- Vice-Presidente da Região Norte:
  Aristóteles Comte de Alencar Filho (AM)
- Vice-Presidente da Região Norte-Nordeste:
  Florentino de Araújo Cardoso Filho (CE)
- Vice-Presidente da Região Nordeste:
  Wilberto Silva Trigueiro (PB)
- Vice-Presidente da Região Leste-Nordeste:
  Roque Salvador Andrade e Silva (BA)
- Vice-Presidente da Região Leste-Centro:
  Jésus Almeida Fernandes (MG)
- Vice-Presidente da Região Leste-Sul:
  Jacob Samuel Kierszenbaum (RJ)
- Vice-Presidente da Região Centro-Sul:
  Jurandir Marcondes Ribas Filho (PR)
- Vice-Presidente da Região Sul:
  Newton Monteiro de Barros (RS)
- Secretário-Geral:
  Edmund Chada Baracat (SP)
- 1º Secretário:
  Aldemir Humberto Soares (SP)
- 1º Tesoureiro:
  Amilcar Martins Giron (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Luc Louis Maurice Weckx (SP)
- Diretor de Assistência e Previdência:
  Cléber Costa de Oliveira (AL)
- Diretor Cultural:
  Carlos David Araújo Bichara (PA)
- Diretor de Defesa Profissional:
  Roberto Queiroz Gurgel (SE)
- Diretor Relações Internacionais:
  Murillo Ronald Capella (SC)
- Diretor Científico:
  Giovanni Guido Cerri (SP)

- Diretor de Economia Médica:
  Elisabeto Ribeiro Gonçalves (MG)
- Diretor de Saúde Pública:
  Marcia Rosa de Araújo (RJ)
- Diretor do JAMB:
  Ronaldo da Rocha Loures Bueno (PR)
- Diretor Acadêmico:
  José Luiz Weffort (MG)
- Diretor Atendimento ao Associado:
  Moacyr Basso Junior (MS)
- Diretor de Proteção ao Paciente:
  Elias Fernando Miziara (DF)
- Diretor de Marketing:
  Geraldo Ferreira Filho (RN)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  Jane Maria Cordeiro Lemos (PE)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  Carlos Gilberto Crippa (SC)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  Marilene Rezende Melo (SP)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  David Miguel Cardoso Filho (MS)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  Luiz Alberto de Goés Muniz (AC)
- Conselho Fiscal Suplente:
  João José de Matos (MT)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Gutemberg Fernandes de Araújo (MA)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Roberval Sales Leite (PI)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Paulo Ernesto C. de Oliveira (RO)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Flávio Faloppa (SP)

Diretoria 2008-2011

- 1º Vice-Presidente:
  José Carlos Raimundo Brito (BA)
- 2º Vice-Presidente:
  Newton Monteiro de Barros (RS)
- Vice-Presidente Centro:
  José Luiz Dantas Mestrinho (DF)
- Vice-Presidente Centro-Oeste:
  Moacyr Basso Junior (MS)
- Vice-Presidente Norte:
  Carlos David Araújo Bichara (PA)
- Vice-Presidente Norte-Nordeste:
  Gutemberg Fernandes de Araújo (MA)
- Vice-Presidente Nordeste:
  Wilberto Silva Trigueiro (PB)
- Vice-Presidente Leste-Nordeste:
  Cléber Costa de Oliveira (AL)
- Vice-Presidente Leste-Centro:
  Jésus Almeida Fernandes (MG)
- Vice-Presidente Leste-Sul:
  Celso Ferreira Ramos Filho (RJ)

- Vice-Presidente Centro-Sul:
  Jurandir Marcondes Ribas Filho (PR)
- Vice-Presidente Sul:
  Murillo Ronald Capella (SC)
- Secretário-Geral:
  Aldemir Humberto Soares (SP)
- 1º Secretário:
  Luc Louis Maurice Weckx (SP)
- 1º Tesoureiro:
  Florisval Meinão (SP)
- 2º Tesoureiro:
  Amilcar Martins Giron (SP)
- Diretor de Assistência e Previdência:
  Robson Freitas de Moura (BA)
- Diretor Cultural:
  Hélio Barroso dos Reis (ES)
- Diretor de Defesa Profissional:
  Roberto Queiroz Gurgel (SE)
- Diretor de Relações Internacionais:
  Miguel Roberto Jorge (SP)
- Diretor Científico:
  Edmund Chada Baracat (SP)
- Diretor de Economia Médica:
  Marcos Bosi Ferraz (SP)
- Diretor de Saúde Pública:
  Florentino de Araújo Cardoso Filho (CE)
- Diretor de Comunicação:
  Elias Fernando Miziara (SP)
- Diretor Acadêmico:
  José Luiz Weffort (MG)
- Diretora de Atendimento ao Associado:
  Jane Maria Cordeiro Lemos (PE)
- Diretor de Proteção ao Paciente:
  Wirlande Santos da Luz (RR)
- Diretor de Marketing:
  Geraldo Ferreira Filho (RN)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  Marilene Rezende Melo (SP)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  David Miguel Cardoso Filho (MS)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  Giovanni Guido Cerri (SP)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  Eduardo Francisco de Assis Braga (TO)
- Conselho Fiscal Efetivo:
  Aristóteles C. de Alencar Filho (AM)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Carlos Gilberto Crippa (SC)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Edson Hideki Harima (MT)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Felipe Eulálio de Pádua (PI)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Nabyh Salum (GO)
- Conselho Fiscal Suplente:
  Flávio Faloppa (SP)

O Emblema da AMB

Primeira logomarca da AMB

Segunda logomarca da AMB

Simbolismos milenares representam o emblema da Associação Médica Brasileira.

O antigo símbolo foi criado na década de 1950, na cor preta e posteriormente transformado em azul. É um *rotundum* que traz o mapa do País ao centro, a evocar o gigante Brasil no Globo Terrestre, contornado por círculo branco. Em primeiro plano, destaca-se um prisma com o Bastão de Esculápio, a remeter à finalidade da Associação. Encimando o conjunto, insere-se o nome Associação Médica Brasileira, e na parte inferior, sua sigla AMB.

Em 2008, o antigo emblema foi substituído por outro, que guarda as mesmas características essenciais do primeiro: alusão ao País (antes o mapa do Brasil; agora, as cores verde e amarela), o Bastão de Esculápio (antes, com traços modernos; agora, construtivistas), sigla AMB e o nome Associação Médica Brasileira, mantidos e rediagramados.

O trabalho de criação foi desenvolvido pela agência paulista de propaganda e marketing Y2M2, sob a direção de Luiz Monteiro Filliettaz, e encomendado pelo ilustre presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral.

O novo emblema tem resolução muito feliz, pois, com um mínimo de traços revela o máximo de informações, ou seja: o

signo, o mais simples possível, significando, por princípio de analogia, a plenitude da Entidade.

Dois fatores básicos, de máxima informação visual, destacam-se no novo emblema. Primeiro, nada mais forte para simbolizar a Medicina do que o bastão — diz respeito à árvore da vida (com seu ciclo de morte e de nascimento), simboliza a magia (como a vara de Moisés), a arma de defesa (como a clava dos guerreiros), o apoio (como o bordão ou o cajado dos pastores), o caráter sacerdotal (como o báculo dos bispos) — com uma serpente enrolada. Esta representa o bem e o mal, portanto, a saúde e a doença; revela o poder do rejuvenescimento pela troca periódica de pele, ou o ser ctônico e o elo entre o visível e o invisível, entre *res corporea e res cogitans,* também usada, ela mesma, como antídoto e como remédio (teriaga).

O segundo motivo de impacto, que representa fielmente a Associação Médica Brasileira, são as cores verde e amarela, do pendão do Brasil, complementadas pelas letras azuis e o fundo branco e pela sigla em azul-marinho.

O estilo, antes a tender ao moderno, explicita-se, agora, *sine plica*, visa à simplicidade, construtivista, portanto, totalmente adequado ao século XXI.

Terceira logomarca da AMB

Atual logomarca da AMB

Hoje

Capítulo II

Campanhas

César Teixeira
Helena Fernandes

Campanhas

Fiel ao cumprimento do seu estatuto social, especificamente ao artigo 2º, parágrafos III (*orientar a população quanto aos problemas da assistência médica, preservação e recuperação da saúde)* e *XI (promover campanhas de cunho social que visem prevenir, preservar e recuperar a saúde da população*), a Associação Médica Brasileira vem, ao longo de sua história, dedicando atenção e esforços, com o desenvolvimento de ações voltadas ao bem-estar da sociedade.

Fumo em Aviões

Fevereiro/1998

Como parte da campanha de Combate ao Tabagismo, lançada em 5 de fevereiro de 1998, a primeira etapa das ações foi voltada ao fumo em aeronaves. Com o apoio do DAC – Departamento de Aviação Civil, a AMB distribuiu aos passageiros no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, folhetos "Por que não se deve fumar nos aviões", num processo que, posteriormente, foi estendido aos principais aeroportos do País, ao interior das aeronaves, atingindo cerca de 600 mil pessoas. O resultado da campanha foi que, em outubro de 1998, sentença do juiz federal Osório Ávilla Neto, do Rio Grande Sul, proibiu o fumo em aviões de empresas brasileiras.

Planos de Saúde

Junho/2000

Uma campanha publicitária, apoiada pelas principais entidades médicas do Estado de São Paulo e lançada no dia 21 de junho, na sede da Associação Paulista de Medicina, deu o início ao movimento nacional, visando alertar o governo e a população sobre os abusos de algumas operadoras de planos e seguros-saúde que exploram profissionais e usuários. A campanha, que teve o aval da AMB e mais de 40 entidades, contou com anúncios em jornais, revistas, fixação de 100 *outdoors* em pontos nobres da cidade de São Paulo, além de painéis no Metrô com o seguinte *slogan*: "Tem plano de saúde que enfia a faca em você. E tira o sangue dos médicos. Chega de desrespeito. Examine seu plano de saúde e exija o tratamento que você merece".

Pró-genéricos

Maio/2002

A Associação Médica Brasileira participou das comemorações do Dia Nacional de Medicamentos Genéricos, realizado dia 20 de maio de 2002, em São Paulo e em outras capitais brasileiras. Além da AMB, outras entidades apoiaram o evento, como a Associação Paulista de Medicina, o Conselho Federal de Medicina, Conselhos Regionais e Federal de Farmácia, Secretaria Municipal de Saúde, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), além de entidades ligadas ao setor. O objetivo foi promover o medicamento genérico junto à população, além de avaliar e registrar o segundo ano da introdução e do crescimento dos genéricos no País. A campanha, promovida pelo Grupo Pró-Genéricos, teve início em 2 de maio e terminou no dia 20 de maio de 2002. Nesse período, foram montadas barracas em pontos de grande circulação em todas as capitais do país, onde dúvidas sobre os medicamentos puderam ser esclarecidas, por meio de cartilhas, material informativo e pedágios em vários pontos de São Paulo, com a distribuição de brindes.

Proteja-se

Março/2004

Em 2004, com Conselho Federal de Medicina, Federação Nacional dos Médicos, Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Associação Paulista de Medicina, Sindicato dos Médicos de São Paulo e Federação dos Médicos do Estado de São Paulo, a AMB integrou a campanha "Proteja-se. Lute pela proibição da abertura de novos cursos de Medicina. Por uma medicina ética, com qualidade e compromisso social". O objetivo foi alertar a população e sensibilizar autoridades responsáveis sobre os potenciais riscos apresentados pela criação de escolas médicas sem condições necessárias de oferecer uma formação consistente e adequada. A campanha contou com um site (www.proteja-se.org.br), reunindo informações sobre a abertura de novos cursos. Material de apoio como adesivos, *folders* e *bottons*, também foram produzidos.

Propaganda sem Álcool

Junho/2004

A AMB, ao lado das demais entidades médicas nacionais, participou de mobilização nacional e do manifesto pela proibição das propagandas de cerveja e de outras bebidas alcoólicas. O movimento, denominado Beba Cidadania, contou com a participação de 180 entidades, que reivindicam a aprovação de legislação para limitar a publicidade de álcool nos meios de comunicação em eventos esportivos, culturais e sociais, semelhante legislação atual que restringe as propagandas de cigarro. O movimento incluiu adesão de novas entidades ao manifesto e a coleta de um milhão de assinaturas, por meio de abaixo-assinado, para exigir a aprovação de lei pelo Congresso Nacional. No manifesto, as entidades criticavam a omissão governamental e a ausência de políticas públicas de prevenção e controle do consumo do álcool no Brasil. Além da restrição da propaganda, principal foco da campanha, o movimento Beba Cidadania

defende aumento do preço ou taxação das bebidas alcoólicas, com destinação dos recursos arrecadados para prevenção e tratamento de dependentes; fiscalização e aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e controle rigoroso dos motoristas alcoolizados, de acordo com o Código Brasileiro de Trânsito.

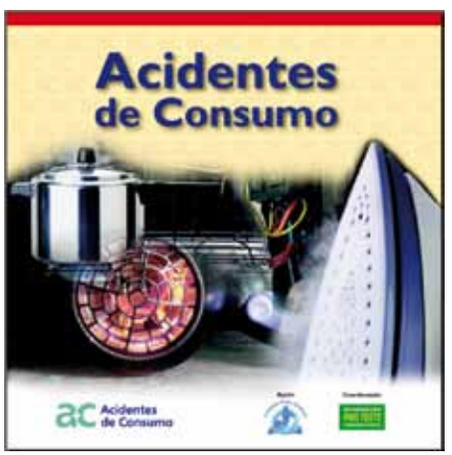
MP 232

Dezembro/2004

Editada no dia 30 de dezembro de 2004, a MP 232 sobreviveu apenas três meses. No dia 30 de março de 2005, pressionado pelas manifestações da sociedade civil, o governo decidiu retirar a medida provisória que apesar de corrigir em 10% a tabela de Imposto de Renda da Pessoa Física, aumentava a base de cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de 32% para 40% para as empresas prestadoras de serviço optantes pelo lucro presumido. O recuo do governo foi comemorado pelos líderes da Frente Brasileira contra a MP 232, movimento liderado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) que reuniu 1.315 entidades representativas de classe, entre as quais a Associação Médica Brasileira. A Frente organizou uma grande manifestação na Câmara, no dia 29 de março, para garantir a rejeição da MP pelos deputados.

Acidentes de Consumo

Setembro/2005



A Associação Médica Brasileira e a Pro Teste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – lançaram, no final de setembro de 2005, uma cartilha Acidentes de Consumo, para orientar consumidores e médicos a identificar, notificar e prevenir acidentes de consumo. A publicação compila os direitos dos consumidores, conceitua os acidentes de consumo de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, apresenta exemplos comuns de falhas de produtos

e de serviços, e também traz um guia completo, mostrando onde e como recorrer ao ser vitimado por acidentes ocasionados por falhas em produtos e serviços. Distribuída gratuitamente a consumidores e médicos, a cartilha faz parte de um esforço conjunto da Pro Teste e da Associação Médica Brasileira para conscientizar a sociedade e sensibilizar o Congresso Nacional quanto à aprovação, com urgência, do Projeto de Lei 4.302/04, de autoria do deputado Dimas Ramalho (PPS-SP), que cria o Sistema Nacional de Acidentes de Consumo (Sinac). A cartilha, foi incluída na biblioteca virtual da saúde (www.ministerio.saude.bvs.br). Com isso, fica indexada às principais bases de dados da literatura especializada, potencializando o acesso ao seu conteúdo.

Quero Mais Brasil e De Olho no Imposto

Janeiro a Março/2006

Em 2006, a AMB integrou dois importantes movimentos em favor da sociedade: "Quero Mais Brasil", que era apartidário e exigia transparência nas relações entre os cidadãos e o Estado e "De Olho no Imposto", com o objetivo de encaminhar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei popular que regulamente o parágrafo 5º da Constituição Federal, obrigando a publicação do valor dos impostos nas notas fiscais de cada produto. Com apoio de outras 100 entidades, entre as quais Associação Comercial de São Paulo; Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo; Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo; Força Sindical e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, o movimento percorreu cidades do interior e região metropolitana de São Paulo. O projeto de lei, acompanhado de 1.560.000 assinaturas, foi entregue ao presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, no dia 31 de maio de 2006, em Brasília.

Manifesto Contra a Venda de Álcool Líquido

Junho/2006

Antecedendo o Dia Nacional da Luta Contra a Queimadura, em 6 de junho de 2006, a Associação Médica Brasileira, a Associação Paulista de Medicina, a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Pro Teste), a ONG Criança Segura, a Sociedade Brasileira de Queimadura, o Instituto Pró Queimados e a Sociedade Brasileira de Pediatria distribuíram manifesto à sociedade, demonstrando indignação pela continuidade da venda direta do álcool líquido acima de 46º INPM (Instituto Nacional de Pesos e Medidas) ao consumidor brasileiro.

No manifesto, alertavam para a gravidade provocada pelas queimaduras por acidentes com álcool líquido acima de 46º INPM, além de pleitear à Câmara Federal a votação em caráter de urgência dos projetos tratando da proibição da venda do álcool líquido e ao Poder Judiciário para que julgue as ações mantendo a proibição de sua venda.

Eu Quero é Mais Saúde

Setembro/2007

A Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina e a Federação Nacional dos Médicos, juntamente com a Frente Parlamentar da Saúde lançaram no início de setembro de 2007, a Campanha "Eu quero é mais saúde" em apoio à regulamentação da verba da saúde através da Emenda Constitucional 29. A campanha, desenvolvida apenas na cidade de Brasília, foi dirigida diretamente aos deputados, consistindo em dezenas de *outdoors*, cartazes e adesivos espalhados pela Câmara dos Deputados e por toda a cidade, com o seguinte *slogan* "Sr. Deputado, dê à saúde o que é da saúde. Vote a favor da regulamentação da EC 29".

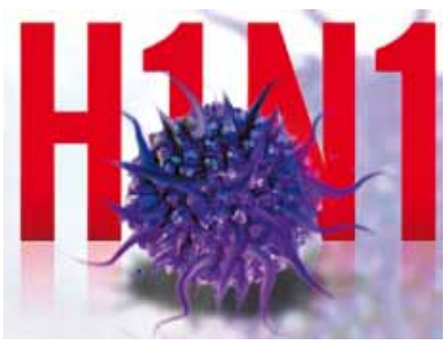
Valorização da Medicina e do Médico

Novembro/2007

Os últimos meses de 2007 foram marcados por uma série de paralisações da categoria médica, particularmente no Nordeste. Grande parte delas culminou em acordos de caráter paliativo. Por compreender que não é possível interromper a assistência sem que seja encontrada uma alternativa para assistir à população com dignidade, AMB, CFM e Fenam integraram o movimento, no dia 21 de novembro, em favor do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre os pontos de reivindicações, as entidades pleiteavam melhor financiamento, com a proposta do governo de regulamentação da Emenda 29; um plano de Carreira para os médicos que trabalham no sistema; reajuste na tabela do SUS, alternativa aos prestadores de serviço com a extinção do Código 7. O movimento foi lançado oficialmente na sede da AMB, em São Paulo, na manhã do dia 21 de novembro, em reunião coletiva à imprensa com jornalistas de vários veículos de comunicação para anunciar a articulação. Da campanha em favor da valorização do SUS, que incluiu a inserção de material publicitário em jornais das principais capitais brasileiras, constavam também mobilizações em várias capitais de vários Estados do País.

Gripe Influenza A

Maio/2009



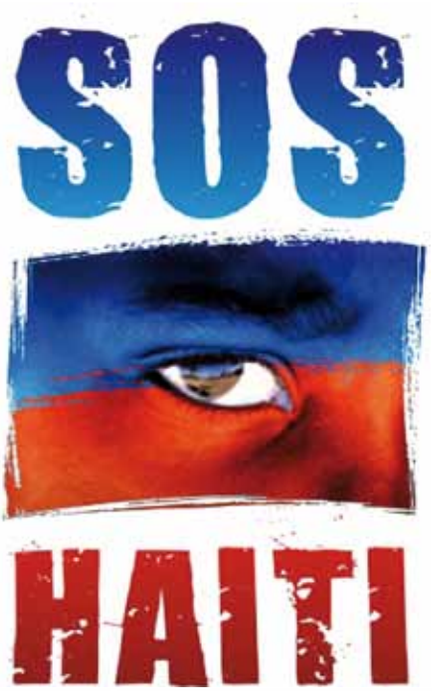
Visando orientar a população e a classe médica, em coletiva de imprensa, realizada no dia 8 de maio de 2009, na sede da Associação Paulista de Medicina, em São Paulo, a Associação Médica Brasileira e a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) divulgaram documentos contendo orientações sobre a gripe influenza A (H1N1). O conteúdo do trabalho divulgado – um protocolo para a prática eficaz no diagnóstico, acompanhamento e tratamento de pacientes, além de prevenção – foi produzido por renomados profissionais que integram a equipe técnica do Comitê Científico de Infuenza/Gripe da SBI, da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Sociedade Brasileira de Medicina de Viagem, Sociedade Paulista de

Infectologia, Associação Brasileira de Infecções Hospitalares e a Associação Pan-Americana de Infectologia. O material foi encaminhado a todas as Federadas e Sociedades de Especialidade filiadas à AMB e encontra-se disponível no *site* da AMB (www.amb.org.br).

SOS Haiti

Janeiro/2010

Em 14 de janeiro de 2010, a AMB passou a cadastrar médicos voluntários para auxiliar a vítimas do terremoto ocorrido no Haiti dois dias antes. Foi a partir dessa ideia que surgiu o projeto AMB SOS Haiti. Do dia 15 de janeiro até 1 de fevereiro, a instituição recebeu o cadastro de 976 profissionais. Maria Cecília Damasceno organizou as equipes de voluntários e, sob comando da AMB, foram enviados dois grupos para auxiliar o povo haitiano. Entre os dias 11 e 12 de fevereiro, deslocaram-se os ortopedistas Dennison Moreira, Lúcio Nuno, Fernando Ventin, Rafael Mohriak, Ricardo Ferreira e Robson Azevedo; os anestesiologistas Celina Jaworski, Ellen Pereira, José Luiz Gomes do Amaral e Sérgio Lobo; o cirurgião vascular Ricardo Costa do Val; os enfermeiros Diego Soares, Denison Pereira, Eugênio Garcia e Luciane Cavagioni e o técnico em radiologia José César Viana. O trajeto foi feito em voos comerciais via Lima, Panamá e Santo Domingo. AMB, APM, Colsan e SPDM financiaram diretamente o transporte e a manutenção da equipe. Para substituí-los, foi enviado outro grupo que partiu de São Paulo em 26 de fevereiro. Os voluntários – três ortopedistas André Angeli, Bernardo Barcellos e Lucas Boechat; quatro anestesiologistas André Romano, Marion Elmer, Martin Ferreira e Virgílio Paiva; uma cirurgiã vascular Roberta Murasaki; uma cirurgiã pediátrica Márcia Henna; quatro enfermeiros Eliel da Silva, José Mário Dias, Lia Jerônimo e Mirian Faria; um responsável pela logística Kennethy Ferrari e um técnico em radiologia Ernesto de Souza – chegaram ao Haiti em voo da Força Aérea Brasileira. As missões sob coordenação direta da AMB acabaram em 12 de março. No período de um mês, foram realizadas 219 intervenções cirúrgicas em 148 pacientes. O membro inferior foi a região mais atingida (151 cirurgias) e o uso de fixador externo, o procedimento mais utilizado.



AMB Solidariedade

Maio/2010

Como forma de continuar as atividades desenvolvidas durante a missão AMB SOS Haiti, foi criado o projeto AMB Solidariedade. Em maio de 2010, as palestras e o estande da AMB durante a Feira + Fórum Hospitalar tiveram como temática iniciativas médicas solidárias. Foram apresentados: Projeto Cangaíba; Projeto Xingu – Unifesp; Forças Armadas Brasileiras; Alfabetização Solidária; Experiências do Hospital Albert Einstein no combate à dengue no Rio de Janeiro; Operação Sorriso; Centro Infantil Boldrini; Projeto Saúde e Alegria; ONG Amazonas Visão; Fundação Otorrinolaringologia; Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer – Unifesp; Associação Médica do Rio Grande do Sul e Saúde Brasil.

Casa + Segura

Maio/2011

A Comissão de Prevenção de Acidentes Domésticos da AMB finalizou o formato do Casa + Segura, projeto itinerante, de abrangência nacional, que visa a segurança doméstica e que beneficiará milhões de pessoas. No projeto, uma estrutura simulando uma casa de classe média foi montada em uma carreta, que circulará por 25 cidades da região Sudeste, mostrando, de forma lúdica e interativa aos visitantes, formas de prevenção de acidentes domésticos. A iniciativa da AMB conta com o apoio da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo na distribuição de folders, impressão nas contas de água de 360 municípios e divulgação do projeto em todos os sites do governo do Estado.

Capítulo III

Educação Médica Continuada – EMC

Giovanni Guido Cerri
José Luiz Gomes do Amaral
Leonardo da Silva

CNHM – Comissão Nacional de Honorários Médicos
CBHPM – Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos

Amilcar Martins Giron
Florisval Meinão

Comissão de Assuntos Políticos – CAP

José Luiz Dantas Mestrinho
Jurandir Marcondes Ribas Filho
Lázaro Fernandes de Miranda
Luc Louis Maurice Weckx
Napoleão Puente de Salles

Comissão Nacional de Acreditação – CNA

Aldemir Humberto Soares
Fabio Biscegli Jatene

Projeto Diretrizes – AMB / CFM

Wanderley Marques Bernardo

Escolas Médicas

Edmund Chadad Baracat
José Luiz Weffort

Educação Médica Continuada – EMC

Educação Médica Continuada (EMC) é o processo de manutenção e melhoria da qualificação profissional do médico, promovendo atualização médica dentro dos mais atuais padrões técnicos e científicos, favorecendo em última análise a valorização do profissional no mercado de trabalho. A EMC proporciona ainda benefícios à população por meio da melhoria da qualidade de atendimento refletida em indicação mais eficiente de tratamentos, maior adesão dos pacientes e menores custos de tratamento. Entre os principais objetivos da EMC está a diminuição das desigualdades entre o que deveria ser feito e o que realmente está sendo feito na prática médica diária.

No Brasil, cerca de 72% dos médicos com especialização fixam residência em grandes centros. Em alguns locais do País, como a Região Norte, mais de 51% dos médicos em atividade não cursaram residência após a conclusão do curso de Medicina (situação da Residência Médica, segundo os Programas reconhecidos pela Comissão Nacional de Residência Médica do MEC). Desta maneira, a EMC visa a contribuir para a redução das desigualdades educacionais regionais, desenvolvendo programas abrangentes e incentivando a participação de todos os médicos do País e ampliando o acesso à informação de qualidade.

Em muitos países, como Inglaterra, Estados Unidos, Canadá e Austrália, o termo EMC vem sendo paulatinamente substituído por Desenvolvimento Médico Continuado (DMC).

A nova nomenclatura remete o processo de educação médica a uma visão mais abrangente e holística, incorporando ferramentas que objetivam desenvolver, além do conteúdo técnico-científico, habilidades e competências profissionais. Dito de outra forma, o DMC propõe ao médico, além dos atributos da EMC, o questionamento e aprimoramento em questões éticas, sociais, político-administrativas e de planejamento, com as quais, muitas vezes, nos deparamos nas tomadas de decisão clínicas.

De maneira geral, podemos dizer que o DMC em comparação à EMC propõe:

1) Maior profundidade nos conteúdos;
2) Maior abrangência dos temas, indo além dos aspectos clínicos de determinada afecção, contribuindo para uma visão prática do dia a dia;
3) Auxilia a tomada de decisões éticas associadas aos problemas propostos;
4) Oferece conteúdo de Medicina baseada em evidência;
5) Orienta os aspectos da organização do sistema de atendimento à saúde.

Nos Estados Unidos da América, há distinção de acordo com o Estado em relação às exigências dos programas de EMC. Os médicos americanos devem cumprir entre 12 e 50 horas anuais nestes programas, de acordo com a região em que exerçam a profissão. Estima-se que, entre 1998 e 2003, houve um aumento de 600% na participação nestes programas e de 800% na oferta de cursos na Internet.

A velocidade do crescimento do conhecimento em todas as áreas tem transformado a EMC em um instrumento indispensável à manutenção da qualidade da atividade profissional no mundo todo. Imaginemos um médico formado antes da década de 80 do século passado. Até então, a AIDS não havia sido reconhecida como entidade nosológica distinta. O primeiro caso identificado da doença no Brasil data do ano 1980 e sua classificação só foi realmente estabelecida em 1982. Da mesma maneira, a hepatite C foi formalmente reconhecida em 1989. O que dizer dos avanços diagnósticos e terapêuticos associados ao conhecimento de novos marcadores tumorais, a vacina contra o HPV, novas drogas para tratamento de diabetes e hipertensão arterial sistêmica, novas drogas anestésicas, etc. Sem dúvida, a lista de novas aquisições ao conhecimento

dentro da área das Ciências Médicas, bem como as mudanças realizadas nos processos de trabalho, são enormes, principalmente nas últimas décadas. Continuando o nosso exercício de imaginação, voltemos àquele mesmo médico formado antes da década de 80 e que desde sua saída da Faculdade de Medicina ou da Residência Médica não tenha contado com apoio educacional e que viva à margem da aquisição de novos conceitos ou mesmo que não se atualize nos conceitos já adquiridos em sua época de Universidade.

Devemos lembrar que um médico percorre seu tempo de estudo em seis anos de faculdade de Medicina, e que no Brasil há uma desproporção entre o número de vagas nas escolas médicas e na residência médica. O médico após formado (com ou sem residência) terá uma vida produtiva média de 30 anos de trabalho. Se a cada dois anos e meio o conhecimento médico duplica, como sugerem algumas estimativas, e a maior parte das técnicas utilizadas na Medicina se tornam obsoletas em apenas sete anos, podemos entender que não é mais possível ao médico sair da faculdade sem estar inserido em um programa de aprendizado continuado. Colocando-se todos os números face ao ritmo com o qual o crescimento científico vem se acumulando, temos a medida da importância dos cursos de EMC que, em última análise, favorecem a reciclagem profissional, semeando o conceito de educação para toda a vida, estimulando o desenvolvimento de novas competências e habilidades dentro de novos conceitos da Medicina.

Some-se a isso a realidade social vivida pela imensa maioria dos médicos no Brasil, que exige mais de um emprego para manutenção de um padrão de vida condizente com a função exercida, diminuindo sobremaneira seu tempo para estudo e atualização. Dados do Conselho Federal de Medicina de 2009 mostram que, na Região Centro-Oeste, aproximadamente 70% dos médicos desenvolvem entre 2 e 4 atividades profissionais concomitantes. Além disso, observa-se que gradativamente o médico tem se transformado de profissional liberal em empregado de grandes instituições públicas ou privadas e tem perdido sua liberdade para frequentar cursos e congressos, como fazia anteriormente, nos tempos em que apenas o consultório tomava seu tempo. As dimensões territoriais do Brasil não favorecem o deslocamento (tanto

em termos de custo quanto de tempo) dos colegas radicados em regiões distantes dos grandes centros aonde é realizada a maior parte dos cursos e congressos médicos.

É dentro deste contexto que têm sido cada vez mais organizados programas de apoio aos médicos para tornar sua tarefa de atualização e aquisição de novos conhecimentos menos árdua e menos onerosa.

A EMC engloba todo tipo de atividade de aprendizado nas quais os médicos estão envolvidos, tendo como objetivo a melhoria da sua eficiência dentro da profissão.

A EMC pode ser desenvolvida nos seguintes formatos:

1) presencial – congressos, cursos, jornadas, palestras, encontros;
2) à distância (EAD) – há diferentes modos de se "entregar" o conteúdo aos médicos inseridos nos programas de EMC, a saber:
   a) aprendizagem por correspondência;
   b) aprendizagem por rádio, televisão, telefone;
   c) aprendizagem por computador sem ligação à rede (CDs, DVDs);
   d) aprendizagem por *e-learning*;
   e) aprendizagem por *m-learning*;
   f) aprendizagem por videoconferência.

Sem dúvida, a Internet garantiu um avanço fenomenal a todo o processo, reduzindo custos e contribuindo para diminuir as diferenças regionais de acesso ao conhecimento atualizado.

A Agência de Pesquisa e Qualidade em Assistência à Saúde dos Estados Unidos (AHRQ) apresenta dados de um estudo sobre a efetividade dos programas de EMC. Nesta avaliação, ficou constatado que:

1) A EMC melhora o conhecimento dos médicos, com bons resultados a longo prazo;
2) Cursos que utilizam recursos multimídia são mais eficientes do que cursos que utilizam mídias únicas;
3) Materiais impressos não têm uma boa relação custo/benefício na agregação do conhecimento;
4) Conteúdos que desenvolveram aspectos práticos da rotina diária como construção de casos clínicos são mais eficientes no ensino/aprendizado;
5) Cursos com mais módulos determinam aprendizado mais efetivo e duradouro;
6) A EMC é eficiente na modificação de postura do médico quanto a decisões estratégicas, como seleção de testes diagnósticos e decisões sobre o melhor tratamento.

A Educação Médica Continuada na AMB

A Associação Médica Brasileira em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Conselho Federal de Medicina desenvolvem desde 2006, o Programa Nacional de Educação Médica Continuada, oferecendo gratuitamente a todos os médicos do país, acesso a conteúdo científico de qualidade em todas as áreas médicas em atuação, de forma gratuita e dinâmica. Essa iniciativa foi o marco da aproximação da AMB às tendências de Educação Médica Continuada em outros países, objetivando-se democratizar o conhecimento e beneficiar a assistência à saúde da população brasileira.

Desde o início, a EMC tem sido elaborada em diferentes formatos, face ao objetivo de alcançar o maior número possível de médicos do País, bem como permitir sua difusão em outros Países de língua portuguesa. As aulas à distância e presenciais permitem emitir créditos aos médicos participantes, de forma que seu título de especialista esteja sempre certificado quanto à atualização de forma gratuita. Por meio das novas tecnologias de informação e transmissão de dados, o programa de EMC tem capacidade de facilitar o compartilhamento de experiências profissionais entre médicos de diferentes localidades. Após percorrerem as aulas à distância, os médicos são avaliados por questionários de múltipla escolha e têm seu aproveitamento automaticamente verificado. Os resultados destas avaliações nos permitem mapear carências de formação e informação e nos orientam na sugestão de propostas que visem equalizar eventuais desníveis curriculares e/ou pedagógicos/educacionais.

A parceria com empresas com vasta experiência na área de educação médica nos tem favorecido o uso amigável da tecnologia, permitindo a utilização do programa de EMC mesmo por médicos que não têm vasta experiência com mídias eletrônicas.

O público-alvo da EMC da AMB é o universo total de médicos ativos no Brasil, representando aproximadamente 350 mil profissionais, com garantia real de acesso à atualização do conhecimento científico.

Entre nossos objetivos para um futuro próximo estão a ampliação do programa no Brasil e sua disponibilização aos médicos dos demais Países de língua portuguesa.

Organização e estrutura dos programas desenvolvidos pela AMB

1) Educação à distância
   a) impresso via correio – *folders*, livros textos, revistas e boletins informativos;
   b) digital via correio (CDs, DVDs) – aulas e programas de orientação voltados a temas específicos;
   c) Educação na Internet (modos síncrono e assíncrono) – desenvolvimento de aulas de formação (por exemplo, estatística médica) e de atualização (por exemplo, programa diretrizes). Em cada aula, são disponibilizadas avaliação prévia e avaliação final. Os profissionais que acertarem 70% das questões acumularão crédito de 0,5 ponto para o Certificado de Atualização Profissional, já validado pela Comissão Nacional de Acreditação (CNA), em conformidade com a resolução 1.772/05 AMB/CFM. Após a conclusão de cada aula, o médico terá seu crédito computado pela CNA;
2) Cursos Presenciais – desenvolvidos em parceria com as Sociedades de Especialidade, Governo e grupos médicos especializados em determinadas áreas (por exemplo, emergências, saúde da família), permitem aos médicos contato com os autores dos capítulos que atuam como instrutores do curso prático, abordando e discutindo questões do dia a dia do médico;
3) Publicações – editoração de revistas e livros sobre temas específicos. Exemplo: Revista da Associação Médica Brasileira (RAMB), livros do Projeto Diretrizes.

Plano de desenvolvimento dos cursos em atividade

a) Curso à distância

   Pré-requisitos:

   1. O programa está disponível em plataforma eletrônica, que permite acesso e disponibilidade em âmbito nacional e internacional;
   2. O programa deve permitir acesso a todas as especialidades médicas;
   3. O programa não traz custo aos médicos;
   4. O programa gera créditos para certificação de atualização profissional;
   5. As aulas à distância permitem a navegação intuitiva e amigável;

6. São disponibilizadas ferramentas que permitem a troca de experiências e informações entre médicos, alunos e professores.

Etapas e elaboração do programa:

Passo 1: Os médicos são convidados a participar do programa educativo na Internet, por meio de carta, e-mail, folheto impresso, entre outros meios de comunicação da AMB e de suas parcerias.

Passo 2: O médico se cadastra e cria sua "senha e nome de usuário", que serão necessários para ingressar no programa educativo.

Passo 3: O médico inicia o curso de qualquer lugar e hora, evitando deslocamentos desnecessários, lucro cessante e ainda utiliza a solução no momento mais adequado para seu aprendizado.

Passo 4: O médico, ao final de cada aula, realiza uma prova de avaliação de desempenho.

Passo 5: Ao final do "ciclo letivo do programa", os médicos receberão o certificado de conclusão, que será reconhecido pela entidade de especialidade.

b) Livro texto – os livros têm por objetivo veicular de forma aprofundada e minuciosa o conteúdo das aulas à distância e servirem de apoio e referência aos cursos presenciais.

c) Cursos presenciais – podem ser ministrados em qualquer parte do País que os solicite. Instrutores podem ser treinados para replicar as aulas em regiões carentes de recursos. São desenvolvidos dentro de programas específicos, como de atualização em emergências médicas e saúde da família.

Concluímos que o objetivo da EMC é prover os médicos de atividades educacionais que os ajudem a desenvolver as competências que necessitam para oferecer a melhor Medicina possível aos seus pacientes e aprimorar o nível de saúde da população.

A Internet e as novas tecnologias permitem "levar" a EMC aonde e quando ela seja necessária e requisitada, facilitando o acesso ao conteúdo e diminuindo os custos operacionais do processo educativo.

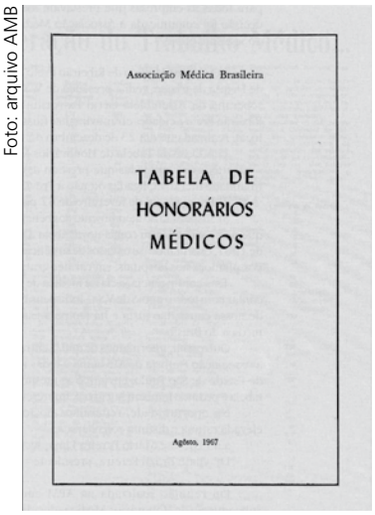
Desde 2010, em parceria com a Ordem dos Médicos de Cabo Verde (África), o Curso de Educação Médica Continuada é oferecido gratuitamente aos médicos inscritos na entidade.

CNHM – Comissão Nacional de Honorários Médicos CBHPM – Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos

O trabalho médico passou por grande transformação a partir da segunda metade do século passado. Até então, sua atividade se desenvolvia em consultório particular, como profissional liberal, ou junto aos diversos órgãos públicos, como profissional assalariado, de acordo com a legislação trabalhista em vigência. Na década de 50, com o aparecimento dos planos de saúde, surgiu uma nova modalidade de trabalho na Medicina: o médico credenciado, atendendo em consultório, com honorários pagos diretamente pelas operadoras de planos de saúde. A relação médico-paciente passava a contar com um intermediário, gerando conflitos tanto éticos quanto econômico-financeiros.

Com o aumento do número de usuários (hoje são 50 milhões), os planos de saúde tornaram-se um importante pólo de trabalho médico. Paralelamente, os serviços públicos de saúde foram encolhendo, seja por decisões políticas dos sucessivos governantes, seja pelo financiamento insuficiente do sistema público de saúde, a verdade é que hoje, os milhões de brasileiros que dependem única e exclusivamente do SUS têm grandes dificuldades de acesso

Foto: arquivo AMB



Primeira Tabela de Honorários Médicos da AMB – Agosto/1967

Foto: arquivo AMB

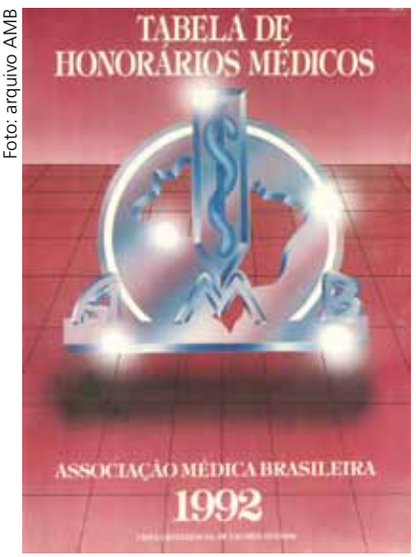


Tabela de Honorários Médicos da AMB – THM 1992

aos serviços de saúde, e o médico enfrenta enormes dificuldades para exercer a sua atividade profissional dentro deste sistema.

Outro fato relevante, nos últimos anos, foi a abertura de grande número de faculdades de Medicina. Desde então, houve grande crescimento do número de médicos em atividade, aumentanda competitividade e oferta de trabalho, gerando sério desequilíbrio no sistema de saúde.

Em resumo, as transformações ocorridas nas últimas décadas, envolvendo mudanças nas políticas de saúde, sociais, econômicas e de formação profissional, transformaram decisivamente a atividade do médico, exigindo ações de suas entidades representativas, no sentido de organizar a classe médica, visando à garantia do exercício da profissão dentro dos princípios éticos, técnicos e científicos que a caracterizam. Diante desta realidade, a Comissão de Honorários Médicos da AMB foi gradativamente se estruturando para atender a esta necessidade, desenvolvendo um conjunto de ações e estratégias em defesa do médico e da qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população, tanto por meio do Sistema Único de Saúde, quanto pela iniciativa privada.

Estas ações foram bastante diversificadas. Na área do Legislativo, destaca-se a aprovação da lei 9656, de 1999, que regulamentou os planos de saúde. Este foi um grande avanço

na área da saúde suplementar, pois reduziu os conflitos entre pacientes e empresas, definiu a elaboração de um rol mínimo de cobertura, definiu regras para reajustes das mensalidades e impediu a oferta de planos com restrições nos procedimentos mais onerosos. Infelizmente, a relação entre médicos e empresas não foi devidamente contemplada pela lei, o que tem gerado inúmeros conflitos quanto a reajustes de honorários e regras de contratualização. As entidades médicas tiveram importante participação no processo de elaboração desta lei, bem como de outros projetos que tramitam no Legislativo, como a regulamentação do ato médico e contra a abertura indiscriminada de escolas médicas.

Em relação ao SUS, deve-se destacar empenho da classe médica pela aprovação da emenda constitucional 29, que regulamenta o seu financiamento. Apesar dos grandes avanços nos últimos anos, sabemos que a qualidade do atendimento ainda deixa a desejar, agravado pela grande dificuldade de acesso ao sistema por parte dos pacientes. Os recursos destinados ao setor são insuficientes, sendo absolutamente necessário que o seu financiamento seja devidamente regulamentado, determinando regras de investimento para a União, Estados e Municípios.

Outra ação importante da Associação Médica Brasileira, com a parceria do Conselho Federal de Medicina, da Federação Nacional dos Médicos e da Confederação Médica Brasileira, foi a elaboração da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM). Esta decisão foi tomada em março de 2000, durante planejamento estratégico da AMB realizado em São Paulo, e seu lançamento se deu em 2003, no Espírito Santo. Na ocasião, as empresas haviam criado tabelas próprias, que não incorporavam os novos procedimentos, e haviam deixado de reajustar os honorários médicos, gerando um forte desequilíbrio econômico no sistema, sendo este ainda hoje o principal problema vivido pelo médico no sistema suplementar de saúde.

Foto: arquivo AMB

Lista de Procedimentos Médicos 1999, que substituiu as tabelas anteriores

Foto: arquivo AMB

Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) – AMB/CFM/ CMB/FENAM – 1ª edição (2003)

Foto: arquivo AMB

Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) – AMB/CFM/ FENAM – Edição 2010

Seus objetivos foram: ser tecnicamente correta, equânime, privilegiar o ato médico com a chancela da AMB e CFM e ter a possibilidade de ser implantada em todo território nacional. Teve a participação das Sociedades de Especialidades, com assessoria da instituição econômica FIPE. Nesse momento era importante normatizar procedimentos para: preservação da qualidade do atendimento, padronização de códigos e nomenclaturas, proteção contra inclusão de procedimentos sem respaldo técnico-científico, assim como excluir aqueles em desuso. Procurou-se, com isto, proteger os consumidores e, ao mesmo tempo, criar condições de bom relacionamento com as Operadoras de Planos de Saúde, viabilizando a assistência médica junto à ANS. Deve-se destacar que, historicamente, a primeira Tabela de Honorários Médicos foi criada no DNPS (Departamento Nacional de Previdência Social), em 1962, com assessoria da APM, na qual uma US (unidade de serviço) correspondia a um centésimo da média dos salários mínimos das capitais estaduais: 1 consulta = 6 US.

Instalou-se uma Comissão de Metodologia com representantes da AMB, CFM e 13 Sociedades de Especialidades voluntárias (não representando os interesses da Especialidade). Para elaborar a CBHPM, a FIPE criou junto com a Comissão os atributos para avaliar separadamente cada ato médico para

a hierarquização: Tempo, Complexidade, Cognição e Risco. Foi realizado um Teste Simulado do método com três especialidades: Nefrologia (representando a Clínica), Ginecologia-Obstetrícia (Cirurgia) e Radiologia (SADT). Após o teste e correção de eventuais distorções, foi elaborada a CBHPM, cuja pontuação dada a cada procedimento na Especialidade (hierarquização vertical) foi agrupada em portes. O trabalho seguinte, com duração de mais de um ano, foi discutir exaustivamente a hierarquização horizontal (entre as Especialidades).

Após a conclusão dos trabalhos, iniciou-se a luta pela sua implantação. Foi criada a Comissão Nacional de Implantação da CBHPM, que estabeleceu as estratégias para atingir este objetivo: atuação junto ao Legislativo e negociação com os planos de saúde.

Foi elaborado um projeto de lei apresentado em regime de urgência pelo deputado Inocêncio de Oliveira, o qual determinava que a CBHPM seria o referencial a ser utilizado no sistema suplementar de saúde. Este projeto foi modificado e aprovado na Câmara dos Deputados, estando tramitando atualmente no Senado Federal. Com as modificações, este projeto hoje determina que a CBHPM seja o referencial para que a ANS elabore o seu Rol de Procedimentos, cuja cobertura é obrigatória pelos planos de saúde, preconizando ainda reajustes anuais aos médicos.

Como resultado das negociações, diversas empresas adotaram a CBHPM como referencial de procedimentos médicos. Em 2003, as entidades médicas organizaram um forte movimento exigindo sua implantação por parte das empresas de Seguro Saúde. Na ocasião, houve um importante apoio da Sociedade, que compreendeu a realidade das relações entre médicos e empresas, além de entender que a CBHPM seria um valioso instrumento em seu benefício, pois a sua utilização indicaria transparência e respeito por parte das empresas aos seus associados.

Recentemente, a ANS decidiu implantar o sistema de troca de informação de saúde suplementar, por meio da TISS, visando à uniformização e padronização das informações, possibilitando o desenvolvimento de ações de prevenção e planejamento em saúde. Para tanto, fez-se necessária a escolha de um referencial para a nomenclatura e codificação dos procedimentos médicos. Após análise das tabelas utilizadas no sistema, a ANS decidiu, por meio das instruções normativas 30 e 34, definir a AMB como responsável pela nomenclatura e codificação dos procedimentos médicos na saúde suplementar. Desta forma, a AMB passou a ocupar posição de destaque na saúde suplementar, recuperando para a classe médica o domínio de referencial de sua atividade profissional.

Comissão de Assuntos Políticos – CAP

A Comissão de Assuntos Políticos (CAP) criada em 2003, inicialmente denominada de Comissão de Assuntos Parlamentares, atua intensamente no Congresso Nacional, no tratamento dos interesses políticos que envolvem a classe médica, em todas as áreas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Objetiva fazer a triagem dos novos projetos de lei da área da saúde que tramitam na Câmara e no Senado, emitindo pareceres elaborados muitas vezes junto às Sociedades de Especialidade e Comissões. Além disso, atua diretamente com os relatores destes projetos, mostrando e justificando o parecer.

A Associação Médica Brasileira sempre atuou junto aos órgãos governamentais. Face à intensificação de ações junto a organismos do governo em Brasília, criou-se um escritório político da Associação Médica Brasileira, que foi local de reuniões com muitos parlamentares. O escritório funcionou de 2001 a 2007. Os contatos políticos estabelecidos, neste período, formaram os alicerces para a decisão que a AMB tomou para participar, juntamente com o CFM da então Comissão de Assuntos Parlamentares. Posteriormente, a FENAM se agregou ao grupo constituído. Com a mudança da Associação Médica de Brasília para a sua nova sede, a AMB foi contemplada com um espaço próprio, onde as reuniões passaram a ser realizadas.

Foto: arquivo AMB

Agenda Parlamentar da Saúde Responsável, publicada em 2006

A CAP, portanto, é constituída por representantes da Associação Médica Brasileira, do Conselho Federal de Medicina e da Federação Nacional dos Médicos (FENAN). O trabalho integrado das entidades tem aproximado o movimento médico das lideranças políticas do país, abrindo espaços importantes para a prospecção de novas proposituras que venham de encontro ao bem estar dos brasileiros, seja na saúde pública, privada ou suplementar.

A comissão se reúne mensalmente, ou quantas vezes se fizerem necessárias, com o objetivo de definir o posicionamento do movimento médico quanto à oportunidade de aprovar ou não, com ou sem ressalvas, o conteúdo dos Projetos de Leis (PL), as Propostas de Emenda Constitucional (PEC), tramitando nas diversas comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Participa também das Audiências Públicas no Congresso Nacional, das decisões que envolvam a Medicina com a Frente Parlamentar da Saúde, nas comissões constituídas, principalmente nos Ministérios da Saúde e da Educação, ou nas diversas instituições se o interesse médico se fizer presente.

A dinâmica da CAP consiste, no primeiro momento, na análise dos projetos em tramitação selecionados pelo consultor parlamentar. Em seguida, a comissão emite o seu parecer e caso se faça necessário encaminha o assunto para a Sociedade de Especialidade da AMB envolvida, ou o envia a um profissional técnico de "notório saber", ou mesmo ao departamento jurídico das entidades para análise e parecer.

Foto: arquivo AMB

Agenda Parlamentar da Saúde Responsável, publicada em 2011

Uma vez consolidado o parecer, é marcada uma audiência com o autor e ou relator do projeto para discussão e posicionamento do movimento médico, oferecendo subsídio técnico e enriquecimento ao conteúdo do que possa vir a ser lei. Os pareceres discutidos e priorizados dos Projetos de lei compõem a Agenda Parlamentar da Saúde Responsável, são classificados em conformidade com a posição do movimento médico como: favorável, favorável com ressalvas e contrário.

O trabalho do grupo é divulgado por meio da Agenda Parlamentar da Saúde

Foto: Márcio Arruda

Composição da Comissão de Assuntos Políticos (Da esq. p/ dir.)
Márcio Costa Bichara (Fenam); Luc Louis Maurice Weckx (AMB); Jurandir Marcondes Ribas Filho (AMB); Alceu José Peixoto Pimentel (CFM); Waldir Cardoso (Fenam); José Luiz Dantas Mestrinho (AMB) ; Wirlande Santos da Luz (CFM); Napoleão Puente Salles (Consultoria parlamentar AMB/CFM/Fenam); Dalvélio de Paiva Madruga (CFM); Lázaro de Miranda (AMB); Luiz Carlos Beyruth Borges (CFM); Jeancarlo Fernandes Cavalcante (CFM)

Responsável. Nela estão listados projetos de lei de interesse direto à Medicina e aos pacientes, com seu respectivo parecer produzido pelos representantes das entidades médicas na Comissão. A agenda indica o local onde se encontra o projeto, qual o seu autor e relator e é acompanhada de um comentário explicativo justificando a nossa posição. O material é distribuído às Entidades Médicas, aos Conselhos Regionais de Medicina, às Sociedades de Especialidade, às Federadas da AMB e Regionais, à FENAM e a todos os parlamentares, Sindicatos Médicos e lideranças médicas. Encontra-se também disponível *on line* nos *sites* das três entidades médicas.

A atuação da CAP se consolida e fortalece a união da classe médica, no momento em que participa das discussões e decisões da Política Nacional de Saúde, contribuindo e divulgando o pensamento e a opinião dos médicos brasileiros. E como perspectiva, será, com certeza, um veículo captador dos anseios da classe médica, na medida em que receber sugestões para Projetos de Lei na nossa área, identificando os parlamentares com melhores condições para apresentá-los ou relatá-los.

É nesta linha de raciocínio que esperamos que, o exemplo da CAP possa ser compartilhado pelas entidades estaduais, como forma de capilarizar a nossa experiência numa abrangência nacional.

Comissão Nacional de Acreditação – CNA

A introdução dos Títulos de Especialista da AMB, bem como o início dos registros de especialidades promovido pelo CFM, foi acompanhada da obrigatoriedade de renovação dos mesmos. Porém, isto não se sustentou, visto que alguns médicos, e até mesmo entidades médicas, entenderam que os documentos eram definitivos e não caberia revogação dos mesmos e recertificação dos profissionais.

Com o passar dos tempos, se descobriu que a manutenção da competência e atualização não era problemática no passado, pois o conhecimento relevante crescia lentamente. Ocorreu que, com os investimentos realizados em pesquisa básica e aplicada e o grande avanço tecnológico, ocorrido nas décadas de 80 e 90, algumas áreas apresentaram um estrondoso crescimento científico. Em 20 anos, a Medicina apresentou uma evolução da sua produção científica em 7,6 vezes.

No mesmo período, os pacientes se tornaram cada vez melhor informados e a imprensa e a Internet passaram a disponibilizar uma grande quantidade de informações sobre drogas, procedimentos, sintomas e doenças, obrigando os médicos a um detalhamento maior de suas decisões e condutas.

Esta situação mostrou claramente que, sem um programa de educação ativa, nenhum médico poderia se manter atualizado por mais que alguns anos após a sua formação. Mesmo com o consenso da necessidade de estudo e aperfeiçoamento

constantes, não é um processo simples, pois envolve, dentre outros aspectos, disponibilidade de tempo e investimento financeiro. Na sua maioria, os médicos têm pouco tempo para estudar, em função de sua árdua jornada de trabalho, que, muitas vezes, inclui plantões e vínculos empregatícios em vários hospitais. Além disso, após a formação, a atualização é obtida, sobretudo pela participação em cursos, simpósios e congressos, os quais apresentam custos elevados, pois envolvem não apenas o pagamento de inscrições, mas também despesas com passagem, hospedagem e manutenção em centros distantes da sua residência.

A revalidação do Título de Especialista foi proposta com o objetivo principal de assegurar à sociedade que o médico mantém atuais – e em nível suficiente – o conhecimento e o treinamento previamente adquiridos. Além disso, buscava melhorar a prática médica, promovendo treinamento, atualização e orientação. Em última análise, a recertificação seria empregada para detectar performances inadequadas e para dar credibilidade aos especialistas junto à sociedade. Assim, a revalidação do Título de Especialista é um processo dinâmico, que avalia o desempenho do profissional, atualização no conhecimento, atividade na especialidade e relação médico-paciente.

Em vários países, a recertificação está vinculada a um sistema de acreditação por programas de educação médica continuada. Estes têm reconhecimento mundial como eficientes para a atualização do profissional, mantendo suas competências científicas. O especialista que tem o seu Título de Especialista revalidado é mais valorizado por seus pacientes e no mercado de trabalho, pois pode comprovar o seu aprimoramento constante frente à evolução da Medicina. Ademais, em alguns países, têm sido concedidos incentivos para o desenvolvimento profissional, com adoção de planos de carreira e de vencimentos. Em alguns, por exemplo, o incentivo é oferecido sob forma financeira, com repercussão salarial para os profissionais se submeterem ao processo de recertificação; em contrapartida, em outros, os médicos que não se recertificarem são "punidos", com redução em seus honorários. Membros da comunidade europeia, por exemplo, pressionam profissionais a participarem do processo por meio de mecanismos que tornam obrigatória a recertificação para estabelecimento de contratos com seguradoras e hospitais. Outra forma de incentivo à

recertificação – adotada por alguns países – consiste na publicação de listas de médicos que atenderam às exigências dos programas locais, as quais são disponibilizadas para a população.

Previamente ao ano 2004, no Brasil, o processo de revalidação do Título de Especialista já vinha sendo realizado por algumas sociedades de especialidade, entretanto não eram unificados, nem padronizados e não apresentavam critérios uniformes de avaliação.

Dentro deste contexto, a Associação Médica Brasileira, em parceria com as Sociedades de Especialidade, propôs a normatização da revalidação do Título de Especialista e dos Certificados de Área de Atuação. Na ocasião, foram discutidos alguns temas sobre a revalidação do título: a) definição dos títulos a serem revalidados; b) obrigatoriedade de adesão das Sociedades de Especialidade ao processo; c) sistema a ser empregado para acúmulo de créditos e tempo limite para tal; d) validade dos títulos previamente obtidos.

Esta iniciativa culminou na Resolução 1772/05 do Conselho Federal de Medicina (CFM) – que normatizou e estabeleceu diretrizes e critérios para o processo de recertificação, instituindo o Certificado de Atualização Profissional.

A Comissão Nacional de Acreditação é atualmente composta por um membro da diretoria da Associação Médica Brasileira, um da diretoria do Conselho Federal de Medicina e dois delegados de cada entidade, sendo Comissão permanente e que determina as regras gerais, normas e regulamentos do processo de certificação. Esta comissão tem como atribuições: determinar a proporcionalidade dos eventos e atividades que somarão créditos; avaliar e autorizar cursos e eventos submetidos para certificação; emitir parecer à Comissão organizadora dos eventos, em caso de reprovação, justificando a decisão ou sugerindo modificações; verificar se os cursos e eventos integrantes do processo cumprem os programas propostos; controlar a certificação do candidato junto à Sociedade de Especialidade; esclarecer eventuais dúvidas sobre o processo.

O sistema de revalidação está baseado em créditos, no total de 100, que devem ser acumulados em até cinco anos. Caso não sejam acumulados 100 créditos, haverá a opção de prova para obtenção do Certificado de Atualização Profissional. Os créditos poderão ser obtidos com frequência a congressos nacionais, jornadas regionais e estaduais ou programas de educação

continuada, publicações científicas e títulos acadêmicos, entre outros.

É importante que se tenha um processo de revalidação efetivo, eficiente e defensável, que não seja complexo e que onere o menos possível o médico. Com vistas à democratização do processo, é importante que os créditos possam ser obtidos em eventos desenvolvidos no Estado ou região geográfica de domicílio do médico, sem grandes deslocamentos. E, ainda, possam ser obtidos por educação à distância, inclusive com o recurso da Internet e de canal de TV para o acompanhamento de cursos dentro da sua residência ou consultório.

A AMB e suas Federadas têm apoiado e participado ativamente destas iniciativas, por meio de suas diretorias. Também fica claro que o papel das Sociedades de Especialidade é fundamental para o sucesso deste processo, tornando-o efetivo, transparente e, sobretudo, acessível a toda comunidade médica.

Este processo certamente sofrerá adequações ao longo dos anos, sendo progressivamente refinado e adaptado à realidade de nosso País, mas a recertificação parece ser um movimento irreversível, que representa a expressão da responsabilidade e o respeito dos médicos para com seus pacientes.

Projeto Diretrizes – AMB/CFM

Diretrizes clínicas baseadas em evidência são recomendações estruturadas, submetidas à atualização periódica à luz das evidências científicas disponíveis, a fim de produzir ações de melhor qualidade. As diretrizes são o melhor cuidado dado ao paciente individual e a coletividade, a fim de melhorar a prática clínica, atendendo aos conceitos de equidade sustentável. Diretrizes podem ser consideradas como um caminho que auxilia a separar as práticas desnecessárias das necessárias, e não devem ser consideradas como uma forma de restrição à liberdade de conduta, mas como uma chance de orientar a prática, em um sistema de saúde caracterizado pela racionalização e o racionamento.

No Brasil, o processo de elaboração de diretrizes clínicas nacionais baseadas em evidência foi desencadeado pela Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina, por meio do "Projeto Diretrizes". Esse projeto teve início a partir de um encontro realizado em dezembro de 1999, em Brasília, reunindo toda a diretoria da Associação Médica Brasileira e membros do Conselho Federal de Medicina, no qual todos se pronunciaram unanimemente em favor da parceria entre as duas entidades, delineando uma política de atuação conjunta.

Foto: arquivo AMB

Capa do Projeto Diretrizes – AMB/CFM – Volume I, publicado em 2001

Os primeiros técnicos do projeto foram definidos por comitê médico especialmente formado, no segundo semestre de 2000, o qual definiu um conjunto de recomendações junto às Sociedades de Especialidade, relativas à metodologia de elaboração, na I Reunião de Padronização do "Projeto Diretriz", no dia 8 de dezembro de 2000.

Após um ano de trabalho em conjunto com 24 Sociedades de Especialidade, foram lançadas, em Manaus, no mês de outubro de 2001, as primeiras 40 diretrizes, quando então já estavam em andamento mais 20.

No ano de 2002, parte do Comitê técnico teve a oportunidade de participar de curso no Centro de Medicina Baseada em Evidência da Universidade de Oxford, o que influenciou fortemente na trajetória da metodologia utilizada de elaboração das diretrizes no Projeto, sobretudo na capacitação e no relacionamento com os elaboradores. Passo a passo do processo de elaboração foi desenvolvido constantemente por meio de Oficinas de Trabalho envolvendo as Sociedades de Especialidade, durante cerca de cinco anos. Foram realizadas cerca de trinta oficinas, até o ano de 2006, com média de quinze participantes por oficina. A AMB teve oportunidade de participar na *2nd International Conference of Evidence-Based Health Care Teachers & Developers*, em Palermo – Itália, no ano de 2003: *critical appraisal of 28 guidelines developed by Brazilian Medical Association,* o que contribuiu muito com o amadurecimento do Projeto.

O fruto direto dessas iniciativas foi a elaboração de 280 Diretrizes até o ano de 2008, em crescente aprimoramento e qualidade. A participação era heterogênea: cinco Sociedades eram responsáveis pela elaboração de cento e quarenta e seis Diretrizes, e dez novas estavam se envolvendo na elaboração de cento e vinte Diretrizes novas. Sabemos que o pilar central do Projeto da AMB está no fato dos elaboradores serem médicos indicados pelas Sociedades de Especialidade (atualmente na casa de milhares), que voluntariamente participam do processo após capacitação nos conceitos de elaboração de Diretrizes

Clínicas Baseadas em Evidência, podendo, então, desenvolver Diretrizes de qualidade.

Quanto à atualização, processo sistemático de todo o material elaborado foi desencadeado, com a meta de atualizações a cada dois anos. Nessa fase do projeto, a AMB/CFM já participava em duas organizações Internacionais: como fundadores e membros do comitê organizador da Rede Iberoamericana (GPC) e da *Guidelines International Network* (GIN).

Além do desafio de melhora progressiva da qualidade, surgiam outras metas e necessidades, como a atualização e a construção de processo de disseminação e implementação. Atendendo então à possibilidade de utilização disseminada no Sistema de Saúde Nacional das Diretrizes do Projeto, no ano de 2009, foi firmado convênio com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com a proposta de elaboração e implementação inicial de 80 diretrizes.

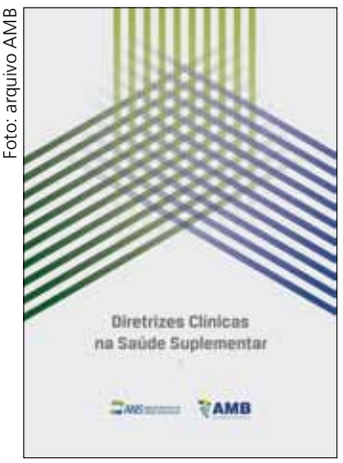
Como já descrito anteriormente, atendendo parcialmente a esta metodologia pode-se produzir 280 Diretrizes até o ano de 2008, já divulgadas por meio do

Foto: arquivo AMB

Capa do Projeto Diretrizes – AMB/CFM – Volume VIII, publicado em 2010

site da AMB e por sete livros, com envolvimento crescente e homogêneo das Sociedades de Especialidade. Entretanto, só no ano de 2009, com esta metodologia, foram elaboradas em torno de 180 Diretrizes, com mais de 100 temas em andamento. Também, como forma de implementação, Oficinas de trabalho têm sido realizadas junto a Congressos e em distintas regiões do País, e projeto junto à ANS e operadoras de saúde, incluindo Oficinas de trabalho, avaliarão

Foto: arquivo AMB



Primeiras Diretrizes Clínicas na Saúde Suplementar AMB/ANS – Volume I publicado em 2011

no próximo ano o uso de segmentos de Diretrizes AMB, através de indicadores, em alguns serviços de saúde do País.

O Projeto Diretrizes AMB representa uma iniciativa genuinamente nacional, desenvolvida e sustentada pela comunidade médica brasileira. O aprendizado de todos tem sido fundamental na mudança de paradigmas e conceitos, sobretudo à luz dos princípios da Prática Clínica Baseada em Evidência.

Escolas Médicas

Com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, mudanças de cunho social, cultural e tecnológico decorreram do deslocamento da corte portuguesa para a cidade de Salvador, Bahia. A ciência e as artes até então pouco exploradas passaram a ter espaço, e recursos foram investidos, de forma que grandes nomes da ciência europeia foram trazidos para o Brasil, dando início ao desenvolvimento estrutural da sociedade brasileira.

O Príncipe Regente Dom João VI, atendendo ao pedido do Barão de Goyana, José Correia Picanço, pernambucano, cirurgião da Real Câmara, lente jubilado da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (Portugal), fundou na cidade de Salvador, em decisão régia de 18 de fevereiro de 1808, a Escola de Cirurgia da Bahia, sediada no Hospital Real Militar da Bahia, em Salvador, localizado no antigo prédio do Colégio dos Jesuítas, no Largo Terreiro de Jesus.

Após nova mudança da Família Real para o Rio de Janeiro, Dom João VI criou a segunda escola médica do Brasil, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, por meio do decreto de 5 de novembro de 1808, que também funcionava no Hospital Real Militar, num majestoso e histórico prédio. A necessidade de implementar condições mínimas de infraestrutura para um contingente de pessoas que chegaram com a corte e a urgência do desenvolvimento de remédios e de tratamentos às doenças tropicais, ainda desconhecidas, motivaram a implantação dessa escola médica.

No século XIX afirma-se a influência francesa no ensino da Medicina no Brasil, ao passo que, nos séculos anteriores, prevaleceu e imperou a Medicina Ibérica.

Disponível em: www.wikipedia.org

José Correia Picanço entrega a D. João VI Carta solicitando a criação da Escola de Cirurgia da Bahia

A medicina científica brasileira teve início com a Escola Tropicalista Baiana, formada por grupo de médicos estabelecidos na Bahia que se dedicaram à prática de uma medicina voltada à pesquisa das doenças tropicais daquela época e teve o marco com a publicação do primeiro número da Gazeta Médica da Bahia, em 1866.

A era científica brasileira, por assim dizer, uma vez que os precursores não eram brasileiros natos, surge no início do século XX, por Oswaldo Gonçalves Cruz

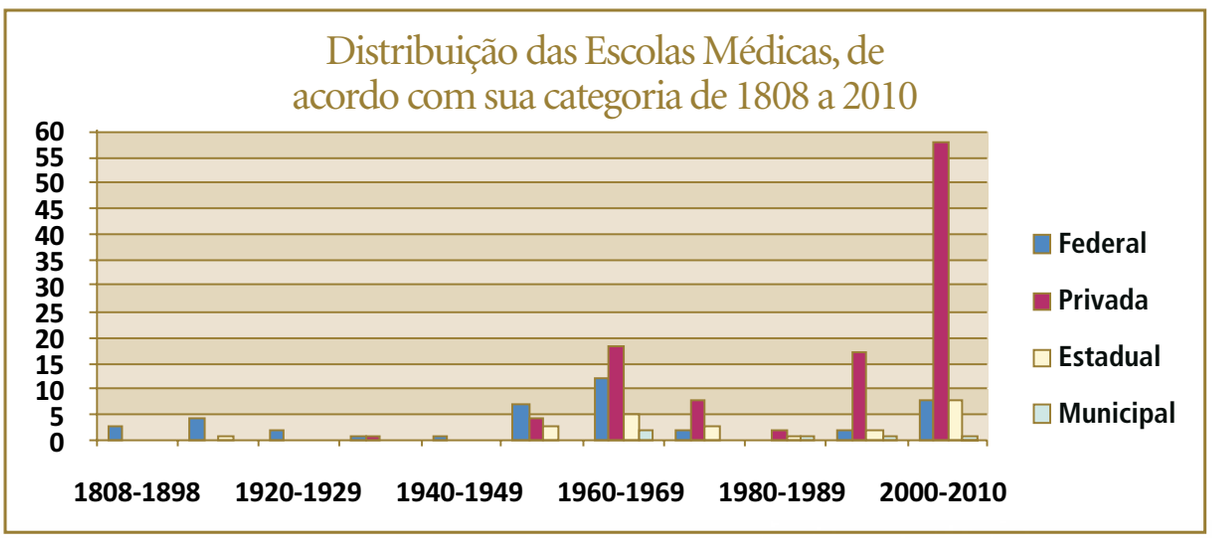
Foto: acervo da Faculdade de Medicina da Bahia, da Universidade Federal da Bahia

Faculdade de Medicina da Bahia (FMB), da Universidade Federal da Bahia, retratada pelo pintor Henrique Passos (2007), segundo os relatos do Século XIX

e o Instituto Soroterápico Nacional, no bairro de Manguinhos, no Rio de Janeiro, transformado após em Instituto Oswaldo Cruz. A partir deste momento, começam a formar médicos no Brasil para os brasileiros e surgem novas Escolas Médicas.

No período de 1808 a 1898, foram fundadas 3 escolas médicas, em Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A partir daí, no período de 1911 a 1948, foram criadas 10 escolas, na década de 50, mais 14, na década de 60, mais 38, sendo que só no ano de 1968 surgiram 10 novas escolas. E o número de escolas continuou se multiplicando; na década de 70, houve o surgimento de 13 escolas, na década de 80, de mais 4 e, na década de 90,

Foto: acervo da Faculdade de Medicina da Bahia, da Universidade Federal da Bahia



de 21 novas escolas. No período de 2000 a 2010, foram fundadas 77 escolas, sendo que, cerca de 60 escolas, criadas após 2000, estão aguardando reconhecimento do MEC (Fonte INEP), totalizando 180 escolas até o momento (www.escolasmedicas.com.br, acesso em 10 de abril de 2011).

Em 1956, a Associação Médica Brasileira (AMB) levou ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek, um documento intitulado "Problemática do Ensino Médico no Brasil", que resultou na suspensão temporária de criação de novas Escolas Médicas. Em outros períodos, entre 1971 e 1976, e novamente entre 1979 a 1987,

Número de Escolas Médicas, de acordo com sua categoria de 1808 a 2010

	1808 - 1898	1911 - 1919	1920 - 1929	1930 - 1939	1940 - 1949	1950 - 1959	1960 - 1969	1970 - 1979	1980 - 1989	1990 - 1999	2000 - 2010
Federal	3	4	2	1	1	7	12	2	-	2	13
Privada	-	-	-	-	-	4	19	8	2	16	52
Estadual	-	2	-	-	-	3	5	3	1	2	10
Municipal	-	-	-	-	-	-	2	-	1	1	2
Total	**3**	**6**	**2**	**1**	**1**	**14**	**38**	**13**	**4**	**21**	**77**

Total de Escolas Médicas em atividade no Brasil

Total de Escolas Médicas em atividade no Brasil		**180**
Total de vagas oferecidas para o primeiro ano		**15.671**
	Nº de escolas	**%**
Privada	101	55%
Federal	47	26%
Estadual	26	14%
Municipal	6	3%
Total	**180**	**100**

Censo IBGE 2007, disponível em: www.escolasmedicas.com.br

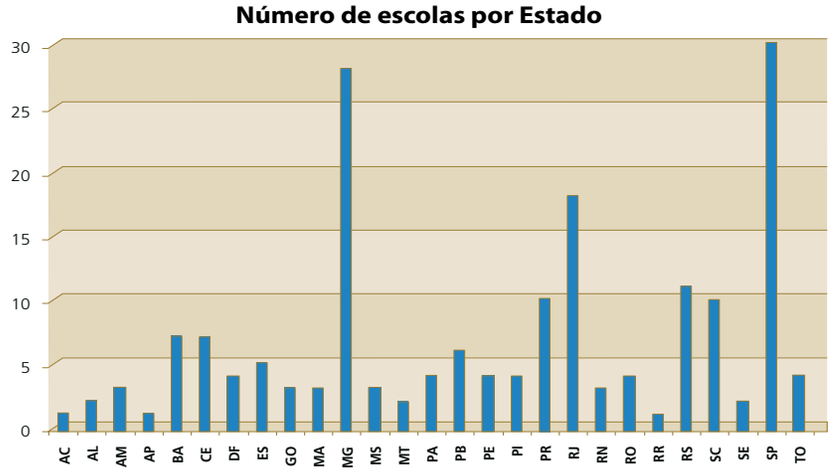
Distribuição das Escolas Médicas em atividade no Brasil

Pesquisa realizada em abril de 2011,
fonte: www.escolasmedicas.com.br

Estudo comparativo da categoria das novas Escolas Médicas

ANO	Federais	Estaduais	Municipais	Privadas	Total
2000	2	2	0	1	5
2001	0	2	0	5	7
2002	2	4	1	5	12
2003	1	0	0	6	7
2004	0	1	0	9	10
2005	1	0	1	9	11
2006	1	0	0	6	7
2007	3	0	0	8	11
2008	1	1	0	2	4
2009	0	0	0	1	1
2010	2	0	0	0	2
Total	**13**	**10**	**2**	**52**	**77**
%	**17%**	**13%**	**2,50%**	**67,5%**	**100%**
Fonte: www.escolasmedicas.com.br					**Abr/11**

Estudo comparativo do número de Escolas Médicas por Estado



Fonte: *www.escolasmedicas.com.br, acesso em 10 de abril de 2011*

houve nova suspensão temporária na criação destas instituições. Observa-se que essa discussão é antiga e, ainda hoje, não resolvida de forma satisfatória.

Somos 182 milhões de habitantes no Brasil e 180 Escolas Médicas registradas no Ministério da Educação. Países como Índia e China, com mais de um bilhão de habitantes, têm, respectivamente, 272 e 150 Escolas Médicas.

Deste total de 180 escolas existentes no Brasil, 47 são federais, 26 estaduais, 6 municipais e 101 particulares.

A partir do ano de 2000, a proliferação de novas escolas representa quase 50% das já existentes. Proliferação essa que não representou compromisso com qualidade no ensino, pesquisa e assistência e muito menos reflete uma política educacional adequada no País. Surge uma mercantilização do Ensino Médico decorrente em parte da cultura de diploma existente no País e da falta de compromisso com a qualidade e com os preceitos éticos inerentes que a profissão médica exige. Dados recentes, divulgados pelo Ministério da Educação, demonstram algumas conclusões preocupantes, por exemplo, 735 mil estudantes das diversas áreas, inclusive médica, estão em Universidades reprovadas, segundo critérios do próprio MEC.

Outro problema sério a ser discutido é que o número de vagas para a graduação não corresponde ao número de vagas para a residência médica. Os cursos de graduação em Medicina devem formar profissionais com competências ao final do curso e mesmo

Cronologia das Universidades Federais criadas antes da fundação da Associação Médica Brasileira (26 de janeiro de 1951)

Universidades Federais	Data de Criação
Universidade Federal da Bahia	18/02/1808
Universidade Federal do Rio de Janeiro	5/11/1808
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1/03/1898
Universidade Federal de Minas Gerais	5/03/1911
Universidade Federal do Paraná – Curitiba	1/01/1912
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/RJ	10/04/1912
Universidade Federal do Pará	3/01/1919
Universidade Federal de Pernambuco	4/05/1920
Universidade Federal Fluminense – RJ	1/01/1929
Universidade Federal de São Paulo	1/06/1933
Universidade Federal do Ceará	15/04/1948
Universidade Federal de Alagoas	15/01/1951

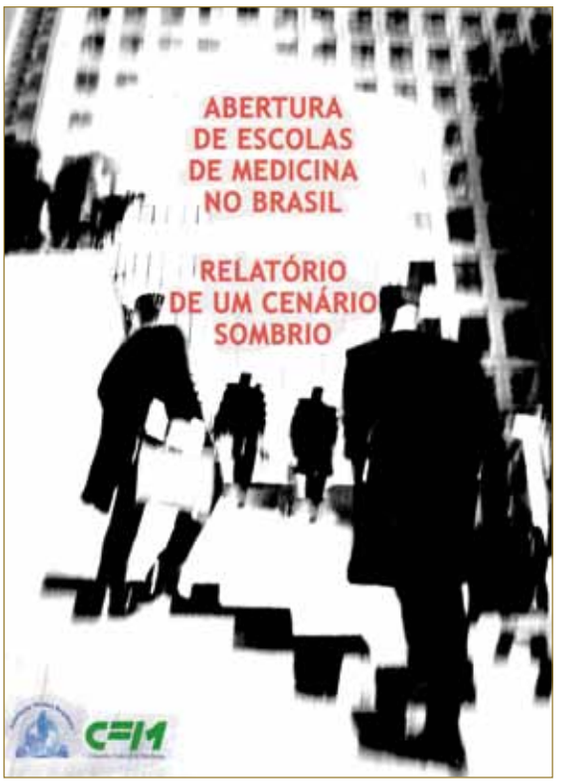
Estudo comparativo do número de Escolas Médicas por Estado e número de vagas

Por Região Geográfica		
Estado	**Escolas de Medicina**	**Vagas 1º ano**
Região Centro-Oeste		
DF	4	266
GO	3	290
MS	3	190
MT	2	180
Região Centro-Oeste	**12**	**926**
Região Nordeste		
AL	2	130
BA	7	603
CE	7	652
MA	3	181
PB	6	530
PE	4	490
PI	4	302
RN	3	236
SE	2	150
Região Nordeste	**38**	**3.274**
Região Norte		
AC	1	40
AM	3	292
AP	1	30
PA	4	390
RO	4	170
RR	1	28
TO	4	340
Região Norte	**18**	**1.290**
Região Sudeste		
ES	5	500
MG	28	2552
RJ	18	2102
SP	30	2581
Região Sudeste	**81**	**7.735**
Região Sul		
PR	10	847
RS	11	922
SC	10	520
Região Sul	**31**	**2.289**
Total Geral	**180**	**15.514**

assim existe a necessidade de se formar especialistas em áreas gerais e específicas.
O que interessa à sociedade são médicos competentes, humanos, éticos, socialmente responsáveis e que atendam às necessidades da população e em número suficiente em todas as regiões do País, em todas as cidades, portanto não interessam médicos em quantidade insuficiente ou excessiva e sim que possam exercer uma boa medicina.
O médico deve ser capaz de tratar da saúde e da doença, individual e coletiva e tomar decisões nos vários cenários que envolvam o seu trabalho.
As Escolas Médicas deveriam ser rigorosamente avaliadas a partir de sua autorização e de seu funcionamento. As diretrizes curriculares que norteiam a formação do médico deveriam ser seguidas de forma adequada pela sociedade, por meio de processos de acreditação, e pelo próprio MEC.
Verificamos que várias Escolas Médicas pelo país afora apresentam projetos pedagógicos parecidos, elaborados por profissionais da área médica como que realizados em "escala de produção", que na prática não funciona. A complacência do MEC e os critérios políticos acabam permitindo o início de novos cursos de Medicina em detrimento da qualidade necessária. O perfil do egresso, as competências gerais e específicas, conteúdos e organização de um curso médico, na maioria dos casos, deixam a desejar.

Existem Escolas Médicas que não possuem sequer hospitais próprios e surgem os hospitais conveniados, que muitas vezes não são adequados para o ensino.
A aproximação do aluno de Medicina às comunidades e às unidades básicas de saúde tem sido outra realidade, importante, é claro, quando integrada à Universidade, mas usadas pelas novas Escolas Médicas para suprirem a falta de hospitais.

Foto: arquivo AMB



Capa do livro Escolas Médicas AMB/CFM, publicado em 2005

Capítulo IV

Comunicações

Bruno Caramelli
César Teixeira
Elias Fernando Miziara

Comunicações

Boletim da Associação Médica Brasileira – BAMB e Jornal da Associação Médica Brasileira – JAMB

A edição número um do primeiro veículo de comunicação da AMB, chamado de Boletim Informativo da Associação Médica Brasileira (BAMB), foi publicado na Revista da Associação Paulista de Medicina. O BAMB, referente aos meses de outubro a dezembro de 1951, era o órgão noticioso e oficial da classe médica, contemplando informações sobre a entidade e de interesse da categoria. A partir do número 24, relativo

Fotos: arquivo AMB

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 1 Outubro-dezembro 1951

A idéia da criação da Associação Médica Brasileira partiu da necessidade de congregar tôda a classe médica em tôrno de um organismo que, pelo vulto do seu quadro social, tivesse fôrça para estudar, coordenar e apresentar, com unidade de vistas, as reivindicações dos médicos, tanto do ponto de vista econômico, como no que tange ao desenvolvimento científico-cultural e ao exercício da profissão dentro de princípios de elevada ética e moral.

Além disso, impunha-se a criação da Associação Médica Brasileira para unir esforços em oposição justa e proporcionada à progressiva e unilateral socialização dos serviços médicos no Brasil, obrigando os médicos a verdadeira ginástica orçamentária para equilibrar seus parcos ordenados com as despesas vultosas a que são obrigados para manter sua família em regime capitalista.

Ordenados insuficientes de um lado e, do outro, despesas que aumentam progressivamente com a elevação do custo de vida, tiram ao médico o sossêgo necessário para o bom exercício da profissão, fazendo com que procure agir de modo a compensar, com o aumento do número de serviços prestados, a deficiência do pagamento que recebe nas horas para as quais foi contratado. Como sempre acontece em tais circunstâncias, o aumento de trabalho se faz em detrimento da qualidade de serviço, de sorte que o Estado, se de um lado favorece o público aumentando-lhe as possibilidades de assistência médica melor e mais especializada, de outro, sacrifica tôda uma classe impondo-lhe árduo trabalho sem a compensação equivalente, o que conduzirá fatalmente à piora dos serviços médicos. Dados apresentados em relatórios lidos perante o III Congresso da Associação Paulista de Medicina, em janeiro de 1951, ao ser discutido o tema *Socialização da Medicina*, e publicados na REVISTA PAULISTA DE MEDICINA (vol. 39 (setembro) 1951), mostraram a exata situação da classe médica diante da progressiva socialização unilateral da profissão médica e as conseqüências que advirião para o público e para a qualidade da assistência médica em geral se não fôr modificado êste estado de coisas pelo reajustamento dos vencimentos dos médicos funcionários estatais e parestatais.

Este assunto já vem sendo debatido desde algum tempo e muita coisa já tem sido conseguida. No Estado de São Paulo já foi conseguido o reajustamento dos médicos servidores da Municipalidade da Cidade de São Paulo, e dos médicos servidores do Estado, que, após memorável campanha, foram equiparados, na função pública, aos advogados. No Distrito Federal já foi feito reajustamento. Recentemente foram reajustados, também, os vencimentos dos catedráticos e assistentes da Faculdade de Medicina de São Paulo. Resta a conseguir o reajustamento dos médicos funcionários federais e dos estaduais, reajustamento que está sendo discutido na Câmara Federal (projeto 1.080-50).

Para os resultados obtidos no Estado de São Paulo muito contribuiu, direta ou indiretamente, a campanha de congraçamento da classe médica posta em marcha pela

1º Boletim da Associação Médica Brasileira – BAMB, publicado em 1952

A M B EDITADO PELA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

A.M.B.

ANO III ☆ SÃO PAULO ☆ DEZEMBRO 1959 ☆ NUMERO 24

SAUDAÇÃO-MENSAGEM

Para o 1.º numero do boletim da AMB

Maria Pinotti

bAMB

Último Boletim da Associação Médica Brasileira – BAMB nº 24, publicado em 1959

JAMB JORNAL DA A.M.B.

ORGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

Assistência a previdenciários será adjudicada onde institutos não tiverem serviços próprios

BAMB-JAMB

Balanço do IAPI e Assistência Médica

Aprovadas as tabelas de emolumentos e Taxas Elaboradas em Alagoas e na Bahia

Homenagem ao prof. Benedito Montenegro

AMB comparecerá oficialmente ao Congresso Nacional de Medicina

Ordem do Mérito Médico

NEODIAZINA

1ª edição do JAMB – Jornal da Associação Médica Brasileira, publicada em 1962

à edição de dezembro de 1959, passou a ser editado semanalmente, em formato tabloide, até 1982, quando sua periodicidade passou a ser mensal. Em novembro de 1983, sofreu reforma gráfica, sendo editado em modelo *standard*. Em fevereiro de 1993, começou a ser publicado em cores e, seis anos depois, uma nova reformulação devolveu-o ao modelo tabloide. Foi a partir de 2006 que o JAMB ganhou o formato revista, publicado atualmente.

Durante a sua trajetória, o JAMB integrou a história da medicina nacional: médicos de todo o País iniciaram e terminaram suas carreiras acompanhando as atividades da AMB por ele. Muitos fatos marcantes foram noticiados pelo órgão mais importante de comunicação da entidade. Um deles ocorreu em dezembro de 2000: pela primeira vez na história da Medicina, uma edição conjunta dos jornais da AMB e do Conselho Federal de Medicina – JAMB/Medicina – chegou à casa dos mais de 300 mil médicos, marcando a unidade e a parceria reinante entre as duas entidades, nas gestões de Eleuses Paiva (AMB) e Edson Andrade (CFM). O fato repetiu-se nas edições de agosto de 2001, março de 2002, maio e novembro de 2003 e julho de 2007.

Foto: arquivo AMB

Edição conjunta JAMB/Medicina, publicada em 2000

Foto: arquivo AMB

Edição do Jornal da Associação Médica Brasileira – JAMB, publicada em 2011

Revista da Associação Médica Brasileira - RAMB

Foram necessários apenas três anos após a sua fundação para que a Associação Médica Brasileira edificasse estrutura suficiente para lançar a sua primeira publicação científica: a Revista da AMB, hoje RAMB. Seu primeiro número foi impresso em março de 1953 e teve uma tiragem de 14 mil exemplares. A publicação tinha como editor e redator responsável Dorival Macedo Cardoso e o parasitologista Clemente Pereira, como redator-chefe. Sua periodicidade era trimestral, sendo impressa e distribuída a todos os sócios nos meses de janeiro, abril, julho e outubro.

Foto: arquivo AMB

REVISTA
DA
ASSOCIAÇÃO MEDICA BRASILEIRA

INDICE DO VOLUME I

Editor e Redator Responsavel
DORIVAL MACEDO CARDOSO

Redator-Chefe
CLEMENTE PEREIRA

Comissão Editorial
MIGUEL JANSEN
EDUARDO MAURO
ERNESTO MENDES
CLEMENTE PEREIRA

Gerente
AMERICO MOREIRA

Nº	Data da Publicação	Paginas
1 (março)	10 de junho de 1954	1 - 131
2 (julho)	30 de outubro de 1954	130 - 248
3 (setembro)	15 de março de 1955	249 - 352
4 (dezembro)	10 de julho de 1955	353 - 456

Publicada pela
ASSOCIAÇÃO MEDICA BRASILEIRA
Av. Brigadeiro Luís Antonio, 278 - 9.º - São Paulo, S.P.
Brasil

1ª Revista da Associação Médica Brasileira – RAMB, publicada em 1954

Sua primeira reformulação aconteceu em 1968, quando passou a utilizar o sistema *off-set*, sendo publicada em cores.

Hoje, passados mais de 55 anos, além de ser uma das principais revistas médicas do País e indexada às principais bases de dados mundiais, como Lilacs, Medline, SciELO e de obter classificação Capes Qualis B3 (equivalente à categoria internacional), a RAMB, desde dezembro de 2007, integra o seleto grupo de publicações do ISI Thomson.

Isso significa que a RAMB, a partir desta data, passou a contar com o cálculo do seu fator de impacto, variante elaborada a partir do número de vezes que seus artigos são citados por outras publicações. O ISI Thomson é uma instituição internacional que gerencia a mais importante base de dados de periódicos científicos indexados do mundo, denominada *Web of Science*. Esta base é muito conhecida e utilizada para pesquisas no meio científico e acadêmico, pois contém 16 mil revistas internacionais, das quais o ISI acompanha anualmente mais de oito mil títulos, selecionando aqueles de maior impacto. A inscrição no *Web of Science*, que compreende três áreas *(Science Citation Index*

Expanded, Social Citation Index e Arts & Humanities Citation Index) é um desejo de todo periódico, não só pelo certificado de qualidade, mas pela inclusão em um dos mais importantes índices bibliométricos do conhecimento: o fator de impacto ISI *(Institute for Scientific Information).*

Com a publicação do primeiro fator de impacto, a RAMB busca agora a inserção internacional. Com a publicação bilíngue é possível atingir um número muito maior de leitores e divulgar as informações científicas produzidas no Brasil para o resto do mundo. Neste sentido, a parceria com a editora Elsevier, a maior editora de periódicos médicos científicos do mundo, foi um grande passo que a RAMB deu, logo no início de 2011. A partir do primeiro número deste ano, a revista passa a integrar o grupo dos periódicos da Elsevier e a participar do Science Direct, o maior *site* de publicações médicas, assinado por pesquisadores e bibliotecas de todo o mundo. Com isto, aumentará o alcance da RAMB e, naturalmente o número de citações que a revista recebe, atingindo seu objetivo: internacionalização e aumento de fator de impacto.

Foto: arquivo AMB

Edição da Revista da Associação Médica Brasileira

O Médico & Você

Em novembro de 2008, a AMB lançou a revista trimestral O Médico & Você. Com o objetivo de difundir informações de excelência em saúde para a comunidade, além de estreitar a relação entre profissionais da Medicina e pacientes, a publicação conta com projeto gráfico e editorial inovadores. Com isso, o leitor tem acesso a uma publicação feita com a participação de médicos renomados e influentes em suas especialidades, que compartilham da missão da revista de prestar informações claras e eficientes sobre os mais variados assuntos da Medicina.

Foto: arquivo AMB

Primeira edição da Revista "O Médico & Você", publicada em 2008

A publicação tem uma das tiragens mais significativas do País. Seus exemplares são distribuídos aos mais de 300 mil médicos ativos no Brasil, que foram orientados a disponibilizar a revista a seus pacientes, na sala de espera.

Assim, a AMB buscou estreitar o relacionamento dos médicos com a população e aumentar o conhecimento dos cidadãos com relação aos principais problemas de saúde que a afeta, divulgando meios de prevenção.

Nas páginas de O Médico & Você, os leitores encontram reportagens, artigos e entrevistas sobre temas de saúde, doenças e suas causas, sintomas, prevenção e tratamentos. Outros assuntos relacionados à qualidade de vida, saúde emocional, meio ambiente e cotidiano também já foram abordados.

A revista O Médico & Você representa o maior avanço da AMB em direção à sua missão de oferecer à população brasileira um instrumento de informação seguro, qualificado e de vínculo com os médicos. Contribui para que os pacientes tenham dados complementares sobre suas enfermidades ou métodos preventivos, que nortearão a adequada relação entre o profissional e seu paciente.

Portal AMB

A AMB apareceu pela primeira vez na Internet em junho de 1996, quando inaugurou a sua *homepage*, criada em colaboração com o Núcleo de Informática Biomédica da Unicamp. O primeiro *site* da AMB fornecia acesso a informações sobre a entidade, endereços das Sociedades de Especialidade, Regionais, Federadas e *links* para algumas especialidades, que também já dispunham de *sites*, casos da Cardiologia, Pneumologia e Patologias Clínicas. Também foi disponibilizado *online* o estatuto da entidade, a história da AMB, a Lista de Procedi-

mentos, atual CBHPM, e a Classificação Internacional de Doenças (CID), que poderia ser consultada por meio de palavra-chave. Paulatinamente, foram colocadas à disposição do público as edições da Revista e do Jornal da AMB. O endereço acessado para o primeiro *site* da AMB foi www.nib.unicamp.br/amb. Com o passar dos anos, o *site* foi se modernizando e, por meio de uma parceria com a Conectmed, passou a oferecer também, além de vasto conteúdo relacionado à entidade, educação médica continuada à distância, ferramenta existente até hoje.

AMB *News*

O AMB *News*, informativo eletrônico da entidade, teve a sua primeira edição distribuída em junho de 2007. Atualmente, contabiliza mais de uma centena de boletins distribuídos a um *mailing* composto de mais de 50 mil e-mails de pessoas e entidades ligadas à área de saúde, incluindo diretores da AMB, Federadas, Sociedades de Especialidade, Secretarias de Saúde, deputados, senadores, entre outros. O informativo, distribuído sempre às sextas-feiras, apresenta, de forma resumida, as atividades semanais da diretoria da entidade, além de projetar as ações para as semanas seguintes.

Fotos: arquivo AMB

Portal AMB - Agosto/2011

AMB News – Agosto/2011

Capítulo V

Atuação Internacional

José Luiz Gomes do Amaral
Miguel Roberto Jorge
Murillo Ronald Capella
Pedro Wey Barbosa de Oliveira

Atuação Internacional

1. Associação Médica Mundial (WMA)

Aos 17 de setembro de 1947, médicos de 27 países reuniram-se em Paris, França, para realizar a fundação e a primeira Assembleia da Associação Médica Mundial (WMA). Na oportunidade, definiram suas finalidades: assegurar a independência dos médicos e lutar pelos mais elevados padrões de comportamento ético, de educação médica, de direitos humanos e de cuidados com os pacientes, em um ambiente de autonomia profissional.

Anualmente, é realizada Assembleia Geral. O Conselho e os Comitês Permanentes, que são: Ética Médica, Assuntos Médico Sociais e Finanças e Planejamento, reúnem-se duas vezes ao ano. Já o Comitê Executivo tem seus encontros marcados em função da demanda.

A Associação Médica Brasileira (AMB) filiou-se à WMA em 1951, desempenhando papel relevante. Antonio Moniz de Aragão, ortopedista radicado em Florianópolis e presidente da AMB na gestão 1959-1961, foi eleito Presidente da Associação Médica Mundial em Assembleia Geral realizada no Rio de Janeiro, em outubro de 1961. Anos mais tarde, em 1975, Pedro Kassab, presidente da AMB, foi o segundo brasileiro empossado como presidente da WMA.

O cargo de Diretor de Relações Internacionais (DRI) surgiu na gestão de Antonio

Celso Nassif (PR), em 1987. O primeiro diretor foi o médico endocrinologista Luiz Carlos Espíndola (SC). Posteriormente vieram Luiz Eduardo Machado (BA), Paulo Roberto de A. Insfran (MS) e Isaias Levy (RS). Com ações regulares, a AMB sempre teve atuação intensa junto à WMA, levando o nome e o trabalho da entidade ao conhecimento dos líderes médicos de todo o mundo. Deste trabalho, consolidado nas gestões de Eleuses Paiva (1999-2005) e de José Luiz Gomes do Amaral (2005-2011), participaram da diretoria de Relações Internacionais: David Cardoso (MS), Viriato Cunha (SC), Murillo Ronald Capella (SC) e Miguel Roberto Jorge (SP). Todos tiveram participação efetiva e destacada em todas as reuniões da Associação Médica Mundial.

Eleito, em 2005, para presidir a AMB, o anestesiologista José Luiz Gomes do Amaral, antes de sua posse acompanhou Eleuses Paiva à Assembleia Geral da WMA, com o objetivo de dar continuidade à atuação da AMB. Na reunião do Conselho da WMA, realizada em maio de 2007, em Berlim, Alemanha, o presidente da AMB foi eleito, por unanimidade, para exercer a função de Presidente *(Chair)* do Comitê de Assuntos Médicos Sociais da WMA, posição para a qual foi reeleito em maio de 2009, em Tel Aviv, Israel.

Foto: arquivo AMB

Berlim, maio de 2007: José Luiz Gomes do Amaral, à esq., eleito presidente da Comissão de Assuntos Médicos Sociais, durante reunião da WMA, e Murillo Ronald Capella.

A complexidade dos assuntos internacionais levou a Diretoria da AMB buscar maior dinamismo ao Departamento de Relações Internacionais, nomeando o médico Pedro Wey Barbosa de Oliveira (SP) para, juntamente ao presidente e ao diretor de Relações Internacionais da AMB - cuidar das inúmeras demandas que envolvem tanto um consistente trabalho de coleta de dados, quanto contato com médicos com diferentes expertises

visando ao preparo de pareceres sobre temas específicos.

José Luiz Gomes do Amaral foi responsável por trazer ao Brasil relevantes discussões sobre pesquisas clínicas, como a revisão da Declaração de Helsinque, o uso de placebo em pesquisa médica associada ao tratamento e o Seminário Internacional de Resiliência Médica. Com a realização da Conferência Doutores do Ambiente, em novembro de 2009, ajudou a disseminar a Declaração de Delhi sobre saúde e mudança climática.

Aos 16 de outubro de 2010, durante a Assembleia Geral da WMA, em Vancouver, Canadá, o presidente da Associação Médica Brasileira, José Luiz Gomes do Amaral, foi eleito por aclamação Presidente da Associação Médica Mundial (WMA) para o período de 2011 a 2012.

Foto: divulgação WMA

Assembleia Geral da WMA em Vancouver, Canadá (16.10.2010). Da esquerda para direita: José Luiz Gomes do Amaral, Pedro Wey Barbosa de Oliveira, Miguel Roberto Jorge e Luc Weckx

2. Declaração de Helsinque

Após o mundo ter tomado conhecimento das atrocidades cometidas em nome da ciência por ocasião da Segunda Guerra Mundial, o que gerou uma crise de consciência na comunidade científica internacional, diversas regulamentações foram elaboradas com o objetivo de proteger os direitos humanos e de serem asseguradas a integridade e a dignidade das pessoas, aí incluídos os casos de participação em pesquisas biomédicas. Assim, dentre esses documentos destacam-se o Código de Nuremberg (1947) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Assembleia Geral das Nações Unidas. Preocupada com essa situação, na Assembleia Geral realizada em Helsinque, na Finlândia, em 1964, a WMA editou a Declaração de Helsinque (DoH), que é o documento internacional mais importante com relação ao controle ético sobre pesquisa em seres humanos. Todavia, para acompanhar os avanços tecnológicos e não se tornar vulnerável às pressões externas dos países que não concordam com a totalidade de seus termos, a WMA vem promovendo

Foto: arquivo AMB

São Paulo 2008 – Membros participantes da revisão da Declaração de Helsinque, na sede da Associação Paulista de Medicina

revisões e atualizações na Declaração de Helsinque, aprovadas em suas Assembleias Gerais. Assim ocorreu em 1975 (Tóquio, Japão), em 1983 (Veneza, Itália), em 1989 (Hong Kong, China), em 1996 (Somerset West, África do Sul) e em 2000 (Edimburgo, Escócia). O último processo de atualização começou em maio de 2007, quando a WMA convidou todas as associações médicas nacionais a identificar itens que precisavam ser revistos e sugerir a inclusão de novos tópicos. A AMB fez-se representar e contribuiu com pareceres em diversas revisões da Declaração de Helsinque. A forma mais atuante ocorreu quando na reunião do Conselho da WMA, realizada em Berlim, em maio de 2007, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) com representantes da África do Sul, Alemanha, Brasil, Japão e Suécia, com o objetivo de ouvir a opinião das Associações Médicas Nacionais, de Membros Associados e de entidades internacionais envolvidas em pesquisas em seres humanos. O Grupo de Trabalho da WMA reuniu-se em Copenhague, Helsinque, Divonne-lês-Bain, Cairo, São Paulo e Seul, onde finalmente foi aprovada a última revisão da DoH pela Assembleia Geral da WMA. Nas reuniões de Copenhague e Helsinque, o médico Gustavo Kesselring auxiliou os trabalhos da AMB. Antes de sediar a reunião do Grupo de Trabalho em São Paulo, a AMB realizou, nos dias 19 e 20 de agosto de 2008, o Fórum "Pesquisa Clínica: Revisão da Declaração de Helsinque", visando promover um

Foto: arquivo AMB

São Paulo, 2010 – Grupo de especialistas em placebo com lideranças das entidades médicas nacionais

debate sobre ética e pesquisa no Brasil e discutir os principais pontos que deveriam ser modificados na revisão da DoH. Foram discutidos temas como a situação atual da DoH, o uso de placebo em situações em que há tratamento efetivo, a DoH e a pesquisa em crianças e o acesso ao tratamento pós-investigação. Pela WMA, os principais participantes foram seu Presidente, Jon Snäedal (Islândia), a Presidente do Comitê de Ética, Eva Bägenholm (Suécia) e o Secretário-Geral, Otmar Kloiber (Alemanha). Participaram deste fórum cerca de 400 médicos e outros profissionais da área da saúde e suas sugestões foram encaminhadas ao GT da WMA, que, reunido no dia seguinte na sede da Associação Paulista de Medicina, com a presença de representantes de várias entidades nacionais, passou a analisá-las e a discuti-las, incorporando muitas delas ao seu relatório à AG da WMA de Seul.

Um dos principais pontos da DoH é o uso do placebo em pesquisas clínicas. Este tema vem sendo amplamente discutido pelos países membros da WMA nos últimos anos. Em fevereiro de 2010, os maiores especialistas mundiais nesta área, bem como representantes de agências reguladoras como o ***F**ood and Drug Administration* (FDA), *European Council, European Medicines Agency*, *European Comission* e outros, foram convidados pela WMA e pela AMB para discutir em São Paulo este assunto. O foco principal deste encontro foi a revisão do parágrafo 32 da

DoH, que trata especificamente do uso do placebo em pesquisa clínica. Este encontro foi realizado na Associação Paulista de Medicina durante três dias e contou com mais de 30 convidados internacionais e nacionais.

3. Confederação Médica Latinoamericana e do Caribe - CONFEMEL

A Confederação Médica Latinoamericana e do Caribe – CONFEMEL – foi fundada em 1997, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, durante a realização do II Congresso Latino-Americano de Colégios e Associações Médicas do continente, sob a organização do Colégio Médico da Bolívia e sucedendo a duas entidades fundadas anteriormente: a Associação Médica Pan-Americana e a Confederação Médica Pan-Americana.

O primeiro Presidente da CONFEMEL foi Vicente A. Gutierrez, do Colégio Médico da Bolívia. Desde sua criação, a CONFEMEL tem realizado anualmente suas Assembleias Gerais em diversos países da região: Chile (1998), Colômbia (1999), Argentina (2000), Panamá (2001), Peru (2001), Nicarágua (2002), Venezuela (2003), Uruguai (2003), Venezuela (2004), Costa Rica (2004), Chile (2005), Costa Rica (2006), Equador (2006), Brasil (2007), Honduras (2008), Argentina (2009) e Costa Rica (2010).

Com a proposta de unificar os esforços de todos para defender a saúde e os valores democráticos na prática cotidiana dos cidadãos latino-americanos, a CONFEMEL conta, atualmente, com 17 países membros e 26 associações médicas. O Brasil é representado pela AMB, CFM, FENAM e CREMERS.

A participação de representantes de entidades associativas brasileiras na CONFEMEL fez-se de forma mais destacada a partir dos anos 2000, quando a AMB, o CFM e a FENAM passaram a integrar regularmente as comissões e a intervir em assuntos relevantes da saúde e da Medicina.

Em novembro de 2008, realizou-se em Buenos Aires a XI Assembleia Anual Ordinária da CONFEMEL, presidida pelo brasileiro Marco Antonio Becker (RS).

4. Comunidade Médica de Língua Portuguesa - CMLP

A Comunidade Médica da Língua Portuguesa (CMLP) reúne os médicos dos Países de Língua Portuguesa com o objetivo trocar experiências, apoio mútuo na formação, ensino, investigação científica e prática clínica.

José Luiz Gomes do Amaral, em função das origens portuguesas, sempre teve interesse pela Medicina de Portugal. Em 2005, Eleuses Paiva convidou o então bastonário da Ordem dos Médicos de Portugal, José Germano Rego de Souza, para falar aos diretores da AMB. Na oportunidade, o bastonário e Gomes do Amaral compartilharam um sonho acalentado há muito tempo, de reunir os médicos lusófonos em função das múltiplas convergências culturais e linguísticas. Daí surgiu a ideia de associar as organizações médicas dos países de língua portuguesa. Foram convidadas a Ordem dos Médicos de Angola, a de Cabo Verde e o CFM para se juntar a essa iniciativa.

Em 29 de janeiro de 2005, a Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina e as Ordens assinaram um protocolo de cooperação entre as entidades médicas nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, criando a CMLP. O principal objetivo do protocolo foi estabelecer

Foto: arquivo AMB

José Germano Rêgo de Souza, José Luiz Gomes do Amaral e Eleuses Paiva, reunidos na sede da AMB

uma política comum de cooperação no domínio científico e profissional, com ênfase na formação médica.

Um ano depois, em janeiro de 2006, a AMB e o CFM participaram do II Congresso Internacional de Médicos em Angola e do 1º Congresso Luso-Angolano de Cooperação Médico-Cirúrgica, realizados em Luanda. Durante o evento, a CMLP teve seu estatuto finalizado. O primeiro presidente da Comunidade Médica da Língua Portuguesa foi Luís Leite, eleito no Congresso de Cabo Verde, após, Pedro Nunes no Congresso em Portugal, Carlos Alberto Pinto de Sousa no Congresso em Angola, e José Luiz Gomes do Amaral no Congresso em Moçambique.

Além de participar efetivamente da criação da nova entidade internacional, a AMB colaborou na organização e participou do I Congresso da CMLP, que foi realizado de 27 a 29 de novembro de 2006, na cidade da Praia, capital de Cabo Verde (África). Participaram os presidentes da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, e do CFM, Edson de Oliveira Andrade, os bastonários da Ordem dos Médicos de Angola, João José Bastos; de Cabo Verde, Luís de Sousa Nobre Leite; e de Portugal, Pedro Nunes. O evento abordou o tema "Formação Médica: Desafio do Século XXI".

O II Congresso da CMLP ocorreu na Costa do Sauípe, Bahia, de 27 a 30 de setembro de 2007, e foi promovido pela Associação Médica Brasileira e a Associação Bahiana de Medicina, tendo como tema central "Medicina de Qualidade para Todos". Participaram da Solenidade de Abertura os Presidentes da Associação Médica Mundial, Nachiappan Arumugan (Malásia), Pedro Nunes, da Ordem dos Médicos de Portugal, Luiz Leite de Cabo Verde, João Bastos de Angola, além de representantes do Ministério da Saúde, do Governo do Estado da Bahia e dos Presidentes da AMB e do CFM. O II Congresso da CMLP contou com cerca de 400 inscritos e um grande destaque foi a apresentação do curso de Medicina Baseada em Evidências, pelos coordenadores do Programa Diretrizes AMB/CFM, Moacyr Nobre e Wanderley Bernardo, transmitido ao vivo, via *web*, para todos os países participantes. Nesse encontro também foi ratificada a inclusão de Moçambique na Comunidade Médica de Língua Portuguesa.

Foto: arquivo AMB

Cerimônia de abertura do II Congresso da CMLP na Bahia

O III Congresso foi realizado em Lisboa, de 19 a 21 de fevereiro de 2009, em conjunto com o XIV Congresso Nacional de Medicina e o V Congresso Nacional do Médico Interno, no Centro de Congressos de Lisboa, presididos por Isabel Caixeiro. Da programação constaram temas de relevância como Medicina e o Desenvolvimento dos Povos: Objetivos do Milênio; Ética Médica: Desafios do Século XXI; Políticas de Saúde: O Papel das Associações Médicas; Especialidades Médicas, dentre outros.

Durante o IV Congresso da CMLP, realizado entre os dias 25 e 27 de março,

Disponível em: www.cmedlp.org

Estatuto da Comunidade Médica de Língua Portuguesa

na cidade de Maputo, Moçambique, o presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, é eleito e passa a ocupar também a presidência da CMLP, para gestão 2010-2011. O tema central do congresso foi "Prática Médica e os Novos Desafios do Século XXI".

5. Foro Iberoamericano de Entidades Médicas – FIEM

Foro Iberoamericano de Entidades Médicas

Durante a realização do II Congresso da CMLP, realizado na Costa do Sauípe (BA), no período de 27 a 30 de setembro de 2007, a CONFEMEL, o Conselho de Colégios Médicos da Espanha e a Ordem dos Médicos de Portugal criaram o Foro Iberoamericano de Entidades Médicas - FIEM.

Os objetivos do FIEM são criar um intercâmbio permanente entre os países latinoamericanos e da península ibérica, buscando comunicação, cooperação e consenso sobre ética médica e competência profissional. Dentre as principais atividades do Foro estão a realização de uma atividade científica anual no sentido de atingir os objetivos da entidade, publicar e difundir comunicações e consensos, e coordenar ações conjuntas.

Representando a AMB, participaram do I Encontro do Foro Iberoamericano de Entidades Médicas, José Luiz Gomes do Amaral e Murillo Capella, realizado na Organização Médica Colegial da Espanha, em Madri, em maio de 2008. O II Encontro, realizado em Toledo, Espanha, de 7 a 9 de maio de 2009, discutiu temas de relevância como o impacto da crise econômica mundial sobre a saúde, as mudanças na relação médico-paciente, novas estratégias sobre a Declaração de Helsinque e riscos do exercício da Medicina, dentre outros temas.

Durante os dias 4 a 7 de maio de 2010, reuniram-se na cidade de Buenos Aires, Argentina, entidades médicas da América Latina, do Caribe, de Portugal e da Espanha, para a realização do III Fórum Iberoamericano de Entidades Médicas para debaterem temas de enfrentamento comuns a todos os médicos das regiões

representadas. Como resultado desse encontro, publicou-se um documento que apresenta os resultados das discussões bem como norteia a agenda das entidades médicas para futuros compromissos.

6. Outras Atuações Internacionais da AMB

Representantes da Associação Médica Brasileira têm participado de reuniões de associações nacionais e de diversos países. Além dos encontros WMA, CONFEMEL, CMLP, FIEM e OMS, a AMB se fez representar em reuniões da Associação Médica Americana, da Associação Médica Alemã e da Associação Médica Britânica. O presidente da AMB na gestão 2005-2011 representou a entidade em reuniões na Bolívia, Argentina, Peru, Costa Rica, Chile, Portugal, Angola, Cabo Verde, Moçambique, França, Taiwan, Equador, entre outros.

Representando o Brasil, José Luiz Gomes do Amaral participou do seminário promovido pela WMA, sobre o futuro dos cuidados com a saúde e os recursos humanos para a área. O evento aconteceu em Reykjavik, na Islândia, nos dias 8 e 9 de março de 2009.

Nos últimos anos, a AMB participa ativamente dos fóruns sobre meio ambiente, representando o Brasil nos Congressos Médicos de Angola, Moçambique e Cabo Verde. Em reunião realizada em Copenhagen, Dinamarca, no início de setembro, a Associação Médica Mundial definiu a questão ambiental como o maior desafio da saúde pública no século XXI. O entendimento é que as mudanças climáticas e a poluição atmosférica serão as relevantes ameaças à saúde do homem nos próximos anos. A Associação Médica Brasileira esteve representada por Paulo Saldiva.

Em outubro de 2009, a Assembleia Geral da WMA aprovou a Declaração de Deli, política de recomendações, aprovada pela Associação Médica Mundial, sobre mudanças climáticas e seus impactos com a saúde humana. O documento foi lançado na Conferência dos Doutores do Ambiente, que aconteceu no auditório da Associação Paulista de Medicina, em 28 de novembro.

Haino Burmester representou a AMB na conferência "A crise financeira – implicações na saúde", realizada em Riga, Letônia, nos dias 10 e 11 de setembro de 2010. O evento foi

organizado pela WMA e, em sua apresentação, o médico brasileiro falou sobre o SUS.

A AMB esteve representada nos cursos de desastres promovidos em parceria com Associação Médica Americana, em Chicago (EUA). Também participou da reunião da *World Health Professions Alliance* (WHPA), em Genebra, e do curso de liderança promovido pela escola de negócios Insead. Fizeram as aulas: José Luiz Gomes do Amaral, Miguel Jorge, Marcos Boulos, Luc Weckx, Leonardo Silva e Luiz Fernando Falcão.

Capítulo VI

Economia Médica

Lúcio Antonio Prado Dias

Marcos Bosi Ferraz

Defesa Profissional

Florentino de Araújo Cardoso Filho

Roberto Queiroz Gurgel

Câmaras Técnicas/Comissões

César Teixeira

Economia Médica

A Medicina e a Economia, como áreas do conhecimento estruturadas, não têm mais do que poucas centenas de anos. Até muito recentemente apresentavam enfoques e perspectivas independentes e não relacionados. Nos últimos anos, no entanto, a crescente conscientização de que os recursos destinados à área da saúde são e sempre serão escassos para atender à expectativa e à necessidade do ser humano fez com que essas duas áreas passassem a procurar uma interlocução. Passaram a reconhecer e progressivamente valorizar uma área de comum interesse, ou seja, a economia da saúde. A economia da saúde basicamente se constitui numa disciplina em que conceitos e fundamentos da teoria econômica são aplicados no âmbito da saúde, ou ainda, o processo de tomada de decisão na área da saúde que incorpora conceitos e fundamentos das ciências econômicas. Esta área ou especialidade da Medicina, a da Economia, começou a ser desenvolvida e estruturada há cerca de 30 ou 40 anos, nos Países desenvolvidos.

Antes mesmo da década de 60, os economistas já reconheciam a escassez de recursos e a impossibilidade da sociedade satisfazer a todos os desejos e as necessidades dos seres humanos, bem como da consequente importância de indivíduos ou seus representantes na sociedade efetuarem escolhas; os médicos até então, no entanto, se concentravam somente no ato de prevenir, diagnosticar, tratar a aliviar o sofrimento do ser humano. Não existia, portanto, o conceito e a prática da escolha em Medicina visando à otimização na utilização dos escassos recursos. Com o progressivo avanço do conhecimento, o desenvolvimento de tecnologias, a maior e mais fácil veiculação da informação, a exigência crescente de uma sociedade cada vez mais orientada e ciente de suas necessidades, e a da progressiva e crescente escassez relativa de recursos, essas duas áreas passaram a se aproximar em

busca de solução e benefício comuns. O economista progressivamente passou a reconhecer que situações ou processos que são difíceis de serem mensurados em termos monetários ou quantitativamente (como, por exemplo, o alívio do sofrimento) mereciam uma atenção especial e necessitavam também serem considerados. O médico e outros profissionais da saúde, principalmente nos Países desenvolvidos, por sua vez, passaram (e continuam) a reconhecer que os recursos são escassos e finitos mesmo para a área da saúde, sendo forçados a tomar decisões e fazer escolhas nunca antes exercitadas.

Esse processo de reconhecimento e aproximação entre as Ciências da Saúde e as Ciências Econômicas têm ocorrido de forma rápida em Países desenvolvidos. Conceitos como custo da oportunidade, eficiência, equidade, oferta e demanda em saúde, transferência de risco, entre outros, passaram a ser compreendidos e valorizados progressivamente pelos integrantes e participantes do sistema de saúde.

Nos Países em desenvolvimento, a economia da saúde como disciplina estruturada é muito jovem, e ainda hoje está presente apenas em algumas universidades e centros de ensino e pesquisa. Cresce, no entanto, a percepção por parte de lideranças do sistema de saúde sobre a necessidade de embasar as decisões, considerando-se as limitações que envolvem as Ciências Biológicas (uma ciência onde a incerteza sempre está presente) e as Ciências Econômicas (uma ciência que reconhece a escassez de recursos e procura orientar as escolhas de modo a favorecer a eficiência e a equidade). O principal objetivo é orientar o processo de escolha baseado em prioridades e que possa ser alicerçado nas melhores evidências técnico-científicas, porém respeitando o limite tangível de recurso existente destinado ao sistema de saúde. Tais escolhas precisam e devem também considerar as preferência e os valores dos cidadãos (ou da sociedade).

Ciente da complexidade crescente do processo de decisão em saúde, a AMB há mais de 10 anos criou a diretoria de Economia Médica. A área foi criada na primeira gestão do presidente Eleuses Vieira de Paiva, no ano de 1999. Seu primeiro diretor foi o médico sergipano Lúcio Antonio Prado Dias, e a prioridade da diretoria na época era a finalização e a implantação da Lista de Procedimentos Médicos – atualmente representada pela CBHPM. Para viabilizar a elaboração da nova tabela de honorários, conforme definido no Planejamento Estratégico da AMB realizado em 2000, Prado manteve

os primeiros contatos com a FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, que elaborou, em consonância com a diretoria de Economia Médica e as sociedades de especialidades, os atributos para promover a devida valorização do ato médico, entre eles, a complexidade do procedimento, o risco inerente, o tempo para a realização do ato, as condições de trabalho e a formação específica do profissional, observando-se o princípio da hierarquia horizontal (dentro da especialidade) e vertical (entre as diversas especialidades), num trabalho inédito mundialmente. Outros temas que inspiraram a criação da nova Diretoria de Economia Médica diziam respeito ao trabalho e à remuneração médica no Sistema Público de Saúde, a questão dos médicos generalistas incluídos no Programa Saúde da Família, que não possuíam um Plano de Cargos e Salários; elaboração de processo de acreditação dos planos de saúde no País e apoio à luta pela aprovação do Piso Salarial dos Médicos. Marcos Pereira de Ávila sucedeu a Lúcio Prado, na gestão 2002/2005, enquanto o oftalmologista Elizabeto Ribeiro Gonçalves foi o responsável pelo cargo na gestão 2005/2008.

Na atual gestão, a diretoria de Economia Médica tem como principal objetivo contribuir e participar ativamente na discussão de temas de interesse da associação (interagindo com as diversas diretorias e lideranças médicas), promover eventos educativos sobre economia e gestão em saúde, de forma a estimular a reflexão sobre alguns dilemas e desafios que o sistema de saúde hoje enfrenta. A participação da associação em alguns fóruns de discussão e o seu engajamento na formulação de políticas públicas é de vital importância para que o sistema de saúde evolua de modo a atender e satisfazer minimamente aos anseios da população.

Defesa Profissional

A Defesa Profissional da AMB discute e analisa aspectos que envolvem a vida do médico, como sua inserção no mercado de trabalho, os honorários profissionais e outros assuntos jurídicos. Tem como objetivo unir forças e traçar estratégias conjuntas para enfrentar os problemas do cotidiano, por meio de ações e atitudes que visam o pleno exercício da profissão, representando defesa de legítimos direitos desta, em benefício da saúde, do paciente e do médico.

1. Comissão de Remuneração e Mercado de Trabalho do Médico e Pró-SUS

A Comissão Nacional Pró-SUS foi concebida com representação das três entidades médicas nacionais: Associação Médica Brasileira (AMB), Conselho Federal de Medicina (CFM) e Federação Nacional dos Médicos (FENAM), sob a coordenação de Geraldo Guedes, conselheiro federal, representante de Minas Gerais. Florentino de Araújo Cardoso Filho e Roberto Queiróz Gurgel representavam a AMB na comissão, que concentrou sua atuação em quatro pilares:

1. Salário mínimo profissional para o médico;
2. Carreira de Estado;
3. Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV);
4. Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) no SUS.

As reuniões, na maioria das vezes realizadas em Brasília-DF, tinham sempre representantes das três entidades. Algumas delas ocorreram em outras capitais, favorecendo maior capilaridade da agenda conjunta para o sistema único de saúde, incluindo-se a frente parlamentar da saúde, à época presidida pelo Deputado Rafael Guerra (MG). Nunca se desligou do foco central, que foi a busca de mais recursos para o SUS, com uma defesa constante da regulamentação da EC 29. Foram reuniões, audiências, manifestações nos estados, no Congresso Nacional e manutenção de

espaço na agenda das entidades. Havia uma enorme crise na saúde pública brasileira, com sérias deficiências de orçamento e gestão. Faltava vontade política para resolver a situação, que mais apenava a população pobre e carente, que dependia exclusivamente do SUS. A população insatisfeita, a saúde pública mal avaliada e os médicos deixando de atender pelo SUS. Tinha caído no Congresso Nacional a CPMF (contribuição "provisória" sobre movimentação financeira) e o governo tentava criar um novo imposto, a CSS (contribuição social sobre a saúde). Nunca a CPMF teve seus recursos aplicados integralmente na saúde, como fora concebida, sob a tutela do então ministro da saúde, Prof. Adib Jatene.

Na luta pelo salário mínimo profissional, apoiamos o PL 3.734/2008 (Projeto de Lei) do Deputado Ribamar Alves (MA), que teve como relator o Deputado Mauro Nazif (RO), alterando antiga lei de 1961, que fixava o piso salarial do médico (e cirurgiões dentistas). O PL fixa o salário mínimo do médico em R$ 7.000,00 (sete mil reais) mensais, por uma carga horária de 20h/semana, no setor privado e indexa o reajuste à variação do INPC. O PL tem sido aprovado em comissões e aguarda aprovação na CCJ, indo após para sanção presidencial.

A carreira de Estado do médico teve discussão com os parlamentares e com o então Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que em ato em defesa do SUS, realizado em São Paulo-SP, no dia 28 de maio de 2009, falou "O Ministério está finalizando estudos para a constituição de uma carreira federal na área da saúde, com muita ênfase na categoria médica". Esperamos que isso ocorra logo, pois assim facilitará a melhor distribuição dos médicos pelo Brasil, inclusive em cidades de difícil acesso e menor estrutura. Criou-se comissão no Ministério da Saúde para evoluir no projeto, que esperamos seja implantado e tenha enorme sucesso.

O PCCV, uma luta também antiga dos médicos, foi colocado como pauta das entidades e a FENAM contratou a Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) para desenvolver o projeto, que foi concluso no segundo semestre de 2009. Foi montada a base para a implantação do plano a nível estadual e municipal. Como esse movimento estava desencadeado no Brasil, especialmente nos estados e capitais do Nordeste, iniciou-se pelo estado do Ceará e na cidade de Fortaleza, onde fora implantado, o PCCV exclusivo para médicos. Outros estados, capitais e cidades de maior porte também tiveram o PCCV dos médicos assegurados.

A implantação da CBHPM no SUS vinha de encontro às aspirações dos médicos, dada a baixa remuneração da tabela SUS, que estava ocasionando uma fuga dos médicos para trabalhar no SUS, pelo aviltamento da remuneração, levando a longas filas de espera dos pacientes para consultas médicas, exames complementares e cirurgias eletivas, superlotando emergências e surgimento de mortes evitáveis, pelas complicações de doenças que deveriam ter sido conduzidas eletivamente. Louve-se a organização da Anestesiologia, por meio de suas sociedades e cooperativas, que conheceram vitórias nos estados e municípios, incentivando outras especialidades e vários médicos. Quanto maior a organização, mais rápidas vinham as conquistas.

A Anestesiologia, Cirurgia Cardíaca e Cirurgia Vascular capitaneavam as vitórias. Surgiram os fóruns regionais de entidades médicas, novamente com o pioneirismo do Nordeste, sendo o primeiro realizado em Maceió-AL, seguindo-se os de Salvador-BA, Fortaleza-CE e João Pessoa-PB. Neste último, percebeu-se uma organização mais direcionada e conquistas mais rápidas, discutindo avanços regionais, pois os estados tinham realidades semelhantes.

Ao longo de todo o movimento da Comissão Nacional Pró-SUS, surgiram passeatas de grande repercussão na mídia nacional, mostrando à população a complicada situação em que se encontrava o SUS, que tinha conseguido melhorias na saúde pública do povo brasileiro, mas ainda tinha enormes deficiências, mas os médicos estavam dispostos a ajudar a solucioná-las.

Constituiu-se num grande avanço a criação da Comissão Nacional Pró-SUS, que acarretou conquistas para os médicos e para a saúde pública brasileira, trazendo para o debate as principais questões que tanto preocupam o povo do Brasil.

2. Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico

A luta pela aprovação da lei que regulamenta a profissão do médico (Lei do Ato Médico) tem sido exercida pelas entidades médicas desde que este processo foi iniciado, em fevereiro de 2002, quando o Senador Geraldo Althoff apresentou o Projeto de Lei que regulamenta a Medicina do País.

A Diretoria de Defesa Profissional da AMB foi incumbida de participar da Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico, criada em 24/10/2002, formada pelas três entidades médicas, e desde então vem atuando incenssantemente na perspectiva da aprovação do projeto.

Nestes sete anos, aconteceram diversas idas e vinda do Projeto, com vários acordos sendo feitos com outras profissões, inúmeras reuniões com representantes do Parlamento, Sociedade Civil Organizada e sociedade em geral. A Comissão comandou

o movimento para obtenção de 1,5 milhões de assinaturas e apoio popular ao projeto.
A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados, em 21 de outubro de 2009, por unanimidade, contando com a atuação marcante de diversos deputados, e em especial do ex-presidente da AMB, Eleuses Vieira de Paiva, na presença de mais de duzentos médicos nas galerias do Congresso.
O projeto agora retorna ao Senado Federal e a luta pela aprovação definitiva está em ritmo acentuado, com a AMB e sua Diretoria de Defesa Profissional imbuídos de tal propósito.

3. Câmara de Regulação e Trabalho do SUS

A Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde (CRTS) foi criada e estruturada pela Portaria nº 174/GM, de 27 de janeiro de 2006, tendo como motivação a necessidade de discussão da organização do sistema nacional do emprego e as condições para o exercício de profissões, a necessidade do emprego e as condições para o exercício de profissões, a necessidade do SUS de promover a articulação com órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, a necessidade de ter um eficaz mecanismo para ampliar a regulação dos profissionais na área de saúde, além de ser órgão auxiliar do Ministério da Saúde a emitir parecer, sempre que requisitado, sobre o exercício de profissões e ocupações na área de saúde.
Na composição da CRTS ficou estabelecido que a AMB teria um representante e, desde então, esta representação é exercida pelo Diretor de Defesa Profissional, que comparece às reuniões com poder de voto.
A atuação da AMB junto à CRTS é pautada na defesa do SUS, dos interesses da saúde e também na defesa do pensamento médico e na sua atuação como profissional.
Diversos projetos passaram pela Comissão e tiveram pareceres baseados nestas perspectivas, como a rejeição da regulação da profissão de Podólogo, Parteira, Esteticista, Terapeutas, Massoterapeutas, além de vários outros que estão em discussão, como o de práticas alternativas e acupuntura.
A AMB permanece atuante no sentido de defender os interesses da população e dos médicos brasileiros.

Câmaras Técnicas/Comissões

Avaliação de Tecnologias

Este grupo, que analisa novos equipamentos, técnicas médico-cirúrgicas, medicamentos e materiais empregados na área de saúde, iniciou seus trabalhos em 18 de janeiro de 2005. Desde então, foi estudada a legislação vigente e elaborado o regimento interno da Câmara Técnica, segundo o qual a análise das novas tecnologias terá como parâmetros a descrição da proposta, os recursos mínimos necessários, as principais indicações e contraindicações, população-alvo, riscos potenciais, evidências que justifiquem a incorporação à CBHPM - Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, custos, disponibilidade regional e alternativas disponíveis, além dos aspectos bioéticos e legais. Os interessados em submeter novas tecnologias à avaliação do grupo terão de apresentar informações específicas de forma padronizada, de acordo com o formulário e o manual de orientação divulgados pela Câmara Técnica. Todos os pedidos de incorporação à CBHPM envolvendo novas tecnologias/ procedimentos devem ser encaminhados primeiramente a esta Câmara Técnica. Integram a Câmara representantes da AMB, CFM, ANS, Unidas, Unimed, Fenasaúde, Ministério da Saúde, SindHosp, Anahp e Abramge.

CBHPM

Presidida por Amilcar Martins Giron, 2º tesoureiro da AMB, a Câmara é composta por representantes da AMB, CFM, Fenam, Unidas, Unimed, Fenasaúde, além de convidados como Abramge, ANAHP e Santas Casas. Desde janeiro de 2005, em parceria com a Comissão Nacional de Honorários Médicos, esta Câmara Técnica promove diversos ajustes na CBHPM. Em função da velocidade com que avança a Medicina, tem caráter permanente para o constante aperfeiçoamento da CBHPM, fortalecendo as relações entre as instituições parceiras e garantindo transparência à Classificação.

Diretrizes

O ex-diretor científico da AMB, Fabio Biscegli Jatene, responde pela Câmara Técnica de Diretrizes, que conta com representantes da AMB, CFM, Unidas, Unimed e Fenasaúde. Este grupo procura o diálogo entre o Projeto Diretrizes AMB/CFM e o sistema suplementar de saúde, avaliando a repercussão do uso de diretrizes na prática clínica e os aspectos relacionados à sua implementação em larga escala. A criação do *site* www.projetodiretrizes.org.br foi sugestão desta Câmara. Atualmente, as discussões giram em torno da construção de cenários clínicos para a elaboração de novas diretrizes, com base na demanda apontada pelos integrantes da Câmara Técnica. Além disso, as entidades participantes planejam oferecer cursos aos médicos prestadores de serviço sobre como utilizar as diretrizes baseadas em evidências, seus limites e benefícios.

Implantes

O 1º secretário da AMB, Luc Louis Maurice Weckx, é o presidente da Câmara, que conta com a participação de outras 12 entidades: APM, CFM, Unidas, Unimed, Fenasaúde, IOT/HC/USP, ANS, ABRAIDI, Abramge, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ministério da Saúde, Fiesp/ComSaúde, além de Sociedades de Especialidade convidadas. A Câmara Técnica de Implantes foi criada em janeiro de 2005 e já finalizou o trabalho de classificação do que é considerado órtese e prótese.

Materiais e Medicamentos

Composta por membros da AMB, CFM, Unidas, Unimed e Fenasaúde. Gustavo Kesselring, representante da AMB, é o presidente desta Câmara que trabalha em parceria com a Anvisa na discussão de assuntos de interesse comum, buscando otimizar os custos da assistência e elevar a qualidade do atendimento à população. Medicamentos de alto custo e genéricos e similares são os temas em pauta atualmente.

Representantes da AMB nas Câmaras Técnicas

Avaliação de Tecnologias

Marcos Bosi Ferraz (Presidente); Wanderley Marques Bernardo; Ricardo Simões; Nathália Andrada

CBHPM

Amilcar Martins Giron (Presidente); Lúcio Antônio Prado Dias (AMB)

Diretrizes

Fabio Biscegli Jatene (Presidente); Wanderley Marques Bernardo

Implantes

Luc Louis Maurice Weckx (Presidente); Luiz Carlos Sobânia; João Bosco de Oliveira

Materiais e Medicamentos

Gustavo Kesselring (Presidente); Jorge Kalil; Horácio José Ramalho

Comissões da AMB

1. Comissão Nacional de Honorários Médicos
2. Comissão Nacional de Consolidação e Defesa da CBHPM
3. Comissão Mista de Especialidades
4. Comissão Nacional de Acreditação (CNA)
5. Comissão de Assuntos Políticos
6. Comissão de Combate ao Tabagismo
7. Comissão de Dor
8. Comissão de Medicina do Sono
9. Comissão de Transplantes de Órgãos e Tecidos
10. Comissão de Trauma
11. Comissão de Cooperativismo Médico
12. Comissões CFM
13. Comissões do Ministério da Saúde
14. Comissões da Agência Nacional de Saúde Suplementar
15. Comissões do Conselho Nacional de Saúde
16. Comissões da Agência Nacional de Vigilância Sanitária
17. Comissão do Ministério da Educação

Outras Comissões

1. Conselho Nacional Antidrogas (Conad)
2. Conselho Nacional do Instituto Nacional do Câncer (InCa)
3. Câmara Técnica de Saúde Mental - Conselho Estadual de Saúde de São Paulo
4. Aliança Global contra Doenças Respiratórias Crônicas (GARD Global) Conselho GARD Brasil
5. Comitê de Ambiente Livre do Tabaco no Estado de São Paulo – Secretaria do Estado de São Paulo
6. Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD)

Capítulo VII

As Federadas

Carlos David Araújo Bichara
Cléber Costa de Oliveira
Elias Fernando Miziara
Flávia Negrão
Hélio Barroso dos Reis
Jésus Almeida Fernandes
Jorge Carlos Machado Curi
Moacyr Basso Júnior
Murillo Ronald Capella
Newton Monteiro de Barros
Wilberto Silva Trigueiro

As Federadas

No século XX, médicos brasileiros, nos seus respectivos Estados, revelando espírito associativo, organizaram entidades capazes de opinar e conduzir os seus destinos. O nascimento desses órgãos de classe possibilitou que a categoria médica, congregada em torno do ideal de ajudar pessoas e de dignificar o exercício da profissão, marchasse em busca de soluções para os problemas de saúde do povo brasileiro.

Aos poucos, as associações médicas estaduais foram crescendo, graças ao aumento do número de associados e ao trabalho das inúmeras diretorias que se sucediam, objetivando dar um rumo mais adequado às condições de trabalho dos seus associados, na defesa dos ideais hipocráticos e profissionais. Com o passar do tempo, foram nascendo suas sedes próprias, as atividades socioculturais e a organização de congressos e jornadas, permitindo a indispensável atualização científica.

À medida que surgiam e evoluíam as associações estaduais, houve tentativas de criação de uma entidade que reunisse os médicos brasileiros. No entanto, frustradas pela falta de uma convicção da maioria dos médicos quanto à necessidade de ser criada uma associação nacional, a ideia deixou de ser comentada e não prosperou. Todavia, com o passar do tempo, a ideia da criação de um organismo nacional ocorreu, começando a ser reconhecida pelas sociedades médicas estaduais, até então despreocupadas com a defesa profissional.

Assim, logo no início da segunda metade do século XX, no Congresso do Brasil Central, em janeiro de 1951, realizado em Uberaba, Minas Gerais, do qual participaram vários representantes de associações estaduais, foi lançado o plano de organização de uma entidade nacional, com o pedido de apoio principalmente quanto à elaboração dos estatutos da futura Associação Médica Brasileira.

A propagação da ideia se avolumou de forma tão rápida que, no mesmo mês de janeiro de 1951, no dia 26, durante o III Congresso da Associação Paulista de Medicina, realizado em São Paulo, foi oficialmente fundada a Associação Médica Brasileira.

A nova entidade seguiu o caminho da Federação, na qual cada entidade estadual

mantivesse sua identidade sociocultural, seu patrimônio e seus estatutos como federadas da AMB, incluindo a filiação obrigatória de seus membros associados.

> *ESTATUTO DA AMB – SEÇÃO II – DOS ASSOCIADOS*
>
> *Artigo 8º. Os médicos de cada Estado, do território e do Distrito Federal poderão ser associados da AMB somente por meio de uma única federada, devidamente reconhecida.*
>
> *§ 2º. São automaticamente associados da AMB todos os associados das federadas.*
>
> *Artigo 9º. Os associados da AMB distribuem-se nas categorias seguintes: fundadores, efetivos, jubilados, correspondentes, honorários, beneméritos e acadêmicos.*
>
> *Artigo 11. São associados efetivos, todos os médicos que nesta categoria pertençam ao quadro social de uma das entidades federadas.*

Na sequência histórica, cada federada foi se desenvolvendo com a criação de associações regionais, que se constituem nas vigas de sustentação do movimento associativo do nosso País. Atualmente, a AMB representa 27 associações médicas federadas e mais de 396 associações regionais:

Associação Médica do Acre – AMAC

Sociedade de Medicina de Alagoas – SMA

Associação Médica do Amapá – AMA

Associação Médica do Amazonas – AMA

Associação Bahiana de Medicina – ABM

Associação Médica de Brasília – AMBr

Associação Médica Cearense – AMC

Associação Médica do Espírito Santo – AMES

Associação Médica de Goiás – AMG

Associação Médica do Maranhão – AMMA

Associação Médica de Mato Grosso – AMMT

Associação Médica do Mato Grosso do Sul – AMMS

Associação Médica de Minas Gerais – AMMG

Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará – SMCP

Associação Médica do Paraná – AMP

Associação Médica da Paraíba – AMPB

Associação Médica de Pernambuco – AMPE

Associação Piauiaense de Medicina – ASPIMED

Sociedade Médica do Est. do Rio de Janeiro – SOMERJ

Associação Médica do Rio Grande do Norte – AMRN

Associação Médica do Rio Grande do Sul – AMRIGS

Associação Médica de Rondônia – AMR

Associação Médica de Roraima – AMR

Associação Catarinense de Medicina – ACM

Associação Paulista de Medicina – APM

Sociedade Médica de Sergipe – SOMESE

Associação Médica do Tocantins – AMT

Federadas da Associação Médica Brasileira

A Associação Médica Brasileira congrega 27 associações médicas federadas em todo o território nacional e cerca de 400 associações regionais.

Foto: arquivo AMAC

Associação Médica do Acre – AMAC

Fundada em 21 de junho de 1976
Presidente gestão 2008-2011:
Jene Greyce Oliveira da Cruz
Endereço:
Avenida Getúlio Vargas, 1.729 – Bosque
Rio Branco – Acre – Brasil – CEP: 69908-650
Telefone: 55 (68) 3244-2082
E-mail: amacrb@uol.com.br
População médica ativa do Acre: 726

Foto: arquivo SMA

Sociedade de Medicina de Alagoas – SMA

Fundada em 17 de setembro de 1917
Presidente gestão 2008-2011:
Cleber Costa de Oliveira
Endereço:
Rua Barão de Anádia, 5 – Centro – Maceió
Alagoas – Brasil – CEP: 57020-630
Telefones: 55 (82) 3223-3463 I 3326-5474
E-mail: someal@ig.com.br
População médica ativa de Alagoas: 3.697

ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO AMAPÁ

Associação Médica do Amapá – AMA

Fundada em 5 de maio de 1964
Presidente gestão 2008-2011:
Denise Nazaré Freitas de Carvalho
Endereço:
Avenida Feliciano Coelho, 1.060 –
Bairro do Trem – Macapá
Amapá – Brasil – CEP: 68900-260
Telefone: 55 (96) 3242-1164
E-mail: sapmacapa@gmail.com
População médica ativa do Amapá: 641

Associação Médica do Amazonas – AMA

Fundada em 1º de dezembro de 1972
Presidente gestão 2008-2011:
José Maria de Castro Santana
Endereço:
Avenida Eduardo Ribeiro, 520 – 12º andar –
sala 1204 – Edifício Shopping Center Manaus
Manaus – Amazonas – Brasil – CEP: 69010-901
Telefones: 55 (92) 3633-4376 l (92) 3234-8850
Email: ama01@ig.com.br
População médica ativa do Amazonas: 3.780

Foto: arquivo ABM

Associação Bahiana de Medicina – ABM

Fundada em 11 de outubro de 1942
Presidente gestão 2008-2011:
Antonio Carlos Vieira Lopes
Endereço:
Rua Baependi, 162 – Ondina – Salvador
Bahia – Brasil – CEP: 40170-070
Telefones: 55 (71) 2107-9665 l 2107-9666
Site: www.abmnet.org.br
E-mail: abm@abmnet.org.br
População médica ativa da Bahia: 16.731

Foto: arquivo AMBr

Associação Médica de Brasília – AMBr

Fundada em 6 de fevereiro de 1959
Presidente gestão 2008-2011:
Lairson Vilar Rabelo
Endereço:
SCES Trecho 03 – Conjunto 06 – Brasília
Distrito Federal – Brasil – CEP: 70200-003
Telefone: 55 (61) 2195-9797
Fax.: 55 (61) 2195-9797
Site: www.ambr.com.br
E-mail: diretoria@ambr.com.br
População médica ativa do Distrito Federal:
10.193

Associação Médica Cearense – AMC

Fundada em 25 de fevereiro de 1913
Presidente gestão 2008-2011:
Florentino de Araújo Cardoso Filho
Endereço:
Avenida Dom Luís, 300 – Salas 1121 a 1124
Praia de Meireles – Fortaleza
Ceará – Brasil – CEP: 60160-230
Telefone: 55 (85) 3264-9466
Site: www.amc.med.br
E-mail: amc@amc.med.br
População médica ativa do Ceará: 9.254

Foto: arquivo AMES

Associação Médica do Espírito Santo – AMES

Fundada em 10 de janeiro de 1924
Presidente gestão 2008-2011:
Antônio Carlos Paula de Resende
Endereço:
Rua Francisco Rubim, 395 – Vitória
Espírito Santo – Brasil – CEP: 29050-680
Telefone: 55 (27) 3324-1333
Site: www.ames.org.br
E-mail: ames@ames.org.br
População médica ativa do Espírito Santo:
7.289

Foto: arquivo AMG

Associação Médica de Goiás – AMG

Fundada em 28 de novembro de 1950
Presidente gestão 2008-2011:
Rui Gilberto Ferreira
Endereço:
Avenida Mutirão, 2653 – Setor Marista
Goiânia – Goiás – Brasil – CEP: 74115-020
Telefone: 55 (62) 3285-6111
Fax: (62) 3285-6116
Site: www.amg.org.br
E-mail: amg2001@terra.com.br
População médica ativa de Goiás: 9.659

Foto: arquivo AMMA

Associação Médica do Maranhão – AMMA

Fundada em 22 de março de 1939
Presidente gestão 2008-2011:
Maria Jacqueline Silva Ribeiro
Endereço:
Rua do Passeio, 541 – Centro – São Luís
Maranhão – Brasil – CEP: 65043-130
Telefone: 55 (98) 3222-6779
E-mail: somma_ma@hotmail.com
População médica ativa do Maranhão: 4.332

Foto: arquivo AMMT

Associação Médica de Mato Grosso – AMMT

Fundada em 22 de setembro de 1951
Presidente gestão 2008-2011:
Rodney Mady
Endereço:
Rua Treze de junho, 895 – 7º andar –
sala 703 – Campo Grande
Mato Grosso – Brasil – CEP: 78020-001
Telefones: 55 (65) 3322-5296 I 3623-5371
Fax: (65) 3322-5296
Site: www.ammt.org.br
E-mail: ammte@terra.com.br
População médica ativa do Mato Grosso:
3.706

Foto: arquivo AMMS

Associação Médica do Mato Grosso do Sul – AMMS

Fundada em 23 de fevereiro de 1956
Presidente gestão 2008-2011:
Eliana Patrícia Sempertegui Maldonado Pires
Endereço:
Rua Desembargador Leão Neto do Carmo,
155 – Parque dos Poderes – Campo Grande
Mato Grosso do Sul – Brasil – CEP: 79037-100
Telefax: 55 (67) 3327-4110
Site: www.amms.org.br
E-mail: assmedms@terra.com.br
População médica ativa do Mato Grosso do
Sul: 3.897

Foto: arquivo AMMG

Associação Médica de Minas Gerais – AMMG

Fundada em 19 de janeiro de 1946
Presidente gestão 2008-2011:
José Carlos Vianna Collares Filho
Endereço:
Avenida João Pinheiro, 61 – Centro
Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil
CEP: 30130-180
Telefones: 55 (31) 3247-1600 l 3247-1618
Fax: (31) 3222-3826
Site: www.ammg.org.br
Email: presidencia@ammg.org.br
População médica ativa de Minas Gerais:
38.005

Foto: arquivo SMCP

Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará – SMCP

Fundada em 15 de agosto de 1914
Presidente gestão 2008-2011:
José Luiz Amorim de Carvalho
Endereço:
Passagem Bolonha, 134 – Bairro Nazaré
Belém – Pará – Brasil
CEP: 66053-060
Telefones: 55 (91) 3241-2604 l 3242-5470
Site: www.smcp.com.br
E-mail: smcp@smcp.com.br
População médica ativa do Pará:
6.206

Foto: arquivo AMP

Associação Médica do Paraná – AMP

Fundada em 2 de julho de 1933
Presidente gestão 2008-2011:
José Fernando Macedo
Endereço:
Rua Cândido Xavier, 575 – Bairro Água Verde
Curitiba – Paraná – Brasil – CEP: 80240-280
Telefone: 55 (41) 3024-1415
Fax: (41) 3242-4593
Site: www.amp.org.br
E-mail: amp@amp.org.br I secretaria@amp.org.br
População médica ativa do Paraná: 19.047

Foto: arquivo AMPB

Associação Médica da Paraíba – AMPB

Fundada em 16 de março de 1924
Presidente gestão 2008-2011:
Fábio Antônio da Rocha de Souza
Endereço:
Avenida Camilo de Holanda, 821
João Pessoa – Paraíba – Brasil – CEP: 58040-340
Telefone: 55 (83) 3221-2877
Site: www.ampb.med.br
E-mail: saude@ampb.med.br
População médica ativa da Paraíba: 4.803

Foto: arquivo AMPE

Associação Médica de Pernambuco – AMPE

Fundada em 4 de abril de 1841
Presidente gestão 2008-2011:
Jane Maria Cordeiro Lemos
Endereço:
Rua Oswaldo Cruz, 393 – Boa Vista – Recife
Pernambuco – Brasil – CEP: 50050-220
Telefax: 55 (81) 3423-5473
Site: www.ampe-med.com
E-mail: somepe.ampe@hotmail.com
População médica ativa de Pernambuco:
13.052

Foto: arquivo ASPIMED

Associação Piauiense de Medicina – ASPIMED

Fundada em 23 de dezembro de 1938
Presidente gestão 2008-2011:
Felipe Eulálio de Pádua
Endereço:
Rua David Caldas, 90 – 1º andar
Cx Postal 57 – Teresina – Piauí
Brasil – CEP: 64000-190
Telefone: 55 (86) 3221-4402
Site: www.aspimed.org.br
E-mail: aspimed@veloxmail.com.br
População médica ativa do Piauí: 3.056

Foto: arquivo SOMERJ

Sociedade Médica do Estado do Rio de Janeiro – SOMERJ

Fundada em 7 de janeiro de 1923
Presidente gestão 2008-2011:
Carlindo de Souza Machado e Silva Filho
Endereço:
Rua Jornalista Orlando Dantas, 58 – Botafogo
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil
CEP: 22231-010
Telefone: 55 (21) 3907-6200
Site: www.somerj.com.br
E-mail: somerj@somerj.com.br
População médica ativa do Rio de Janeiro: 56.629

Foto: arquivo AMRN

Associação Médica do Rio Grande do Norte – AMRN

Fundada em 1º de agosto de 1931
Presidente gestão 2008-2011:
Álvaro Roberto Barros Costa
Endereço:
Avenida Hermes da Fonseca, 1396
Bairro Tirol – Natal – Rio Grande do Norte
Brasil – CEP: 59020-000
Telefones: 55 (84) 3211-6698-3211-6817
E-mail: contato@amrn.org.br
População médica ativa do Rio Grande do Norte: 4.259

Foto: arquivo AMRIGS

Associação Médica do Rio Grande do Sul – AMRIGS

Fundada em 27 de outubro de 1951
Presidente gestão 2008-2011:
Dirceu Francisco de Araújo Rodrigues
Endereço:
Av. Ipiranga, 5311 – Porto Alegre
Rio Grande do Sul – Brasil – CEP: 90610-001
Telefone: 55 (51) 3014-2001
Site: www.amrigs.com.br
E-mail: diretoria@amrigs.com.br
População médica ativa do Rio Grande do Sul: 24.631

Foto: arquivo AMR

Associação Médica de Rondônia – AMR

Fundada em 14 de agosto de 1976
Presidente gestão 2008-2011:
Ricardo Garcia Amaral
Endereço:
Rua Duque de Caxias, 518 – Porto Velho
Rondônia – Brasil – CEP: 78900-040
Telefone: 55 (69) 3224-1991
Email: amr.ro@hotmail.com
População médica ativa de Rondônia: 1.677

Foto: arquivo AMR

Associação Médica de Roraima – AMR

Fundada em 19 de abril de 2001
Presidente gestão 2008-2011:
José Nunes da Rocha
Endereço:
Avenida Ville Roy, 4123
Boa Vista – Roraima – Brasil – CEP: 69306-000
Telefone: 55 (95) 3623-1542
Fax: (95) 3623-1554
E-mail: executivacrmrr@technet.com.br
População médica ativa de Roraima: 584

Foto: arquivo ACM

Associação Catarinense de Medicina – ACM

Fundada em 28 de abril de 1937
Presidente gestão 2008-2011:
Genoir Simoni
Endereço:
Rodovia SC 401 – Km 04, 3854 – Saco Grande
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP: 88032-005
Telefones: 55 (48) 3231-0300 l 3231-0342
Fax: (48) 3231-0331
Site: www.acm.org.br
E-mail: acm@acm.org.br
População médica ativa de Santa Catarina: 11.707

Foto: Osmar Bustos

Associação Paulista de Medicina – APM

Fundada em 29 de novembro de 1930
Presidente gestão 2008-2011:
Jorge Carlos Machado Curi
Endereço:
Avenida Brigadeiro Luís Antonio, 278 – B. Vista
São Paulo – São Paulo – Brasil
CEP: 01318-901
Telefone: 55 (11) 3188-4200
Fax: (11) 3107-3771
Site: www.apm.org.br
E-mail: presidencia@apm.org.br
População médica ativa de São Paulo:
106.501

Foto: arquivo SOMESE

Sociedade Médica de Sergipe – SOMESE

Fundada em 27 de junho de 1937
Presidente gestão 2008-2011:
Petrônio Andrade Gomes
Endereço:
Rua Guilhermino Rezende, 426
Bairro S José Aracaju – Sergipe – Brasil
CEP: 49020-270
Telefax: 55 (79) 3211-9357 l 3211-6855
Site: www.somese.com.br
E-mail: presidencia@somese.com.br
População médica ativa de Sergipe:
2.805

Foto: arquivo AMT

Associação Médica do Tocantins – AMT

Fundada em 02 de novembro de 1991
Presidente gestão 2008-2011:
Eduardo Francisco de Assis Braga
Endereço:
ACSU – SIO 501 Sul – Bairro Plano Diretor Sul
Avenida Siqueira Campos, Conjunto 1 – Lote 6 – Sala 802 – Edifício Amazônia Center
Palmas – Tocantins – Brasil – CEP: 77016-001
Telefones: 55 (63) 3216-2464 l 3223-8107
Site: www.amt-to.org.br
E-mail: amt@amt-to.org.br
População médica ativa do Tocantins: 1.719

População médica ativa pesquisada em http://portal.cfm.org.br, acesso em 11 de abril de 2011

Capítulo VIII

Conselho Científico

Aldemir Humberto Soares

Edmund Chada Baracat

Conselho Científico

O reconhecimento e os esforços de valorização dos especialistas tiveram início com a fundação, em 1910, da Sociedade Brasileira de Pediatria, primeira associação de especialidade médica do País. Nos quarenta anos seguintes, foram criadas apenas mais 12 associações.

As Primeiras Associações de Especialidades Médicas do Brasil

1910 – Pediatria

1912 – Dermatologia

1929 – Cirurgia Geral

1935 – Ortopedia

1941 – Oftalmologia

1943 – Cardiologia

1944 – Patologia Clínica

1946 – Cancerologia

1946 – Alergia e Imunologia

1948 – Radiologia

1948 – Anestesia

1948 – Cirurgia Plástica

1950 – Hematologia e Hemoterapia

Desde sua fundação, a Associação Médica Brasileira demonstrou forte interesse na especialização de médicos. Assim, na década de 60 do século passado, ela inicia a certificação de especialistas, por meio de comissões específicas nomeadas pela diretoria, compostas por médicos com notório saber na área, que foram encarregadas de realizarem exames para qualificação de profissionais.

Até 1976, estas duas formas de certificação, AMB e Associações de Especialidade, conviveram lado a lado. Ao mesmo tempo, a existência de títulos diferentes e a diversidade na qualificação dificultavam a valorização destes profissionais e não lograram o envolvimento dos pacientes. Neste ano, após importantes negociações desenvolvidas ao longo dos anos anteriores, foi criado o Conselho Científico da AMB, com a institucionalização dos Departamentos

Científicos, integrados pelas respectivas associações, com reconhecimento técnico e científico. Neste mesmo ano, o Conselho Federal de Medicina (CFM) emite resolução normatizando o registro de qualificação como especialista.

Composição do Primeiro Conselho Científico da AMB

- Academia Brasileira de Neurologia
- Associação Brasileira de Psiquiatria
- Associação Nacional de Medicina do Trabalho
- Colégio Anatômico Brasileiro
- Colégio Brasileiro de Radiologia
- Conselho Brasileiro de Oftalmologia
- Federação Brasileira de Otorrinolaringologia
- Federação Brasileira de Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia
- Federação de Medicina Desportiva
- Sociedade Brasileira de Alergia e Imunologia
- Sociedade Brasileira de Anestesiologia
- Sociedade Brasileira de Angiologia
- Sociedade Brasileira de Cancerologia
- Sociedade Brasileira de Cardiologia
- Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica
- Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica
- Sociedade Brasileira de Citologia
- Sociedade Brasileira de Dermatologia
- Sociedade Brasileira de Eletrencefalografia e Neurofisiologia Clínica
- Sociedade Brasileira de Endoscopia Peroral
- Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia
- Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
- Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia
- Sociedade Brasileira de Hepatologia
- Sociedade Brasileira de Leprologia
- Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação
- Sociedade Brasileira de Medicina Legal
- Sociedade Brasileira de Nefrologia
- Sociedade Brasileira de Neurocirurgia
- Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia
- Sociedade Brasileira de Patologia Clínica
- Sociedade Brasileira de Patologistas
- Sociedade Brasileira de Pediatria

- Sociedade Brasileira de Proctologia
- Sociedade Brasileira de Reumatologia

Com a criação do conselho, tem início uma fase de regulamentação da certificação e de ajuste das normas e regras dos exames. Ao mesmo tempo, a AMB emite regras para qualificação dos serviços quanto à residência médica e aos estágios de especialização. A conjunção de todos estes fatos marcou o começo da evolução técnica e científica da Medicina brasileira.

Em 1977 é criada, por Decreto Lei, a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), cuja lei de regulamentação aprovada em 1981 promulgou que os programas credenciados confeririam título de especialista em favor dos médicos habilitados. Neste momento, o Brasil passou a contar com três formas de titulação: AMB, CFM e CNRM, a diferença na denominação e a autonomia de cada uma das entidades levou, ao longo do tempo, à criação de quase 100 diferentes nomes de especialidades, em completo descompasso com o resto do mundo.

Em 1989, AMB e CFM assinam convênio pelo qual o Conselho passaria a registrar apenas os títulos de especialistas concedidos após exame por Associação reconhecida por ambas as entidades e componente do Conselho Científico da AMB.

Em 1995, AMB e CFM constituem comissão paritária para analisar suas especialidades e propor medidas para unificá-las e estabelecer critérios de reconhecimento de especialidades. Em 1996, a AMB promove um fórum nacional de especialidades médicas, enquanto que a CNRM realiza um seminário nacional sobre residência e especialidades médicas. Nos dois eventos foram realçadas a necessidade de unificação de suas listas de especialidades e a do CFM.

No ano 2000, AMB, CFM e CNRM montam nova comissão com a missão de analisar o sistema de especialidades médicas vigente, estabelecer critérios de reconhecimento e unificar nomes e programas de formação. Em 2002, como resultado de trabalho da comissão, é assinado o convênio entre as três entidades e emitida resolução do CFM que cria a Comissão Mista de Especialidades AMB/CFM/CNRM (CME), emite lista única de especialidades e áreas de atuação, especifica os modos de formação e registro

de títulos e define os critérios de reconhecimento de novas áreas.

O atual Conselho Científico da AMB é composto pelos presidentes de 50 associações de especialidade e sete de área de atuação, com convênio firmado com a AMB e, conforme disposições estatutárias, têm como principais funções:

a) Incrementar, regulamentar e coordenar as atividades do exercício das especialidades médicas em todo o território nacional;
b) Estudar e sugerir medidas visando ao aperfeiçoamento da formação dos médicos;
c) Estudar e sugerir medidas destinadas à perfeita execução da atribuição do Título de Especialista e sua valorização;
d) Eleger entre seus membros os 14 representantes e respectivos suplentes junto ao Conselho Deliberativo da AMB.

A participação no Conselho Científico da AMB é restrita a uma associação por especialidade, eleita pelo próprio conselho. A possibilidade de entrada de uma nova entidade está restrita à aprovação de um novo departamento, fato este intimamente ligado à aprovação de uma nova especialidade pela CME ou como substituição a uma das atuais representantes.

As Sociedades de Especialidade da AMB

1. **Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura (CMA)**

   Presidente: Dirceu de Lavor Sales • Endereço: Rua Oliveira Góes, 274 • Casa Forte • Recife – PE • CEP: 52061-340 • Telefones: 55 (81) 3269-3624 / 3269-8104 • Fax: 55 (81) 3269-3624

   E-mail: cmap1@uol.com.br

   Site: www.cmacupuntura.org.br

2. **Associação Brasileira de Medicina Preventiva e Administração em Saúde (ABRAMPAS)**

   Presidente: Luís Gustavo Garavelli • Endereço: Av. Brigadeiro Luís Antonio, 278 - 7º andar • Bela Vista • São Paulo – SP • CEP: 01318-901 • Telefone: 55 (11) 3188-4243 • Fax: 55 (11) 3188-4212

   E-mail: smbas06@gmail.com

3. **Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia (ASBAI)**

   Presidente: João Negreiros Tebyriça • Endereço: Av. Professor Ascendino Reis, 455 • Vila Clementino • São Paulo – SP • CEP: 04027-000 • Telefone: 55 (11) 5575-

6888/1204 • Fax: 55 (11) 5572-4069
E-mail: sbai@sbai.org.br
Site: www.asbai.org.br

4. **Sociedade Brasileira de Anestesiologia (SBA)**
   Presidente: Nádia Maria da Conceição Duarte • Endereço: Rua Prof. Alfredo Gomes, 36 • Botafogo • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 22251-080 • Telefone: 55 (21) 2537-8100 • Fax: 55 (21) 2537-8188
   E-mail: sba2000@openlink.com.br
   Site: www.sba.com.br

5. **Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular (SBACV)**
   Presidente: Guilherme Benjamin Brandão Pitta • Endereço: Rua Estela, 515 – bloco e conj. 21 • Vila Mariana • São Paulo – SP • CEP: 04011-002 • Telefones: 55 (11) 5084-3482 / 5084-2853 • Fax: 55 (11) 5084-3482 / 5084-2853
   E-mail: secretaria@sbacv.com.br
   Site: www.sbacv.com.br

6. **Sociedade Brasileira de Cancerologia (SBC)**
   Presidente: Roberto Porto Fonseca • Endereço: Rua Pará, 197 • Pituba • Salvador – BA • CEP: 41830-070 • Telefone: 55 (71) 3240-4868 • Fax: 55 (71) 3248.9134
   E-mail: socancer@lognet.com.br
   Site: www.sbcancer.org.br

7. **Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC)**
   Presidente: Jorge Ilha Guimarães • Endereço: Av. Marechal Câmara, 160 – sala 330 • Centro • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 20020-907 • Telefone: 55 (21) 3478-2700 • Fax: 55 (21) 3478-2700
   E-mail: sbc@cardiol.br
   Site: www.cardiol.br

8. **Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço (SBCCP)**
   Presidente: Onivaldo Cervantes • Endereço: Av. Brigadeiro Luís Antonio, 278 – 6º andar • Bela Vista • São Paulo – SP • CEP: 01318-901 • Telefone: 55 (11) 3107-9529 • Fax: 55 (11) 3107-9529
   E-mail: sbccp@sbccp.org.br
   Site: www.sbccp.org.br

9. **Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular (SBCCV)**
   Presidente: Walter José Gomes •

Endereço: Rua Beira Rio, 45 – 7º andar – conj. 73 • Vila Olímpia • São Paulo – SP • CEP: 04548-050 • Telefone: 55 (11) 3849-0341 • Fax: 55 (11) 5096-0079
E-mail: sbccv@sbccv.org.br
Site: www.sbccv.org.br

10. **Associação Brasileira de Cirurgia da Mão (SBCM)**
Presidente: Paulo Randal Pires • Endereço: Av. Ibirapuera, 2907 – conj. 919 D 9º andar Torre C • Indianópolis • São Paulo – SP • CEP: 04029-100 • Telefones: 55 (11) 5092-3434 / 3426 • Fax: 55 (11) 5092-3434
E-mail: atendimento@cirurgiadamao.org.br
Site: www.cirurgiadamao.org.br

11. **Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestiva (CBCD)**
Presidente: Cleber Dario Pinto Kruel • Endereço: Av. Brigadeiro Luís Antônio, 278 – 6° andar – salas 10 e 11 • São Paulo – SP • CEP: 01318-901 • Telefones: 55 (11) 3288-8174 / 3266-6201 • Fax: 55 (11) 3289-0741
E-mail: diretoria@cbcd.org.br
Site: www.cbcd.org.br

12. **Colégio Brasileiro de Cirurgiões (CBC)**
Presidente: Gaspar de Jesus Lopes Filho • Endereço: Rua Visconde de Silva, 52 - 3º andar • Botafogo • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 22271-090 • Telefone: 55 (21) 2138-0650 • Fax: 55 (21) 2286-2595
E-mail: secretaria@cbc.org.br
Site: www.cbc.org.br

13. **Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica (CIPE)**
Presidente: Max Carsalad Schlobach • Endereço: Rua Cardeal Arcoverde, 1745 - 12º andar – bloco A – conj. 123 • Pinheiros • São Paulo – SP • CEP: 05407-002 • Telefone: 55 (11) 3814-6947 • Fax: 55 (11) 3032-8955
E-mail: secretaria@cipe.org.br
Site: www.cipe.org.br

14. **Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP)**
Presidente: Sebastião Nelson Edy Guerra • Endereço: Rua Funchal, 129 – conj. 21-A • Vila Olímpia • São Paulo – SP • CEP: 04551-060 • Telefone: 55 (11) 3044-0000 • Fax: 55 (11) 3846-8813
E-mail: sbcp@cirurgiaplastica.org.br
Site: www.cirurgiaplastica.org.br

15. **Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica (SBCT)**
Presidente: Roberto Saad Junior • Endereço: Av. Paulista, 2073 - Horsa I - conj. 518 • Cerqueira Cesar • São Paulo – SP • CEP: 01311-300 • Telefone: 55 (11) 3253-0202 • Fax: 55 (11) 3253-0202
E-mail: secretaria@sbct.org.br
Site: www.sbct.org.br

16. **Sociedade Brasileira de Clínica Médica (SBCM)**
Presidente: Antonio Carlos Lopes • Endereço: Rua Botucatu, 572 - conj. 112 • Vila Clementino • São Paulo – SP • CEP: 04023-061 • Telefone: 55 (11) 5572-4285 • Fax: 55 (11) 5572-2968
E-mail: sbcm@sbcm.org.br
Site: www.sbcm.org.br

17. **Sociedade Brasileira de Coloproctologia (SBCP)**
Presidente: Francisco Sergio Pinheiro Regadas • Endereço: Av. Marechal Câmara, 160 – conj. 916/917 • Edif. Orly Castelo • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 20020-080 • Telefone: 55 (21) 2240-8927 • Fax: 55 (21) 2220-5803
E-mail: sbcp@sbcp.org.br
Site: www.sbcp.org.br

18. **Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD)**
Presidente: Bogdana Victória Kadunc • Endereço: Av. Rio Branco, 39 – 18º andar • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 20090-003• Telefone: 55 (21) 2253-6747
E-mail: secretaria@sbd.org.br
Site: www.sbd.org.br

19. **Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM)**
Presidente: Airton Golbert • Endereço: Rua Humaitá, 85 – 5º andar – sala 501 • Botafogo • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 22261-000 • Telefone: 55 (21) 2579-0312 • Fax: 55 (21) 2579-0312
E-mail: secretaria@sbem.org.br
Site: www.sbem.org.br

20. **Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva (SOBED)**
Presidente: Sérgio Luiz Bizinelli • Endereço: Rua Peixoto Gomide, 515 – conj. 44 – 4º andar • Jardim Paulista • São Paulo – SP • CEP: 01409-001 • Telefone: 55 (11) 3148-8201 • Fax: 55 (11) 3148-8200

E-mail: contato@sobed.org.br
Site: www.sobed.org.br

21. **Federação Brasileira de Gastroenterologia (FBG)**
Presidente: José Galvão Alves • Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.391 – 10º andar – conj. 102 • Jardim Paulistano • São Paulo – SP • CEP: 01452-000 • Telefone: 55 (11) 3813-1610 • Fax: 55 (11) 3032-1460
E-mail: fbg@fbg.org.br
Site: www.fbg.org.br

22. **Sociedade Brasileira de Genética Médica (SBGM)**
Presidente: Marcial Francis Galera • Endereço: Rua Estevão de Mendonça, 199 – apto 1401 • Goiabeiras • Cuiabá – MT • CEP: 78045-420 • Telefone: 55 (65) 3363-1157 • Fax: 55 (65) 3363-1058
E-mail: presidente@sbgm.org.br
Site: www.sbgm.org.br

23. **Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)**
Presidente: Silvia Regina Mendes Pereira • Endereço: Largo do Machado, 29 – sala 319 • Catete • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 22221-020 • Telefone: 55 (21) 2285-8115 • Fax: 55 (21) 3734-5574
E-mail: sbggpresidente@sbgg.org.br
Site: www.sbgg.org.br

24. **Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO)**
Presidente: Nilson Roberto de Melo • Endereço: Av. das Américas, 8445 – sala 711 • Barra da Tijuca • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 22793-081 • Telefone: 55 (21) 2487-6336 • Fax: 55 (21) 2429-5133
E-mail: secretaria.executiva@febrasgo.org.br
Site: www.febrasgo.com.br

25. **Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia (ABHH)**
Presidente: Cármino Antonio de Souza • Endereço: Rua da Assembleia, 10 – sala 1704 • Centro • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 20011-000 • Telefone: 55 (21) 3511-1101 • Fax: 55 (21) 3511-1101
E-mail: sbhh@terra.com.br
Site: www.abhh.com.br

26. Associação Médica Homeopática Brasileira (AMHB)
Presidente: Carlos Alberto Fiorot • Endereço: Rua da Grécia, 142 • Barro Vermelho • Vitória – ES • CEP: 29057-660 • Telefone: 55 (27) 3225-2332 • Fax: 55 (27) 3225-2332
E-mail: amhb@amhb.org.br
Site: www.amhb.org.br

27. Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI)
Presidente: Marcelo Simão Ferreira • Endereço: Rua Domingos de Morais, 1061 – conj. 114 • Vila Mariana • CEP: 04009-002 • Telefones: 55 (11) 5575-5647 / 5572-8958 • Fax: 55 (11) 5572-8958
E-mail: sbi@infectologia.org.br
Site: www.infectologia.org.br

28. Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM)
Presidente: Carlos Alberto Ruiz • Endereço: Praça Floriano, 55 – sala 801 • Centro • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 20031-050 • Telefones: 55 (21) 2262-7306 / 2220-7711 • Fax: 55 (21) 2524-6227
E-mail: secretaria@sbmastologia.com.br
Site: www.sbmastologia.com.br

29. Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC)
Presidente: Gustavo Diniz Ferreira Gusso • Endereço: Rodovia SC 401 – KM 4, N° 3854 • Saco Grande • Florianópolis – SC • CEP: 88032-005 • Telefone: 55 (48) 3231-0321 / (21) 2264-5117 • Fax: 55 (48) 3231-0321 / (21) 2264-5117
E-mail: sbmfc@sbmfc.org.br
Site: www.sbmfc.org.br

30. Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte (SBME)
Presidente: José Kawazoe Lazzoli • Endereço: Av. Brigadeiro Luis Antonio, 278 – 6º andar – sala 4 • Bela Vista • São Paulo – SP • CEP: 01318-901 • Telefone: 55 (11) 3106-7544 • Fax: 55 (11) 3106-8611
E-mail: sbme@medicinadoesporte.org.br
Site: www.medicinadoesporte.org.br

31. Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT)
Presidente: Carlos Roberto Campos •

Endereço: Av. Dep. Jamel Cecílio, 3310 sala 610 – Ed. Office Flamboyant • Jd. Goiás • Goiânia – GO • CEP: 74810-100 • Telefone: 55 (62) 3092-6030 • Fax: 55 (62) 3092-6030
E-mail: secretaria@anamt.org.br
Site: www.anamt.org.br

32. Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET)
Presidente: Mauro Augusto Ribeiro • Endereço: Rua Dr. Amâncio de Carvalho, 507 • Vila Mariana • São Paulo – SP • CEP: 04012-080 • Telefone: 55 (11) 2137-2700 • Fax: 55 (11) 2137-2700
E-mail: presidencia@abramet.org
Site: www.abramet.org

33. Associação Brasileira de Medicina Física e Reabilitação (SBMFR)
Presidente: Marta Imamura • Endereço: Rua dos Cariris, 177 • Pinheiros • São Paulo – SP • CEP: 05422-020 • Telefone: 55 (11) 3031-1383 • Fax: 55 (11) 3814-4408
E-mail: secretaria.abmfr@fisiatria.org
Site: www.fisiatria.org.br

34. Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB)
Presidente: Ederlon Rezende • Endereço: Rua Joaquim Távora, 724 • Vila Mariana • São Paulo – SP • CEP: 04015-011 • Telefone: 55 (11) 5089-2642 • Fax: 55 (11) 5084-6843
E-mail: diretoria@ammib.org.br
Site: www.amib.com.br

35. Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas (ABML)
Presidente: Antônio Batista de Queiroz • Endereço: SEPS, 705/905 – bloco C – Ed. Mont Blanc – sala 219 • Brasília – DF • CEP: 70390-055 • Telefone: 55 (61) 3242-7686 • Fax: 55 (61) 3242-7686
E-mail: abml.brasil@gmail.com
Site: www.abml-medicinalegal.org.br

36. Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN)
Presidente: Daniel Rinaldi dos Santos • Endereço: Rua Machado Bittencourt, 205 – conj. 53 • Vila Clementino • São Paulo – SP • CEP: 04044-000 • Telefones: 55 (11) 5579-1242 / 5575-5247 / 5080-3630 • Fax: 55 (11) 5573-6000

E-mail: secret@sbn.org.br
Site: www.sbn.org.br

37. Sociedade Brasileira de Neurocirurgia (SBN)

Presidente: José Marcus Rotta • Endereço: Rua Abílio Soares, 233 – conj. 143 • Paraíso • São Paulo – SP • CEP: 04005-001 • Telefones: 55 (11) 3051-6075 / 3051-7157
E-mail: sbn@sbn.com.br
Site: www.sbn.com.br

38. Academia Brasileira de Neurologia (ABNC)

Presidente: Elza Dias Tosta da Silva • Endereço: Rua Vergueiro, 1353 – sala 1404 – Torre Norte • Vila Mariana • São Paulo – SP • CEP: 04101-000 • Telefone: 55 (11) 5084-9463 • Fax: 55 (11) 5083-3876 / 5084-9463
E-mail: academia@abneuro.org
Site: www.abneuro.org

39. Associação Brasileira de Nutrologia (ABRAN)

Presidente: Durval Ribas Filho • Endereço: Rua Belo Horizonte, 976 • Centro • Catanduva – SP • CEP: 15801-150 • Telefones: 55 (17) 3523-3645 / 3523-9732 • Fax: 55 (17) 3523-3645
E-mail: abran.sp@terra.com.br
Site: www.abran.org.br

40. Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO)

Presidente: Paulo Augusto de Arruda Mello • Endereço: Rua Casa do Ator, 1117 – conj. 21 • Vila Olímpia • São Paulo – SP • CEP: 04546-004 • Telefone: 55 (11) 3266-4000 • Fax: 55 (11) 3171-0953
E-mail: diretoria@cbo.com.br
Site: www.cbo.com.br

41. Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT)

Presidente: Osvandré Luiz Canfield Lech • Endereço: Alameda Lorena, 427 – 14º andar • Jardim Paulista • São Paulo – SP • CEP: 01424-000 • Telefone: 55 (11) 2137-5400 • Fax: 55 (11) 2137-5418
E-mail: diretoria@sbot.org.br
Site: www.sbot.org.br

42. Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (ABORLCCF)

Presidente: José Eduardo Lutaif Dolci • Endereço: Av. Indianópolis, 1287 • Moema • São Paulo – SP • CEP: 04063-002 • Telefone: 55 (11) 5053-7500 • Fax: 55 (11) 5053-7512
E-mail: administrativo@aborlccf.org.br
Site: www.aborlccf.org.br

43. Sociedade Brasileira de Patologia (SBP)

Presidente: Carlos Renato Almeida Melo • Endereço: Rua Ambrosina de Macedo, 79 • Vila Mariana • São Paulo – SP • CEP: 04013-030 • Telefone: 55 (11) 5571-5298 • Fax: 55 (11) 5572-5349
E-mail: sbp@sbp.org.br
Site: www.sbp.org.br

44. Sociedade Brasileira de Patologia Clínica / Medicina Laboratorial (SBPC/ML)

Presidente: Carlos Alberto Franco Ballarati • Endereço: Rua Dois de Dezembro, 78 – conj. 909/910 • Flamengo • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 22220-040 • Telefones: 55 (21) 3077-1400 / 3077-1409 • Fax: 55 (21) 2205-3386/3994
E-mail: sbpc@sbpc.org.br
Site: www.sbpc.org.br

45. Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)

Presidente: Eduardo da Silva Vaz • Endereço: Rua Santa Clara, 292 • Copacabana • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 22041-010 • Telefone: 55 (21) 2548-1999 • Fax: 55 (21) 2547-3567
E-mail: sbp@sbp.com.br
Site: www.sbp.com.br

46. Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT)

Presidente: Roberto Stirbulov • Endereço: SEPS, 714/914 - bloco E – sala 116/117 - Ed. Talento • Asa Sul • Brasília – DF • CEP: 70390-145 • Telefone: 55 (61) 3245-6218 • Fax: 55 (61) 3245-1030
E-mail: sbpt@sbpt.org.br
Site: www.sbpt.org.br

47. Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)

Presidente: Antonio Geraldo da Silva • Endereço: Av. Pres. Wilson, 164 – 9º andar • Castelo • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 20030-020 • Telefones: 55 (21)

2199-7500 / 2220-0333 • Fax: 55 (21) 2199-7501
E-mail: abp@abpbrasil.org.br
Site: www.abpbrasil.org.br

48. Colégio Brasileiro de Radiologia (CBR)
Presidente: Manoel Aparecido Gomes da Silva • Endereço: Av. Paulista, 37 - 7º andar – conj. 71 • Bela Vista • São Paulo – SP • CEP: 01311-902 • Telefone: 55 (11) 3372-4544 • Fax: 55 (11) 3285-1690
E-mail: radiologia@cbr.org.br
Site: www.cbr.org.br

49. Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR)
Presidente: Geraldo da Rocha Castelar Pinheiro • Endereço: Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 2466 - 9º andar – conj. 93 • Jardim Paulista • São Paulo – SP • CEP: 01402-000 • Telefone: 55 (11) 3266-3986 • Fax: 55 (11) 3289-7165
E-mail: sbre@terra.com.br
Site: www.reumatologia.com.br

50. Sociedade Brasileira de Urologia (SBU)
Presidente: Modesto Antonio de O. Jacobino • Endereço: Rua Bambina, 153 • Botafogo • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 22251-050 • Telefones: 55 (21) 2246-4092 / 4265 / 4194 • Fax: 55 (21) 2246-4092 / 4265 / 4194
E-mail: sbu@urologia.com
Site: www.sbu.org.br

As Sociedades de Área de Atuação da AMB

1. Sociedade Brasileira de Citopatologia (SBC)
Presidente: Luiz Martins Collaço • Endereço: Rua Siqueira Campos, 43 – sala 736 • Copacabana • Rio de Janeiro – RJ • CEP: 22031-901 • Telefones: 55 (21) 2255-7502 / 2256-8963 • Fax: 55 (21) 2255-7502 / 2256-8963
E-mail: secretaria@citopatologia.org.br
Site: www.citopatologia.org.br

2. Sociedade Brasileira de Hansenologia (SBH)
Presidente: Marcos da Cunha Lopes Virmond • Endereço: Rodovia Comte João Ribeiro Barros, Km 225 • Inst. Laura de Souza Lima • Bauru – SP • CEP: 17034-971 • Telefones: 55 (14) 3103-5855 / 5856 • Fax: 55 (14) 3103-5963
E-mail: diretoria@ilsl.br
Site: www.sbhansenologia.org.br

3. **Sociedade Brasileira de Hepatologia (SBH)**
   Presidente: Raymundo Paraná • Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 2391 conj. 102 • Jardim Paulistano • São Paulo – SP • CEP: 01452-000 • Telefone: 55 (11) 3812-3253 • Fax: 55 (11) 3812-3253
   E-mail: secretaria@sbhepatologia.org.br
   Site: www.sbhepatologia.org.br

4. **Sociedade Brasileira de Neurofisiologia Clínica (SBNC)**
   Presidente: Andréa Julião de Oliveira • Endereço: Rua Botucatu, 572/91 • Vila Clementino • São Paulo – SP • CEP: 04023-900 • Telefone: 55 (11) 3815-0892 • Fax: 55 (11) 3815-0892
   E-mail: sbnc@uol.com.br
   Site: www.mp.fmrp.usp.br/sbnc

5. **Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral (SBNPE)**
   Presidente: Celso Cukier • Endereço: Rua Abílio Soares, 233 – conj. 141 • Paraíso • São Paulo – SP • CEP: 04005-000 • Telefone: 55 (11) 3889-9909 • Fax: 55 (11) 3051-8656
   E-mail: sbnpe@terra.com.br
   Site: www.sbnpe.com.br

Última atualização realizada em 1º de agosto de 2011. Fonte: AMB e *sites* das Sociedades de Especialidades.

Capítulo IX

As Ações Culturais da AMB

Flávia Negrão
Hélio Barroso dos Reis

As Ações Culturais da AMB

A cultura brasileira é resultado da mistura de vários povos que participaram da mesma formação e constituição demográfica: europeus, indígenas, africanos, asiáticos, árabes, entre outros. Desde a colonização, o Brasil promove a miscigenação das raças, as divergências e convergências entre grupos étnicos, suas manifestações culturais, estéticas, hábitos e valores, que promovem, até os dias atuais, a Cultura Brasileira.

A palavra cultura tem origem latina e significa cultivar, criar, tomar conta e cuidar; ato, efeito ou modo de cultivar; o complexo dos padrões de comportamentos, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; o desenvolvimento de um grupo social, uma nação, que é o fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento desses valores; civilização e progresso.

As categorias da cultura são definidas como herança cultural, é tudo que o homem cria, inspira, concretiza e transforma em arte. Cada produção cultural tem um caráter distinto: artes plásticas, cinema, literatura, dança, culinária, festas folclóricas, patrimônio histórico, entre outros. Somando conhecimentos, crenças, moral e costumes é que se definem os hábitos da cultura de uma sociedade.

A expressão mecenato surgiu como referência às atividades desenvolvidas por Gaius Maecenas, cidadão romano, entre 30 a.C. e 10 d.C. Mecenas é uma pessoa que patrocina as artes, a ciência ou o ensino, com benefícios fiscais ou não. A modalidade mecenato não tem por objetivo um trabalho comercial de imagem e a construção de nome, mas faz parte da responsabilidade social de cada um, do espírito de benemerência. O mecenato e o patrocínio apresentam objetivos distintos. O Estado sozinho

é incapaz de suprir as necessidades gerais para o desenvolvimento cultural, acobertadas por séculos de desenvolvimento cultural, e demandas não atendidas, por isso, o próprio Estado criou mecanismos que colaboram para que pessoas físicas e jurídicas invistam em cultura.

Atualmente, a cultura virou um dos segmentos mais dinâmicos e atrativos da economia contemporânea e, na atual fase, as ações de responsabilidade social e cultural são cada vez mais valorizadas. A diversidade cultural do Brasil é muito rica e estimula a criação de projetos nas mais diversas modalidades, como música, artes plásticas, literatura, cinema, entre outras. O perfil da sociedade contemporânea mudou, e isso por causa da flexibilidade da economia, da evolução tecnológica e da abrangência dos meios de comunicação. Houve uma mudança profunda da humanidade, redefinindo o histórico da cultura, provocando enorme revolução no setor cultural e, toda essa evolução rompeu distâncias, inadequação de horários, e até diminuiu o abismo entre as classes sociais, níveis de educação e vivências culturais. Novos hábitos acontecem, fotografias e obras de artes são tratadas, filmes são colorizados, obras de artes são digitalizadas, pessoas que nunca tiveram acesso a centros culturais, e que têm dificuldade de locomoção participam indiretamente da programação cultural, mesmo que pela Internet. Uma das ferramentas utilizadas para o desenvolvimento desta área é o Marketing Cultural, que permite projetar a imagem da empresa ou entidade por meio de ações culturais, e que pode ser praticado por pessoas físicas ou jurídicas. É utilizado para reforçar a imagem institucional, associando cultura e responsabilidade social. Os incentivos tributários, oferecidos pelo Governo, facilitam e motivam as ações culturais. Nesse sentido, o Estado reforça seu papel no impacto da cultura nas diretrizes da sociedade e, as esferas envolvidas no processo do Marketing Cultural aparecem: Estado, Comunidade Empresarial, Criadores Culturais, Instituições Culturais e Intermediários. As palavras chaves envolvidas no Marketing Cultural são: Mecenato, Responsabilidade Social, Filantropia, Patrocínio e Apoio. No processo de produção e difusão cultural, aumenta-se a viabilidade econômico-financeira do projeto e, consequentemente, o alcance dos objetivos culturais propostos. O patrocínio de projetos culturais

representa hoje importante fonte de incentivo à produção artística brasileira.

A cultura tende a ser encarada cada vez mais pelo poder público e pela iniciativa privada como um item básico para a cidadania da população, se equiparando com assuntos como educação, saúde, transporte e habitação. Pensando nisso, com início na gestão do Dr. José Luiz Gomes do Amaral, a Associação Médica Brasileira, por meio de seu Departamento Cultural, vem promovendo, pelos meios que a entidade dispõe, o desenvolvimento cultural de seus associados e da sociedade. A princípio, foi realizada uma pesquisa junto às Federadas, para avaliar estrutura física, número de atividades, região, número de associados, entre outros dados. A partir daí, deu-se início à implantação de ações culturais nas Federadas da APM, um trabalho contínuo, a longo prazo, e que pretende chegar a resultados satisfatórios para toda a classe médica.

Transformar ideias culturais em projetos e aplicar ações nas Federadas é o objetivo do Departamento Cultural da Associação Médica Brasileira. Nas diversas modalidades, muitas ações podem

arquivo AMB

JAMB CULTURA

Boa Leitura

José Luiz Gomes do Amaral | Presidente da Associação Médica Brasileira

Primeira edição do JAMB Cultura – Jan/Fev-2010

arquivo AMB

JAMB CULTURA

Boa Leitura

Hélio Barroso dos Reis, Ortopedista, Diretor Cultural da AMB, Vitória/ES

Oitava edição do JAMB Cultura – Mar/Abr-2011

ser implantadas, como concertos eruditos e populares, reformas, restaurações de obras, catalogação e implantação de bibliotecas, museus, galerias de artes, campanhas para aumento de acervo, exposições artísticas nacionais e internacionais, sessões de cinema, ações que busquem a preservação do meio ambiente, criação de revistas e suplementos culturais, intercâmbio com entidades culturais, edição de livros, dança, música, valorização do artenato brasileiro, enfim, há uma infinidade de ações e projetos que podem ser desenvolvidos pelas entidades médicas.

Das ações que já tiveram início, podemos destacar o suplemento cultural intitulado JAMB Cultura, lançado em janeiro de 2010. São impressos 50 mil exemplares bimestrais, encartados no JAMB, com o objetivo de estimular e valorizar as diversas manifestações literárias e artísticas do Brasil. É um veículo de comunicação interativo e voltado para a classe médica e para o público em geral. Nas sessões são publicados artigos, crônicas, poesias, contos, textos sobre cultura e História da Medicina, temas e informações sobre arte e cultura nacional e internacional. Como resultado, médicos de todo o Brasil vêm participando das publicações com envio de material de altíssima qualidade literária.

O Departamento Cultural da AMB iniciou o ano de 2011 promovendo três ações simultâneas: viagem cultural à Grécia, divulgação do desfile na escola de samba Imperatriz Leopoldinense e o lançamento do I Concurso Nacional de Contos e Crônicas. No mês de março, os médicos tiveram oportunidade de desfilar na Marquês de Sapucaí, integrando alas da escola

Foto: cedida por Carlos David Bichara

Participantes do desfile da escola de samba Imperatriz Leopoldinense no carnaval 2011

Imperatriz Leopoldinense, que teve como tema "Sambar faz bem à saúde". A escola organizou sete alas envolvendo temas relacionados à saúde: antibiótico; transplantes de órgãos; juramento médico; cardiologia, obstetrícia e pediatria; microscópio; raio-X e imunização preventiva.

No mês seguinte ocorreu a viagem cultural, que foi planejada de forma a aproveitar o feriado da Semana Santa. A excursão foi acompanhada por especialistas em história grega, berço da civilização mundial, e permitiu conhecer a mitologia, história, cultura, enfim o legado do mundo Helênico à civilização mundial. Iniciou-se por Atenas, com visita à Acrópoles, o mais importante sítio arqueológico da Grécia, com seus monumentais templos e esculturas. Complementando o dia foi conhecido o moderno e arrojado Museu de Acrópoles. Em seguida, foi realizada visita

Foto: César Teixeira/AMB

Platanus orientalis, sob a qual Hipócrates ensinava Medicina

Foto: César Teixeira/AMB

Grupo de médicos nas ruínas de Asclépio: 1-Airton Moraes; 2-Cléa Bichara; 3-Paulo Toledo Machado; 4-Denise Garcia; 5-Hélio Barroso; 6-Carlos Bichara; 7 e 8-Fausto e Vera Nasser; 9-Joselma Alves; 10-Maria Cristina Lima; 11-Edna Sbrissa; 12-Edo Haffeman; 13 e 14-Vera e Armando Bezerra; 15-Ana Lúcia dos Santos; 16 e 17-Leda e Dario Garcia; 18-José Sávio Barros; 19-Hermelinda Cruz; 20-Suzete Mayo; 21-Marialva Araújo; 22-Bárbara Barroso; 23-Cláudio Grisólia e 24-Rosane Haffeman

ao canal de Corintos e ruínas da cidade antiga e ao museu local, onde existe uma sala com achados arqueológicos do Santuário do Deus Asclépio (Deus da Medicina). A etapa seguinte foi a ilha de Santorini e, em seguida, a ilha de Kós, o ponto alto da viagem, onde se encontra a árvore *Platanus orientalis*, considerada a mais antiga da Europa. Era à sombra dela que Hipócrates (460 a.C) ensinava Medicina aos seus discípulos. Houve tempo ainda para visita ao Templo Asclépio de Kós, complexo histórico que inclui a primeira faculdade de Medicina do mundo.

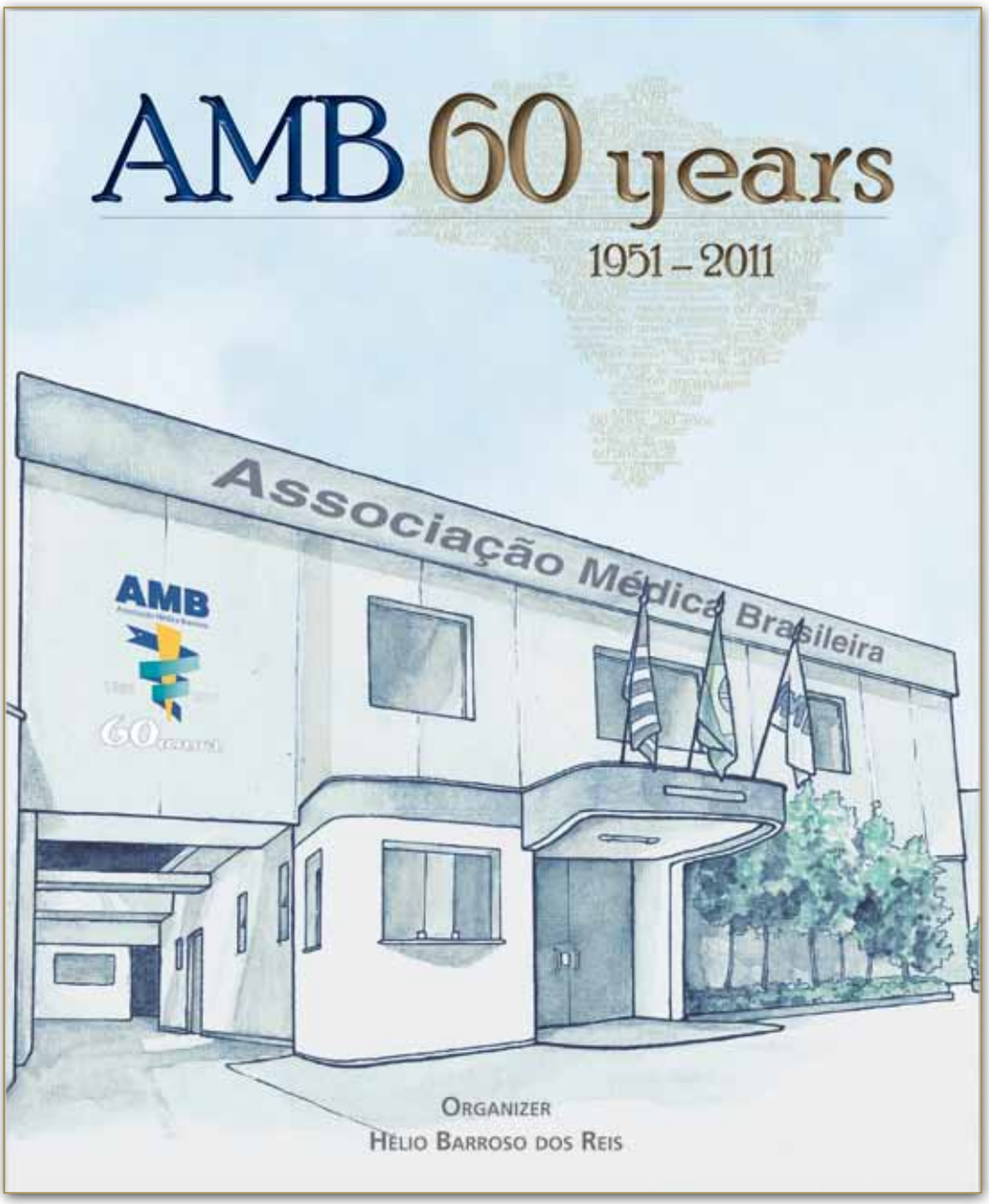
Também em junho, o Departamento Cultural encerrou as inscrições para o I Concurso Nacional de Contos e Crônicas, com participação gratuita e restrita aos associados da AMB.

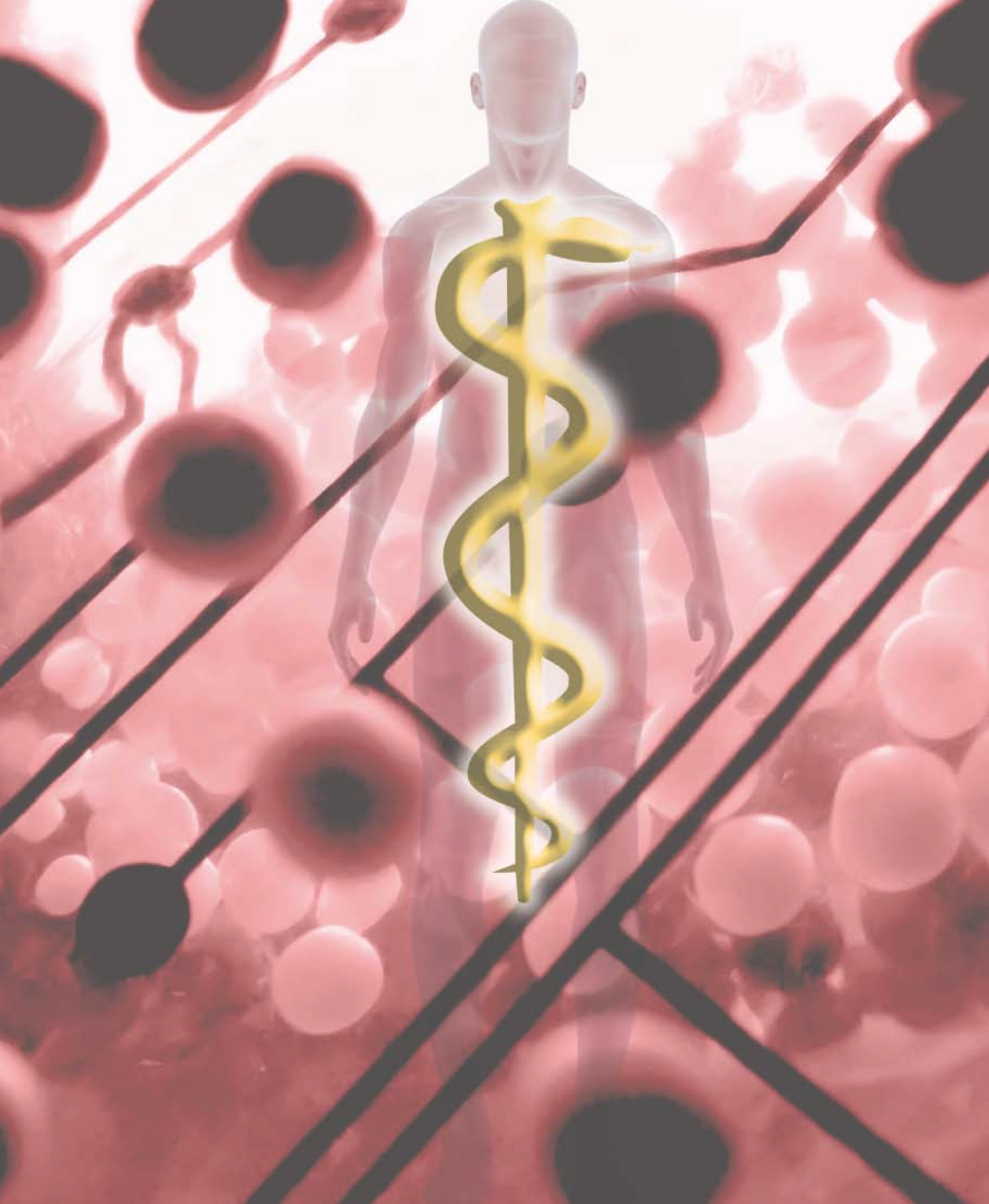
Selo comemorativo dos 60 anos da AMB – Fev/2011

Logomarca comemorativa dos 60 anos da AMB – Fev/2011

O selo e a logomarca comemorativos dos 60 anos da AMB foram desenvolvidos sob a supervisão do Departamento Cultural e estampam as correspondências da AMB em 2011.

Neste livro, que comemora 60 anos de existência da Entidade, o Departamento Cultural atuou como organizador e coordenador das ações. O resgate da história desde 1951, as ações da entidade de grande impacto social; a educação médica continuada, elaboração de diretrizes médicas, e a classificação hierarquizada de procedimentos como base de toda remuneração médica; as principais defesas políticas, as futuras ações e a visão de outras entidades médicas ficarão imortalizadas nesta obra histórica.


AMB 60 years
1951 – 2011
Associação Médica Brasileira
AMB
ORGANIZER
HÉLIO BARROSO DOS REIS



Amanhã

Capítulo X

Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos – PCCV

José Carlos Raimundo Brito

Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos – PCCV

O Sistema Único de Saúde (SUS), consagrado na Carta Magna de 1988, constitui-se, indubitavelmente, na maior conquista e maior patrimônio do povo brasileiro em termos sociais.

Vinte e um anos após a sua criação, seguramente ainda jovem, mas caminhando para sua maturidade, o SUS comemora indiscutíveis avanços, porém com enormes desafios a serem vencidos. Dentre estes, aquele de maior importância e responsável por inúmeras distorções do Sistema: a falta de uma política de recursos humanos e gestão de trabalho, capaz de atrair profissionais qualificados para o setor.

Ao longo desses anos, foram criados inúmeros programas federais, os quais exigem profissionais cada vez mais qualificados: Programa de Saúde da Família (PSF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Em cada um deles, a figura central do atendimento é representada pelo médico generalista, pelo pediatra, psiquiatra, cirurgião, ortopedista e pelo intensivista. Todavia, esses profissionais não estão disponíveis, facilmente, para o serviço público. À guisa de exemplificação, tomemos o PSF, hoje, Estratégia de Saúde da Família (ESF). Pilar de sustentação da saúde pública, estima-se que 80% das necessidades de saúde podem ser resolvidas na atenção primária. Quanto mais fortalecido e aprimorado esse modelo, menor será a necessidade de atendimentos especializados, em emergências e internações hospitalares. Quinze anos após a sua criação e reconhecida como a mais eficaz estratégia de atenção primária de promoção e atenção à saúde, na prática, a ESF apresenta, nacionalmente, enormes dificuldades, no que tange à contratação e à fixação de

profissionais – principalmente de médicos, no interior, nas regiões mais distantes, e também, nas periferias das capitais.

Esse é um problema de grande complexidade, que pode estar relacionado a vários fatores: mercado de trabalho, condições de trabalho, perspectiva de trabalho em localidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, obviamente, a inexistência de uma carreira. No interior, principalmente em municípios pequenos, constata-se uma verdadeira disputa pela contratação de médicos, com ofertas de vencimentos exorbitantes, muito além da capacidade financeira dos referidos entes federativos.

Assim, há uma verdadeira distorção, consistente no sistema de alto salário e pouca exigência, sem que a capacidade profissional seja levada em consideração. A precarização das relações de trabalho e a partidarização política das ações de saúde são, infelizmente, contumazes, inexistindo, em regra, uma política de estabilização do profissional.

Nesse sentido, após mudanças na gestão municipal, raramente as equipes são mantidas, o que descaracteriza e fragiliza a ESF. Nas grandes cidades e nas capitais, a violência tem dificultado a lotação de profissionais na periferia, justamente onde a população é mais carente dos serviços de atenção primária à saúde.

Segundo dados da AMS-IBGE (2005), o setor de saúde conta com mais de dois milhões e quinhentos mil empregos, sendo o setor público detentor de mais da metade destes – 56%, consubstanciando-se no maior empregador.

Nas três esferas de governo, a distribuição dos cargos possui a seguinte proporção: empregos federais (7%); estaduais (24%) e empregos municipais (69%). O setor privado complementar representa 44% dos empregos.

De acordo com pesquisa realizada no ano de 2004, pelo Conselho Federal de Medicina, intitulada "O Médico e o seu Trabalho", 98% dos médicos estavam em atividade; 1,7% não exerciam a profissão, sendo que 0,8% estavam desempregados e 0,9% inativos. Informação adicional e relevante foi que 82,5% dos médicos, em exercício profissional, tinham mais de uma atividade. Esses dados são realmente significativos. Se por um lado, constatamos, com satisfação, os números que sinalizam para a baixíssima taxa de desemprego, por outro, o fato da maioria exercer múltiplas atividades pode sugerir a necessidade de complementação salarial.

Essa mesma pesquisa almejou conhecer a opinião dos médicos acerca das mudanças decorrentes da implantação do PSF, na sua região. A avaliação foi a seguinte: melhoria da oferta de emprego (74,6%); melhoria da qualidade dos serviços (37,2%); melhoria de rendimentos (40,8%) e melhoria das condições de trabalho (19,5%).

Quando se avaliou a opinião dos médicos, em derredor da prioridade de fatores que assegurariam a eficácia do PSF, a imensa maioria apontou, como prioritários, os seguintes pontos: o vínculo trabalhista (79,6%); um Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos – PCCV (84%); remuneração (92%); infraestrutura (92%) e condições de trabalho (93%).

Em suma, esses números indicam, inquestionavelmente, que a implantação do PSF resultou na ampliação do mercado de trabalho. Contudo, tal pesquisa revela a necessidade da criação de efetivo vínculo trabalhista e de uma carreira para o fortalecimento do setor. Além do mais, há necessidade da melhoria da qualidade dos serviços, das condições de trabalho e da remuneração.

Por sua vez, em pesquisa encaminhada pela Fiocruz, detectou-se a necessidade de mudanças na formação dos profissionais de saúde. Do levantamento envolvendo 1004 estudantes de internato de 13 cursos de Medicina de Goiás, Tocantins, Alagoas, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro há indicativo de que, tão-somente, 5% dos alunos querem trabalhar em pequenas cidades e, apenas 12% acreditam que suas faculdades consideram as necessidades do SUS, na montagem curricular.

As representações médicas têm denunciado insistentemente preocupação em relação ao tema. No dia 28 de maio de 2010, ocorreu em São Paulo, o Fórum Nacional em Defesa do Trabalho Médico no SUS, organizado pela Comissão Nacional Pró-SUS, formada pelas Entidades Médicas Nacionais, Associação Médica Brasileira (AMB), Conselho Federal de Medicina (CFM) e Federação Nacional dos Médicos (FENAM). O aludido evento foi palco de denúncias sobre as graves consequências do subfinanciamento do SUS: as condições inadequadas de trabalho; a desvalorização dos profissionais de saúde e a falta de atendimento à população necessitada.

O presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, no mencionado Fórum, proferiu o seguinte entendimento: "não faltam médicos no Brasil, que possui mais de 340 mil profissionais dispostos a trabalhar. O que

ocorre é que faltam médicos no serviço público, que não está aparelhado adequadamente". Ele ainda aponta quatro fatores essenciais que podem ser plenamente aplicados no seio do serviço público para a fixação de médicos nas cidades, quais sejam: resolutividade, receptividade, possibilidade de desenvolvimento profissional e valorização adequada.

É cediço que a valorização do trabalhador deve ser concretizada por meio de um PCCV, que possibilite o seu desenvolvimento na carreira. O PCCV dos profissionais de saúde materializa o reconhecimento da importância conferida a todos os servidores da saúde, consagrando o direito efetivo, adquirido no desenvolvimento de suas atividades, no decorrer da atuação profissional, em que cada um representa uma parte da grande engrenagem propulsora da produção dos serviços de saúde ofertados à população.

O PCCV não se destina apenas a regular relações jurídicas individuais, mas também estabelece uma lógica organizacional aos cargos, nos diferentes níveis de formação profissional, resultando na organização coletiva e do SUS.

O SUS está consolidado, entretanto é preciso ter vontade política para impulsioná-lo. A necessidade de aperfeiçoamento e correção de uma série de distorções é uma realidade. Por isso mesmo, pensamos ser inevitável o fortalecimento e a adequação do financiamento da saúde, com uma gestão transparente, ética e eficiente, regados a uma política de valorização e capacitação do profissional, que se sentirá cada vez mais atraído, sobretudo, pelo serviço público, proporcionando, assim, a materialização do princípio constitucional da universalidade, com atendimento integral e digno para toda a população.

Capítulo XI

Ordem dos Médicos do Brasil – Entidade Única: Sonho ou Possibilidade?

José Luiz Gomes do Amaral – Presidente da AMB
Roberto Luiz d'Avila – Presidente do CFM
Cid Célio Jayme Carvalhaes – Presidente da FENAM

Ordem dos Médicos do Brasil – Entidade Única: Sonho ou Possibilidade?

Visão AMB

Sem dúvida, a união dos médicos em torno de um corpo representativo único, com voz única, objetivos únicos definidos e uma única estratégia de alcançá-los nos faria mais fortes e aumentaria as nossas possibilidades de alcançarmos as nossas metas.

A multiplicidade de organizações representativas, entretanto, não nos traz peso adicional, mas potencial de fragmentação. Esta é a realidade em que nos encontramos hoje, na qual buscamos, com dedicado esforço conjunto, vencer tal fragilidade e tratar nossos objetivos de forma harmônica e eficiente.

Quais as dificuldades para unificarmos a representação médica brasileira? Poderíamos fazer uma única entidade que congregasse a defesa da ética e a fiscalização, que hoje é feita pelos Conselhos Regionais, que desenvolvesse ações em prol de uma mel hor formação, graduação, pós-graduação e prática clínica, tarefa das Associações Médicas, e que essa entidade tivesse autoridade formal para impor suas resoluções.

Certamente isso é possível, porém o que nos parece uma possibilidade mais remota é a agregação, neste núcleo, das representações sindicais. Essa representação está prevista na legislação trabalhista, e ao retirarmos o setor médico do seio sindical, talvez isso nos colocaria numa indelicada e questionável posição categorizada como a única profissão no País sem representação sindical.

A Associação Médica se caracteriza por total independência, uma legitimidade que deriva

da liberdade de adesão e, como entidade livre, não está sujeita a pressões político-partidárias, portanto, imune a influências externas à corporação médica. Tem representação por causa da livre adesão, é independente porque se fecha em torno da representação da corporação. Os Conselhos são autarquias, portanto uma extensão do poder público, e isso lhes confere alguma limitação. Já os Sindicatos têm filiações a entidades sindicais que representam interesses outros que não são necessariamente apenas os da classe médica. São diferenças que nos separam e entraves para a criação de uma entidade única.

Por outro lado, os Conselhos também não têm a mesma liberdade que as Associações Médicas no que tange à modificação de suas estruturas institucionais. Assim seria fundamental modificar a legislação que garante suporte aos Conselhos de Medicina. Fazê-lo exigirá uma nova legislação visando atender às nossas expectativas. No entanto, isso dificilmente tramitaria no Congresso Nacional sem sofrer influências alheias à corporação médica, de tal forma que seria difícil prever o resultado final desse projeto de lei. Constatamos hoje, em vários lugares no mundo, o quanto a autorregulação da Medicina vem sendo questionada e atacada. Em vários países, até mesmo em alguns no mundo desenvolvido, os médicos perderam a autorregulamentação e suas entidades representativas sofrem a influência de outros setores. Portanto, seria inevitável que tais pressões viessem a se manifestar durante a tramitação de um projeto de lei que venha modificar a estrutura dos Conselhos, transformando-os em uma "Ordem dos Médicos".

Assim, a criação de uma "Ordem dos Médicos", nesse momento, nos parece difícil, ainda que desejável. Para consegui-la teríamos que nos unir à sociedade e modificar a legislação que hoje confere base às ações dos Conselhos de Medicina. Fazê-lo de forma a atender aos interesses da sociedade e do desenvolvimento da Medicina será uma tarefa enorme. Um desafio que valeria a pena enfrentar, mas que, com certeza, exigiria uma convergência absoluta do pensamento dos médicos brasileiros nessa direção, porém, infelizmente, hoje ainda estamos distantes desse grau de entendimento.

Ordem dos Médicos do Brasil – Entidade Única: Sonho ou Possibilidade?

Visão CFM

No início dos anos 90, no século passado, retornou a ideia de uma entidade médica única. Na verdade, esse sonho acalentou muitos médicos antes mesmo da existência dos Conselhos de Medicina, mas nunca passou de um sonho. Em Belém do Pará, na década de 50, a Associação Médica do Pará já lutava por uma Ordem dos Médicos brasileira.

As três grandes entidades médicas nacionais nasceram em épocas diferentes. Os sindicatos foram criados primeiro, no início do século passado, depois a associação médica e, por fim, os Conselhos, em 1957. Os sindicatos foram criados por meio de uma carta sindical, a associação médica, por livre associação de seus membros, e os Conselhos de Medicina, por lei Federal. Todos os três apresentam diferentes propósitos e objetivos, além de atribuições que não se confundem.

Em 1997, em Santa Catarina, pioneiramente, foi criado o Conselho Superior das Entidades Médicas de Santa Catarina (COSEMESC), unindo as três entidades (Associação Catarinense de Medicina, Conselho Regional de Medicina e Sindicato dos Médicos), apenas do ponto de vista funcional, mas não de direito. O processo foi muito simples: uma reunião mensal com pauta determinada pelas três entidades, rodízio de presidência anualmente (um Presidente de cada Entidade por ano) e estratégia única de enfrentamento das questões comuns aos médicos, preservando-se a individualidade de cada entidade.

Hoje, o exemplo de Santa Catarina multiplicou-se e, em muitos Estados da Federação, a união das entidades médicas fez-se com a agregação, inclusive, das Academias de Medicina, lembrando ter sido a Academia Nacional de Medicina a primeira entidade médica criada no Brasil, com o nome de Academia Imperial de Medicina, em 1826.

Devo lembrar, ainda que, os Conselhos de Medicina são autarquias federais, criados por lei federal pelo Congresso Nacional, por iniciativa do Poder Executivo. Tudo isso porque, por se tratar de atividade de fiscalização profissional, com poder de polícia, só pode atuar por delegação estatal, exigindo-se uma lei, com previsão de sanções disciplinares por faltas éticas e cobrança de tributo para-fiscal (anuidade). Por essa atividade para-estatal, com inscrição compulsória de todos os médicos em atividade, os Conselhos de Medicina não fornecem informações que lhes foram confiadas por força de Lei, a não ser por autorização expressa de cada médico inscrito.

Portanto, torna-se a criação de uma entidade única, de direito, muito difícil, por necessidade de extinção das associações e sociedades médicas, dos sindicatos (que devem continuar existindo), com a criação de uma nova lei. Em Portugal, a Ordem dos Médicos não é uma entidade única e a própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não é também entidade única, existindo ainda uma forma de Associação (Instituto dos Advogados do Brasil) e sindicato dos advogados.

Finalmente, parece não ser plausível a criação de uma entidade única dos médicos no Brasil, pelo menos nesse momento. Podemos continuar atuando unidos, com pauta e propósitos únicos, trabalhando conjuntamente pelos médicos.

O Conselho Federal de Medicina entende, neste momento, que é mais importante as três principais entidades médicas (AMB, CFM/CRMs e FENAM) trabalharem juntas, como uma entidade única, de fato, do que ser uma entidade única de direito.

Ordem dos Médicos do Brasil – Entidade Única: Sonho ou Possibilidade?

Visão FENAM

A ideia de uma entidade médica única que represente o interesse dos médicos brasileiros não é nova. No passado recente, ela vem embalada pela pujança e presença midiática da Ordem dos Advogados do Brasil, paradigma de uma entidade única para grande parte dos médicos. É necessário refletir sobre as razões que fundamentam esta intenção e se a chamada Ordem dos Médicos responde a estes anseios.

O senso comum entre os médicos vê o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil como a única entidade representativa dos advogados. Os médicos desconhecem a existência dos Sindicatos dos Advogados; das Associações de Advogados por área de atuação (ou especialidade); do Instituto dos Advogados do Brasil (precursor da OAB). Cada entidade cuida de parte dos interesses dos colegas causídicos, embora devamos reconhecer a predominância da OAB com as prerrogativas constitucionais e receita garantida que detém. Ação judicante, apoio técnico, previdência, prestação de serviços, atividades culturais e de lazer e defesa profissional são realizados por estas entidades numa capilaridade muito semelhante à das entidades médicas.

Desfeita esta visão distorcida alimentada por muitos médicos, mesmo assim podemos desejar unificar organicamente as entidades médicas. Para tanto, teríamos que modificar o ordenamento jurídico e mitigar valores éticos. A lei brasileira garante aos profissionais liberais a manutenção de Conselhos Profissionais, que são autarquias federais com a missão delegada de, no interesse da sociedade, fiscalizar o exercício profissional, apurar, julgar e punir delitos éticos praticados pelos integrantes da cate-

goria. A legislação prevê, também, a existência e a possibilidade de organização de entidades de defesa dos interesses das corporações. A organização sindical vertical é constituída de sindicatos, federações e confederações. Mais recentemente, as centrais sindicais passaram a integrar, legalmente, a estrutura sindical. Destas entidades, os sindicatos têm a prerrogativa de representar, legalmente, toda a categoria, independente de filiação. Os resultados econômicos obtidos pelos sindicatos em suas lutas são extensivos a todos os integrantes da corporação, também independente de associação. Este ordenamento jurídico torna impeditivo que, com a atual legislação, uma mesma entidade realize ação judicante e defesa da corporação. Para além da questão legal, cabe interrogar: seria ético constituir uma autarquia federal que tenha, ao mesmo tempo, as prerrogativas de defender a sociedade por meio da fiscalização do exercício profissional (poder judicante) e competência para representar, reivindicar e defender os interesses individuais e coletivos da categoria? São funções que senão são totalmente antagônicas são certamente conflitantes. Estariam confirmadas as suspeitas da sociedade. Sabemos que a população, via de regra, mesmo injustamente, atribui aos Conselhos de Medicina julgamentos parciais e tendenciosos, influenciados pelo "Corporativismo Médico".

Diante da impossibilidade de fusão das três entidades médicas nacionais, poderíamos examinar hipóteses de união de duas delas. A fusão entre uma entidade de direito público (CFM) e uma de direito privado (AMB) precisaria de dispositivo legal específico. Projeto de Lei neste sentido poderia alterar a lei dos Conselhos de Medicina e ampliar-lhe as prerrogativas para que se responsabilizassem pela atualização científica e educação continuada dos médicos. Além da questão legal, teríamos que lidar com os problemas políticos decorrentes da necessidade de fundir os patrimônios privados das associações – quiçá das sociedades de especialidade – com o patrimônio público dos Conselhos. Uma formidável barreira a ser vencida.

A Ordem poderia ser construída, desde já, pela fusão das entidades sindicais e associativas. Nada na legislação impede que entidades privadas deliberem pela sua fusão. A nova entidade, de base legal sindical, teria as prerrogativas e responsabilidades hoje desempenhadas isoladamente por estas duas vertentes do movimento médico. Se houvesse a incorporação das sociedades de especialidades nacionais teríamos uma entidade fortíssima, com representatividade, capilaridade, base científica e com menor custo financeiro para a categoria. Evidentemente, os óbices políticos desta empreitada são imensos.

Afinal, no mérito, o que os médicos desejam? Desejam ter uma representação forte, que tenha visibilidade e que obtenha resultados concretos na defesa dos interesses

corporativos. Desejam ter melhores condições de trabalho; perspectiva de futuro; remuneração digna e respeito da sociedade. Apenas a união orgânica das entidades médicas numa única entidade não garante a realização destas expectativas. Temos que examinar a realidade concreta para, a partir daí, desenvolver estratégias e processos que garantam a consecução dos sonhos acalentados pela categoria.

Atualmente, os médicos organizam-se para regular a atuação profissional e zelar pela boa prática médica por meio dos Conselhos; para cuidar da sua atualização científica por meio das sociedades científicas; e para atuar na representação e defesa de seus interesses através dos sindicatos. Também se organizam em cooperativas para enfrentar a exploração do trabalho médico autônomo. Todos estes segmentos têm atuação reconhecida nas suas competências específicas e representação em todo o território nacional. Entendemos que o problema não é a quantidade de entidades médicas. As existentes respondem, e bem, às demandas e às especificidades dos médicos. Não somos mais fortes pela falta de ação conjunta e integrada e pela persistência de uma pitada de personalismo e patrimonialismo em lideranças médicas, o que dificulta verdadeiro trabalho conjunto.

O que fazer? Qual a alternativa à entidade única na busca dos resultados esperados pelos médicos? Entendemos que a alternativa é o desenvolvimento de processos políticos e organizativos que levem à real unidade de ação do movimento médico.

A realização periódica de Encontros Nacionais das Entidades Médicas, com ampla participação das bases da categoria, transformados em verdadeiras Conferências, é um caminho. A forma de realização deve ser dar de maneira que os médicos passem, efetivamente, a definir as prioridades do movimento médico e sintam-se comprometidos com a sua consecução.

Com as prioridades definidas desta forma, caberia às direções das entidades nacionais encaminharem, de forma unitária, as lutas para alcançar os objetivos estabelecidos. Para tanto, é imperiosa a reunião periódica das direções destas instituições para o planejamento de ações; para coordenar a execução de atividades conforme plano de ação; para monitorar e avaliar periodicamente os resultados, avaliar processos, confrontando-os com o planejado; para agir de acordo com o avaliado, eventualmente, elaborando novos planos de ação, de forma a melhorar a qualidade, eficiência e eficácia, aprimorando a execução e corrigindo eventuais falhas; trabalhar de forma profissional, usando ferramentas gerenciais modernas. O resultado do trabalho realizado conforme o proposto surpreenderia até a mais otimista liderança médica. Sem a necessidade de uma entidade única, tornaríamos em realidade os sonhos dos médicos brasileiros.

Linha do Tempo

Linha do Tempo 1951 – 2011
César Teixeira

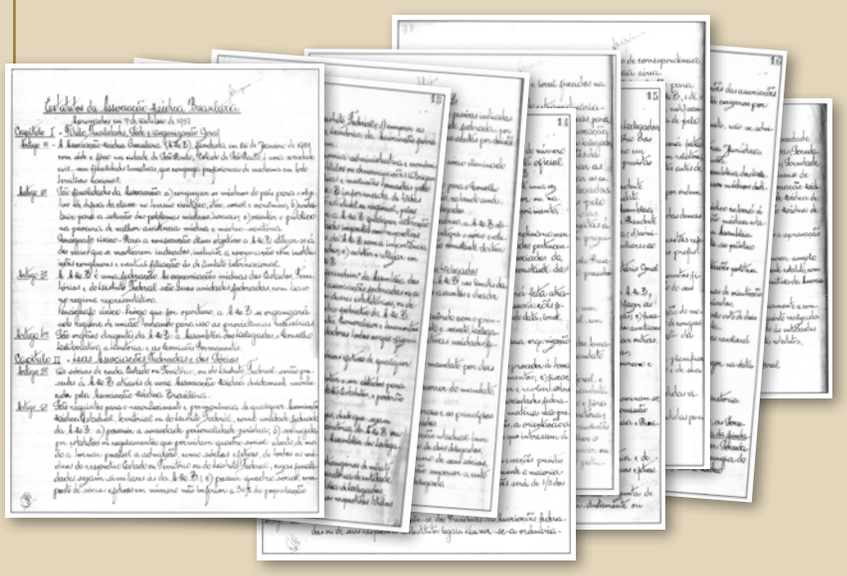
Linha do Tempo

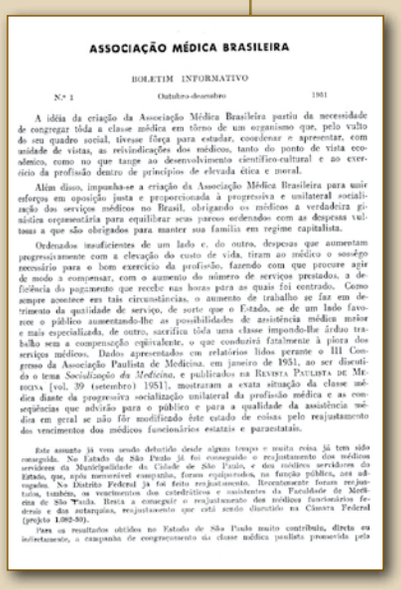
1951

- Até o ano em que a AMB foi criada, existiam no país 18 escolas de Medicina: 13 federais, duas privadas e três estaduais. Em 1951, nasceram outras três: as federais de Alagoas e da Paraíba e a Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais
- Em outubro, em Belo Horizonte, é a realizada a primeira Assembleia de Delegados da AMB para a constituição e aprovação dos estatutos e eleição da primeira diretoria
- Em dezembro, a Revista da Associação Paulista de Medicina publica a íntegra dos estatutos da AMB aprovados no encontro em Minas Gerais
- A AMB passa a ter como sede o 9º andar do edifício da Associação Paulista de Medicina
- Fundada a Associação Médica do Rio Grande do Sul – 27/10/51
- Fundada a Associação Médica do Mato Grosso – 22/9/51

1952

- Em janeiro, um ano após a sua fundação, é publicado o primeiro número do seu órgão informativo: o BAMB – Boletim da AMB
- Em dezembro, o presidente da AMB, Alípio Correia Neto, reúne-se com o presidente da República, Getúlio Vargas, pleiteando reajuste dos salários dos médicos que atuam no serviço público
- É produzida a primeira pílula anticoncepcional
- A primeira cirurgia cardíaca a céu aberto realizada com sucesso foi feita por John Lewis, em 2 de setembro de 1952, no Hospital da Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos
- Fundada a Associação Médica do Amazonas – 15/12/52
- Fundada a Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular – 1/11/52, em São Paulo, SP
- Fundada a Sociedade Brasileira de Endoscopia Peroral – 13/12/52, no Rio de Janeiro, RJ





ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

BOLETIM INFORMATIVO

Nº 1 Outubro-dezembro 1951

A idéia da criação da Associação Médica Brasileira partiu da necessidade de congregar tôda a classe médica em tôrno de um organismo que, pelo vulto do seu quadro social, tivesse fôrça para estudar, coordenar e apresentar, com unidade de vistas, as reivindicações dos médicos, tanto do ponto de vista econômico, como no que tange ao desenvolvimento científico-cultural e ao exercício da profissão dentro de princípios de elevada ética e moral.

Além disso, impunha-se a criação da Associação Médica Brasileira para unir esforços em oposição justa e proporcionada à progressiva e unilateral socialização dos serviços médicos no Brasil, obrigando os médicos a verdadeira ginástica orçamentária para equilibrar seus parcos ordenados com as despesas vultosas a que são obrigados para manter sua família em regime capitalista.

Ordenados insuficientes de um lado e, do outro, despesas que aumentam progressivamente com a elevação do custo de vida, tiram ao médico o sossêgo necessário para o bom exercício da profissão, fazendo com que procure agir de modo a compensar, com o aumento do número de serviços prestados, a deficiência do pagamento que recebe nas horas para as quais foi contratado. Como sempre acontece em tais circunstâncias, o aumento de trabalho se faz em detrimento da qualidade de serviço, de sorte que o Estado, se de um lado favorece o público aumentando-lhe as possibilidades de assistência médica melhor e mais especializada, de outro, sacrifica tôda uma classe impondo-lhe árduo trabalho sem a compensação equivalente, o que conduzirá fatalmente à pléora dos serviços médicos. Dados apresentados em relatórios lidos perante o III Congresso da Associação Paulista de Medicina, em janeiro de 1951, ao ser discutido o tema *Socialização da Medicina*, e publicados na Revista Paulista de Medicina (vol. 39 (setembro) 1951), mostraram a exata situação da classe médica diante da progressiva socialização unilateral da profissão médica e as consequências que advirão para o público e para a qualidade da assistência médica em geral se não fôr modificado êste estado de coisas pelo reajustamento dos vencimentos dos médicos funcionários estatais e paraestatais.

Este assunto já vem sendo debatido desde alguns tempos e muita coisa já tem sido conseguida. No Estado de São Paulo já foi conseguido o reajustamento dos médicos servidores da Municipalidade da Capital de São Paulo, e dos núcleos servidores do Estado, que, após memorável campanha, foram equiparados, na função pública, aos adjuntos. No Distrito Federal já foi feito reajustamento. Recentemente foram reajustados, também, os vencimentos dos catedráticos e assistentes da Faculdade de Medicina de São Paulo. Resta a conseguir o reajustamento dos médicos funcionários federais e dos autarquias, reajustamento que está sendo discutido na Câmara Federal (projeto 1.082-50).

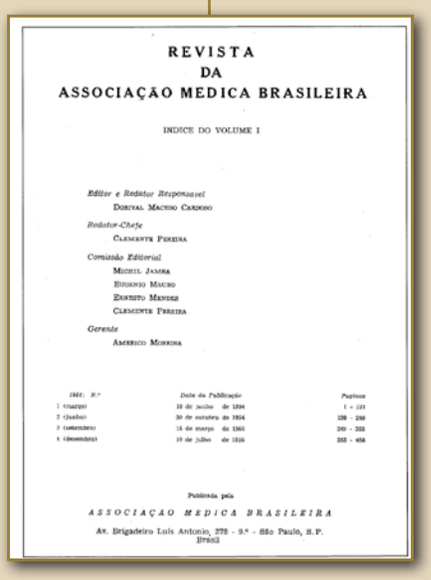
Para os resultados obtidos no Estado de São Paulo muito contribuiu, direto ou indiretamente, a campanha de congraçamento da classe médica paulista promovida pela

1953

- Na reunião do Conselho Deliberativo da entidade, realizada em 30 de janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, é aprovado o Código de Ética da AMB
- Em março, realizada "Jornada de Protesto" contra os baixos salários pagos no setor público
- O bioquímico norte-americano James Dewey Watson e o físico inglês Francis Harry Compton Crick descobrem a estrutura de espiral dupla do DNA
- A primeira cirurgia cardíaca com circulação extracorpórea, realizada com sucesso, foi em 1953 pelos cirurgiões americanos: J. Gibbon e F. Abritten Jr.
- Criada a Petrobrás
- Criado o Ministério de Saúde

1954

- Em março, a AMB publica a primeira edição da Revista da AMB. Sua tiragem inicial foi de 14 mil exemplares
- Em outubro, durante Assembleia Geral Ordinária, realizada em São Paulo, a AMB decide por novo movimento de protesto marcado para Brasília
- Jonas Salk introduz uma vacina contra a poliomielite, que seria aperfeiçoada por Albert Sabin
- Albert Sabin testa a primeira vacina oral contra a poliomielite
- Hilton Rocha realiza 1º transplante de córnea no Brasil
- Fundada a Sociedade de Medicina Física e Reabilitação – 9/9/54
- Fundada a Sociedade Brasileira de Patologia – 5/8/54



REVISTA
DA
ASSOCIAÇÃO MEDICA BRASILEIRA

INDICE DO VOLUME I

Editor e Redator Responsavel
DORVAL MACHIO CARDOSO

Redator-Chefe
CLEMENTE PEREIRA

Comissão Editorial
MICHEL JANNA
EDGARD MAURO
ERNESTO MENDES
CLEMENTE PEREIRA

Gerente
AMERICO MORRONA

1954: N.º	Data da Publicação	Paginas
1 (março)	10 de junho de 1954	1 - 127
2 (junho)	30 de outubro de 1954	128 - 248
3 (setembro)	15 de março de 1955	249 - 352
4 (dezembro)	15 de julho de 1956	353 - 458

Publicada pela
ASSOCIAÇÃO MEDICA BRASILEIRA
Av. Brigadeiro Luis Antonio, 278 - 9.º - São Paulo, S. P.
Brasil

Linha do Tempo

1955

- Em 15 de outubro de 1955, o professor Hugo João Felipozzi realizou no Brasil a primeira operação aberta sobre a valva pulmonar com uso de um dispositivo de circulação extracorpóreo
- Nereu Ramos decreta estado de sítio, que vigora até a posse de Juscelino Kubistchek
- Juscelino Kubistchek é empossado presidente e anuncia sua intenção de transferir a capital federal para o Planalto Central
- Jânio Quadros é eleito prefeito de São Paulo
- Golpe militar na Argentina derruba o presidente Juan Peron
- A URSS assina acordo de desocupação da Áustria

1956

- Fundada a Sociedade Brasileira de Citopatologia – 1/9/56
- O médico americano Dickinson W Richards, juntamente com André Frederic e Werner Forssamann, recebe o Prêmio Nobel por descobertas relativas à cauterização do coração e alterações patológicas do aparelho digestivo
- A AMB realiza em Ribeirão Preto (SP), de 23 a 27 de outubro, o I Congresso da AMB
- O Brasil autoriza a construção de base militar dos EUA em Fernando de Noronha
- Os médicos Jo Hin Tjo e Albert Levan anunciam que o número de cromossomas humanos é 46, composto por 23 pares
- O presidente do Egito, Gamal Nasser, nacionaliza o Canal de Suez

1957

- A AMB inicia o ano com uma campanha contra a Portaria 112, responsável pela redução dos salários dos médicos atuantes no serviço público
- Fundada a Sociedade Brasileira de Neurocirurgia – 26/7/57
- Início da guerra espacial entre EUA e URSS: enquanto os soviéticos lançam Sputinik 1 e 2, os EUA enviam ao espaço o Explorer
- Criada a Central Elétrica de Furnas
- Sob a direção de Oscar Niemayer e Lúcio Costa, começa a construção da futura capital do País

1958

- Durante Assembleia de Delegados, no final do ano, em São Paulo, a AMB aprova o Regimento Interno para regulação de seus Departamentos Científicos
- O americano Joshua Lederberg recebe o Nobel por estudos sobre a recombinação genética e genética bacteriana
- Iniciada a produção do fusca no Brasil
- Inaugurada a fábrica da Ford em São Bernardo do Campo
- Inaugurado o Palácio Alvorada, em Brasília
- João Bosco lança compacto considerado o marco na história da música brasileira, a Bossa Nova
- No dia 29 de junho, com uma vitória por 5 a 2 sobre a Suécia, o Brasil conquista o seu 1º título mundial de futebol

Linha do Tempo

1959

- Fundada a Associação Médica de Brasília – 6/2/59
- Fundada a Sociedade Brasileira de Cirurgia da Mão – 17/6/59
- Fundada a Federação das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia – 30/10/59
- Fundada a Sociedade Brasileira de Mastologia – 16/6/59
- A Equipe de Adib Jatene cria no País o primeiro coração-pulmão artificial
- O II Congresso da AMB é realizado de 29 de setembro a 4 de outubro, em Belo Horizonte
- Em dezembro de 1959, o BAMB passa a substituir o Boletim Informativo da AMB
- Criada a SUDENE
- Começa a ponte aérea RIO-SP

1960

- Fundada a Sociedade Brasileira de Nefrologia – 2/8/60
- O australiano Frank Burnet recebe Nobel por estudo sobre resistência imunológica adquirida em transplante de tecidos
- O presidente da AMB, Moniz de Aragão, é o primeiro brasileiro a presidir a Associação Médica Mundial
- Comercialização nos EUA da pílula anticoncepcional
- Inaugurada oficialmente a cidade de Brasília
- Censo nacional indica população do Brasil de 70 milhões de habitantes
- Inaugurado o estádio do Morumbi, em São Paulo

A M B EDITADO PELA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

A.M.B.

ANO III ☆ SÃO PAULO ☆ DEZEMBRO 1959 ☆ NUMERO 24

SAUDAÇÃO-MENSAGEM

Para o 1.º numero do boletim da AMB

Murilo Fiuzzi

bAMB

1961

- Fundada a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – 16/5/61
- Durante a XV Assembleia, de 15 a 20 de setembro, no Rio de Janeiro, Moniz de Aragão é empossado presidente da Associação Médica Mundial
- Berlim amanhece dividida por um muro
- Jânio Quadros renuncia ao cargo de presidente da República, assumindo em seu lugar o vice-presidente, João Goulart
- Emenda Constitucional nº 4 adota o Parlamentarismo
- Tem início o embargo econômico dos EUA à Cuba, onde Fidel Castro proclama o país como República Democrata Socialista

Prof. Antonio Moniz de Aragão, Presidente da AMB e Presidente-Eleito da WMA

1962

- Fundada a Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte – 18/11/62
- Fundada a Sociedade Brasileira de Neurologia – 5/5/62
- A edição nº 80 transforma o BAMB – Boletim da AMB em JAMB
- Lançadas as sandálias havaianas
- Os Beatles lançam o álbum "Love me do"
- Criado o Ministério do Planejamento
- Criada pelo governador Laudo Natel a Universidade Estadual de Campinas
- Argélia torna-se independente após 133 anos de ocupação francesa

JAMB JORNAL DA A.M.B.

ORGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

Assistência a previdenciários será adjudicada onde institutos não tiverem serviços próprios

BAMB-JAMB

NEODIAZINA

Linha do Tempo

1963

- Fundada a Sociedade Brasileira de Homeopatia – 15/3/67
- Pesquisa sobre a transmissão do impulso nervoso ao longo da fibra nervosa garante o Nobel ao médico australiano John Ecclers
- Hugo João Fellipozzi implanta o primeiro marcapasso cardíaco, na Santa Casa de São Paulo
- O norte-americano Ellis De Bakey usa pela primeira vez um coração mecânico para assegurar a circulação sanguínea durante uma cirurgia cardíaca
- AMB lança a campanha dos 10 mil sócios para o DAP – Departamento de Assistência e Previdência
- Em Fortaleza, de 20 a 25 de outubro, a AMB realiza o seu III Congresso

1964

- Fundada a Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica – 30/1/64
- Fundação da Associação Médica do Amapá – 05/05/64
- Euclides Marques faz o primeiro implante de membro (um braço) do País, no Hospital das Clínicas de São Paulo
- Construído no Instituto Dante Pazzanese, em São Paulo, a primeira válvula artificial
- Em janeiro, tem início campanha por equiparação salarial dos médicos das autarquias federais aos dos procuradores
- Golpe militar derruba João Goulart, que havia assumido dois anos antes, e cassa o mandato de 39 políticos
- Criado o SNI – Serviço Nacional de Informação
- Inaugurado o campo de foguetes Barreira do Inferno, no RN

1965

- Fundada a Sociedade Brasileira de Neurofisiologia Clínica – 14/8/65
- Campos Freire, chefe do Serviço de Urologia do Hospital das Clínicas de São Paulo, faz o primeiro transplante de rins do País
- Realizado em Porto Alegre, de 24 a 29 de outubro, o IV Congresso da AMB
- Intelectuais lançam manifesto pelo restabelecimento das liberdades democráticas e dos direitos individuais
- Rolling Stones lançam seu primeiro compacto
- Primeiro bombardeio americano no Vietnã
- A estilista inglesa Mary Quant, dona da loja Bazzar, lança a minissaia
- O presidente Lindon Johnson assina lei garantindo o direito de voto aos negros americanos

1966

- Fundada a Associação Brasileira de Psiquiatria – 14/8/66
- O americano Francis Rous recebe o Nobel pelo desenvolvimento de pesquisa sobre causas e tratamento do câncer
- Criado em S.Paulo, pela equipe de Adib Jatene o primeiro marcapasso implantável
- Em telegrama encaminhado ao presidente Mal. Castelo Branco, AMB dá início à campanha pela implantação da livre-escolha como melhor forma de remuneração da medicina liberal
- Criado o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS
- Incêndio destrói TV Record
- Tem início o movimento nominado Jovem Guarda, com Roberto Carlos sendo proclamado o rei do "iê-iê-iê"
- Oficina experimental do Instituto de Cardiologia de São Paulo constrói um rim artificial

Linha do Tempo

1967

- Fundada a Sociedade Brasileira de Hepatologia – 24/11/79
- Fundada a Sociedade Brasileira de Cabeça e Pescoço – 8/12/67
- Fundada a Sociedade Brasileira de Medicina Legal – 20/10/67
- Na Cidade do Cabo, na África do Sul, o cirurgião sul-africano Christiaan Nethling Barnard faz o primeiro transplante de coração do mundo
- A edição de abril do JAMB traz nota com intenção da entidade de adotar Tabela de Honorários Médicos
- Um incêndio no dia 7 de junho, nos setores de expedição e redação, elimina praticamente todo o arquivo da AMB
- Em 23 de outubro anuncia a publicação da sua Tabela de Honorários Médicos como forma necessária para implantação do sistema de livre-escolha na saúde

1968

- O V Congresso da AMB é realizado de 6 a 11 de novembro, em Caxambu (MG)
- Fundada a Sociedade Brasileira de Medicina do Trabalho – 26/3/68
- O médico argentino René Favaloro realiza a primeira cirurgia de ponte de safena, em Cleveland (Estados Unidos)
- Adib Jatene implanta a primeira ponte de safena no Brasil
- Primeiro transplante cardíaco do País é feito pelo médico Euryclides de Jesus Zerbini, no Hospital das Clínicas da FMUSP
- Primeiro coração artificial implantado pela equipe de Adib Jatene
- Equipe Euryclides Zerbini faz 1º transplante cardíaco do País e da América Latina
- Editado AI5, que fecha o Congresso Nacional, instituindo a ditadura no País
- Deixa de funcionar a última linha de bonde em S.Paulo: Biológico – Sto. Amaro

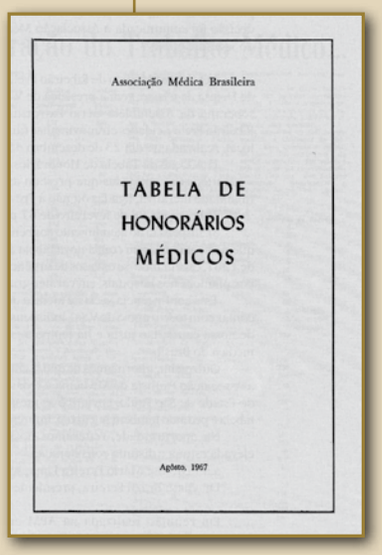
Incêndio não interrompe circulação

As dependências da expedição e da redação das publicações editadas pela AMB foram atingidas, no dia 7, por incêndio de grandes proporções.

Apesar dos apreciáveis danos materiais, entretanto, os três periódicos da entidade — JAMB, RAMB e BAMB — circularão normalmente, sem interrupção, o primeiro tôdas as semanas, como vem ocorrendo há cinco anos, e os dois últimos dentro de sua periodicidade mensal.

Tal se deve à imediata colaboração da federada de São Paulo, Associação Paulista de Medicina, que, coerente com suas nobres tradições, cedeu outras dependências do prédio para a instalação provisória das seções atingidas pelo fogo.

Numerosas pessoas e entidades manifestaram sua solidariedade em face do ocorrido. Na impossibilidade de agradecer individualmente a todos, a Associação Médica Brasileira externa por êste seu órgão oficial o profundo agradecimento a quantos trouxeram seu confôrto naquela oportunidade.



Associação Médica Brasileira

TABELA DE HONORÁRIOS MÉDICOS

Agôsto, 1967

DESENVOLVIMENTO
Caxambu 6 a 11 de Outubro
SAÚDE

IX Congresso da AMMG
V Congresso da AMB

1969

- No mês de julho, visando evitar o declínio da qualidade do ensino médico no País, AMB envia correspondência ao presidente Costa e Silva revelando sua apreensão diante da questão da formação médica, da proliferação das escolas de Medicina e ampliação de vagas
- Na defesa do ensino médico de qualidade, AMB publica no JAMB requisitos mínimos para a abertura de faculdades de Medicina
- Em 17 de novembro, toma posse Pedro Kassab, o presidente com maior número de mandatos à frente da AMB
- Milésimo gol de Pelé no Maracanã, contra o Vasco da Gama
- O americano Neil Armstrong primeiro homem a pisar na lua
- Experimentos nos EUA criariam a Internet

1970

- Peter Duesberg e Peter Vogt descobrem o primeiro gene relacionado ao câncer em um vírus (o SRC)
- Torbjörn Caspersson e Lore Zech descobrem uma forma de colorir cromossomos humanos. Pela primeira vez, consegue-se distinguir bem um cromossomo de outro
- Hamilton Smith isola uma enzima que corta os filamentos do DNA. Essa tesoura molecular permite a recombinação do DNA
- Em março, a AMB propõe a suspensão da criação de novas escolas de Medicina e instituição de exame para formando em Medicina, visando elevar o padrão assistencial
- Estreia na TV Gazeta de S.Paulo o programa da AMB "Saúde – Prioridade 1"
- Brasil é tricampeão mundial de futebol
- Censo indica 93 milhões de brasileiros

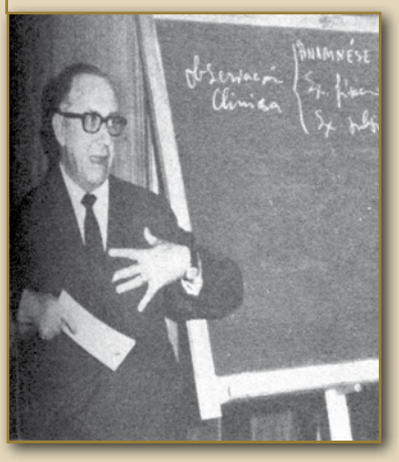
Linha do Tempo

1971

- Realizado na cidade pernambucana de Garanhuns o VI Congresso da AMB
- AMB realiza, ao longo do ano, o 1º Curso Básico de Aprimoramento para o Pessoal de Campo, envolvendo todas as especialidades médicas reconhecidas
- Surge o primeiro microcomputador pessoal nos EUA
- O Marechal Tito é o primeiro chefe de estado comunista recebido oficialmente pelo Papa
- A China é aceita como membro da ONU
- Os astronautas David Scott e James Irwin fazem o primeiro passeio motorizado pela superfície lunar

1972

- A construção da primeira máquina de tomografia ocorreu em 1972, no "THORN EMI Central Research Laboratories", na Inglaterra, por Godfrey Newbold Hounsfield
- A dupla inglesa de médicos, Gerald Edelman e Rodney Porter, recebe o Nobel por estudos sobre anticorpos
- A equipe de Hugo João Fellipozzi implanta, pela primeira vez na América Latina, um marcapasso de pilha atômica
- É com a AMB a assinatura do primeiro convênio firmado pela cooperativa Unimed Paulistana
- Em memória ao seu falecimento, presta homenagem a Jairo Ramos, um dos idealizadores da criação da AMB
- Inaugurada a Transamazônica
- Criado o primeiro programa de e-mail
- Transmissão em cores na TV brasileira



1973

- Fundada a Associação Brasileira de Nutrologia – 13/4/73
- Stanley Cohen, Annie Chang e Herbert Boyer transferem com sucesso DNA de uma forma de vida (vírus) para outra (bactéria), produzindo o primeiro organismo com DNA recombinado
- Edward Hoffman e Michael E. Phelps desenvolveram o aparelho de PET (Tomografia por Emissão de Pósitrons), na Universidade de Washington (EUA)
- Realizado no Rio de Janeiro, de 4 a 10 de janeiro, o VII Congresso da AMB
- Assinado o contrato para a compra da atual sede da AMB
- AMB realiza reforma estatutária. Dentre as novidades estão a criação do Conselho Científico e a redistribuição do mapa político da entidade por regiões

1974

- É introduzida a ecocardiografia nos serviços diagnósticos
- M. E. Phelps, E. J. Hoffman e M. M. Ter Pogossian desenvolvem os primeiros exames com PET (sigla em inglês para tomografia por emissão de pósitrons)
- Após 23 anos instalada no prédio da Associação Paulista de Medicina, a AMB muda-se para a sua atual sede própria, à Rua São Carlos do Pinhal, 324
- Censura prévia no rádio e TV
- Inaugurada a ponte RIO-Niterói
- Inaugurado em S.Paulo o primeiro trecho (Jabaquara-Vila Mariana) do metrô
- Assinada ata da constituição da Hidroelétrica de Itaipú

Linha do Tempo

1975

- Fundada a Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva – 25/7/75
- Fundada a Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral – 13/9/75, Petrópolis, RJ
- O tema vírus tumorais e sua interação com o material genético celular garante o Nobel de Medicina ao americano David Baltimore e ao italiano Renato Delbecco
- O cirurgião Adib Jatene realiza a cirurgia de transposição de grandes artérias, que se tornaria mundialmente conhecida depois como "Operação de Jatene"
- AMB propõe a criação de comissões Estaduais de Honorários, como forma de combater o mercantilismo na Medicina
- Pedro Kassab é eleito presidente da Associação Médica Mundial durante a XIX Assembleia da entidade, realizada em Tóquio
- Lançado o Proálcool

1976

- Fundada a Associação Brasileira de Medicina Preventiva e Administração em Saúde – 27/11/76
- Fundada a Associação Médica de Rondônia – 14/8/76
- Fundada a Associação Médica do Acre – 21/06/76
- Em fevereiro, AMB comemora o 25º aniversário da entidade com solenidade no Palácio do Governo do Estado de São Paulo
- De 25 a 30 de outubro, no Palácio do Anhembi, em São Paulo, realizado o 8º Congresso Brasileiro e 1º Mundial. Na ocasião, Pedro Kassab foi empossado presidente durante a realização da 30ª Assembleia da WMA

25 ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

1977

- O médico francês Roger C. Guillemin ganha o Nobel pelo desenvolvimento de estudos sobre a produção de hormônios peptídios pelo cérebro
- Fred Sanger, Walter Gilbert e Allan Maxan descobrem um método de sequenciar os pares de base do DNA. Pesquisadores obtêm a primeira proteína humana produzida numa bactéria
- O primeiro tomógrafo do Brasil foi instalado em São Paulo, no Hospital da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência
- AMB inicia trabalhos para elaboração de nova tabela de honorários e institui comissão para estudo do Exame AMB de qualificação profissional
- Congresso Nacional aprova o divórcio

1978

- Fundada a Sociedade Brasileira de Otorrino e Cir. Cérvico Facial – 21//11/78
- Criada a Declaração Alma Ata – na Conf. Internacional de Cuidados Básicos à Saúde
- Surge o 1º caso de Aids nas Américas
- Nasce o primeiro bebê-proveta do mundo em 25 de Julho de 1978, em Bristol, Inglaterra, pelas mãos dos médicos britânicos Robert Edward e Patrick Steptoe, na Bourn Hall Clinic, em Cambridge
- Realizado o I Exame AMB de qualificação profissional, com provas em quatro estados: S.Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná
- Divulgada a nova tabela de honorários médicos com uma inovação: o CH – coeficiente de honorários, um fator de multiplicação para os códigos dos procedimentos

jamb
JORNAL DA AMB
1º Exame AMB: mais de mil inscritos
Santa Casa do Rio terá unidade assistencial de Dermatologia Sanitária
Mérito São Lucas
Homenagem em hospital
Novo académico

jamb
JORNAL DA AMB
Coeficiente de Honorários, inovação na tabela da AMB
ABN institui o Prêmio Nacional de Nutrologia
Dispensas de ponto
Colegas obtêm título em Cirurgia Vascular
Lançamento

Linha do Tempo

1979

- O departamento de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro anuncia ter desenvolvido o magnetocardiógrafo, que substitui o eletrocardiograma na medição do campo magnético do coração
- É realizado em Niterói, de 12 a 17 de agosto, com a presença de Albert Sabin, o 9º Congresso da AMB
- Criado o estado de Mato Grosso do Sul
- O presidente Figueiredo sanciona a Lei de Anistia, beneficiando cerca de 4.700 pessoas que haviam sido cassadas, banidas, presas ou exiladas
- Margareth Tatcher torna-se a primeira mulher a exercer o cargo de primeira-ministra da Inglaterra
- A URSS invade o Afeganistão, enquanto que Israel e Egito assinam acordo de paz

1980

- Fundada a Sociedade Brasileira de Infectologia – 30/1/80
- Fundada a Sociedade Brasileira de Medicina de Tráfego – 19/8/80
- Fundada a Sociedade Brasileira de Medicina Intensiva – 10/11/80
- O americano Baruj Benacerraf e o francês Jean Dausset recebem o Nobel por descobertas relativas às estruturas na superfície celular que regulam as reações imunológicas
- A equipe do cientista norte-americano Robert Gallo descreve o primeiro dos retrovírus que infectam o homem, o HTLV (vírus da leucemia de células T humano), que é mortal ou leva à paralisia dos membros inferiores
- É impressa a edição nº 1000 do JAMB
- Realizado em 21 capitais do País o Exame AMB de qualificação profissional
- Censo apura 119 milhões de habitantes

jamb
JORNAL DA AMB
Pela milésima vez, o JAMB em suas mãos
Filmes radiológicos pagos separadamente dos honorários do INAMPS

1981

- Fundada a Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade – 05/12/81
- Descoberta oficial da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (em inglês Aids – *Acquired Immune Deficiency Syndrome*)
- Roger Sperry ganha o Prêmio Nobel de Medicina pela descrição das funções dos hemisférios cerebrais
- Cientistas da Universidade de Ohio produzem os primeiros animais transgênicos, mediante a transferência de genes de outros animais em ratos
- Eurípedes Ferreira faz com sucesso o primeiro transplante de medula óssea da América Latina, no Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná
- Em 30 de março, a AMB deflagra o "Dia Nacional de Protesto", para chamar a atenção para as péssimas condições de trabalho dos médicos que atuam no serviço público e pela desvalorização da remuneração
- Aids é reconhecida oficialmente como doença

jamb
JORNAL DA AMB
Advertência e Protesto
PROTESTO 30-3
Cosac: casos e a Jurisprudência

1982

- O dentista aposentado Barney Clark submete-se, nos Estados Unidos, à cirurgia de implantação do coração artificial de Jarvik, desenhado pelo médico Robert Jarvik. O paciente sobrevive 112 dias
- A equipe do médico Erney Camargo, da Escola Paulista de Medicina, produz anticorpos capazes de neutralizar o agente causador do Mal de Chagas
- AMB apresenta ao MEC suas propostas para o ensino e a residência médica
- Em 14 de setembro, AMB lança o Dia Nacional contra o fumo
- Realizadas eleições diretas para governador
- Tem início a guerra das Malvinas entre Argentina e Inglaterra
- Inaugurada primeira usina nuclear brasileira, Angra I

Linha do Tempo

1983

- Pelos seus estudos sobre o sistema imunológico e a descoberta do princípio que rege a produção de anticorpos monoclonais, o médico inglês Niels Kaj Jern recebe o Nobel
- O francês Luc Montagnier, do Instituto Pasteur, anuncia a descoberta do HIV, o vírus da Aids
- A edição de novembro do JAMB apresenta novo formato, abandonando o tradicional tabloide, passando a ser impresso em modelo *standard*
- Aprovada a criação do estado de Tocantins
- Criada a Central Única dos Trabalhadores – CUT

JAMB

Jornal da Associação Médica Brasileira

Luta contra o AIH atinge todo País

Na posse, Proença radiografa a crise e propõe as soluções

SP, afinal, regulamenta carreiras

Tabela de Honorários é super u; CH permanece

Luta médica converge para 1.º Assembléia

Manáo sem o seu, irmã de Pedro Bloch

Secretários vêem quatro alternativas

Beltrão sai não só pela Previdência

Título AMB não precisa revalidação

Governo não tem controle da sucessão

1984

- Fundada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro – 1/9/84
- Fundada a Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular – 7/12/1984 – Rio de Janeiro, RJ
- Nasce, na Austrália, o primeiro bebê a partir de um embrião congelado
- Nasce, em Curitiba, no dia 7 de outubro, a menina Ana Paula, o primeiro bebê de proveta da América do Sul
- O Instituto Adolfo Lutz fotografa, pela primeira vez na América Latina, o vírus HIV
- A AMB assina o manifesto "Diretas Já", movimento em favor do retorno às eleições diretas para a escolha do presidente da República
- Em outubro, AMB lança a THM 84
- Movimento pelas Diretas Já no RJ e SP

1985

- Por suas descobertas relativas à regulação do metabolismo do colesterol, os americanos Michael Stuart Brown e Joseph Leonard Goldstein recebem o Nobel
- Realizado o primeiro transplante de coração, no mundo, em portador de mal de Chagas, pelo doutor Euryclides de Jesus Zerbini
- Criada a técnica da Reação em Cadeia da Polimerase (PCR, na sigla em inglês), que permite produzir bilhões de cópias de um fragmento de DNA
- AMB participa do Encontro Nacional das Entidades Médicas e apoia a reivindicação dos médicos dos serviços públicos pela equiparação salarial aos companheiros que atuam no INAMPS
- O ano marca o fim do comando do regime militar no País
- As empresas Sony e Phillips criam o CD-ROM
- Polícia de Nova York identifica uma nova droga batizada de crack

1986

- Fundada a Sociedade Brasileira de Genética Médica - 15/7/86
- A neurologista Ratia Montalcin recebe o Nobel por descobertas a respeito dos fatores do crescimento das células e órgãos
- Tony Monaco e Louis Kunkel identificam o defeito genético responsável pela distrofia muscular de Duchenne
- Ao comemorar os 35 anos de fundação, a AMB lança campanha de expansão social
- O presidente Sarney lança os Planos Cruzado 1 e 2
- Grave acidente nuclear na usina de Chernobyl, na URSS
- O ônibus espacial Challenger explode após o seu lançamento

DAP inicia plano de expansão

Ampliar o quadro de sócios e os novos planos de seguro é o que pretende o novo presidente do DAP (Departamento de Assistência e Previdência da Associação Médica Brasileira), Eduardo Velasco de Barros, o qual embora seja do Mato Grosso do Sul está fazendo questão de acompanhar todas a atividades do Departamento. Até agora isto vinha sendo feito pelo secretário, por uma questão de proximidade, já que este cargo, bem como os de 1.º e 2.º tesoureiros, de acordo com o estatuto, devem ser ocupados por médicos de São Paulo, ao contrário dos demais.

A nova diretoria, que assumiu no dia 1.º de novembro último, tem como vice-presidente Paulo Marroe, do Rio Grande do Sul; secretário, Clemente A. B. Pereira (reempossado); 1.º tesoureiro, José Alexandre Sittart (na outra diretoria foi 2.º tesoureiro); e 2.º tesoureiro, Rui Teles Pereira.

Os dois objetivos traçados pelo dr. Velasco devem ser alcançados já nos primeiros seis meses dos 24 que ficará à frente do Departamento. Ele considera o número de sócios hoje existente no DAP (em torno de seis mil) muito pequeno, em vista da quantidade de médicos que há no País, 130 mil. "Isso foi uma coisa que me chamou a atenção, já que o Departamento foi fundado há mais de 20

Foto Arquivo

Velasco: expansão para o DAP da AMB

uma visita, a fim de dar mais esclarecimentos. Vamos começar a ir atrás dos sócios", afirma entusiasmado. Embora

Ajuda

Nesta tentativa de ganhar mais sócios, o DAP poderá ajudar as Federadas a melhorar a sua condição financeira, "pois daremos a ela o agenciamento quando vender o plano ao médico, que é de 150% do seu custo (sobre a primeira parcela). Esses pagamentos - acrescenta - serão efetuados em três parcelas mensais de 50% cada uma, sendo no segundo, terceiro e quarto mês, o que poderá constituir uma boa fonte de renda para as Federadas".

Os planos hoje existentes são: seguro de vida em grupo e seguro de acidentes pessoais coletivo (este último podendo ser combinado com assistência médica). Os novos seguros a serem lançados são: residencial global, que dará cobertura a incêndio, raio, desmoronamento, vendaval, alagamento e explosão; seguro de veículos; e seguro empresarial global, para consultório e clínicas. "este último ainda em fase de montagem", como ressalta o presidente do DAP.

Para os que fizerem o seguro de veículos, o DAP está oferecendo uma vantagem, segundo o dr. Velasco: "O não-pagamento da anuidade de 86 da AMB, pois isto será feito pelo Departamento."

Cartas

Contra patrocínio

"Sr. Diretor:

"Estamos encaminhando a V.Sa. cópia de correspondência enviada pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará ao Colégio Brasileiro de Cirurgiões a propósito do seguro-saúde Bradesco. Solicitamos que a AMB dê conhecimento de seu posicionamento sobre o assunto àquela entidade médica".

(Segue texto de carta enviada pelo CRM-Ceará ao presidente do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, doutor Rui Ferreira Santos.)

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará tomou conhecimento de que, durante o XVII Congresso Brasileiro de Cirurgia, realizado no Centro de Convenções do Hotel Nacional, no Rio de Janeiro, no período de 21 a 26 de julho de 1985, havia nas instalações reservadas a este conclave um estande do seguro-saúde Bradesco.

Entendemos que as formas de seguro-saúde que atualmente estão sendo implantadas em nosso país (Bradesco, Comind, Itaú) não representam uma alternativa válida de prestação de serviços à saúde da população brasileira, e sim configuram mais uma tentativa de intermediar, com altos lucros, a prática da Medicina.

No V Encontro Nacional das Entidades

Comparando valor

"Senhor Diretor

"A Sociedade Brasileira de Ca logia, como lídima representante d cologistas brasileiros, vem unir-se clamos das demais entidades méd sentido de uma efetiva valoriza trabalho médico, do reconhecime dedicação e abnegação dos médic têm prestado atendimento aos seg da previdência oficial.

"A Bahia foi palco da renhida por uma remuneração digna dos m empregados e funcionários do E do Município de Salvador, final encerrada com atendimento parc pretensões salariais.

"A remuneração do trabalho rado, tomado por base, está nível salarial do Inamps.

"Sentimo-nos obrigados a que os Cr$ 4.000.000 líquidos pe empregado médico do Inamps pondem ao salário básico, acresc 20% de gratificação de Nível Sup 80% de gratificação de Incentivo vidade Médico-Odontológica N ce assegurada a concessão de tais nais de modo definitivo, assim co está assegurada sua incorporaç vencimentos, para efeito de cál aposentadoria ou pensão.

"Entendemos, pois, ser im

1.008 x 820 mm

Linha do Tempo

1987

- No Rio de Janeiro, a equipe de Bernardo Galvão, do Departamento de Imunologia da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), consegue isolar pela primeira vez no Brasil o vírus HIV-1, dando ao País condições de produzir seus próprios kits para o diagnóstico da doença, testar remédios e tentar desenvolver vacinas
- AMB inicia o ano reajustando o CH e, em março, lança a edição 87 da THM
- No mês de maio, como meio para combater a galopante inflação no País, decide pelo reajuste do CH a cada três meses
- No mês de setembro, em solenidade oficial, AMB apresenta a sua sede totalmente reformada
- Equipe econômica lança o Plano Bresser
- Tem início a Intifada, revolta árabe na faixa de Gaza

1988

- Fundada a Sociedade Brasileira de Cirurgia Digestiva – 22/7/88
- Fundada a Sociedade Brasileira de Perícias Médicas – 27/10/88
- Adib Jatene realiza a primeira operação de cardiomioplastia
- Silvano Raia realiza pela primeira vez no mundo um transplante de fígado intervivos
- José Pedro da Silva realiza o primeiro transplante conjunto de coração e pulmão do Brasil
- É aprovada a 8ª Constituição do Brasil
- Termina a guerra Irã-Iraque
- A Igreja Católica admite que o Santo Sudário foi produzido no século 14

1989

- Criação no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, do primeiro banco de sêmen do País
- A Fiocruz identifica e sintetiza pela primeira vez no Brasil um antígeno (substância que ativa o sistema imunológico do organismo) específico para o parasita causador da doença de Chagas
- Fundada a Sociedade Brasileira de Clínica Médica – 16/3/89
- Nobel concedido a Harold Elliot Varmus, dos Estados Unidos, pela descoberta da origem celular dos oncogenes retrovirais
- AMB cria o 1º Concurso de Prosa e Poesia destinado a associados
- No mês de julho, AMB realiza em Aracaju, o 1º Fórum Nacional de Ensino Médico
- Implanta o processo de informática na entidade
- AMB cria o Clube Médico, associação formada por todas as suas federadas para dar suporte ao médico na área securitária
- Queda do muro de Berlim
- Lançado novo plano econômico: Plano Verão
- Brasil contabiliza último caso de poliomielite no país

1990

- Nobel de Medicina é concedido aos americanos Joseph Edward Murray e Edward Donnall Thomas, pelos estudos sobre o transplante de órgãos e células no tratamento de doenças humanas
- Início do Projeto Genoma Humano, que tem como objetivo mapear, até o ano 2005, os quase 100 mil genes humanos
- Entra em operação o primeiro coração artificial desenvolvido na América Latina, na Divisão de Bioengenharia do Instituto do Coração (InCor), em São Paulo
- AMB lança a Medalha do Mérito Médico. Os primeiros vencedores foram Adib Jatene (categoria científica) e Nelson Proença (Defesa Profissional)
- O País enfrenta mais um plano econômico: Plano Collor

Linha do Tempo

1991

- Inaugurado em São Paulo o primeiro banco de medula óssea da América Latina
- AMB comemora os 40 anos da entidade com a inauguração da Galeria dos Presidentes, espaço na sede dedicado a quadros de ex-presidentes.
- Em 8 de maio, AMB realiza o "Dia Nacional de Mobilização – a Hora do Basta", mostrando sua indignação pelas injustas condições de remuneração – Jornal ESPECIAL
- Em outubro, realiza a entrega dos prêmios do 2º Concurso de Prosa e Poesia e da 2ª Medalha do Mérito Médico
- Começam a funcionar no Brasil linhas de acesso à Internet
- Cai o muro de Berlim e a Alemanha volta a ser unificada
- URSS é extinta
- O governo lança o Plano Collor 2

1992

- É possível avaliar malformações fetais, com a Translucência Nucal
- O Conselho Federal de Medicina aprova normas para regulamentar a fertilização *in vitro* no Brasil
- Equipe médica dos EUA e do Japão, chefiada pelo neurocirurgião Chikao Nagashima, realiza a primeira cirurgia de reconstrução de medula espinhal
- A USP fabrica o primeiro tomógrafo com tecnologia nacional
- AMB inicia o ano com uma campanha por melhores condições na saúde pública
- Instituído o Prêmio AMB de Medicina e de Jornalismo; realiza nova edição da Medalha do Mérito Médico
- AMB realiza o 11º Congresso da entidade em São Paulo
- AMB inaugura seu escritório no Distrito Federal
- O Congresso aprova *impechmeant* do presidente Collor

1993

- O médico Patrick Soon-Shiong, do Centro Médico St. Vicent, EUA, faz o primeiro implante de um pâncreas artificial para o tratamento de diabetes
- Britânicos isolam genes do espermatozóide. A descoberta pode levar a novos métodos anticoncepcionais e a tratamentos para a infertilidade masculina
- Equipe do Harefield Hospital, na Inglaterra, chefiada pelo cirurgião Magdi Yacoub, faz o primeiro transplante duplo de coração e medula do mundo em um bebê de seis meses
- Em comemoração aos 42 anos da AMB, entrega prêmios do 3º Concurso de Prosa e Poesia
- A edição de fevereiro do JAMB é impressa pela primeira vez em cores
- Em novembro, são entregues o II Prêmio de Medicina, a Medalha do Mérito Médico e o Prêmio AMB de Jornalismo
- Cruzeiro Real é o novo plano para reduzir a inflação no país
- Telefonia móvel celular chega ao Brasil

JAMB

AMB comemora aniversário

Cai liminar suspendendo uso da Tabela no Paraná

Atitude do Cielas causa indignação e repúdio

1994

- De 28 a 29 de janeiro, em São Paulo, realizado pela primeira vez o I Fórum de Nacional de Especialidades Médicas
- Realizado no mês de setembro a 12ª edição do Congresso da AMB
- Entrega, em novembro, dos prêmios do Concurso de Prosa e Poesia e de Jornalismo
- AMB promove, em Fortaleza, o Fórum Nacional da Tabela de Honorários Médicos
- O governo lança novo plano na tentativa de frear a inflação: Plano Real
- EUA comercializam pela primeira vez alimentos transgênicos
- Brasil é tetracampeão mundial de futebol
- Morre o compositor e maestro Tom Jobim, um dos criadores da Bossa Nova

Linha do Tempo

1995

- A revista "Science" publica o sequenciamento do primeiro organismo livre, a bactéria *Haemophilus influenzae*; a pesquisa foi uma colaboração entre a Universidade Johns Hopkins (incluindo o Prêmio Nobel Hamilton Smith), a Universidade Estadual de Nova York, o Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia e o Instituto para Pesquisa Genômica
- Como parte das comemorações dos 44 anos da AMB, no mês de fevereiro, são entregues os prêmios dos Concursos AMB de Medicina, Fotografia, Prosa e Poesia e a Medalha Nacional do Mérito Médico
- AMB apresenta sede totalmente reformada, durante solenidade de comemoração de 44 anos da entidade
- Chegada oficial da Internet comercial, com inauguração dos primeiros provedores
- Lançada a plataforma Java, que permite animações programas menores que os convencionais na Internet
- Cientistas do Instituto Nacional de Tecnologias conseguem criar um novo estado de matéria, conforme previsto por Albert Einstein há 71 anos

1996

- A ovelha Dolly (5 de Julho de 1996 — 14 de Fevereiro de 2003) foi o primeiro mamífero a ser clonado com sucesso a partir de uma célula adulta. Dolly foi criada por investigadores do Instituto Roslin, na Escócia, onde viveu toda a sua vida. Os créditos pela clonagem foram dados a Ian Wilmut, mas este admitiu, em 2006, que Keith Campbell seria na verdade o maior responsável pela clonagem
- Em maio, AMB decide extinguir suas tabelas de honorários médicos ao instituir um novo referencial de honorários: a Lista de Procedimentos Médicos
- AMB marca presença na Internet ao inaugurar sua *homepage*
- Realizado, de 2 a 3 de agosto, o II Fórum de Especialidades Médicas

1997

- Stanley B. Prusiner ganha o Prêmio Nobel pelo estudo da ação de príons (partícula infecciosa) em doenças neurológicas
- É fundada a Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica – 27/5/97, em São Paulo, SP
- Na solenidade de comemoração dos 46 anos, AMB apresenta sua sede reformada, com a construção de um auditório com capacidade para 100 lugares, além de uma galeria em homenagem aos ex-presidentes
- AMB divulga os vencedores dos concursos de Fotografia e de Prosa e Poesia
- AMB realiza dois eventos inéditos: em maio, o Fórum da LPM e o I Simpósio de Responsabilidade Civil e Penal do Médico, em agosto
- AMB inicia campanha contra o fumo em vôos nacionais

1998

- Em janeiro, em Foz do Iguaçu, lança o livro "40 anos de AMB", de autoria de Julio Sanderson
- AMB lança a campanha contra o fumo em vôos nacionais em evento no aeroporto de Congonhas em São Paulo
- Em junho é lançado, na Bahia, o SINAM – Sistema Nacional de Atendimento Médico, alternativa da AMB aos planos de saúde
- Realizado em junho o I Fórum Nacional do Sistema Federativo
- No mês de setembro, AMB apresenta à comunidade médica o novo modelo do Título de Especialista
- Em novembro, AMB divulga os ganhadores da 7ª edição da Medalha Nacional do Mérito Médico
- Entra em vigor a lei que torna todo brasileiro doador compulsório de órgãos

Linha do Tempo

1999

- No mês de julho, o JAMB volta a ser impresso em formato tabloide, abandonando o modelo *standard*
- AMB entrega aos Ministérios da Educação e Saúde, Cinaem e Associação Brasileira de Ensino Médico documento contendo requisitos mínimos para a abertura de novos cursos de Medicina no País
- Em agosto, entre os dias 2 e 4, realizado no Rio de Janeiro o I Simpósio sobre Tabagismo
- No final do ano, posiciona-se favoravelmente à política de medicamentos genéricos recém-implantada pelo governo
- Cientistas do Reino Unido, Japão e EUA conseguem sequenciar o primeiro cromossomo humano, o segundo menor dos 23 existentes
- Pela primeira vez, um filme nacional (Central do Brasil) recebe indicação para o Oscar de melhor filme estrangeiro
- A Inglaterra concede extradição do general Pinochet à Espanha

2000

- No dia 12 de fevereiro, pela primeira vez na história das entidades, o CFM participa de um Conselho Deliberativo da AMB – Campo Grande (MS)
- AMB realiza planejamento estratégico para definição de ações durante o ano
- Lança a campanha contra os abusos cometidos pelos planos de saúde
- A revista da AMB passa a integrar a SciELO, site que reúne coleção *on-line* das melhores revistas científicas do País
- Em setembro, AMB inaugura seu escritório político em Brasília
- Em outubro, faz dois lançamentos: sua nova *homepage* e apresenta o novo visual da Revista da AMB
- A edição de final de ano do JAMB e do Jornal do CFM é feita em conjunto, pela primeira vez na história das entidades, marcando a unidade existente entre as entidades
- Início da Internet banda larga no País

JAMB

AMB busca reajuste na Tabela do SUS

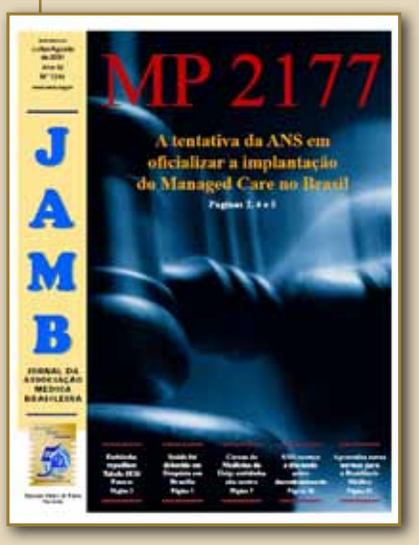
Eleições na AMB

2001

- AMB e CFM inovam ao realizar planejamento estratégico conjunto para definição de metas e ações
- Em parceira com o CFM, AMB finaliza o primeiro bloco de diretrizes médicas em convênio firmado denominado "Projeto Diretrizes"
- AMB volta a integrar a WMA, participando de dois Comitês: Ética e de Assuntos Médicos
- AMB realiza, em Curitiba, o I Congresso de Acadêmicos e, em São Paulo, o *Fórum* de Responsabilidade Civil e Penal do Médico
- Em agosto, AMB inicia campanha contra a MP 2177, que regulamenta de forma equivocada os planos de saúde
- As primeiras diretrizes são lançadas em Manaus
- Cerimônia em São Paulo comemora os 50 anos da AMB

2002

- Realizada em parceira com o Instituto Data Folha pesquisa entre os médicos brasileiros para a escolha dos piores planos de saúde
- No dia 8 de maio, AMB realiza Dia Nacional de Mobilização contra os piores planos de saúde
- Realizado, em São Paulo, o 2º Congresso Brasileiro de Política Médica
- Em setembro, AMB lança o novo site da entidade
- Brasil é pentacampeão mundial de futebol



Linha do Tempo

2003

- Nova edição conjunta do JAMB/Medicina é impressa para celebrar o Enem
- Em julho, em Vitória, é lançada oficialmente a CBHPM
- Realizado, em julho o 3º Congresso de Política Médica
- Em julho, a Comissão Mista de Especialidade define o número de especialidades (52) e área de atuação (53) no País
- Em outubro, em parceria com a Frente Parlamentar da Saúde, invade o Congresso Nacional como forma de protesto contra o corte de R$ 4 bilhões do setor de saúde
- Na última edição do ano, JAMB e Medicina voltam a ter edição conjunta, tendo como assunto de capa a Ordem dos Médicos do Brasil

2004

- 9 de março foi a data escolhida para o Dia Nacional de Mobilização pela implantação da CBHPM
- Em janeiro, endossa campanha em favor dos médicos peritos
- Alia-se à campanha "Proteja-se", contra a abertura de novos cursos de Medicina
- Em junho, começa a tramitar na Câmara o Projeto de Lei 3466/04, de autoria do deputado Inocencio Oliveira, que referencia a CBHPM no sistema suplementar de saúde
- Em junho, a revista da AMB ganha versão *on line* e *site* próprio para submissão de artigos e consulta às edições já publicadas
- Richard Axel, dos EUA, recebe o Nobel por explicar o mais enigmático dos sentidos, o olfato

2005

- Institui novas Câmaras Técnicas: Diretrizes; Órtese e Prótese; Contratualização; Material e Medicamentos; CBHPM
- Em novembro, AMB participa de movimento em favor do SUS, promovido pela Frente Parlamentar da Saúde
- Publica o 5º volume do Projeto Diretrizes e uma cartilha sobre acidentes de consumo em parceria com a Pro-Teste, entidade de defesa do consumidor
- Em novembro, realiza a 3ª edição do Congresso Brasileiro de Política Médica
- Os médicos australianos Barry J. Marshall e John Robin Warren recebem o Nobel pela descoberta que a bactéria *Helicobacter pylori* era a causadora da gastrite

2006

- Seguindo a tendência das publicações mundiais, a partir da edição Janeiro/Fevereiro, o JAMB volta a ser impresso em formato revista
- Criado em 2005 pela revista da AMB, foi entregue pela primeira vez, em 2006, a 1ª edição do Prêmio Liberato Di Dio, como forma de estimular a divulgação da pesquisa científica
- Realizado o III Fórum de Responsabilidade Civil e Penal do Médico
- Lançado o 4º volume, contendo novas diretrizes clínicas, em cumprimento ao Projeto Diretrizes AMB/CFM
- Nobel para o americano Craig Cameron Mello, por suas descobertas sobre a forma de barrar os genes que não funcionam corretamente, abrindo assim a possibilidade para novos tratamentos e levar a novas terapias para combater doenças graves

Linha do Tempo

2007

- Lançado o 5º volume do Projeto Diretrizes
- Em parceira com o CFM e as 53 Sociedades de Especialidade, a AMB lança o Programa gratuito de Educação Médica Continuada
- A data de 31 de maio passa a ser considerada histórica pela AMB: após três anos de intensa mobilização, o PL 3466/04, que referencia a CBHPM na saúde suplementar, é aprovado na Câmara dos Deputados. Um jornal especial foi editado para retratar o assunto
- Em outubro, é lançado o 6º volume do Projeto Diretrizes
- Na Costa do Sauípe, a AMB organiza e realiza o 2º Congresso Médico de Língua Portuguesa
- AMB participa em Brasília do I Fórum de Especialidades Médicas
- Em outubro, assina convênio com o Governo do Estado de S.Paulo para produção de diretrizes clínicas e educação continuada a todos os médicos do Estado

2008

- AMB lança o novo logotipo da entidade
- AMB realiza em São Paulo o Congresso Médico Brasil-Japão, em comemoração ao centenário da imigração japonesa
- Realiza o I Curso de Jornalismo sobre Saúde
- Realizado, pela primeira vez no Brasil, o Fórum de Ética e Pesquisa e a Revisão da Declaração de Helsinki, recebendo diretores da WMA e de diversas entidades médicas internacionais
- Como parte do convênio assinado com o Governo do Estado de São Paulo, AMB distribui CD-ROM com 240 diretrizes clínicas a todos os médicos do Estado
- Realizado o IV Fórum de Responsabilidade Civil, Ética e Penal do Médico
- Lançada uma nova publicação: a revista "O Médico & Você", voltada ao público leigo, para distribuição nos consultórios de todos os médicos do País
- AMB participa de "Jalecaço" na Câmara dos Deputados em favor da regulamentação da Emenda Constitucional 29

AMB
Associação Médica Brasileira

2009

- AMB assina convênio com a Agência Nacional de Saúde Suplementar para a elaboração de diretrizes clínicas voltadas ao sistema suplementar
- A Comissão Antitabagismo da AMB propõe Programa Nacional Antitabaco
- AMB passa a oferecer curso de emergências médicas dentro do Programa de Educação Médica Continuada
- Participa do II Fórum de Especialidades Médicas, em Brasília
- AMB integra as discussões para consolidação do Novo Código de Ética Médica
- Em Brasília, realizado o I Fórum de Defesa Profissional da AMB
- Com o estande "Interiorização da Medicina", participa da Feira Hospitalar-2009
- Participa da mobilização pela aprovação do PL7703/06, que regulamenta a Medicina
- Lançadas 21 diretrizes iniciais integrantes do convênio AMB/ANS

2010 / 2011

- Lançado o JAMB Cultura, suplemento distribuído juntamente com o Jornal da AMB
- AMB organiza reunião inédita no Brasil para receber representantes da WMA para discussão de vários pontos da Declaração de Helsinque
- AMB institui campanha SOS-Haiti no sentido de ajudar as vítimas do terremoto
- José Luiz Gomes do Amaral é empossado presidente da Comunidade Médica de Língua Portuguesa e eleito presidente da Associação Médica Mundial para o biênio 2011-2012
- Em março, é realizado em Barcelona, na Espanha, pela equipe do Dr. Joan Barret, o primeiro transplante total de face
- Brasil elege Dilma Roussef, a primeira mulher presidente do país
- AMB completa 60 anos

JAMB CULTURA

Boa Leitura

Ao nenhuma profissão é dada oportunidade de conviver tão intensamente com tantas pessoas diferentes. Para podermos atender bem aqueles que nos procuram é necessário, ao lado da atualização na ciência médica, compreender sua linguagem, sua cultura e bem entender e sentir as experiências que nos são transmitidas.

Na formação do médico, é essencial acumular bagagem capaz de suprir essa demanda. É notável perceber o crescimento intelectual do médico ao longo dos anos da prática clínica devido ao contato com seus pacientes, colegas e professores. Ao sair do consultório, os docentes também deixam um pouco de si. Seja na literatura médica, seja nos congressos, os médicos também compartilham esse conjunto vasto e completo de informações e percepções.

Aqui se materializa um dos objetivos do JAMB Cultura. Oferecer, em sinergia com as demais publicações da Associação Médica Brasileira voltadas ao intercâmbio da informação técnica e questões de caráter associativo, veículo para divulgação das nossas múltiplas expressões culturais.

Boa leitura!

José Luiz Gomes do Amaral | Presidente da Associação Médica Brasileira

Posfácio

Pietro Novellino,
Presidente da Academia Nacional de Medicina (gestão 2009-2011)

Recebe a Academia Nacional de Medicina a honrosa incumbência de preparar posfácio do livro Associação Médica Brasileira – AMB 60 anos. Rememora o texto a histórica decisão do Congresso do Brasil Central (janeiro de 1951) que, durante o III Congresso da Associação Paulista de Medicina, decidiu criar a Associação Médica Brasileira, fixando-a em São Paulo.

Traz o livro esmerada descrição das sucessivas Diretorias; as Comissões; menciona as Escolas Médicas e os periódicos da AMB; aborda a inserção internacional; perpassa as vinte e sete federadas; alista as Sociedades de Especialidades Médicas e finda por considerações futuras referentes à carreira médica e à Ordem dos Médicos, quem vem sendo proposta como entidade unificadora.

Estão consagradas nas finalidades da AMB (Art. 2º do Estatuto Social): congregação e defesa da categoria; elaboração de políticas de saúde na assistência, na reabilitação, na prevenção das enfermidades e na promoção da saúde; colaborar na educação médica; disciplinar a classificação dos procedimentos médicos, etc. Em muito suas finalidades congruem com a natureza da Academia, nem pudera ser de outra forma. O que se percebe, da destinação da Academia, como da Associação, é a completa disposição, sem esperar por pagas, para o serviço de consultoria pelos órgãos do Governo, marcada por dois distintivos inarredáveis: um, a indepen-

dência na formulação das recomendações que desfaz a subserviência frívola; outro, a moderação, aquela que subordina os pareceres à completa ciência dos fatos, contendo a vontade impaciente e sofreando os ímpetos desproporcionais.

A Associação Médica Brasileira é sociedade assisada, sensata e pujante. Renova-se e aperfeiçoa-se, enfrentando, nesses sessenta anos de vida, todo o turbilhão de estorvos e desafios que a têm assediado. É Instituição robusta, de considerável folha de serviços prestados à Medicina Nacional. Trazer à colação estas breves palavras de louvor é um privilégio para a Academia Nacional de Medicina.

Estatuto da AMB

Estatuto registrado no Cartório do 3º R.T.D. – Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Cível de Pessoas Jurídicas – São Paulo. Prenotado sob o número 0539799, em 10/02/2005 e registrado, microfilmado e digitalizado sob o número 0502622. Praça Padre Manuel da Nóbrega, 20 – São Paulo/SP

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB)

Estatuto Social

Aprovado na Assembleia de Delegados de 26 e 27 de setembro de 1982, com modificações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária de Delegados da AMB, em 27 e 28 de junho de 1986; na Assembleia Geral Extraordinária de Delegados da AMB, realizada em Brasília (DF), no dia 26 de maio de 1989; na Assembleia Geral Extraordinária de Delegados da AMB, realizada no Rio de Janeiro (RJ), no dia 22 de maio de 1993; na Assembleia Geral Extraordinária de Delegados da AMB, realizada em Brasília (DF), nos dias 23 e 24 de outubro de 1998; na Assembleia Geral Extraordinária de Delegados da AMB, realizada em São Paulo (SP), no dia 20 de outubro de 2000 e na Assembleia Geral Extraordinária de Delegados da AMB, realizada em São Paulo (SP), no dia 29 de outubro de 2004.

Capítulo I – Da Entidade, sua Sede e seus Fins

Artigo 1º. A Associação Médica Brasileira – AMB – fundada em 26 de janeiro de 1951, com sede e foro na cidade de São Paulo, sito à rua São Carlos do Pinhal, n.º 324, Bela Vista – CEP 01333-903, é uma associação civil de âmbito nacional, com personalidade jurídica e forma federativa, sem finalidade lucrativa, que congrega médicos em todo o território nacional e com duração indeterminada.

Artigo 2º. São finalidades da AMB:

I) congregar os médicos do País e suas entidades representativas com o objetivo de defesa geral da categoria no terreno científico, ético, social, econômico e cultural;

II) contribuir para elaboração da política de saúde e aperfeiçoamento do sistema médico assistencial do País;

III) orientar a população quanto aos problemas da assistência médica, preservação e recuperação da saúde;

IV) conceder título de especialista, de conformidade com o disposto neste Estatuto e no regulamento próprio;

V) defender, em juízo ou fora dele, os interesses de seus filiados, desde que tais interesses possam ser caracterizados como coletivos ou difusos e possam acarretar benefícios diretos ou indiretos, para a classe médica, como um todo;

VI) elaborar, atualizar, divulgar e recomendar a classificação de procedimentos médicos para prestação de serviços médicos;

VII) fomentar o ensino médico continuado;

VIII) promover planos securitários e previdenciários para os associados;

IX) contribuir para controle de qualidade das faculdades de Medicina;

X) contribuir para o estabelecimento de critérios para criação de escolas médicas no País;

XI) promover campanhas de cunho social que visem prevenir, preservar e recuperar a saúde da população.

Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
502622

Parágrafo único. Para consecução desses objetivos, a AMB utilizar-se-á dos meios que se mostrarem indicados, inclusive a cooperação de instituições congêneres e entidades representativas de outras categorias, nacionais e internacionais.

Artigo 3º. A AMB é uma federação, constituindo-se de entidades médicas congêneres dos estados e do Distrito Federal, suas unidades federadas, com base no regime representativo e as associações nacionais de especialidade, suas unidades conveniadas.

Capítulo II – Das Federadas e dos Associados

SEÇÃO I – DAS FEDERADAS

Artigo 4º. São requisitos para o reconhecimento de qualquer entidade médica congênere, estadual ou do Distrito Federal, como unidade federada da AMB:

I) ter finalidades que não colidam com as da AMB;
II) possuir personalidade jurídica;
III) ser regida por estatuto que permita quadro social aberto a todos os médicos de área de influência;
IV) ter sua diretoria eleita diretamente pelos associados, com eleições realizadas concomitantemente às eleições da Diretoria da AMB;
V) cumprir as obrigações previstas neste estatuto.

Artigo 5º. Compete à Diretoria da AMB, "*ad referendum*" da Assembleia de Delegados, aceitar a filiação de entidades federadas.

Parágrafo único. O ato de desfiliação é privativo da Assembleia de Delegados, assegurando-se amplo direito de defesa.

Artigo 6º. As entidades federadas têm autonomia administrativa, econômica e associativa, obrigando-se, entretanto a:

I) prestigiar todas as iniciativas e resoluções tomadas pela Assembleia de Delegados da AMB;
II) manter a AMB informada de todas as iniciativas e resoluções tomadas no âmbito estadual ou regional;
III) comunicar à AMB, dentro do primeiro mês de cada trimestre, as exclusões ou admissões de novos associados em seu quadro social, ocorridas no trimestre anterior;
IV) repassar trimestralmente à AMB as contribuições efetivamente pagas pelos associados, informando nomes, valores recebidos e período de competência;
V) informar imediatamente à AMB as penalidades impostas aos respectivos associados;
VI) indicar, em todos os seus impressos, cartazes e órgãos de divulgação, a condição de filiada à AMB e neles imprimir a logomarca desta entidade;
VII) não tomar iniciativa de âmbito nacional sem prévia anuência da AMB;
VIII) conduzir, no seu território, a eleição da Diretoria da AMB e de Delegados, conforme este estatuto e as normas eleitorais;
IX) representar, em juízo ou fora dele, os interesses de seus filiados, desde que tais interesses possam ser caracterizados como coletivos ou difusos e possam acarretar benefícios diretos ou indiretos para a classe médica como um todo.

Artigo 7º. Em caso de violação deste estatuto, a Assembleia de Delegados poderá determinar à entidade federada o enquadramento na norma estatutária; e não havendo atendimento dessa recomendação ou ocorrendo perda de requisitos para sua permanência no quadro federativo, a AMB poderá cassar-lhe a filiação, assegurando-se amplo direito de defesa, não cabendo recurso da decisão final.

SEÇÃO II – DOS ASSOCIADOS

Artigo 8º. Os médicos de cada estado, do território e do Distrito Federal poderão ser associados da AMB somente por meio de uma única federada, devidamente reconhecida.

§ 1º. Quando o médico for associado efetivo de mais de uma entidade federada, será asso-

Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
502622

ciado efetivo da AMB por intermédio da federada que tenha feito sua última inscrição como associado.

§ 2º. São automaticamente associados da AMB todos os associados das federadas.

Artigo 9º. Os associados da AMB distribuem-se nas categorias seguintes: fundadores, efetivos, jubilados, correspondentes, honorários, beneméritos e acadêmicos.

§ 1º Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

§ 2º O associado que desejar demitir-se do quadro associativo deverá comunicar sua decisão à Diretoria da Federada.

Artigo 10. São considerados associados fundadores, todos os médicos que em 31 de dezembro de 1951 faziam parte de qualquer entidade que se transformou em federada.

Artigo 11. São associados efetivos, todos os médicos que nesta categoria pertençam ao quadro social de uma das entidades federadas.

Parágrafo único. Incluem-se, na categoria de associados efetivos, os médicos residentes inscritos nesta categoria nas respectivas federadas.

Artigo 12. São direitos dos associados efetivos:

I) votar nas eleições da AMB, desde que inscritos como associados antes de 31 de março do ano civil respectivo e que estejam quites com as suas contribuições até a data prevista nas normas eleitorais;

II) ser votado para qualquer cargo, ressalvadas as limitações constantes deste estatuto e das normas eleitorais;

III) utilizar-se de todos os serviços mantidos pela AMB, respeitadas as disposições administrativas;

IV) receber as publicações da AMB.

Artigo 13. São deveres dos associados efetivos:

I) fortalecer e prestigiar, em todas as suas iniciativas, a AMB e federadas a que pertence;

II) pautar sua conduta dentro dos princípios éticos;

III) pagar, pontualmente, a contribuição estabelecida pela Assembleia de Delegados;

IV) cumprir as disposições estatutárias e regimentais.

Artigo 14. Os associados efetivos poderão requerer a condição de associados jubilados, desde que preencham uma das seguintes condições:

I) idade mínima de 65 anos, com contribuições quitadas de forma ininterrupta nos últimos 15 anos;

II) associados atingidos por invalidez permanente comprovada.

Parágrafo único. Os associados jubilados, isentos de contribuições, conservarão todos os direitos dos associados efetivos.

Artigo 15. Serão associados correspondentes os médicos de outros Países, propostos pela Diretoria da AMB ou de uma federada, aprovados pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º São direitos dos associados correspondentes, os mesmos dos associados efetivos exceto os referidos nos incisos "I" e "II" do artigo 12.

§ 2º São deveres dos associados correspondentes, os mesmos dos associados efetivos exceto o referido na alínea "III" do artigo 13.

Artigo 16. Serão associados honorários, as personalidades brasileiras ou estrangeiras, de mérito comprovado, indicadas pela Diretoria ou por uma entidade federada e aceita por decisão de 2/3 (dois terços) da Assembleia de Delegados.

Artigo 17. Serão associados beneméritos, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) da Assembleia de Delegados, as personalidades indicadas pela Diretoria ou por entidade federada, por terem prestado serviço de relevância à AMB.

Artigo 18. Podem inscrever-se como associados acadêmicos, alunos de qualquer ano de curso de graduação em Medicina e que nesta condição pertençam ao quadro social das entidades federadas.

§ 1º São direitos dos associados acadêmicos, os correspondentes aos incisos "III" e "IV" do artigo 12;

Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
502622

§ 2º São deveres dos associados acadêmicos, os correspondentes aos incisos "I" e "II" do artigo 13.

Artigo 19. Os associados da AMB serão passíveis de punições, mediante decisão da federada, por conduta em desacordo com os estatutos da AMB ou da federada, e suscetível de causar danos morais ou materiais à classe médica, à AMB ou à federada a que pertence.

§ 1º As penalidades não são sequenciais, obedecerão à natureza e gravidade da infração e serão as seguintes:

I) advertência – de natureza moral, em que o advertido toma ciência, por expediente reservado;

II) censura – de natureza moral, em que o advertido toma ciência por expediente ou pela imprensa;

III) suspensão – aplicada em caso de falta grave, em que o associado fica com seus direitos suspensos por até 90 (noventa) dias e tem ciência por expediente ou pela imprensa;

IV) exclusão – pena máxima, em que o associado é afastado, definitivamente, do quadro social, e tem ciência por expediente ou pela imprensa.

§ 2º O processo de punição deverá ser instaurado na entidade federada a que estiver filiado o associado, cabendo-lhe o direito de ampla defesa, e na falta desse procedimento, poderá ser efetivado pela AMB.

§ 3º A penalidade aplicada pela federada será julgada pelo Conselho Deliberativo da AMB, cabendo recurso à Assembleia de Delegados no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da ciência.

§ 4º Os recursos apresentados perante a AMB, automaticamente implicam em efeito suspensivo às penas aplicadas pela federada.

§ 5º A AMB, por resolução de sua Assembleia de Delegados, poderá alterar as decisões das entidades federadas que, nos termos do artigo 7 deste estatuto, acatarão o que for por ela resolvido.

§ 6º A AMB dará ciência do recurso e do seu provimento ou não à respectiva federada.

§ 7º Quando se tratar de violação do código de ética médica, a Diretoria da AMB ou da federada denunciará o fato diretamente ao conselho regional de Medicina respectivo.

Capítulo Iii – dos Órgãos sa Associação

Artigo 20. São órgãos permanentes da AMB: a Assembleia Geral, a Assembleia de Delegados, o Conselho Deliberativo, a Diretoria, o Conselho Fiscal, o Conselho Científico e as comissões consultivas.

Artigo 21. Os órgãos da AMB terão seu funcionamento regulado por regimentos internos, aprovados pela Assembleia de Delegados e amplamente divulgados às suas filiadas.

Artigo 22. Nenhum órgão da AMB poderá assumir posições de caráter político-partidário ou religioso.

SEÇÃO I – DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 23. A Assembleia Geral será constituída pelos associados efetivos da AMB que estejam em dia com suas obrigações estatutárias à data da convocação.

Artigo 24. Compete à Assembleia Geral:

I) eleger os administradores da entidade;

II) deliberar sobre à destituição dos administradores da entidade;

III) aprovar o orçamento e as contas da entidade;

IV) emendar ou reformar este Estatuto;

V) deliberar, em última instância, recurso interposto por associado contra decisões de outros órgãos da AMB.

Parágrafo único. A aprovação do orçamento e das contas da entidade serão submetidas à Assembleia Geral somente após o parecer do Conselho Fiscal e a aprovação da Assembleia de Delegados.

Artigo 25. A Assembleia Geral será convocada Ordinariamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para deliberar sobre os assuntos a seguir:

Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
502622

I) no mês de outubro de cada ano para deliberar sobre a aprovação do orçamento da entidade para o exercício seguinte e para aprovação das contas da entidade do exercício findo;

II) no mês de agosto dos anos eleitorais para votação dos candidatos para preenchimento dos cargos eletivos da entidade.

Artigo 26. A Assembleia Geral será convocada Extraordinariamente para deliberar sobre os assuntos a seguir:

I) destituição dos administradores da entidade;

II) emenda ou reforma deste Estatuto.

§ 1º. Para deliberação do inciso "I" deste artigo, a Assembleia será convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º Para deliberação do inciso "II" deste artigo, a Assembleia será convocada com antecedência mínima de noventa (90) dias, somente podendo apreciar proposições recebidas na sede da AMB, na forma definida pela Diretoria Executiva, até sessenta (60) dias antes de sua realização, sendo disponibilizadas aos associados, por qualquer meio, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

§ 3º As sugestões para reforma estatutária poderão ser elaboradas:

I) pelos associados em dia com suas obrigações estatutárias e delegados, sendo encaminhadas à Diretoria Executiva da AMB, por intermédio das entidades federadas a que pertencem;

II) pelas entidades federadas;

III) pela Diretoria da AMB.

Artigo 27. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto majoritário dos associados, salv o as deliberações constantes dos incisos II e IV do art. 24, nestes casos, será exigido o voto concorde de 2/3 dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

Artigo 28. É garantido a um quinto dos associados efetivos o direito de promover a Assembleia Geral.

SEÇÃO II – DA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Artigo 29. A Assembleia de Delegados é o órgão supremo da AMB nos limites da lei e deste estatuto, com poderes para resolver todos os assuntos e decidir sobre todos os atos associativos.

Artigo 30. Constituem a Assembleia de Delegados:

I) destituição dos administradores da entidade;

I) os Delegados eleitos nas Federadas;

II) os Presidentes das federadas ou seus substitutos estatutários na Diretoria.

Artigo 31. Os Delegados e suplentes serão eleitos por voto direto e secreto pelos associados de cada uma das unidades federadas.

§ 1º Somente poderão inscrever-se, como candidatos a delegados, médicos que tenham há mais de um ano a condição de associado efetivo, contado retroativamente a partir do último dia de prazo fixado para a apresentação das chapas.

§ 2º Cada chapa ou legenda elegerá um número de delegados correspondentes à votação proporcional recebida, revertendo as frações, para efeito de cálculo, para a chapa majoritária.

§ 3º Os delegados exercerão mandato por 3 (três) anos e poderão ser reeleitos, desde que tenham comparecido, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) das convocações.

Artigo 32. O número de delegados será variável e cada federada terá direito ao mínimo básico de um delegado, além de um número variável proporcional ao número de associados efetivos, calculados na razão de um para 500 (quinhentos) ou fração, cálculo este que será feito a partir de 501 (quinhentos e um), excluído o presidente da federada ou seu representante.

§ 1º Servirá de base para o estabelecimento do número de delegados de cada federada, o número dos respectivos associados efetivos, quites com a AMB até o dia 30 de junho do ano eleitoral.

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
502622

§ 2º Até 30 de julho do ano civil eleitoral, a Diretoria da AMB expedirá circular às federadas informando o número de delegados de todas as federadas.

§ 3º Havendo acréscimo do seu número de associados efetivos, quites durante o triênio, implicando em direito de aumento de sua representação na Assembleia de Delegados, as respectivas entidades federadas promoverão delegados suplentes à condição de delegados efetivos, respeitada a proporcionalidade prevista neste artigo.

Artigo 33. A Assembleia de Delegados reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, entre 10 e 31 de outubro, em data e local determinados na reunião anterior, ou na falta desta determinação ou impossibilidade de seu cumprimento, onde e quando for determinado pela Diretoria da AMB.

Artigo 34. Compete privativamente à Assembleia de Delegados:

I) fixar a contribuição dos associados, ouvido o parecer do Conselho Fiscal;

II) votar a proposta orçamentária apresentada pela Diretoria, ouvido o parecer do Conselho Fiscal, ad referendum da Assembleia Geral;

III) apreciar a prestação de contas da Diretoria, ouvido o parecer do Conselho Fiscal, ad referendum da Assembleia Geral;

IV) analisar e decidir sobre o relatório anual da Diretoria, ouvido o parecer do Conselho Fiscal;

V) deliberar sobre matéria não prevista neste estatuto;

VI) determinar a orientação da AMB relativa a iniciativas que interessem à classe médica ou ao público em geral;

VII) decidir sobre a indicação de associados honorários e beneméritos;

VIII) autorizar alienação de bens imóveis ou gravame do patrimônio da AMB, ouvido, previamente, o parecer do Conselho Fiscal;

IX) deliberar sobre a desfiliação de entidade federada e ratificação da filiação da federada, promovida pela Diretoria;

X) deliberar sobre assuntos não constantes da ordem do dia, desde que não impliquem em reforma estatutária, por aprovação de maioria simples dos presentes;

XI) aprovar o regimento interno elaborado pela Diretoria e supervisionar sua divulgação e cumprimento.

Artigo 35. A Assembleia de Delegados poderá ser convocada extraordinariamente:

I) por sua própria iniciativa, pelo Conselho Deliberativo ou por 1/5 (um quinto) dos Delegados, desde que representantes de três entidades federadas, pelo menos;

II) por iniciativa da Diretoria;

III) por iniciativa de 1/5 (um quinto) dos associados, no gozo dos seus direitos, pertencentes a pelo menos três federadas.

§ 1º A Assembleia Extraordinária só poderá tratar de assuntos para os quais tenha sido especificamente convocada.

§ 2º As convocações para as Assembleias Extraordinárias serão efetuadas pelo Presidente da AMB ou por seu substituto legal, devendo ser expedidas dentro de uma semana após a competente solicitação e dirigidas às entidades federadas, delegados e respectivos suplentes.

§ 3º. As Assembleias Extraordinárias de Delegados serão realizadas entre 30 (trinta) e 90 (noventa) dias após a expedição de sua convocação.

Artigo 36. O quorum para deliberação da Assembleia de Delegados é de 1/3 (um terço) do número total de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria simples de voto dos presentes e excetuando-se os casos previstos no presente estatuto.

Parágrafo único. A abertura das sessões será realizada com qualquer número de membros presentes.

SEÇÃO III – DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 37. O Conselho Deliberativo compor-se-á do Presidente e do Secretário da AMB ou de seus res-

Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
502622

pectivos substitutos estatutários na Diretoria; dos Presidentes das Federadas ou de seus substitutos estatutários na Diretoria; dos 14 (quatorze) representantes do Conselho de Especialidades e 1 (um) representante indicado pelo Conselho Federal de Medicina, devendo reunir-se ordinariamente a cada 6 (seis) meses em local e data anunciados na reunião anterior.

Artigo 38. O Conselho Deliberativo poderá ser convocado extraordinariamente, pela Diretoria da AMB ou por 1/5 (um quinto) dos seus membros, para deliberar exclusivamente sobre assuntos constantes da convocação.

Artigo 39. É de competência do Conselho Deliberativo:

I) assumir todas as atribuições da Assembleia de Delegados, enquanto esta não for convocada, com exceção das seguintes matérias:
   a) alterar as contribuições dos associados;
   b) alterar os estatutos e o regimento da Assembleia de Delegados;
   c) dispor sobre matéria já decidida pela Assembleia de Delegados.

II) deliberar sobre as propostas de associados correspondentes;

III) julgar os processos instaurados contra associados por infração a este estatuto;

IV) julgar o processo eleitoral e proclamar os eleitos.

Artigo 40. Todas as decisões do Conselho Deliberativo ficarão sujeitas a homologação pela Assembleia de Delegados, sem prejuízo de sua imediata execução.

Artigo 41. O quorum para deliberação no Conselho Deliberativo será de metade mais um de seus membros e as decisões serão tomadas por maioria simples de voto dos presentes.

Artigo 42. As reuniões do Conselho Deliberativo serão presididas pelo Presidente da AMB, ou seu substituto estatuário, que terá voto de qualidade, e secretariadas pelo Secretário Geral.

SEÇÃO IV – DA DIRETORIA

Artigo 43. A Diretoria é o órgão executivo da AMB e compõe-se de: Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 10 (dez) Vice-Presidentes Regionais, Secretário-Geral, 1º Secretário, 1º e 2º Tesoureiros, Diretor de Relações Internacionais, Diretor Científico, Diretor de Defesa Profissional, Diretor de Assistência e Previdência, Diretor de Atendimento ao Associado, Diretor Cultural, Diretor de Economia Médica, Diretor de Saúde Pública, Diretor de Comunicações, Diretor Acadêmico, Diretor de Marketing e Diretor de Proteção ao Paciente.

Artigo 44. A Diretoria será eleita por voto direto e secreto dos associados, na segunda quinzena de agosto, recaindo a data em dia útil, e tomará posse perante a Assembleia Ordinária de Delegados seguinte.

Parágrafo único. A Diretoria será eleita para um mandato de 3 (três) anos, podendo seus integrantes serem reeleitos, consecutivamente, para o mesmo cargo, uma única vez.

Artigo 45. São condições de elegibilidade:

I) para qualquer cargo: ter a condição de associado efetivo há mais de três anos, estar em pleno gozo de seus direitos estatutários, contados da data de sua inscrição como associado até o último dia de prazo fixado para apresentação de chapas;

II) para cada um dos dez cargos de Vice-Presidente: residir ou exercer a profissão nas respectivas regiões: Centro, Centro-Oeste, Norte, Norte–Nordeste, Nordeste, Leste-Nordeste, Leste-Centro, Leste-Sul, Centro-Sul e Sul.

Parágrafo único. Os Vice-Presidentes serão distribuídos pelas seguintes regiões:

a) Centro: Distrito Federal;
b) Centro-Oeste: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins;
c) Norte: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá;
d) Norte-Nordeste: Maranhão, Piauí e Ceará;
e) Nordeste: Rio Grande do

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
502622

Norte, Paraíba e Pernambuco;
f) Leste-Nordeste: Sergipe, Bahia e Alagoas;
g) Leste-Centro: Espírito Santo e Minas Gerais;
h) Leste-Sul: Rio de Janeiro;
i) Centro-Sul: São Paulo e Paraná;
j) Sul: Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

III) para os cargos de Secretário Geral, 1º Secretário, 1º e 2º Tesoureiros: residir ou exercer a profissão na cidade sede da AMB.

Artigo 46. A Diretoria fará, no mínimo 2 (duas) reuniões ordinárias por ano com a Diretoria Plena e da Diretoria Executiva todos os meses.

Parágrafo único. A ausência sem justificativa a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) alternadas no período de 1 (um) ano, ensejará a perda do mandato.

Artigo 47. A Diretoria poderá ser convocada, extraordinariamente, pelo Presidente ou, no mínimo, pela metade de seus membros.

Artigo 48. No intervalo das reuniões plenárias da Diretoria, responde pela mesma o seu núcleo executivo, constituído pelo Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, Secretário Geral, 1º Secretário, 1º e 2º Tesoureiros, que terão as atribuições que lhes são conferidas pelo presente estatuto.

Artigo 49. São atribuições da Diretoria:

I) praticar todos os atos de gestão, necessários ao perfeito funcionamento da AMB e ao cumprimento de suas finalidades;
II) elaborar seu regimento interno, que será submetido à Assembleia de Delegados;
III) enviar anualmente à Assembleia de Delegados e ao Conselho Fiscal o relatório de suas atividades, a proposta orçamentária para o exercício seguinte e a prestação de contas;
IV) convocar, extraordinariamente, a Assembleia de Delegados e o Conselho Deliberativo;
V) propor associados correspondentes ao Conselho Deliberativo; honorários e beneméritos à Assembleia de Delegados;
VI) cumprir e fazer cumprir este estatuto, regimentos, regulamentos, normas e resoluções da Assembleia de Delegados;
VII) designar membros para integrarem as diversas comissões de assessoramento que se fizerem necessárias;
VIII) nomear os membros do Departamento de Assistência e Previdência, exceto o seu presidente, que será eleito; do Departamento de Publicações e de outros departamentos de serviços que vierem a ser criados;
IX) assinar convênios com as associações médicas nacionais de especialidades;
X) eleger diretor para qualquer de seus cargos, quando se verificar vacância ou impedimento, depois de obedecidas as substituições previstas neste estatuto;
XI) nomear os membros dos diversos departamentos existentes e de outros que vierem a ser criados;
XII) reformar ou alterar o presente estatuto sempre que exigido por imposições legais, ad referendum da Assembleia Geral.

Parágrafo único. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos, presentes a maioria de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

Artigo 50. São atribuições do Presidente:

I) representar a AMB em juízo e fora dele;
II) presidir as reuniões do Conselho Deliberativo, da Diretoria, do Conselho Científico e das comissões;
III) administrar, com aprovação da Diretoria, o patrimônio da AMB;
IV) dar execução às resoluções da Assembleia de Delegados, do Conselho Deliberativo e demais órgãos;

Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
502622

V) adquirir ou alienar bens imóveis e dar em garantia hipotecária os bens do patrimônio, quando autorizado pela Assembleia de Delegados;

VI) presidir as sessões preparatórias das Assembleias de Delegados, em que apresentarão relatório anual de todas as atividades da AMB, prestando os esclarecimentos necessários;

VII) comparecer e permanecer na Assembleia de Delegados onde, sempre que necessário, dará sua opinião nas dúvidas suscitadas.

VIII) assinar, conjuntamente com o 1º Tesoureiro, os cheques da entidade, bem como autorizar despesas da AMB;

IX) outorgar procuração;

X) autorizar a veiculação de periódicos.

Artigo 51. Compete ao primeiro Vice-Presidente:

I) substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências, sucedendo-lhe em caso de vacância do cargo;

II) representar a AMB sempre que designado pela presidência;

III) por delegação da presidência, desempenhar outras funções executivas.

Artigo 52. Compete ao segundo Vice-Presidente substituir o primeiro Vice-Presidente em caso de impedimento ou vacância.

Parágrafo único. Compete ainda ao segundo Vice-Presidente, por delegação da presidência, desempenhar outras funções executivas.

Artigo 53. Aos Vice-Presidentes Regionais compete:

I) representar a AMB dentro de sua respectiva região;

II) transmitir ao Presidente e à Diretoria as observações colhidas nas respectivas regiões;

III) transmitir às respectivas regiões as informações e orientações do Presidente e/ou da Diretoria.

Artigo 54. Compete ao Secretário Geral:

I) secretariar as reuniões da Assembleia de Delegados, do Conselho Deliberativo e das comissões consultivas;

II) dirigir todos os serviços da secretaria;

III) admitir ou dispensar funcionários, desde que autorizado pela Diretoria;

IV) exercer outras atividades peculiares ao cargo e as que lhe venham a ser atribuídas.

Artigo 55. Compete ao 1º Secretário:

I) auxiliar o Secretário Geral nas suas atribuições, substituí-lo nos seus impedimentos, sucedê-lo na vaga e exercer outras atividades compatíveis com o cargo que lhe forem atribuições pela Diretoria;

II) compor a mesa dos trabalhos da Assembleia de Delegados.

Artigo 56. Compete ao 1º Tesoureiro:

I) administrar os fundos e rendas da AMB;

II) fazer as despesas autorizadas pelo Presidente ou proceder conforme o parágrafo segundo deste artigo;

III) fiscalizar a contabilidade;

IV) apresentar o balancete mensal, o balanço geral e o relatório anual da tesouraria;

V) exercer outras atividades peculiares ao cargo e as que lhe venham a ser atribuídas;

VI) comparecer à Assembleia de Delegados, à qual prestará esclarecimento e dará sua opinião quando solicitado.

§ 1º Na ausência dos tesoureiros, assinará os cheques outro elemento da Diretoria, especialmente autorizado, mediante procuração outorgada pelo tesoureiro ausente.

§ 2º As controvérsias surgidas na execução do item "II" deste artigo serão resolvidas por voto majoritário e simples dos membros da Diretoria, em reunião convocada especialmente para esse fim.

Artigo 57. Compete ao 2º Tesoureiro:

I) auxiliar o 1º Tesoureiro;

II) substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos e ausências;

III) suceder o 1º Tesoureiro na vaga.

Artigo 58. Compete ao Diretor de Assistência e Previdência presidir o Departamento de Assistência e Previdência (DAP).

Oficial Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
502622

Artigo 59. Compete ao Diretor Cultural promover, pelos meios que a entidade dispõe, o desenvolvimento cultural de seus associados.

Artigo 60. Compete ao Diretor de Defesa Profissional:

I) promover ações que visem manter a ética e a dignidade do exercício profissional da Medicina;

II) presidir o Departamento de Defesa Profissional.

Artigo 61. Compete ao Diretor de Relações Internacionais promover o intercâmbio e o relacionamento da AMB com as entidades congêneres de outros Países e organismos internacionais de saúde.

Artigo 62. Compete ao Diretor Científico:

I) promover o intercâmbio e o relacionamento da AMB com as associações científicas, com ela conveniadas;

II) secretariar as reuniões do Conselho Científico e substituir o presidente em sua ausência.

Artigo 63. Compete ao Diretor de Economia Médica manter, atualizar e reformular a "Lista de Procedimentos Médicos", acompanhando os custos dos procedimentos médicos listados com base nas variantes que os compõem.

Artigo 64. Compete ao Diretor de Saúde Pública elaborar propostas que contribuam para a melhoria da saúde pública no País.

Artigo 65. Compete ao Diretor de Comunicações, coordenar a elaboração do periódico da AMB, bem como os demais meios de comunicações da entidade.

Artigo 66. Compete ao Diretor Acadêmico propor e desenvolver ações que possibilitem a aproximação da AMB com o meio acadêmico.

Artigo 67. Compete ao Diretor de Atendimento ao Associado o oferecimento de serviços e bens diversos, com o objetivo de utilizar-se da contratação coletiva destes para redução de custos e obtenção de facilidades.

Artigo 68. Compete ao Diretor de Proteção ao Paciente propor e operacionalizar políticas e condutas de proteção ao paciente, atuando isoladamente ou em conjunto com outros segmentos da sociedade civil organizada.

Artigo 69. Compete ao Diretor de Marketing:

I) divulgar as ações da AMB, promovendo o contínuo aprimoramento da imagem da entidade e da classe.

II) captar recursos para a AMB.

Artigo 70. O Conselho Fiscal será eleito pela Assembleia de Delegados na sessão de posse da Diretoria e seu mandato será coincidente com o da mesma.

Artigo 71. O Conselho Fiscal será constituído por 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Parágrafo único. Em caso de vacância ou impedimento, o membro efetivo do Conselho Fiscal será substituído pelo suplente que seja associado mais antigo da entidade.

Artigo 72. Para ser eleito para o Conselho Fiscal o associado deverá ter mais de 3 (três) anos de filiação, contados da data de sua inscrição como associado da AMB até o último dia de prazo fixado para apresentação de chapa.

Artigo 73. O Conselho Fiscal reunir-se-á por convocação da Diretoria da AMB, da Assembleia de Delegados, do Conselho Deliberativo ou de seu próprio presidente.

§ 1º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por voto majoritário, presentes a maioria de seus membros.

§ 2º O Presidente do Conselho Fiscal só terá voto de desempate.

Artigo 74. Compete ao Conselho Fiscal apreciar todos os assuntos relacionados com patrimônio, bens, rendas, fundos, aspectos econômicos e financeiros da vida da entidade e matérias correlatas, assim como fiscalizar os respectivos atos executivos da Diretoria, atribuições estas em que se incluem, especialmente, emitir parecer sobre:

I) fixação das contribuições dos associados e demais receitas;

II) despesas dos diferentes setores de atividade;

III) orçamento de cada exercício;

IV) balancetes e balanço geral;

V) prestação de contas e relatórios da Diretoria;

VI) inventário dos bens.

Artigo 75. Os membros do Conselho Fiscal elegerão entre si o seu Presidente.

Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
502622

SEÇÃO V – DO CONSELHO CIENTÍFICO

Artigo 76. O Conselho Científico, órgão consultivo, será ouvido pela Diretoria da AMB quando necessário para opinar sobre suas áreas de competência, sendo seus pareceres emitidos e aprovados por voto majoritário, presente a maioria de seus membros.

Artigo 77. O Conselho Científico é formado pelos presidentes das associações médicas nacionais de especialidades, ou seus substitutos legais, mediante convênio com a AMB, tendo por finalidade:

I) incrementar, regulamentar e coordenar as atividades do exercício das especialidades médicas em todo o território nacional;

II) estudar e sugerir medidas visando o aperfeiçoamento da formação dos médicos;

III) estudar e sugerir medidas destinadas à perfeita execução da atribuição do Título de Especialista e sua valorização;

IV) eleger entre seus membros os 14 representantes e respectivos suplentes junto ao Conselho Deliberativo da AMB.

Parágrafo único. A ausência do membro do Conselho Científico a 2 (duas) reuniões do Conselho Deliberativo, realizadas durante seu mandato, implicará na sua substituição por outro membro.

Artigo 78. Os Departamentos Científicos poderão ser constituídos mediante convênio com entidades especializadas de âmbito nacional, desde que comprovado que todos os associados dessas entidades são associados efetivos da AMB, por intermédio das respectivas federadas.

§1º No convênio deverá figurar, obrigatoriamente, a cláusula pela qual as entidades especializadas só receberão novos associados se os pretendentes tiverem sido previamente admitidos como associados efetivos de uma das entidades federadas da AMB.

§ 2º A fiscalização de cumprimento das cláusulas dos convênios será feita também pelas entidades federadas, que comunicarão à AMB eventuais infrações, para que esta proceda a devida denúncia.

§ 3º As sessões ou capítulos regionais de entidades especializadas de âmbito nacional, que tenham convênio com a AMB, deverão obrigatoriamente se filiar às federadas, por intermédio das associações ou departamentos especializados das mesmas, devendo todos os seus associados também serem associados das federadas e estarem quites com suas obrigações estatutariamente definidas.

§ 4º Nenhuma atividade científica especializada de entidade de âmbito nacional, que tenha convênio com a AMB, poderá ser realizada em região ou jurisdição de uma federada sem que dela participe a associação, departamento especializado da mesma e da federada da AMB.

SEÇÃO VI – DAS COMISSÕES CONSULTIVAS

Artigo 79. As comissões consultivas, órgãos assessores da Diretoria, serão permanentes e especiais, e compostas por associados efetivos da AMB, indicados pela Diretoria e nomeados pelo Presidente.

§1º As comissões permanentes, que têm por finalidade estudar as proposições submetidas ao seu exame e sobre elas manifestar sua opinião, denominam-se:

I) Comissão de Defesa Profissional;

II) Comissão de Sindicância e Ética;

III) Comissão de Direitos Humanos;

IV) Comissão de Ensino Médico e Pós-Graduação;

V) Comissão de Combate ao Tabagismo;

VI) Comissão de Combate ao Alcoolismo;

VII) Comissão de Combate aos Tóxicos;

VIII) Comissão Nacional de Honorários Médicos.

§ 2º As comissões especiais, criadas pela Diretoria serão transitórias e se extinguirão uma vez preenchidas as finalidades às quais se destinam.

§ 3º Todas as comissões permanentes serão constituídas por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) suplentes.

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
502622

Artigo 80. As comissões serão ouvidas pelos demais órgãos da AMB, quando necessário, para opinar sobre suas áreas de competência, sendo seus pareceres emitidos e aprovados por voto majoritário, presentes a maioria de seus membros.

Artigo 81. As reuniões das comissões consultivas serão presididas pelo seu presidente, secretariadas por um dos membros presentes, e deverão contar com a presença do Presidente da AMB ou seu substituto estatutário.

Artigo 82. A Comissão de Defesa Profissional será composta por 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, nomeados pela Diretoria da AMB e tem por finalidade estudar as questões referentes à defesa profissional dos médicos.

Parágrafo único. A Comissão de Defesa Profissional será presidida pelo Diretor de Defesa Profissional.

Artigo 83. A Comissão de Ética Médica será composta por 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, nomeados pela Diretoria da AMB e tem por finalidade analisar os assuntos deontológicos, emitindo pareceres a respeito.

Parágrafo único. Os membros da Comissão de Ética Médica elegerão, dentre si, o seu presidente.

Capítulo IV – das Eleições

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 84. Todas as eleições serão processadas pelo voto pessoal, direto e secreto, não se admitindo voto por procuração ou correspondência.

§ 1º Para exercer o seu direito de voto, o associado deverá ser inscrito como associado efetivo de uma das federadas até o dia 30 de março do ano eleitoral.

§ 2º O associado em débito para com a AMB e sua federada, para exercer o seu direito de voto, poderá quitar o seu débito até a data das eleições.

§ 3º As eleições da Diretoria da AMB serão realizadas de conformidade com as normas eleitorais aprovadas pela Assembleia de Delegados.

SEÇÃO II – DA POSSE

Artigo 85. A posse dos Delegados eleitos será dada pelo presidente da AMB ou pelo Conselho Deliberativo do exercício findo, durante a Assembleia Ordinária a se realizar após as eleições.

Artigo 86. A posse dos eleitos para a Diretoria Executiva da AMB e do Conselho Fiscal será dada pela Assembleia de Delegados recém empossada, durante a Assembleia Ordinária a se realizar após as eleições.

Capítulo V – do Título de Especialista

Artigo 87. A AMB concederá títulos de especialista aos profissionais médicos que preencherem todos os requisitos estabelecidos em convênios celebrados com as associações de especialidades médicas e Conselho Federal de Medicina.

Parágrafo único. A concessão de Título de Especialista submete-se a regulamento próprio.

Capítulo VI – do Patrimônio, do Regime Financeiro e do Exercício Fiscal

SEÇÃO I – DO PATRIMÔNIO

Artigo 88. O patrimônio da AMB é constituído por:

I) por sua própria iniciativa, pelo Conselho Deliberativo ou por 1/5 (um quinto) dos Delegados, desde que representantes de três entidades federadas, pelo menos;

I) bens imóveis e móveis;

II) contribuições dos associados e contribuições voluntárias;

III) rendimentos produzidos pelos seus recursos financeiros e bens patrimoniais;

IV) doações, legados, auxílios, subvenções e outras rendas proporcionadas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.

SEÇÃO II – DO REGIME FINANCEIRO

Artigo 89. A receita da AMB constituir-se-á das contribuições dos associados e de quaisquer outras rendas, destinando-a totalmente ao atendimento de suas finalidades.

Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
502622

§ 1º As contribuições dos associados serão fixadas anualmente na reunião Ordinária da Assembleia de Delegados, para vigorarem a partir de janeiro do ano seguinte.

§ 2º A Assembleia de Delegados pode fixar valores menores de contribuição para médicos recémformados.

Artigo 90. Todos os cargos da AMB são gratuitos e honoríficos, não percebendo, os associados, remuneração, vantagens ou benefícios de quaisquer espécies pelo exercício de suas funções.

Artigo 91. Os associados da AMB não respondem, mesmo que subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela entidade.

Artigo 92. As contribuições dos associados deverão ser feitas de modo compartilhado com as Federadas e com repasse automático à AMB.

Artigo 93. As federadas que não documentarem a remessa das contribuições à tesouraria da AMB, até o décimo dia do mês subsequente ao trimestre vencido, não terão direito a voto nas reuniões do Conselho Deliberativo e da Assembleia de Delegados.

SEÇÃO III – DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Artigo 94. O exercício financeiro da AMB inicia-se em 1º de janeiro, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Capítulo VII – das Disposições Gerais, Especiais e Transitórias

SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 95. A AMB terá um Departamento de Assistência e Previdência, sem finalidade lucrativa, visando proporcionar aos seus associados assistência econômica mais ampla possível.

§ 1º O Departamento de Assistência e Previdência terá uma diretoria designada pela Diretoria da AMB e constituída de presidente, vice-presidente, secretário, 1º e 2º tesoureiros.

§ 2º O Departamento de Assistência e Previdência será regido por um regimento interno, aprovado pela Assembleia de Delegados.

Artigo 96. Em caso da AMB se dissolver, a Assembleia de Delegados, especialmente convocada, indicará, pagas as dívidas e cumpridas as obrigações da entidade, uma outra associação sem fins lucrativos com objetivos semelhantes, à qual deverá ser destinado o patrimônio remanescente.

Parágrafo único. Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer no seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União.

Artigo 97. A AMB editará uma revista médica, um boletim ou jornal, bem como outras publicações de interesse de seus associados.

Artigo 98. Anualmente será realizado um fórum nacional do sistema federativo da AMB tendo como pauta temas relevantes do exercício da Medicina.

Artigo 99. A AMB terá uma logomarca.

SEÇÃO II – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Artigo 100. A sede da AMB deverá ser transferida para a capital federal.

SEÇÃO III – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 101. O presente estatuto entrará em vigor somente após seu regular registro junto ao Cartório de Títulos e Documentos, revogadas as disposições em contrário, sendo publicado no Diário Oficial da União.

Artigo 102. Os regimentos, normas e regulamentos deverão ser emendados ou alterados para serem adaptados ao presente estatuto.

Artigo 103. A secretaria deverá promover a renumeração dos artigos, parágrafos e incisos, uma revisão ortográfica, a adaptação dos antigos artigos aos novos e submetê-lo à avaliação do Departamento Jurídico.

Assinam este documento:

DR. ELEUSES VIEIRA DE PAIVA
Presidente da Associação Médica Brasileira - AMB

DR. JOSÉ LUIZ GOMES DO AMARAL
Presidente da Assembléia de Delegados da AMB

DR. ALDEMIR HUMBERTO SOARES
Secretário da Assembléia de Delegados da AMB

DR. FERNANDO ALVARES DE TOLEDO
Assessor Jurídico - OAB/SP nº 21.771

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100
BEL. HOMERO SANTI - TABELIÃO - Tel. (11) 3288-6277 - Fax (11) 3284-6362

Reconheço por semelhança a firma: ELEUSES VIEIRA DE PAIV
A, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 10 de Fevereiro de 2005
Em testemunho da verdade.
Elaine Xavier Fialho - Esc. Autorizada
0502101452464 ¦Firma:R$ 2,50¦Total:R$ 2,50

FIRMA 1
1042AA216943

SIGLAS E ABREVIAÇÕES	
ABRAIDI	Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Implantes
ABRAMGE	Associação Brasileira de Medicina de Grupo
AMB	Associação Médica Brasileira
AIDS (SIDA)	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANAHP	Associação Nacional de Hospitais Privados
ANS	Agência Nacional da Saúde
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APM	Associação Paulista de Medicina
BAMB	Boletim da Associação Médica Brasileira
CAP	Comissão de Assuntos Políticos
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CBHPM	Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CD	Compact Disc
CFM	Conselho Federal de Medicina
CH	Coeficiente de Honorários
CID	Classificação Internacional de Doenças
CMLP	Comunidade Médica da Língua Portuguesa
CNA	Comissão Nacional de Acreditação
CNHM	Comissão Nacional de Honorários Médicos
CNRM	Comissão Nacional de Residência Médica
CONAD	Conselho Nacional de Política sobre Drogas
CONFEMEL	Confederação Médica Latino-americana e do Caribe
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CRONAD	Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas

SIGLAS E ABREVIAÇÕES	
CREMERS	Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul
CRTS	Câmara da Regulação do Trabalho em Saúde
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CSS	Contribuição Social sobre a Saúde
DAC	Departamento de Aviação Civil
DAP	Diretor de Atendimento ao Paciente
DME	Desenvolvimento Médico Continuado
DoH	Declaração de Helsinque
DVD	Digital Video Disc ou Digital Versatile Disc
EC 29	Emenda Constitucional nº 29
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMC	Educação Médica Continuada
ESF	Estratégia de Saúde da Família
FENAM	Federação Nacional dos Médicos
FENASAUDE	
FGV	Federação Getúlio Vargas
FIEM	Foro Ibero-americano de Entidades Médicas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GT	Grupo de Trabalho
HC	Hospital das Clínicas
HPV	*Human Papiloma Virus*
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCA	Instituto Nacional do Cancer
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
INPM	Instituto Nacional de Pesos e Medidas

SIGLAS E ABREVIAÇÕES	
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IOT	Instituto de Ortopedia e Traumatologia
ISI	*Institute for Scientific Information*
ISSO	*International Standard Organization*
JAMB	Jornal da Associação Médica Brasileira
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MP	Medida Provisória
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
OMB	Ordem dos Médicos do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PCCS	Plano de Cargos, Carreira e Salários
PCCV	Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos
PL	Projeto de Lei
PPS	Partido Popular Socialista – São Paulo
PSF	Programa de Saúde da Família
RAMB	Revista da Associação Médica Brasileira
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SINAC	Sistema Nacional de Acidentes de Consumo
SUS	Sistema Único de Saúde
THM	Tabela de Honorários Médicos
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIDAS	União Nacional de Instituições de Autogestão em Saúde
UNIMED	União dos Médicos
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USP	Universidade de São Paulo
WMA	*World Medical Association*

Referências Bibliográficas

AMB e Suas Origens

A propósito da criação da Ordem dos Médicos: manifestações de solidariedade à atitude assumida pela Associação Paulista de Medicina. Revista Paulista de Medicina. 1951;39(5):104-5.

Anteprojeto de estatuto da Associação Brasileira de Medicina. Revista Paulista de Medicina. 1951;39(1):100-4.

Assembleia geral extraordinária da Associação Paulista de Medicina: reforma do código eleitoral: atitude frente à pretendida criação da Ordem dos Médicos. Revista Paulista de Medicina. 1951;39(4):96-103.

Associação Brasileira de Medicina. Revista Paulista de Medicina. 1951;38(4):161.

Associação Médica Brasileira. Revista Paulista de Medicina. 1951;38(1):112-3.

Associação Médica Brasileira. Revista Paulista de Medicina. 1951;39(5):107-10.

Associação Médica Brasileira: boletim informativo. Revista Paulista de Medicina. 1952;40(1):95-105.

Estatutos da Associação Médica Brasileira. Revista Paulista de Medicina. 1951;39(6):99-106.

Gerodetti JE, Cornejo C. Lembranças de São Paulo: a capital paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris Edições Culturais; 2003. p.136.

Guimarães JX. Alguns aspectos históricos da Associação Paulista de Medicina e do Conselho Regional de Medicina. Diagnóstico & Tratamento. 1997;2(1):10-3.

Marques Filho J (Coord.). Cremesp: uma trajetória. São Paulo: Cremesp; 2004.

Mazzieri BR. Faculdade de Medicina de São Paulo: a Casa de Arnaldo. São Paulo: Fundação Faculdade de Medicina; 2004. p.12.

Palomba GA, Nunes LA (Coord.). 450 anos de história da Medicina paulistana. São Paulo: Associação Paulista de Medicina; Imprensa Oficial do Estado; 2004.

Palomba GA, et al. (Orgs.). 75 anos. São Paulo: Associação Paulista de Medicina; 2005.

Postais da década de 1920, retratando a Santa Casa de Misericórdia, o Hospital do Isolamento e o Hospital da Beneficência Portuguesa.

Resumo geral, discussões, conclusões e moções relativas ao 3º tema oficial do III Congresso da Associação Paulista de Medicina: socialização da Medicina. Revista Paulista de Medicina. 1951;39(2):157-62.

Ribeiro MAR. História sem fim...: inventário da saúde pública. São Paulo: Editora da Unesp; 1993.

Rocha H. Fundação e história da AMB. Anais do XI Congresso da Associação Médica Brasileira, São Paulo, 6-8 nov. 1992. p.31.

Sadi A, Freitas DG. O ensino médico em São Paulo anteriormente à fundação da Paulista. São Paulo: s.c.p.; 1995.

Tellarolli Júnior R. Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo. São Paulo: Editora da Unesp; 1996.

Os Presidentes e Suas Diretorias

BAMB número 34, ano 3, 2ª quinzena setembro/1960 – página 5.

Palomba GA. Dicionário biográfico da psiquiatria e da psicologia. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira: 2009.

Sanderson J. 40 anos Associação Médica Brasileira. São Paulo: AMB; 1998.

www.abp.org.br, acesso em 30 de julho de 2011.

www.amb.org.br, acesso em 20 de fevereiro de 2011

www.anm.org.br, acesso em 27 de julho de 2011.

www.apm.org.br, acesso em 20 de fevereiro de 2011.

www.cbo.com.br, acesso em 18 de fevereiro de 2011.

www.cremesc.org.br, acesso em 27 de julho de 2011.

www.ganep.com.br, acesso em 19 de fevereiro de 2011.

www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed, acesso em 30 de julho de 2011.

www.muhm.org.br, acesso em 19 de fevereiro de 2011.

www.sbcm.org.br, acesso em 25 de julho de 2011.

www.spb.org.br, acesso em 26 de julho de 2011.

www.universovisual.com.br, acesso em 17 de fevereiro de 2011.

www.usp.org.br, acesso em 19 de fevereiro de 2011.

www.wikipédia.org.br, acesso em 25 de julho de 2011.

Educação Médica Continuada – EMC

Machado MH. Perfil dos médicos do Brasil 1996. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. URL: http://www.ensp.fiocruz.br/perfil

www.portalmedico.org.br, acesso em 15 de setembro de 2009.

Escolas Médicas

Gomes MM. Medicina no Brasil. In: Gomes MM, eds. Marcos históricos da Neurologia. Rio de Janeiro: Editora Científica Nacional; 1977.

Martins MA. Situação atual das escolas médicas no Brasil. In: Amaral JLG, Baracat EC, eds. O futuro das escolas médicas. Barueri: Manole; 2009.

Nassif ACN. O país das escolas médicas. Disponível em: http://www.escolasmedicas.com.br/quem.php, acesso em 14 de setembro de 2009.

www.almanaque.folha.uol.com.br, acesso em 12 de maio de 2011.

www.braile.com.br, acesso em 13 de maio de 2011.

www.cadastronacionalmedico.org, acesso em 12 de maio de 2011.

www.guerras.brasilescola.com/seculo-xx/primeira-guerra-mundial.html, acesso em 12 de maio de 2011.

www.knoow.net/historia/cronologia/indicesec20.html, acesso em 12 de maio de 2011.

www.nobelprize.org/nobel_prizes/lists/2009.html, acesso em 12 de maio de 2011.

www.terra.com.br, acesso em 13 de maio de 2011.

www.veja.abril.com.br, acesso em 13 de maio de 2011.

Atuação Internacional

Costa MG, Aragão AM. Uma vida e um exemplo. Memórias biográficas. Edição da Associação Catarinense de Medicina (ACM), 1999.

Garrafa V, Prado MM. Alterações na Declaração de Helsinki: a história continua. Revista Bioética. 2007;15(1):11-25.

Sanderson J. 40 anos Associação Médica Brasileira. São Paulo: AMB; 1998

JAMB – ano 48 – nº 1346 – 2007

JAMB – ano 48 – nº 1351 – 2007

JAMB – ano 49 – nº 1356 – 2008

JAMB – ano 50 – nº 1360 – 2009

JAMB – ano 50 – nº 1361 – 2009

www.amb.org.br

www.confemel.com

www.wma.net

As Federadas

www.cfm.org.br, acesso em 28 de março de 2011.

As Ações Culturais da AMB

Adorno T. A indústria cultural. São Paulo: Ática; 1986.

JAMB Cultura – Mar-Abr – 2011

Machado Neto MM. Marketing cultural: das práticas à teoria. São Paulo: Ciência Moderna; 2005.

Malagodi ME, Cesnik FS. Projetos culturais: elaboração, administração, aspectos legais e busca de patrocínio. São Paulo: Escrituras Editora; 1999.

Reis ACF. Marketing cultural e financiamento da cultura. São Paulo: Editora Thomson; 2002.

Vannucchi A. Cultura brasileira. São Paulo: Loyola; 1987.

Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos – PCCV

Almeida ES, Zioni F, Chioro dos Reis AA. políticas públicas e organização do sistema de saúde: antecedentes, reforma sanitária e o SUS. Gestão de Serviços de Saúde. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2001.

Bergue ST. Gestão de pessoas em organizações públicas. Caxias do Sul: Educs; 2006.

Brasil, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Princípios e Diretrizes para NOB/RH/SUS. Série J. Cadernos. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.

Dutra JS. Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas; 2002.

Dutra JS. Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas. São Paulo: Gente; 2003.

Longo F. Mérito e flexibilidade: a gestão das pessoas no setor público. São Paulo: Edições Fundap; 2007.

Motta PR. Gestão contemporânea: a ciência e a arte no setor público. Rio de Janeiro: Record; 1994.

Revista Divulgação em Saúde para Debate. Série CONASEMS/CEB; 2009.

Revista do Serviço Público, Enap. Disponível em: http://www.enap.gov.br

Linha do Tempo

Revista Paulista de Medicina – 1951- V. 38 – Jan-Jul.

Revista Paulista de Medicina – 1951 – V. 39 – Nov-Jul.

Revista Paulista de Medicina – 1952 – V. 40 – Jan-Jul. – 1º BAMB

Revista Paulista de Medicina – 1955 – V. 46 – Jan-Jul.

Revista Paulista de Medicina – 1955 – V. 47 – Jul-Dez

Revista Paulista de Medicina – 1957 – V. 50 – Jan-Jul

Revista Paulista de Medicina – 1957 – V. 51 – Nov

Revista Paulista de Medicina – 1958 – V. 53 – Jul-Dez

BAMB – nº 24 – 1959 – 1º BAMB independente

BAMB – nº 34 – Set – 1960

BAMB – nº 48 – Mai / nº 54 – Jul / nº 59 – Set – 1961

JAMB – nº 80 – 1962 – 1º JAMB – deixa de ser BAMB

JAMB – nº 151 – Out / nº 152 – Nov / nº 160 – Dez – 1963

JAMB – nº 187 – Jul – 1964

JAMB – nº 220 – Fev / nº 257 – Nov – 1965

JAMB – nº 273 – Fev – 1966

JAMB – nº 322, nº 330, nº 343, nº 360 – capa – 1967

JAMB – nº 396 – Jul / nº 414 – Nov – 1968

JAMB – nº 449 – Jul / nº 466 – Nov – 1969

JAMB – nº 480 – Jan / nº 481 – Fev / nº 487 – Mar – 1970

JAMB – nº 544 – Mai / nº 570 – Nov – 1971

JAMB – nº 601 – Jun / nº 623 – Nov – 1972

JAMB – nº 648 – Mai / nº 671 – Out / nº 677 – Nov – 1973

JAMB – nº 688 – Fev – 1974

JAMB – nº 753 – Mai / nº 775 – Out – 1975

JAMB – nº 792 – Fev / nº 827 – Out – 1976

JAMB – nº 848 – Mar / nº 870 – Ago – 1977

JAMB – nº 928 – Set – 1978

JAMB – nº 979 – Set – 1979

JAMB – nº 1000 – Jan / nº 1029 – Ago – 1980

JAMB – nº 1079 – Ago / nº 1082 – Set / nº 1094 – Nov – 1981

JAMB – nº 1096 – Jan / nº 1098 – Mar / nº 1104 – Set / nº 1106 – Nov – 1982

JAMB – nº 1108 – Jan / nº 1117 – Out – 1983

JAMB – nº 1122 – Fev / nº 1129 – Out – 1984

JAMB – nº 1138 – Jul – 1985

JAMB – nº 1144 – Jan – 1986

JAMB – nº 1156 – Jan / nº 1158 – Mar / nº 1160 – Mai/ nº 1164 – Set – 1987

JAMB – nº 1176 – Set – 1988

JAMB – nº 1180 – Jan / nº 1182 – Mar / nº 1184 – Mai/ nº 1186 – Jul / nº 1187 – Ago – 1989

JAMB – nº 1192 – Jan / nº 1201 – Out / nº 1203 – Dez – 1990

JAMB – nº 1204 – Jan / nº 1207 – Abr / nº 1208 – Mai / nº 1213 – Out – 1991

JAMB – nº 1219 – Mar / nº 1226 – Dez – 1992

JAMB – nº 1228 – Fev / nº 1229 – Mar / nº 1232 – Jun / nº 1237 – Nov – 1993

JAMB – nº 1239 – Jan-Fev / nº 1246 – Mar / nº 1241 – Abr / nº 1248 – Nov – 1994

JAMB – nº 1251 – Fev – 1995

JAMB – nº 1263 – Fev / nº 1264 – Mar / nº 1266 – Mai / nº 1267 – Jun / nº 1269 – Ago / nº 1273 – Dez – 1996

JAMB – nº 1274 – Jan-Fev / nº 1277 – Mai / nº 1280 – Ago – 1997

JAMB – nº 1284 – Jan / nº 1285 – Fev / nº 1289 – Jun / nº 1290 – Jul / nº 1292 – Set / nº 1294 – Nov – 1998

JAMB – nº 1304 – Nov-Dez – 1999

JAMB – nº 1305 – Jan-Mar / nº 1306 – Abr-Mai / nº 1307 – Jun / nº 1308 – Jul-Ago / nº 1309 – Set-Out – 2000

JAMB – nº 1312 – Mar-Abr / nº 1313 – Mai-Jun / nº 1314 – Jul-Ago / nº 1315 – Set-Out / nº 1316 – Nov-Dez – 2001

JAMB – nº 1319 – Abr-Mai / nº 1322 – Set – 2002

JAMB – nº 1327 – Mai-Jun / nº 1328 – Jul-Ago / nº 1329 – Set-Out / nº 1330 – Nov-Dez – 2003

JAMB – nº 1331 – Jan-Fev / nº 1332 – Mar-Abr / nº 1333 – Jul-Ago – 2004

JAMB – nº 1335 – Jan-Fev / nº 1336 – Mar-Abr / nº 1339 – Set-Out / nº 1340 – Nov-Dez – 2005

JAMB – nº 1342 – Mar-Abr / nº 1343 – Mai-Jul / nº 1344 – Ago-Out – 2006

JAMB – nº 1346 – Jan-Fev / nº 1348 – Mai-Jul / nº 1349 – Jul-Ago / nº 1350 – Set-Out / nº 1351 – Nov-Dez – 2007

JAMB – nº 1352 – Jan-Fev / nº 1354 – Jun-Jul / nº 1355 – Ago / nº 1356 – Set-Out / nº 1357 – Nov-Dez – 2008

JAMB – nº 1358 – Jan-Fev / nº 1359 – Mar-Abr / nº 1360 – Mai-Jun / nº 1361 – Jul-Ago / nº 1362 – Set-Out / nº 1363 – Nov-Dez – 2009

JAMB – nº 1364 – Jan-Fev / nº 1365 – Mar-Abr / nº 1366 – Mai-Jun – 2010

Rev Imagem. 2007;29(2):61-6.

Rev Imagem. 2006;28(1):63-6.

Boletim CBR. 2008;Fevereiro

Radiol Bras; 2002;35(6):351-5.

AUTORES

AMB 60 ANOS

Aldemir Humberto Soares
Amilcar Martins Giron
Antônio Roberto Batista
Bruno Caramelli
Carlos David Araújo Bichara
César Teixeira
Cid Célio Jayme Carvalhaes
Cléber Costa de Oliveira
Edmund Chada Baracat
Elias Fernando Miziara
Fabio Biscegli Jatene
Flávia Negrão
Florentino de Araújo Cardoso Filho
Florisval Meinão
Giovanni Guido Cerri
Guido Arturo Palomba
Helena Fernandes
Hélio Barroso dos Reis
Jésus Almeida Fernandes
Jorge Carlos Machado Curi
José Carlos Raimundo Brito
José Luiz Dantas Mestrinho
José Luiz Gomes do Amaral
José Luiz Weffort
Jurandir Marcondes Ribas Filho
Lázaro Fernandes de Miranda
Leonardo da Silva
Luc Louis Maurice Weckx
Lúcio Antonio Prado Dias
Marcos Bosi Ferraz
Miguel Roberto Jorge
Moacyr Basso Júnior
Murillo Ronald Capella
Napoleão Puente de Salles
Newton Monteiro de Barros
Pedro Salomão Kassab (*in memoriam*)
Pedro Wey Barbosa de Oliveira
Pietro Novellino
Roberto Luiz d'Avila
Roberto Queiroz Gurgel
Wanderley Marques Bernardo
Wilberto Silva Trigueiro
Yvonne Capuano

Ficha Técnica

Presidente:	José Luiz Gomes do Amaral
Organizador:	Hélio Barroso dos Reis
Comissão Editorial:	Giovanni Guido Cerri
	Guido Arturo Palomba
	Murillo Ronald Capella
	Yvonne Capuano
Pesquisa historiográfica linha do tempo:	César Teixeira
Secretaria da Presidência:	Nelci Pedro Mascarenhas e Ligia Elaine Lima
Apoio:	Luciana Azevedo, Nadja Thais da Silva e Francielli Pongiluppi Lara
Assessoria em Comunicação Cultural:	Flávia Negrão
Ilustração da capa:	Renan Lima
Impressão:	Edelbra
Diagramação:	Sollo Comunicação e Design
Editora:	Associação Médica Brasileira

A Associação Médica Brasileira coloca-se à disposição para corrigir erro ou falta, relativos a direitos de autor que, inadvertidamente, tenha cometido.

Distribuição Gratuita

Galeria dos Presidentes da AMB

Título: Alípio Corrêa Netto
Dimensões: 40 x 30 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Heidi Hadad
Ano: 1980

Título: José Luiz Tavares Flores Soares
Dimensões: 40 x 32 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Antonieta Lopez
Ano: s/data

Título: Hilton Ribeiro da Rocha
Dimensões: 40 x 32 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Antonieta Lopez
Ano: s/data

Título: Fernando Megre Velloso
Dimensões: 40 x 32 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Antonieta Lopez
Ano: s/data

Título: Iseu de Almeida e Silva
Dimensões: 40 x 32 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Antonieta Lopez
Ano: s/data

Título: Pedro Salomão José Kassab
Dimensões: 40 x 32 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Antonieta Lopez
Ano: s/data

Título: Antônio Moniz de Aragão
Dimensões: 40 x 32 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Antonieta Lopez
Ano: s/data

Título: Mário Barreto Corrêa Lima
Dimensões: 40 x 32 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Antonieta Lopez
Ano: s/data

Título: Sebastião de Almeida Prado Sampaio
Dimensões: 40 x 32 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Antonieta Lopez
Ano: s/data

Título: Nelson Guimarães Proença
Dimensões: 40 x 32 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Li Xian Hua
Ano: 1997

Título: Antonio Celso Nunes Nassif
Dimensões: 40 x 32 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Li Xian Hua
Ano: 1997

Título: Eleuses Vieira de Paiva
Dimensões: 40 x 30 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Roberto Casmamie
Ano: 2006

Título: Mario da Costa Cardoso Filho
Dimensões: 40 x 32 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Li Xian Hua
Ano: 1997

Título: José Luiz Gomes do Amaral
Dimensões: 40 x 38 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Adelino Ângelo
Ano: 2008

Homenagem ao idealizador da AMB

Título: Jairo de Almeida Ramos
Dimensões: 40 x 32 cm
Técnica: Óleo sobre Tela
Autoria: Antonieta Lopez
Ano: s/data

Índice Remissivo

A

Academia Brasileira de Neurologia, 193
Academia Catarinense de Medicina, 54
Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia de São Paulo, 35
Academia de Medicina de São Paulo, 60
Academia Nacional de Medicina, 64, 221, 256, 257
Academia Paranaense de Medicina, 68
Academia Sul-Rio-Grandense de Medicina, 57
Acidentes de Consumo, 91
Ações Culturais, 200
Ações Sociais, 79
Agência Nacional de Saúde Suplementar, 108, 109, 119, 255
Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 89
Agenda Parlamentar da Saúde, 110, 111
Alípio Corrêa Netto, 51
AMB *News*, 24, 137
AMB Solidariedade, 96
Antonio Celso Nunes Nassif, 68, 72
Antônio Moniz de Aragão, 54
Área de Atuação, 115
Assembleia da Associação Médica Mundial, 140
Assembleia de Delegados, 40, 41, 52, 53, 56, 226, 229
Associação Baiana de Medicina, 40, 167, 170
Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia, 187
Associação Brasileira de Cirurgia da Mão, 188
Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica, 189
Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia, 191
Associação Brasileira de Medicina, 39
Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, 192
Associação Brasileira de Medicina Física e Reabilitação, 192
Associação Brasileira de Medicina Legal, 193
Associação Brasileira de Medicina Preventiva e Administração em Saúde, 187, 238
Associação Brasileira de Nutrologia, 194, 237
Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial, 194
Associação Brasileira de Psiquiatria, 58, 195, 233
Associação Catarinense de Medicina, 40, 54, 167, 179
Associação de Medicina Intensiva Brasileira, 193
Associação dos Médicos, 70
Associação Médica Americana, 40
Associação Médica Cearense, 167, 171
Associação Médica da Paraíba, 167, 175
Associação Médica de Brasília, 53, 167, 170, 230
Associação Médica de Goiás, 40, 167, 172
Associação Médica de Mato Grosso, 167, 173, 226
Associação Médica de Minas Gerais, 40, 167, 174
Associação Médica de Pernambuco, 167, 176
Associação Médica de Porto Alegre, 40
Associação Médica de Rondônia, 167, 178, 238
Associação Médica de Roraima, 167, 178
Associação Médica do Acre, 167, 168, 238
Associação Médica do Amapá, 167, 169
Associação Médica do Amazonas, 167, 169, 226
Associação Médica do Distrito Federal, 40
Associação Médica do Espírito Santo, 172
Associação Médica do Maranhão, 167, 172
Associação Médica do Mato Grosso do Sul, 167, 173
Associação Médica do Paraná, 40, 68, 167, 175
Associação Médica do Rio Grande do Norte, 178
Associação Médica do Rio Grande do Sul, 57, 167, 178, 226
Associação Médica do Tocantins, 167, 181
Associação Médica Homeopática Brasileira, 191
Associação Médica Mundial, 3, 25, 54, 60, 78, 140-144, 150, 230, 238, 251, 255
Associação Médica Pan-Americana, 145
Associação Médica de Rondônia, 238
Associação Nacional de Medicina do Trabalho, 192
Associação Paulista de Medicina, 37, 39, 40, 46- 48, 66, 70, 74, 78, 93, 94, 132, 143-145, 166, 167, 180, 226, 237
Associação Piauiense de Medicina, 40, 167, 176
Associações Estaduais, 166-181

Associações Regionais, 169
Ato Médico, 74, 78, 108, 159
Atuação Internacional, 140, 150
Avaliação de Tecnologias, 161

B

Beba Cidadania, 90
Boletim da Associação Médica Brasileira (BAMB), 54, 56, 47, 132, 226, 231

C

Câmara de Educação Superior, 60
Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde (CRTS), 160
Câmara de Regulação e Trabalho do SUS, 160
Câmaras Técnicas, 161, 162, 253
Campanhas, 74, 88-90, 93, 244, 246, 249
Campanha "Proteja-se", 252
Campanha SOS-Haiti, 255
Centro Médico Cearense, 40
Centros de Atenção Psicossocial, 212
Certificado de Atualização Profissional, 74, 115
Cheque Honorário, 68
Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), 23, 24, 49, 74, 105, 107-109, 155, 157, 159, 161, 162, 252- 254
Classificação Internacional de Doenças (CID), 137
Código de Ética Médica, 23, 47, 51, 227, 255
Código de Nuremberg, 142
Coeficiente de Honorários, 70
Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestiva, 188
Colégio Brasileiro de Cirurgiões, 188
Colégio Brasileiro de Radiologia, 74, 195
Colégio Ibero-Latino-Americano de Dermatologia, 66
Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura, 187
Comissão de Assuntos Parlamentares, 110
Comissão de Assuntos Políticos, 24, 111- 112
Comissão de Remuneração e Mercado de Trabalho do Médico e Pró-SUS, 157
Comissão Mista de Especialidade, 252
Comissão Nacional de Acreditação, 23, 113
Comissão Nacional de Honorários Médicos, 68, 70, 105, 106, 161
Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), 98, 185, 186
Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico, 159
Comissão Nacional Pró-SUS, 157, 159, 214
Comissões da AMB, 163
Comitê Científico de Influenza/Gripe da SBI, 94
Comitê de Assuntos Médicos Sociais, 78
Comunidade Médica da Língua Portuguesa (CMLP), 3, 78, 146, 147, 149
Concurso de Prosa e Poesia e de Jornalismo, 247
Concurso Nacional de Contos e Crônicas, 203, 205
Concurso Nacional de Prosa e Poesia, 68
Confederação Médica Brasileira, 107
Confederação Médica Latinoamericana e do Caribe (CONFEMEL), 3, 78, 145, 149
Confederação Médica Pan-Americana, 145
Conferência Doutores do Ambiente, 78, 142
Congresso Brasileiro de Política Médica, 251, 252, 253
Congresso da Associação Médica Brasileira, 48, 57, 58, 60, 228-234, 236, 237, 246, 247
Congresso da Associação Médica Mundial, 60
Congresso Latino-Americano de Colégios, 145
Congresso Médico Brasil-Japão, 254
Congresso Médico de Língua Portuguesa, 254
Conselho Brasileiro de Oftalmologia, 52, 194
Conselho Científico, 64, 184, 185- 187
Conselho de Ética do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (CONAR), 60
Conselho Deliberativo, 40, 47, 51, 56, 187, 227, 250
Conselho de Medicina, 38
Conselho Estadual de Educação de São Paulo, 60
Conselho Federal de Medicina (CFM), 23, 25, 48, 57, 74, 93, 100, 102, 107, 111, 117, 184, 213, 214, 221
Conselho Federal de Medicina, Federação Nacional dos Médicos, Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Associação Paulista de Medicina, Sindicato dos Médicos de São Paulo e Federação dos Médicos do Estado de São Paulo, 90
Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, 54
Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, 48

Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul, 57
Conselhos de Medicina, 48, 52, 219, 223
Conselhos Regionais, 48, 112, 220, 218
Conselho Superior das Entidades Médicas de Santa Catarina (COSEMESC), 220
Contratualização, 253
CPMF, 158
Criação da AMB, 22, 236
Criação de Escolas Médicas, 90
CRTS, 160
Curso de Jornalismo sobre Saúde, 254
Cursos Presenciais, 103, 104

D

De Olho no Imposto, 92
Declaração de Deli, política, 150
Declaração de Genebra, 23
Declaração de Helsinque, 25, 78, 142- 145, 254, 255
Defesa do Consumidor, 91
Defesa Profissional, 157, 159, 160
Departamento Cultural, 202, 206
Departamento Nacional de Previdência Social (DNPS), 56, 108
Desenvolvimento Médico Continuado (DMC), 98, 99
Dia Nacional da Luta Contra a Queimadura, 93
Dia Nacional de Medicamentos Genéricos, 89
Dia Nacional de Mobilização, 246, 252
Dia Nacional do Protesto, 64
Diretas Já, 66, 242
Diretorias, 40, 51-80
Diretrizes, 24, 49, 117-119, 147, 162, 163, 253, 251, 255
Diretrizes Clínicas na Saúde Suplementar, 120
Diretrizes para o Problema de Saúde, 60

E

Economia da Saúde, 154, 155
Economia Médica, 154, 155, 156
Educação à Distância, 103
Educação Médica Continuada (EMC), 23, 79, 98-104, 114, 115, 254, 255
Educação na Internet, 103
Eleuses Vieira de Paiva, 74
Emblema, 82
Ensino médico, 70, 235, 241
Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, 121
Escola de Cirurgia da Bahia, 121
Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 64
Escola Paulista de Medicina, 66
Escolas de Medicina, 68, 123-129, 235, 256
Estatuto da AMB, 46, 88, 136, 167, 226, 258-271
Estratégia de Saúde da Família, 212
Eu Quero é Mais Saúde, 93

F

Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, 66
Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas, 66
Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, 226
Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, 52
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 56, 66, 74
Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, 68
Faculdade de Medicina de Itajubá, 74
Faculdade de Medicina de Minas Gerais, 52
Faculdade de Medicina de Rio Preto, 74
Faculdade de Medicina de São Paulo, 37
Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 51
Faculdade de Porto Alegre, 57
Faculdades de Medicina, 106
Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, 191
Federação Brasileira de Gastroenterologia, 190
Federação das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia, 230
Federação Nacional dos Médicos (FENAM), 25, 93, 107, 111, 157, 214
Federadas, 116, 166-181, 256
Federadas da AMB e Regionais, à FENAM, 112
Fernando Megre Velloso, 58
Fiocruz, 244, 245
Foro Iberoamericano de Entidades Médicas (FIEM), 78, 149
Fórum de Defesa Profissional da AMB, 255
Fórum de Especialidades Médicas, 247, 248, 254, 255
Fórum de Responsabilidade Civil, 254

Fórum Nacional da Tabela de Honorários Médicos, 247
Fórum Nacional em Defesa do Trabalho Médico no SUS, 214
Fotografia, Prosa e Poesia, 248, 249
Fumo em Aviões, 25, 88, 249
Fundação da AMB, 3

G

Gazeta Médica da Bahia, 122, 123
Grupo Pró-Genéricos, 25, 89

H

Hilton Ribeiro da Rocha, 52
Homepage, 136, 137
Hospital Emílio Ribas, 36
Hospital de Isolamento, 36

I

Implantes, 162, 163
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), 233
Instituto Pró-Queimados, 93
Iseu de Almeida e Silva, 53

J

JAMB Cultura, 24, 78, 202, 203, 255
JAMB e Medicina, 133, 252
Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB), 56, 60, 66, 132, 133, 137, 203, 231, 234, 235, 240, 242, 247, 250, 253
José Luiz Gomes do Amaral, 78
José Luiz Tavares Flores Soares, 57

L

Lei Básica da Saúde, 60
Lei do Ato Médico, 159
Linha do Tempo, 226-255
Lista de Procedimentos Médicos, 136, 155, 248
Logomarca da AMB, 82, 83

M

Manifesto Contra a Venda de Álcool Líquido, 93
Mário Barreto Corrêa Lima, 64
Mario da Costa Cardoso Filho, 70
Materiais e Medicamentos, 162, 163, 253
Medalha do Mérito Médico, 245-247
Medalha Nacional, 248
Medalha Nacional do Mérito Médico, 68, 248, 249
Medicamentos Genéricos, 89, 250
Medicina Baseada em Evidência, 118
Memorial dos Médicos, 47
Missão da AMB, 3, 38

N

Nelson Guimarães Proença, 66
Novas tecnologias, 161
Núcleo de Apoio à Saúde da Família, 212

O

O Médico & Você, 24, 135, 136, 254
Ordem dos Médicos do Brasil, 25, 40, 222-224, 252, 256
Órtese e Prótese, 253

P

Parlamentar da Saúde, 157
Pedro Salomão José Kassab, 60
Piso Salarial dos Médicos, 156
Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV), 78, 157, 158, 212-215
Planos de Saúde, 89, 105, 108
Portal AMB, 136, 137
Prêmio AMB de Medicina, 246, 247
Primeiro Curso de Pós-graduação no Brasil, 52
Pró-genéricos, 89
Programa de Saúde da Família, 212, 214
Programa Diretrizes, 23, 24, 49, 74, 117-120, 147, 162, 163, 253, 251-255
Programa Nacional Antitabaco, 255
Propaganda sem Álcool, 90
Proteja-se, 90
Pró-Teste, 92, 93, 253

Q

Quero Mais Brasil, 92

R

Referencial de Honorários, 248
Remuneração, 233, 241
Residência Médica, 127, 241

Revista da Associação Médica Brasileira (RAMB), 24, 47, 51, 134-137, 227, 250
Revista da Medicina, Cultura e Ciência, 64
Revista e do Jornal da AMB, 137

S

Santa Casa de Misericórdia, 34
Santa Casa de São Paulo, 66, 232
Sebastião de Almeida Prado Sampaio, 56
Sede da AMB, 48, 60, 66, 237, 244, 246, 249
Seminário Internacional de Resiliência Médica, 78
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, 212
Sindicato dos Médicos, 37, 53, 112, 220
Sistema de Hierarquização de Procedimentos Médicos, 78
Sistema de Transferência Eletrônica na Saúde Suplementar (TISS), 109
Sistema Suplementar de Saúde, 109, 252
Sistema Único de Saúde (SUS), 94, 106, 107, 157-160, 212-215, 253
Site da AMB, 136, 137
Sociedade Beneficente Sírio-Libanesa, 36
Sociedade Brasileira de Anestesiologia, 187
Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular, 187, 226
Sociedade Brasileira de Biologia e Medicina Nuclear, 74
Sociedade Brasileira de Cabeça e Pescoço, 234
Sociedade Brasileira de Cancerologia, 188
Sociedade Brasileira de Cardiologia, 188
Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, 188, 242
Sociedade Brasileira de Cirurgia da Mão, 230
Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço, 188
Sociedade Brasileira de Cirurgia Digestiva, 244
Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica, 232
Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, 189
Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica, 189, 249
Sociedade Brasileira de Citopatologia, 189, 196, 228
Sociedade Brasileira de Clínica Médica, 189, 245
Sociedade Brasileira de Coloproctologia, 189
Sociedade Brasileira de Dermatologia, 56, 190
Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, 190
Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva, 190, 196
Sociedade Brasileira de Endoscopia Peroral, 190, 196, 226
Sociedade Brasileira de Genética Médica, 190, 243
Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, 190, 231
Sociedade Brasileira de Hansenologia, 191, 196
Sociedade Brasileira de Hepatologia, 191, 196, 234
Sociedade Brasileira de Homeopatia, 232
Sociedade Brasileira de Infectologia, 94, 191, 240
Sociedade Brasileira de Mastologia, 192, 230
Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade, 192, 241
Sociedade Brasileira de Medicina de Tráfego, 240
Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte, 231
Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte, 192
Sociedade Brasileira de Medicina do Trabalho, 234
Sociedade Brasileira de Medicina Intensiva, 240
Sociedade Brasileira de Medicina Legal, 234
Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, 94
Sociedade Brasileira de Nefrologia, 193, 230
Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, 193, 229
Sociedade Brasileira de Neurofisiologia Clínica, 193, 197, 233
Sociedade Brasileira de Neurologia, 231
Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral, 193, 197
Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, 194
Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial, 239
Sociedade Brasileira de Patologia, 194, 227
Sociedade Brasileira de Patologia Clínica / Medicina Laboratorial, 194
Sociedade Brasileira de Pediatria, 93, 195
Sociedade Brasileira de Perícias Médicas, 195, 197, 244
Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, 195
Sociedade Brasileira de Queimadura, 93
Sociedade Brasileira de Reumatologia, 195
Sociedade Brasileira de Urologia, 195
Sociedade Brasileira Endoscopia Digestiva, 238
Sociedade de Beneficência Portuguesa, 36
Sociedade de Medicina de Alagoas, 40, 167, 168
Sociedade de Medicina de Pernambuco, 40
Sociedade de Medicina de Sergipe, 40, 167, 180
Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, 242
Sociedade de Medicina e Cirurgia, 34
Sociedade de Medicina e Cirurgia de Niterói, 40

Sociedade de Medicina e Cirurgia de São José do Rio Preto, 74
Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 35
Sociedade de Medicina e Cirurgia do Maranhão, 40
Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, 64
Sociedade de Medicina Física e Reabilitação, 227
Sociedade Espírito-Santense de Medicina e Cirurgia, 40
Sociedade Italiana de Beneficência, 36
Sociedade Médica de Sergipe, 181
Sociedade Médica do Estado do Rio de Janeiro, 167, 177
Sociedade Médico-Cirúrgica, 256
Sociedade Médico-Cirúrgica de São Paulo, 34
Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, 167, 174
Sociedade Paranaense de Otorrinolaringologia, 68
Sociedades de Especialidade, 23, 49, 64, 95, 108, 111, 112, 115, 118, 119, 136, 187, 254, 256
Solidariedade, 96

T

Tabela de Honorários Médicos, 58, 66, 68, 70, 106, 234, 239, 244
Tabela do SUS, 94
Tabelas, 248
Título de Especialista, 23, 113-115, 249

U

Unidade de Pronto Atendimento, 212
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/EPM), 78

V

Valorização da Medicina e do Médico, 94

W

World Medical Association, 3, 25, 54, 60, 78, 140-144, 150, 230, 238, 251, 255